



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Renata do Nascimento de Souza

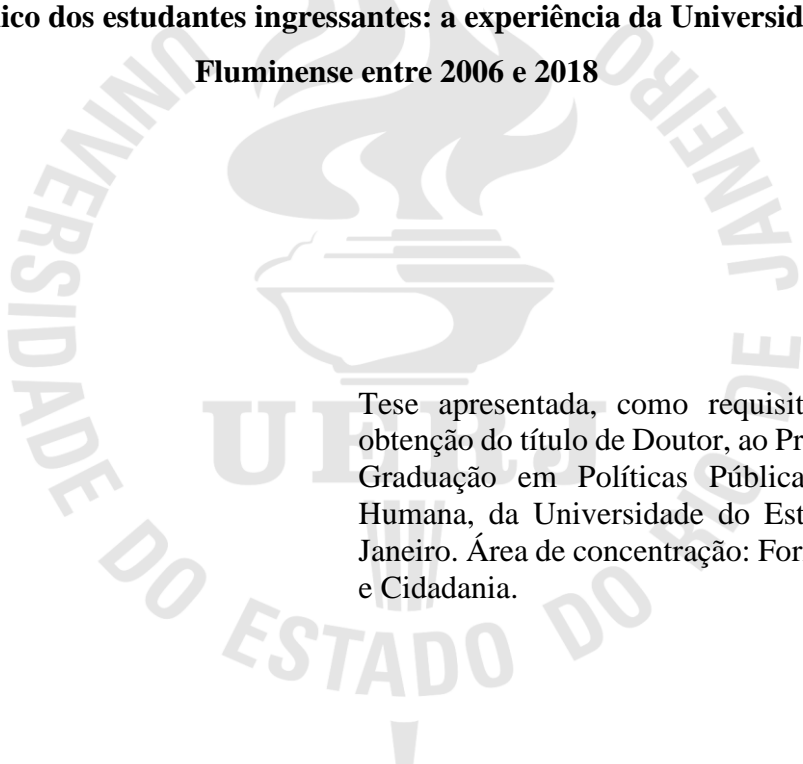
**As políticas públicas de democratização do acesso à educação superior e o
retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes: a experiência da
Universidade Federal Fluminense entre 2006 e 2018**

Rio de Janeiro

2023

Renata do Nascimento de Souza

As políticas públicas de democratização do acesso à educação superior e o retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes: a experiência da Universidade Federal Fluminense entre 2006 e 2018



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Deise Mancebo

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729

Souza, Renata do Nascimento de

As políticas públicas de democratização do acesso à educação superior e o retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes: a experiência da Universidade Federal Fluminense entre 2006 e 2018 / Renata do Nascimento de Souza. – 2023. 217 f.

Orientadora: Deise Mancebo.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Políticas públicas – Teses. 2. Democratização da educação – Teses. 3. Ensino Superior – Aspectos sociais – Teses. I. Mancebo, Deise. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

br

CDU 37.015

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Renata do Nascimento de Souza

As políticas públicas de democratização do acesso à educação superior e o retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes: a experiência da Universidade Federal Fluminense entre 2006 e 2018

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 31 de outubro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Deise Mancebo (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Raquel Marques Villardi

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Carina Elisabeth Maciel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Cláudio Marques Martins Nogueira

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a. Karina Nunes de Moraes

Universidade Federal de Goiás

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Samuel, que chegou trazendo mais colorido e esperança à minha vida.
Aos jovens brasileiros que nutrem o desejo de ingressar à educação superior pública.

AGRADECIMENTOS

A conclusão da redação do texto final desta tese de Doutorado representa uma grande conquista. Afinal, o percurso de escrita, por si só complexo, foi atravessado, ainda, por acontecimentos que o desestruturaram completamente. As angústias, incertezas e medos vivenciados durante a Pandemia de Covid-19 tornaram muito desafiador o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Somado a isto, a maternidade chegou tirando todas as coisas dos lugares: novas rotinas, demandas e muito desejo de viver intensamente este amor. Em meio ao caos particular e coletivo, entregar o produto final da minha tese só foi possível com o apoio de muitas pessoas queridas.

Agradeço à minha mãe e meu pai, minha pequena/grande rede de apoio. Eles têm sido o meu alicerce por toda vida. Se hoje sou pedagoga, estudei em universidade pública, fiz mestrado e concluo o doutorado, só foi possível porque eles me incentivaram, acreditaram e deram todo o suporte econômico e afetivo necessário para a minha caminhada. A escrita desta tese só foi possível porque eles cuidaram do meu filho e da minha casa por muitos momentos para que eu pudesse dedicar-me à pesquisa.

À minha irmã Raquel, sua ousadia e “mergulho” na vida acadêmica foram fonte de inspiração para que eu, também, embarcasse nesta caminhada.

Ao meu companheiro, Daniel Pinto, que me incentivou a transformar nossa conversa despreziosa durante uma viagem de carro entre BH e Rio em objeto de investigação e pelo seu entusiasmo na realização deste Doutorado. Sem o seu suporte técnico e crítico no desenvolvimento da pesquisa, a etapa da coleta de dados teria sido muito mais árdua e longa.

Aos meus amigos Moacyr Salles e Jonas Magalhães, por me fazerem acreditar que era possível tentar o processo seletivo para o Doutorado no PPFH/UERJ. Sem suas palavras de encorajamento, teria sido mais difícil arriscar participar.

À minha generosa e inspiradora orientadora, Deise Mancebo, por acreditar na minha proposta de pesquisa. Suas leituras e confiança foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada por garantir as condições necessárias à minha coleta de dados!

Aos técnicos, docentes e alunos do PPFH/UERJ pelo privilégio de integrar esta comunidade tão afetuosa e predisposta à luta pela educação brasileira.

Aos professores membros da banca, Carina Maciel, Cláudio Nogueira, Raquel Villardi e Karine Moraes por aceitarem o convite e pela oportunidade do diálogo para o desenvolvimento desta pesquisa.

À UFF, pela licença de estudos concedida para a realização do curso de Doutorado.

RESUMO

SOUZA, Renata do Nascimento de. *As políticas públicas de democratização do acesso à educação superior e o retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes: a experiência da Universidade Federal Fluminense entre 2006 e 2018*. 2023. 217 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A agenda pública para a educação superior no Brasil nas últimas duas décadas assumiu como metas, dentre outras, a expansão do sistema e a democratização do ingresso dos estudantes. As recentes pesquisas sobre o perfil de estudantes da educação superior revelaram uma tendência de democratização do perfil socioeconômico do campus brasileiro em virtude desse processo de expansão e da implementação de políticas de ações afirmativas voltadas ao setor. Na presente tese, realizou-se um estudo de caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo objetivo geral foi compreender como as políticas públicas impactaram o perfil dos ingressantes à UFF. Deste modo, a população da presente pesquisa foi composta pelos estudantes ingressantes nos cursos de graduação presenciais, entre 2006 e 2018, das unidades acadêmicas da UFF, localizadas na cidade de Niterói, e mais especificamente, aqueles dos cursos de Pedagogia e Medicina. Os dados analisados foram coletados no questionário sociocultural do vestibular e no questionário socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), totalizando 60.975 questionários analisados. A análise comparou o perfil dos ingressantes por dois processos seletivos distintos: o vestibular e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a partir de variáveis como sexo, idade, cor/raça, origem escolar, escolaridade dos pais e renda familiar bruta. Os resultados da pesquisa revelaram mudanças no perfil geral dos ingressantes de Pedagogia e Medicina da UFF/Niterói. De modo geral, durante os treze anos de investigação, houve o crescimento do ingresso das camadas mais populares, de estudantes negros e egressos de escolas públicas de ensino médio. Contudo, após a adoção do SISU como único processo seletivo à UFF, o curso de Pedagogia apresentou uma tendência distinta do perfil geral da instituição, com ampliação do ingresso de estudantes brancos, egressos de escolas particulares, com aumento da escolaridade dos pais e da renda familiar bruta. Apesar disso, o perfil de ingressantes ao curso de Pedagogia permaneceu mais popular que o perfil geral da instituição e do curso de Medicina. Em linhas gerais, depois da implementação da Lei de Cotas (2012), o perfil dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU revelou-se mais democrático que o perfil dos ingressantes via vestibular.

Palavras-Chave: Políticas públicas da educação superior. Democratização do acesso. Sistema de seleção unificada (SISU). Vestibular. Perfil do estudante ingressante.

ABSTRACT

SOUSA, Renata do Nascimento de. *Public Policies for Democratization of Access to Higher Education and the Socioeconomic Profile of Incoming Students: The Experience of the Federal Fluminense University between 2006 and 2018*. 2023. 217 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The public agenda for higher education in Brazil over the last two decades has set goals, among others, for expanding the system and democratizing student admissions. Recent research on the profile of higher education students has revealed a trend toward democratizing the socioeconomic profile of Brazilian campuses due to this expansion process and the implementation of affirmative action policies in the sector. In this thesis, a case study was conducted at the Federal Fluminense University (UFF), with the overall objective of understanding how public policies impacted the profile of UFF entrants. Thus, the population of this research consisted of students entering in-person undergraduate courses between 2006 and 2018 at UFF academic units located in the city of Niterói, specifically those in the Pedagogy and Medicine courses. The analyzed data were collected from the sociocultural questionnaire of the entrance exam and the socioeconomic questionnaire of the National High School Exam (ENEM), totaling 60,975 analyzed questionnaires. The analysis compared the profile of entrants through two distinct selection processes: the entrance exam and the Unified Selection System (SISU), considering variables such as gender, age, color/race, school origin, parents' education, and gross family income. The research results revealed changes in the overall profile of UFF/Niterói entrants in Pedagogy and Medicine. Overall, over the thirteen years of investigation, there was an increase in the entry of the more popular layers, black students, and graduates from public high schools. However, after the adoption of SISU as the sole selection process for UFF, the Pedagogy course showed a trend different from the overall profile of the institution, with an increase in the entry of white students, graduates from private schools, and an increase in parents' education and gross family income. Nevertheless, the profile of entrants to the Pedagogy course remained more popular than the overall institution and the Medicine course. In general, after the implementation of the Quota Law (2012), the profile of incoming students to UFF/Niterói via SISU proved to be more democratic than the profile of entrants via the entrance exam.

Keywords: Public policies for higher education. Democratization of access. Unified Selection System (SISU). Entrance exam. Profile of incoming students.

RESUMEN

SOUSA, Renata do Nascimento de. *Políticas Públicas de Democratización del Acceso a la Educación Superior y el Perfil Socioeconómico de los Estudiantes Ingresantes: La Experiencia de la Universidad Federal Fluminense entre 2006 y 2018*. 2023. 217 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

La agenda pública para la educación superior en Brasil en las últimas dos décadas ha establecido metas, entre otras, para la expansión del sistema y la democratización del ingreso de estudiantes. Investigaciones recientes sobre el perfil de los estudiantes de educación superior han revelado una tendencia hacia la democratización del perfil socioeconómico de los campus brasileños debido a este proceso de expansión y la implementación de políticas de acción afirmativa en el sector. En esta tesis, se realizó un estudio de caso en la Universidad Federal Fluminense (UFF), con el objetivo general de comprender cómo las políticas públicas impactaron en el perfil de los ingresantes a la UFF. Así, la población de esta investigación estuvo compuesta por estudiantes ingresantes en cursos de pregrado presenciales entre 2006 y 2018 en las unidades académicas de la UFF ubicadas en la ciudad de Niterói, específicamente en los cursos de Pedagogía y Medicina. Los datos analizados se recopilaban en el cuestionario sociocultural del examen de ingreso y en el cuestionario socioeconómico del Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM), totalizando 60,975 cuestionarios analizados. El análisis comparó el perfil de los ingresantes a través de dos procesos de selección distintos: el examen de ingreso y el Sistema de Selección Unificada (SISU), considerando variables como género, edad, color/raza, origen escolar, educación de los padres e ingreso familiar bruto. Los resultados de la investigación revelaron cambios en el perfil general de los ingresantes de Pedagogía y Medicina de la UFF/Niterói. En general, durante los trece años de investigación, hubo un aumento en el ingreso de las capas más populares, estudiantes negros y egresados de escuelas públicas de enseñanza media. Sin embargo, después de la adopción del SISU como único proceso de selección para la UFF, el curso de Pedagogía mostró una tendencia diferente al perfil general de la institución, con un aumento en el ingreso de estudiantes blancos, egresados de escuelas privadas, con un aumento en la educación de los padres y en el ingreso familiar bruto. A pesar de ello, el perfil de ingresantes al curso de Pedagogía siguió siendo más popular que el perfil general de la institución y del curso de Medicina. En general, después de la implementación de la Ley de Cuotas (2012), el perfil de los estudiantes ingresantes a la UFF/Niterói a través del SISU resultó ser más democrático que el perfil de los ingresantes a través del examen de ingreso.

Palabras clave: Políticas públicas para la educación superior. Democratización del acceso. Sistema de Selección Unificada (SISU). Examen de ingreso. Perfil del estudiante ingresante.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Financiamentos concedidos com recursos do FIES entre 2010 e 2019.....	35
Tabela 2 -	Bolsas concedidas pelo PROUNI entre 2005 e 2017.....	37
Tabela 3 -	Total de estudantes ingressantes à UFF entre 2006 e 2018.....	80
Tabela 4 -	Sinopse do processo seletivo vestibular/UFF entre 2006 e 2012...	91
Tabela 5 -	Sexo dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012....	95
Tabela 6 -	Percentual das faixas etárias dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012.....	95
Tabela 7 -	Faixas etárias mais frequentes dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012.....	95
Tabela 8 -	Cor/raça dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012	96
Tabela 9 -	Cor/raça em números absolutos dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012.....	97
Tabela 10 -	Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012.....	97
Tabela 11 -	Tipo de escola de Ensino médio em números absolutos dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012.....	98
Tabela 12 -	Renda familiar bruta em números absolutos dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2010.....	101
Tabela 13 -	Ingressantes pelo vestibular/UFF que exercem ou não atividade remunerada entre 2006 e 2012.....	102
Tabela 14 -	Relação total de ingressantes/estudantes trabalhadores pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012.....	103
Tabela 15 -	Quantitativo de ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2011 que receberam bônus em suas notas por estudarem o Ensino Médio em escolas públicas.....	106
Tabela 16 -	Sinopse do processo seletivo SISU/UFF entre 2011e 2018.....	110
Tabela 17 -	Total de questões do Questionário Socioeconômico aplicados na inscrição do ENEM entre 2010 e 2017.....	111

Tabela 18 -	Sexo dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018.....	113
Tabela 19 -	Percentual das faixas etárias dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018.....	113
Tabela 20 -	Faixas etárias mais frequentes dos ingressantes à UFF Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018.....	114
Tabela 21 -	Estado civil dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018.....	114
Tabela 22 -	Total de ingressantes com deficiência à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018.....	115
Tabela 23 -	Cor/raça dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018.....	116
Tabela 24 -	Cor/raça em números absolutos dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2013 e 2018.....	116
Tabela 25 -	Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2011 e 2012.....	118
Tabela 26 -	Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2013 e 2014.....	118
Tabela 27 -	Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2015.....	118
Tabela 28 -	Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2015.....	119
Tabela 29 -	Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2016 e 2018.....	119
Tabela 30 -	Tipo de escola de Ensino Fundamental dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2017	120
Tabela 31 -	Tempo de conclusão do Ensino Fundamental dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2015.....	121
Tabela 32 -	Tempo de conclusão do Ensino Médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2015.....	121
Tabela 33 -	Percentual de estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU com renda familiar bruta até 5 salários mínimos.....	122

Tabela 34 -	Total de ingressantes à UFF/Niterói via SISU em número absoluto por renda familiar bruta entre 2013 e 2018.....	124
Tabela 35 -	Ocupação profissional dos pais dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2016 e 2018.....	126
Tabela 36 -	Ocupação profissional das mães dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2016 e 2018.....	127
Tabela 37 -	Estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU que exercem ou não atividade remunerada entre 2014 e 2017.....	128
Tabela 38 -	Relação de cursos da UFF/Niterói com maiores percentuais de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada entre 2014 e 2017.....	129
Tabela 39 -	Relação de cursos de licenciatura da UFF/Niterói e o percentual de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada entre 2014 e 2017.....	129
Tabela 40 -	Relação de cursos da UFF/Niterói com menores percentuais de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada entre 2014 e 2017.....	130
Tabela 41 -	Estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU que afirmaram exercer atividade remunerada em 2011 e 2012.....	130
Tabela 42 -	Relação de cursos da UFF/Niterói com maiores percentuais de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada em 2011 e 2012.....	131
Tabela 43 -	Média da importância de trabalhar para os estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2011 e 2017.....	131
Tabela 44 -	Total de ingressantes de ampla concorrência à UFF/Niterói pelo SISU entre 2013 e 2018.....	132
Tabela 45 -	Total de estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018.....	134
Tabela 46 -	Quantitativo de estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF nas principais cidades de residência registradas entre 2006 e 2018.....	159
Tabela 47 -	Total de estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018.....	160

Tabela 48 -	Cor/raça em números absolutos dos ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018.....	161
Tabela 49 -	Cor/raça dos estudantes do curso de Medicina/UFF que ingressaram por ampla concorrência.....	173
Tabela 50 -	Cor/raça dos estudantes do curso de Medicina/UFF que ingressaram por cotas.....	174
Tabela 51 -	Origem escolar dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF por ampla concorrência.....	179
Tabela 1	Cor/raça dos estudantes do curso de Medicina/UFF que ingressaram por ampla concorrência.....	193
Tabela 53	Cor/raça dos estudantes do curso de Medicina/UFF que ingressaram por cotas.....	193
Tabela 54	Origem escolar dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF por ampla concorrência.....	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento das novas vagas ofertadas e matrículas nos cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior entre 1995 e 2018	40
Gráfico 2 - Crescimento do número de ingressantes e matrículas nos cursos de graduação a distância em instituições públicas e privadas de 2000 a 2018.....	41
Gráfico 3 - Participação das instituições públicas e privadas no total de matrículas dos cursos de graduação a distância entre 2000 e 2018	44
Gráfico 4 - Participação do ensino presencial e do ensino a distância no total de matrículas dos cursos de graduação de 2000 a 2018.....	45
Gráfico 5 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial de instituições públicas federais entre 2005 e 2018	51
Gráfico 6 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial de instituições privadas entre 2005 e 2018	51
Gráfico 7 - Porcentagem de vagas não preenchidas nas Instituições Federais de Ensino superior entre 2000 e 2018.....	55
Gráfico 8 - Evolução das vagas ofertadas e instituições participantes do SISU no primeiro semestre letivo entre 2010 e 2019	62
Gráfico 9 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012	99
Gráfico 10 - Nível de instrução das mães dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012	99
Gráfico 11 - Renda familiar bruta dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012	100
Gráfico 12 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018	123
Gráfico 13 - Nível de instrução das mães dos ingressantes à UFF/ Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018	123

Gráfico 14 - Renda familiar bruta dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2013 e 2018	125
Gráfico 15 - Evolução da cor/raça dos ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2011 e 2018	135
Gráfico 16 - Tipo de escola que o estudante ingressante à UFF/Niterói via SISU frequentou durante o ensino médio entre 2011 e 2018	137
Gráfico 17 - Evolução da média de idade dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	144
Gráfico 18 - Evolução percentual do sexo dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	144
Gráfico 19 - Evolução percentual de cor/raça dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	146
Gráfico 20 - Evolução percentual da escola de origem dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	148
Gráfico 21 - Evolução da escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	149
Gráfico 22 - Evolução da escolaridade das mães dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	150
Gráfico 23 - Evolução da renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018	151
Gráfico 24 - Percentual por faixa de renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói em 2011	152
Gráfico 25 - Percentual por faixa de renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói em 2012	152
Gráfico 26 - Estado de residência dos ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018	160
Gráfico 27 - Sexo dos ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018	162
Gráfico 28 - Evolução da média de idade dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018	164
Gráfico 29 - Cor/raça dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018	165

Gráfico 30 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes ao curso de pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018.....	167
Gráfico 31 - Renda familiar estudantes ingressantes do curso de pedagogia..	169
Gráfico 32 - Evolução da renda familiar bruta dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018	170
Gráfico 33 - Ingressantes ao curso de Pedagogia/FEUFF que exercem ou não atividade remunerada entre 2006 e 2012	171
Gráfico 34 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes ao curso de Pedagogia/FEUFF entre 2006 e 2018	172
Gráfico 35 - Nível de instrução das mães dos ingressantes ao curso de Pedagogia/FEUFF entre 2006 e 2018	172
Gráfico 36 - Estado de residência dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018	176
Gráfico 37 - Sexo dos ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018.....	176
Gráfico 38 - Evolução da média de idade dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018.....	177
Gráfico 39 - Cor/raça dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018	178
Gráfico 40 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2012	180
Gráfico 41 - Renda familiar dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018	182
Gráfico 42 - Ingressantes ao curso de Medicina/UFF que exercem ou não atividade remunerada entre 2006 e 2017	183
Gráfico 43 - Percentual de pais dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF que estudaram até o ensino médio ou até o ensino superior ou pós-graduação entre 2006 e 2018.....	184
Gráfico 44 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018	185
Gráfico 45 - Nível de instrução das mães dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018	185

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese dos principais resultados da implementação do SISU em diferentes IFES brasileiras	75
Quadro 2 - Dados coletados pelo Questionário Sociocultural aplicados na inscrição do vestibular/UFF entre 2006 e 2011.....	92
Quadro 3 - Dados coletados pelo Questionário Socioeconômico aplicados na inscrição do ENEM entre 2010 e 2017	112
Mapa 1 - Média percentual da residência de origem dos ingressantes da região sudeste ao curso de Medicina/UFF pelo vestibular (2008 a 2011)	175
Mapa 2 - Média percentual da residência de origem dos ingressantes da região sudeste ao curso de Medicina/UFF pelo SISU (2011 a 2018)	175
Mapa 3 - Média percentual por região da residência de origem dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2008 e 2018	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECIERJ	Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEDERJ	Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CH	Ciências Humanas e suas tecnologias
CN	Ciências da Natureza e suas tecnologias
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSEAC	Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CUV	Conselho Universitário
DAE	Departamento de Administração Escolar
EAD	Educação a distância
EF	Ensino Fundamental
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Educação Superior
EUA	Estados Unidos da América
FEUFF	Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense
FGEDUC	Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GED	Gratificação de Estímulo à Docência ao Magistério Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IESP	Instituições de Ensino Superior Privadas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LC	Linguagem, Códigos e suas tecnologias
MEC	Ministério da Educação
MT	Matemática e suas Tecnologias
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSS	Processo Seletivo Seriado
QSC	Questionário sociocultural
QSE	Questionário socioeconômico
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	20
1	A EXPANSÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?.....	30
1.1	A recente expansão do ensino superior no Brasil: a ampliação do acesso do início dos anos 2000 a 2018.....	34
1.2	O processo de democratização do acesso a educação superior no Brasil.....	47
1.3	A desaceleração do processo de expansão da educação superior no Brasil.....	54
2	O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) COMO MECANISMO DE INGRESSO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO?.....	58
2.1	O Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o seu funcionamento.....	61
2.2	Os resultados inesperados do SISU.....	64
2.3	O SISU e a democratização da educação superior.....	76
3	RETRATO SOCIOECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: PERFIL DE INGRESSANTES ENTRE 2006 E 2018.....	79
3.1	Bases de dados públicas: o questionário sociocultural do vestibular e o questionário socioeconômico do ENEM como instrumentos de coleta de dados.....	83
3.1.1	<u>População da pesquisa.....</u>	89
3.1.2	<u>Variáveis selecionadas.....</u>	90
3.2	O perfil do ingressante via vestibular da Universidade Federal Fluminense.....	91
3.2.1	<u>Quem são os alunos que ingressam na UFF via vestibular?.....</u>	94
3.3	O perfil do ingressante via SISU da Universidade Federal Fluminense.....	110
3.3.1	<u>Quem são os alunos que ingressam na UFF via SISU?.....</u>	112

3.4	O perfil do ingressante à UFF/Niterói via vestibular e SISU: continuidades e transformações.....	141
3.5	Síntese do perfil do ingressante à UFF/Niterói entre 2006 e 2018.....	153
4	O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO PERFIL DOS CALOUROS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E MEDICINA DA UFF ENTRE 2006 E 2018.....	156
4.1	O perfil do ingressante ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018.....	159
4.2	O perfil do ingressante ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018.....	173
4.3	Dissonâncias entre os cursos de Pedagogia e Medicina da UFF: elitização versus democratização.....	186
	CONCLUSÕES.....	195
	REFERÊNCIAS.....	204
	APÊNDICE A – Relação de cursos UFF.....	212

INTRODUÇÃO

O cenário da educação superior brasileira alterou-se substancialmente ao longo das últimas duas décadas. As políticas públicas propostas e desenvolvidas durante o período impactaram o processo de democratização do acesso ao ensino superior. O quantitativo de estudantes matriculados em cursos de graduação foi expressivamente ampliado, com expansão das instituições de ensino superior públicas e privadas. Hoje, com o crescimento do público atendido pelos sistemas de ensino superior, há um público muito mais diverso do que na década de 1990.

O enfoque da presente pesquisa está voltado para as questões do acesso e democratização do ensino superior em virtude das políticas de expansão que foram sendo desenvolvidas nas últimas duas décadas. De forma geral, quatro documentos sinalizam a perspectiva de expansão da oferta de vagas em cursos de graduação: o *Programa Universidade para Todos* (PROUNI), que oferta bolsas parciais e integrais em instituições de ensino superior privadas; o *Fundo de Financiamento Estudantil* (FIES), que concede crédito educativo aos estudantes de instituições privadas; o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI) que se propôs a promover a expansão e interiorização das universidades federais; e a *Universidade Aberta do Brasil* (UAB) que pretendia expandir a modalidade de educação a distância no setor público.

Em relação às políticas de inclusão que, em linhas gerais, pretendiam equalizar as oportunidades de acesso e a permanência dos diferentes grupos sociais no ensino superior, três documentos ganharam destaque nos últimos anos: a *Lei de Cotas* – Lei nº 12.711/2012, que traduz uma política de ação afirmativa cujo propósito é a reserva de cotas a estudantes provenientes da escola pública, levando-se em consideração, também, a renda per capita e a questão étnico-racial; o *Programa Nacional de Assistência Estudantil* (PNAES) que destina recursos públicos para o auxílio financeiro de estudantes em situação de vulnerabilidade social; e o *Sistema de Seleção Unificada* (SISU), que prevê uma única seleção para o ingresso nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

As pesquisas sugerem que o desenho de tais políticas públicas para a educação superior nas últimas duas décadas teve uma repercussão positiva no perfil socioeconômico dos estudantes do ensino superior brasileiro (RISTOFF, 2016; FONAPRACE/ANDIFES, 2019). A expansão do sistema permitiu que mais jovens ingressassem ao ensino superior, o que em si mesmo, já contribuiu para alterar esse perfil estudantil. Segundo DUBET (2015), “[...] a

massificação tem um efeito democrático automático, quer se trate de geladeira, de automóveis, de televisão ou de diplomas superiores” (DUBET, 2015, p. 256). Ou seja, a ampliação do ingresso às instituições de ensino superior promovida por programas como o REUNI, FIES e PROUNI contribuiu para viabilizar que camadas mais populares da nossa sociedade tivessem mais chances de ingressar ao ensino superior. Dubet (2015) argumenta que

A massificação do ensino superior desempenhou, portanto, um papel democrático objetivo ao aumentar mecanicamente as possibilidades de se fazer estudos longos. As classes médias beneficiaram-se amplamente dessa massificação e uma parte das classes populares também aumentou suas possibilidades de ter acesso à universidade. (DUBET, 2015, p.256).

Contudo, mesmo quando um sistema de ensino é massificado, as oportunidades de ingresso são diferentes para cada estudante de acordo com sua história familiar, escolar e econômica. Com isso, se apresenta outra dimensão para a democratização da educação superior: a igualdade de oportunidade de acesso para todos os grupos sociais. Segundo Dubet, “[...] sob esse prisma, a democratização exigiria que todas as classes sociais tivessem as mesmas possibilidades e que a população dos estudantes retratasse a sociedade.” (DUBET, 2015, p. 257). Esta perspectiva esteve presente na elaboração de algumas políticas desenvolvidas no Brasil, como a Lei de Cotas, o REUNI e o FIES. E de fato, nos anos posteriores a implementação destas políticas, o perfil do estudante de graduação mudou, aproximando-se cada vez mais do perfil da sociedade (RISTOFF, 2016).

Na presente pesquisa, buscou-se compreender como as políticas públicas voltadas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) impactaram especificamente o perfil dos ingressantes à Universidade Federal Fluminense (UFF). Somando-se, assim, aos esforços de outras investigações sobre o tema da democratização do acesso à educação superior no Brasil. Pretende-se alargar as discussões sobre a temática apresentada e, com isso, refletir sobre o processo de democratização da educação superior, buscando compreender, a partir das particularidades da instituição, a amplitude do processo.

Além de se constituir em meu espaço de trabalho, a UFF, hoje, apresenta uma grande representatividade no ensino superior do estado do Rio de Janeiro, justificando a sua escolha como campo de pesquisa. A UFF é uma instituição localizada no estado do Rio de Janeiro, com uma grande capilaridade regional, presente em alguns municípios do estado, e, desde os anos 2000, vem apresentando um crescimento acentuado na oferta de vagas e matrículas. Em 2018, a UFF foi a universidade federal com maior número de matrículas registrados no Censo da Educação Superior (INEP, 2019).

Há, ainda, uma motivação pessoal para tal investigação. Em 2015, como parte do meu trabalho de orientação educacional junto aos alunos do curso de graduação em Pedagogia da UFF, observei empiricamente algumas mudanças no perfil dos calouros do curso. Os ingressantes eram jovens que tinham acabado de concluir o ensino médio, chamando atenção o grande número de alunos oriundos de escolas privadas consideradas de elite na cidade do Rio de Janeiro. O curso de Pedagogia da UFF sempre teve como uma característica relevante a origem popular dos seus alunos e a presença de alunos mais velhos que buscavam a graduação como forma de aprimoramento profissional, visto que muitos alunos já atuavam na área educacional. Além dessa mudança, também chamou atenção o “desaparecimento” dos alunos durante os semestres letivos, identificou-se junto aos alunos que continuavam a frequentar o curso que alguns dos alunos ausentes haviam mudado de curso, em virtude de nova convocação no SISU, ou haviam desistido, pois não se identificaram com o curso de Pedagogia.

Essas constatações provocaram reflexões a respeito das alterações que o novo formato de seleção aos cursos de graduação da instituição poderiam estar trazendo para o curso de Pedagogia e para a UFF. O SISU alterou a dinâmica de seleção às IFES, ao permitir que a escolha do curso fosse realizada em momento posterior a realização dos exames, além de possibilitar uma escolha tardia do curso a partir das notas de corte da seleção, divulgadas ao longo do processo. O SISU, portanto, foi o ponto de partida para a presente pesquisa. As promessas de um acesso mais democrático às instituições públicas de ensino superior eram o grande *slogan* do SISU, um mecanismo criado para otimizar a ocupação das vagas disponíveis no setor público, principalmente no sistema federal de ensino. De acordo com sua justificativa, um sistema de seleção unificada permitiria maior mobilidade territorial dos estudantes e uma facilidade para os candidatos concorrerem às vagas em todas as instituições públicas federais brasileiras, potencializando a ocupação das vagas e a igualdade de oportunidades aos estudantes.

Entretanto, aparentemente, o curso de Pedagogia da UFF estava passando por um processo de mudança do perfil dos seus calouros contrário às premissas do SISU e do debate de democratização do acesso ao ensino superior. Então, me questionei: qual era o perfil dos ingressantes ao curso de Pedagogia da UFF antes e depois do SISU? No decorrer da minha pesquisa, identifiquei que outros pesquisadores também estavam preocupados com os impactos da alteração da dinâmica de seleção às IFES, trazidos pelo SISU. Estes pesquisadores identificaram duas tendências que me levaram a crer que o novo mecanismo de seleção não estaria atingido o seu objetivo de um acesso mais democrático às IFES (OLIVEIRA, 2014; NAKAMURA, 2014; GÓMEZ & TORRES, 2015; SOUSA, 2015; LIMA & BIACHINI, 2017;

NONATO, 2018; CABELLO et. al., 2019). Por um lado, eles observaram uma possível elitização dos cursos que originalmente atenderiam às camadas mais populares, como as licenciaturas, além de uma mobilidade territorial apenas para os mais seletivos, como Medicina e Direito, por exemplo. Por outro lado, mesmo com a alta relação candidato/vaga, observaram uma ampliação do número de vagas ociosas.

Considerando que no Brasil, em 2019, apenas 25,5% dos jovens entre 18 e 24 anos chegaram ao ensino superior (BRASIL, 2020), como explicar o número de vagas ociosas no setor público de ensino superior? O Plano Nacional de Educação¹ planeja que 33% dos jovens estejam matriculados no ensino superior até o final de 2024. O país encontra ainda outros desafios: as significativas diferenças das taxas de matrícula regionais. Nas regiões norte e nordeste, por exemplo, apenas 21% e 19,5% dos jovens, respectivamente, encontram-se matriculados no ensino superior. Em contrapartida, as regiões sudeste, sul e centro-oeste apresentam taxas superiores à média nacional: 28,1%, 30,6% e 31,1%, respectivamente (BRASIL, 2020).

As explicações para a não ocupação dessas vagas são muitas. A primeira delas diz respeito à nova dinâmica do processo seletivo unificado, ao propiciar a escolha estratégica do curso, o SISU poderia potencializar a evasão nos semestres iniciais. Outra explicação possível seria o atendimento, ao longo da primeira década do século XXI, da demanda reprimida, ou seja, as políticas de expansão poderiam já ter atendido as necessidades daqueles que não conseguiam ingressar no ensino superior por falta de vagas. Mas, além disso, a não ocupação das vagas poderia refletir uma estratégia de vida dos próprios estudantes, como a escolha de ingressar em cursos de graduação a distância ou em cursos de graduação em instituições privadas, com o suporte das bolsas do PROUNI ou o FIES, em virtude da necessidade de conciliar trabalho e estudo ou das dificuldades econômicas de permanência em cursos presenciais.

Há, ainda, outros fatores que atravessam essas escolhas e a ausência dos jovens no ensino superior, a crise econômica dos últimos anos, por exemplo, poderia apagar as perspectivas positivas dos jovens em relação ao futuro, aos jovens caberia a urgência de garantir a sua sobrevivência, o que inviabilizaria os “custos” do investimento individual e familiar na educação superior. Neste contexto, um descrédito na educação formal como agente de mudança pode também contribuir para o afastamento do jovem do ensino superior, por outro lado, o empreendedorismo surge como uma alternativa a essa educação formal.

¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

Portanto, os desafios para o ingresso dos jovens no ensino superior ainda são muitos, sendo fundamental compreender o processo de desenvolvimento da expansão do ensino superior – em que contexto econômico acontece, a quais propósitos atende, para avaliar em que medida as políticas públicas de acesso ao ensino superior respondem aos interesses públicos e aos interesses e necessidades dos próprios jovens. Embora, o cenário da educação superior tenha se alterado nas duas últimas décadas, as análises demonstram que o foco na expansão quantitativa de vagas não foi suficiente para romper com as desigualdades no acesso à educação superior, não atendendo plenamente as condições necessárias para garantir o ingresso, a permanência e o sucesso desses jovens no ensino superior.

Conforme destaca Nogueira (2018), pautado nos estudos da sociologia da educação, “o crescimento das oportunidades de escolarização pode ocorrer paralelamente à manutenção ou mesmo ao reforço de desigualdades menos evidentes” (NOGUEIRA, 2018, p. 21). Ou seja, a massificação dos sistemas de ensino e a tentativa de equalizar as oportunidades de acesso não são suficientes para promover sua democratização. Este fenômeno é muito mais complexo. Segundo Dubet, “[...] nos sistemas mais abertos, as desigualdades ocorrem menos no momento do ingresso, deslocando-se para dentro do próprio sistema” (DUBET, 2015, p.258). O autor fala de uma meritocracia acadêmica, na qual “[...] os melhores estudantes [serão] selecionados pelos melhores estabelecimentos e melhores cursos, [construindo] uma hierarquia de competências acadêmicas extremamente pronunciadas” (DUBET, 2015, p. 259), assim, “[...] mesmo que um elevado número de estudantes tenha acesso ao ensino superior, a distribuição deles no sistema continuará desigual” (DUBET, 2015, p. 259). Dubet (2015) destaca ainda uma desigualdade na utilidade das qualificações acadêmicas, ou seja, quando o sistema de ensino superior se torna massificado, a correlação entre diplomas e empregos vai diminuindo, os diplomas já não guardam uma relação direta com a mobilidade social,

Os estudantes cursaram muito mais estudos superiores do que os seus pais para ocupar, ao término de seu percurso, posições profissionais e sociais próximas das que eles tiveram. Muitas vezes, esses estudantes se sentem traídos pela universidade que lhes “vendeu” uma esperança de mobilidade social que ela não lhes ofereceu. (DUBET, 2015, p. 260).

Posto isso, é imprescindível ampliar a compreensão do conceito de democratização do acesso à educação superior, que não se reduz a ampliação de vagas ofertadas e matrículas, mas pressupõe também a inclusão das classes sociais populares e usualmente excluídas do ensino superior, a garantia de condições sociais, econômicas, pedagógicas e afetivas para a permanência do estudante, para a sua conclusão e o direito a uma educação de qualidade. Em

outras palavras, conforme defendem alguns estudiosos do campo (SILVA e VELOSO, 2010; DIAS SOBRINHO, 2010; PAULA, 2017), o conceito de democratização do acesso ao ensino superior envolve múltiplos fatores: a oportunidade de ingresso, a permanência, o sucesso acadêmico, a qualidade da formação e a inclusão das camadas populares e dos grupos sub-representados no ensino superior. Sem a preocupação com esses múltiplos fatores, cabe a indagação se a agenda pública para o ensino superior tem atendido a proposta de democratização da educação superior ou a uma “massificação mercantil” (SGUISSARDI, 2015).

A expansão quantitativa de vagas aconteceu em volume muito desigual entre setor público e privado, com cessão de recursos públicos a instituições privadas, com priorização de instituições exclusivamente dedicadas ao ensino, com a financeirização das instituições de ensino, isto é, com a transformação do ensino superior de “um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou “mercadoria” (SGUISSARDI, 2015, p. 871). Sabe-se que instituições públicas e privadas guardam compromissos diferenciados no que tange ao propósito de democratização do acesso à educação e que há uma hierarquia entre os estabelecimentos públicos e privados do sistema de ensino superior. A rigor, os estabelecimentos públicos, na maioria das vezes, ocupam o topo desta hierarquia e são mais seletivos que as instituições privadas, permanecendo desigualdades na qualidade de formação dos estudantes de cada tipo de instituição. Assim, como a expansão das IFES e as políticas, desenvolvidas nas primeiras duas décadas do século XXI, corroboraram com o processo de democratização do acesso da educação superior no Brasil?

Nogueira (2018), ainda, chama atenção para os limites do processo de democratização do acesso à educação superior tendo em vista as desigualdades que podem permanecer mesmo dentro de uma mesma instituição de ensino: as desigualdades no acesso aos diferentes cursos de graduação. Nas palavras do autor,

Parece-nos ingênuo e enganador discutir a expansão do acesso ao ensino superior sem considerar seriamente o fato de que os cursos ocupam posições muito diferentes em termos de prestígio e perspectivas profissionais que oferecem aos seus alunos. Mais do que isso, parece-nos necessário ter claro que a escolha entre os cursos não é livre ou orientada exclusivamente por preferências de caráter idiossincrático. Ao contrário, essa escolha tende a ser fortemente condicionada pela origem social dos estudantes, abrindo, assim, os caminhos para a transmutação das desigualdades sociais em desigualdades escolares no interior da educação superior. (NOGUEIRA, 2018, p. 24).

Buscando compreender este processo na UFF, na presente pesquisa, enfrentei o desafio de desenhar o perfil dos seus estudantes ingressantes ao longo da sua recente expansão,

analisando os impactos das políticas públicas e dos diferentes processos seletivos na composição do corpo discente da instituição entre 2006 e 2018. Com o intuito de aprimorar a análise aqui proposta e ciente das desigualdades que podem permanecer no interior das instituições, a investigação se estendeu, também, a dois cursos de graduação da UFF que se encontram em extremos opostos nas posições de prestígio social: Pedagogia e Medicina.

A análise do perfil dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da UFF foi imprescindível à presente pesquisa, tendo em vista que foram as observações do corpo de calouros do referido curso que ensejaram o desenvolvimento da investigação. Para além disso, o curso de Pedagogia, como as demais licenciaturas, ocupa um lugar de baixo prestígio social na nossa sociedade, e as pesquisas sobre perfil de alunos, geralmente, demonstram que ele é composto por alunos das classes populares. Por outro lado, o curso de Medicina dispõe de um alto prestígio social, sendo altamente seletivo e composto por classes sociais mais abastadas. Em certa medida, ambos os cursos tendem a se afastar do perfil geral de estudantes das universidades, por fugirem da média em características como renda e escola de origem.

O recorte temporal da presente pesquisa foi escolhido por contemplar momentos distintos dos processos seletivos à instituição e de implementação das políticas públicas de expansão e inclusão. A adesão da UFF ao REUNI aconteceu em 2008, nesta época, o vestibular era o único processo seletivo à instituição. Neste ano, a instituição, também, adotou uma política própria de ação afirmativa que concedia um bônus de 10% à nota dos estudantes egressos de escolas públicas. A partir de 2011, a instituição passou a ofertar vagas aos seus cursos de graduação pelo SISU. Entre 2011 e 2012, ocorreu o processo de transição dos processos seletivos à instituição, com vagas ofertadas pelo concurso do vestibular e o SISU. A partir de 2013, o SISU passou a ser o único processo seletivo aos cursos de graduação da UFF e a reserva de vagas prevista na Lei de cotas passou a ser implementada. Com estes diferentes períodos, pretendeu-se traçar o perfil dos alunos em momentos distintos do processo de expansão da universidade. O acompanhamento do período posterior à adesão total ao SISU (2014 a 2018) foi fundamental para conhecer os desdobramentos das políticas implementadas e, também, explorar as influências de outros fatores no ingresso dos estudantes como a crise econômica.

Compuseram a população da presente pesquisa, apenas os estudantes ingressantes aos cursos de graduação presencial das unidades acadêmicas da UFF localizadas em Niterói. As unidades acadêmicas da UFF localizadas nas cidades do interior e os cursos de graduação a distância ofertados pela instituição possuem realidades muito distintas das unidades de Niterói e dos cursos presenciais – desde a história de criação das unidades, passando pelo quantitativo de ingressantes ao longo dos anos, pelo número de cursos e diversidade de áreas de

conhecimento abrangidas. Portanto, acredita-se que as trajetórias em cada unidade e modalidade de ensino são diferentes e uma análise global do perfil de todos os estudantes ingressantes à UFF poderia induzir a uma leitura equivocada do retrato socioeconômico institucional.

Para o delineamento do perfil dos estudantes ingressantes aos cursos de graduação da UFF, foram analisados os dados socioeconômicos dos alunos registrados em bases de dados institucionais já existentes, considerando que muitos dos alunos ingressantes no período do meu recorte temporal já teriam concluído a graduação à época da minha pesquisa, o que inviabilizaria a aplicação de novos questionários. Na etapa de seleção às instituições de ensino superior, geralmente, os estudantes que pleiteiam o ingresso à universidade respondem a questionários com informações econômicas, sociais e culturais que proporcionam a construção de uma riquíssima base de dados. De uma forma geral, os questionários abordam temas como: cor/raça, onde estudou o ensino médio, escolaridade dos pais, renda familiar, se trabalha, como ocupa o tempo livre, se tem acesso à internet etc.. Com isso, instituições e pesquisadores, ao sistematizarem estes dados, podem traçar o perfil dos estudantes que buscam acessar o ensino superior no Brasil. Durante os vestibulares, as próprias instituições aplicavam estes questionários no momento de inscrição. Na UFF, entre 2006 e 2012, foram aplicados questionários socioculturais. Quando a UFF aderiu ao SISU como único processo seletivo, estes questionários deixaram de ser aplicados, porém, os candidatos à seleção pelo SISU, também respondem a um questionário socioeconômico no momento de inscrição ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), avaliação que é requisito para a inscrição no SISU. Sendo assim, na presente pesquisa foram analisadas as respostas dos alunos ingressantes aos questionários socioculturais do vestibular e questionários socioeconômicos do ENEM. Ao todo, foram analisados 60.975 questionários, o que representou aproximadamente 92% dos ingressantes aos cursos de graduação presencial das unidades acadêmicas da UFF localizadas em Niterói.

A discussão proposta na tese estabelece um diálogo teórico com autores que permitiram explorar as conexões entre o projeto público de educação superior e as concepções de democratização que o permeiam e o ultrapassam. Assim, autores como Gomes e Moraes (2012), Sguissardi (2015), Mancebo, Vale e Martins (2015), Cislighi (2019) contribuíram para situar o SISU dentro de um contexto mais amplo de políticas públicas para a educação superior. Enquanto as discussões sobre democratização do acesso foram fundamentadas em autores como Silva e Veloso (2010), Dias Sobrinho (2010), Paula (2017). Ao longo do texto, apropriei-me dos debates propostos pelos autores a fim de apreciar o retrato da educação superior que foi

sendo delineado a partir dos documentos legislativos e dos dados estatísticos oficiais². Em seguida, procurei explorar as pesquisas sobre a avaliação da adesão ao SISU de diversas instituições de ensino superior públicas, compreendendo os limites e contribuições de uma política nacional de seleção unificada. Por fim, com base nestes estudos, analisei os dados coletados sobre o perfil dos alunos ingressantes à UFF entre 2006 e 2018. Portanto, a estrutura da tese conta com quatro capítulos, além da introdução e conclusão.

O primeiro capítulo intitula-se *A expansão do acesso ao ensino superior no Brasil: um processo de democratização?* que aborda um retrato do processo de expansão das vagas ao ensino superior brasileiro entre 2003 e 2018, estabelecendo uma interlocução com as discussões sobre a democratização do acesso a educação superior, avaliando em que medida avançamos com as políticas públicas dos últimos anos neste processo de democratização.

O capítulo seguinte é sobre o Sistema de Seleção Unificada (SISU) no qual é apresentado o funcionamento do sistema com base nas portarias normativas publicadas pelo MEC e intitula-se *O Sistema de Seleção Unificada (SISU) como mecanismo de ingresso às Instituições Federais de Ensino Superior: um instrumento de democratização?* Em seguida, são apresentadas as contradições do sistema a partir das pesquisas já realizadas sobre o tema, articulando essa discussão com o processo de democratização do ensino superior.

No terceiro capítulo, os resultados da análise dos dados dos questionários respondidos pelos alunos ingressantes à UFF são apresentados e discutidos, visando desenhar o perfil dos calouros da instituição. O capítulo intitula-se *Retrato Socioeconômico da Universidade Federal Fluminense: perfil de ingressantes entre 2006 e 2018*. No início do capítulo é apresentada, ainda, uma descrição detalhada do caminho metodológico percorrido para a elaboração da pesquisa proposta.

O quarto e último capítulo da tese aborda o perfil dos estudantes ingressantes aos cursos de graduação de Pedagogia e Medicina da UFF. Nele, será possível encontrar uma síntese das principais características socioeconômicas encontradas para cada curso, seguida de uma análise comparativa do perfil destes estudantes. O título do capítulo é *O impacto das políticas de*

² Aqui convém um adendo: ao longo da redação da primeira versão do presente texto, em 2020, encontrei algumas inconsistências nos dados estatísticos apresentados ou dificuldades para acessar documentos nos sites oficiais que no momento de elaboração do projeto da tese, em 2018, estavam disponíveis. Este é o exemplo do “Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação”, documento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que não encontrei mais disponível no site oficial ou os dados oficiais do número de bolsas concedidas pelo PROUNI que antes estavam disponíveis no próprio site do programa e, agora, são encontrados apenas no site do Portal Brasileiro de Dados Abertos com valores diferentes. Naquele ano (2020), os sites do governo federal estavam passando por uma reestruturação que poderiam estar tornando-os instáveis e dificultando o acesso a documentos e informações antes disponíveis. Porém, quando se trata de espaços de disputas de poder, sempre cabe o questionamento se a dificuldade de acesso à informação trata-se apenas de uma instabilidade técnica ou se há uma intencionalidade em ocultá-las.

democratização do acesso ao ensino superior no perfil dos calouros do curso de Pedagogia e Medicina da UFF entre 2006 e 2018.

1 A EXPANSÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?

A educação superior mundial foi marcada por um intenso processo de expansão desde a segunda metade do século XX. Dados do Instituto de Estatística da UNESCO indicam a dimensão deste processo de expansão: a taxa de matrícula bruta mundial passou de 13 milhões a 198 milhões entre 1960 e 2013 (SEGRERA, 2016). No Brasil, esse fenômeno ganhou intensidade apenas no início do século XXI com as políticas de expansão das vagas promovidas pelo Estado, embora, desde finais do século XX, o país apresentasse crescimento do número de matrículas no ensino superior. Em 1994, o número total de matrículas em instituições de ensino superior brasileiras era de 1.661.034 (BRASIL, 2003), enquanto em 2018, este número era de 8.450.755, incluindo cursos de graduação presenciais e a distância (BRASIL, 2019).

Segundo Prates e Collares (2014), o *boom* desse crescimento das matrículas na educação superior mundial a partir da década de 1960 foi possível devido a dois mecanismos: o processo de mercantilização e de diferenciação institucional dos sistemas de ensino superior. Para os autores, o primeiro “tem a ver tanto com a ampliação da presença do setor privado no âmbito do ensino superior, quanto com a ampliação da lógica de mercado como modelo paradigmático de gestão do ensino superior” (PRATES; COLLARES, 2014, p. 41). Contudo, a grande expansão do sistema de ensino superior só foi possível a partir do processo de diferenciação institucional, isto é, “[...] com a criação de modelos alternativos de educação terciária em moldes distintos dos “velhos” modelos clássicos de educação universitária” (PRATES; COLLARES, 2014, p.57).

Na década de 1990, o Banco Mundial lançou o documento “O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência” (1994)³. Neste documento, o Banco Mundial incentivava a expansão do ensino superior pela via do setor privado, utilizando-se de dois argumentos principais: a ineficácia do sistema público de ensino superior e a injustiça do financiamento público para o ensino superior que atendia a uma pequena elite com alta renda (CISLAGHI, 2019, p. 141). A saída seria a racionalização e diversificação do sistema, com apoio do Estado às instituições

³ Os documentos divulgados pelos Organismos Internacionais para orientação das políticas educacionais são em número superior aos mencionados nesse texto. A conferência Mundial de Educação para todos em Jomtien/Tailândia em 1990 é destacada por diversos autores como um marco importante para as ações da UNESCO e do Banco Mundial no campo da educação no contexto neoliberal. A tese “Políticas de Ingresso na Educação Superior Pública no Brasil: Contextos, Concepções, Movimentos e Processos Seletivos em Perspectiva” (LUZ, 2017) apresenta um levantamento e debate a respeito dos documentos que esses organismos publicaram a partir da década de 1990 relativos ao ensino superior.

privadas. O documento defendia a criação e expansão de “universidades de ensino”, uma maior diversificação institucional e de fontes de financiamento às instituições públicas de ensino superior (SGUISSARDI, 2015).

Nessa conjuntura, o Banco Mundial propunha uma aceleração do processo de ampliação do acesso ao ensino superior, a partir de programas de crédito educativo aos estudantes e, também, de expansão através da educação a distância possibilitadas pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Segundo Cislighi (2019, p. 144), para o Banco Mundial, “A expansão do então chamado ensino terciário, por meio de várias formas de diversificação, deve ser acelerada para cumprir esse duplo objetivo, numa perspectiva de massificação”. É, nesta nova fase, que se desenvolvem as propostas para o ensino superior dos governos de Lula⁴ e de Dilma⁵, embora, essas concepções já estivessem incipientes na década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso⁶.

Em consonância com a agenda pública mundial para a educação superior, no Brasil, o crescimento do número de matrículas e novas vagas no ensino superior foi reiniciado na década de 1990 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), depois de um período de estagnação⁷. Segundo Gomes e Moraes (2012, p. 179), “A partir de 1995, início do Governo FHC, a ES [educação superior] passa a apresentar taxas crescentes de expansão, tendo continuidade no Governo Lula.” Os autores demonstraram que “Foi em 1995 que a TCM [taxa de crescimento da matrícula] bruta ultrapassou o patamar de 9,0% em relação à população de 18 a 24 anos, depois de 15 anos praticamente estacionada na casa dos 8%.” (GOMES; MORAES, 2012, p. 180).

Todavia, também foi durante a década de 1990, que o ensino superior brasileiro foi marcado, explicitamente, pelo projeto de reconfiguração do papel do Estado, que passou a

⁴Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 2002 e 2006. Os seus mandatos foram de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

⁵Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil nas eleições de 2010 e 2014. Os seus mandatos foram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016.

⁶Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 1994 e 1998. Os seus mandatos foram de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

⁷ Durante os governos da Ditadura Civil-Militar, também, houve um crescimento acentuado das vagas e matrículas no ensino superior em virtude das demandas da classe média por ascensão social pela via do ensino superior. No período, tanto o ensino superior público quanto o privado cresceram, com uma expansão proporcionalmente maior do sistema privado em detrimento do público devido às “(...) facilidades, os incentivos fiscais e tributários para a abertura de IES privadas [que] foram incessantemente criados e recriados. Fato é que, ao final da ditadura, as matrículas privadas já ultrapassavam em muito as oferecidas nas IES públicas.” (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 36). Contudo, conforme os dados apresentados por Gomes e Moraes (2012), houve uma estabilização nesse processo de expansão do ensino superior no período de 1980 e 1994, que começou em 1995.

assumir a função de regulador e promotor do desenvolvimento econômico e social, deixando de ser o seu responsável direto⁸. Neste contexto, a educação tornou-se parte dos serviços não exclusivos do Estado, o que abriu “um novo precedente para as parcerias público-privadas na educação superior brasileira” (MANCEBO, 2017, p. 883). Em finais da década de 1990 e início dos anos 2000, o foco das políticas públicas para o ensino superior estava voltado a regulamentar o funcionamento das universidades, reforçando o papel regulador que o Estado pretendia assumir. Assim, cabia ao Estado à tarefa de racionalizar o uso dos recursos públicos e, ao mesmo tempo, garantir a eficiência dos serviços prestados, o que, no âmbito do ensino superior, pode ser traduzido na ampliação do seu sistema concomitantemente a redução do custo por aluno.

Com o pouco investimento público e a demanda por ampliação do acesso à educação superior, uma das soluções assumidas foi a oferta de novas vagas na rede privada de ensino. Os dados do Censo da Educação Superior demonstram que, no período de 1995 a 2002, houve um crescimento do número de instituições privadas, de 684 para 1.442 instituições, enquanto as matrículas totais deste segmento ampliaram-se de 1.059.163 para 2.498.258. Se em 1995, as matrículas da rede privada representavam 60% das matrículas totais do ensino superior, em 2002 passaram a representar 70%, demonstrando que o setor privado cresceu em proporção maior que o setor público.

Neste período, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES pela Medida Provisória n.º 1.827/1999, em substituição ao Programa de Crédito Educativo de 1975. Em linhas gerais, o FIES é um fundo dedicado ao financiamento de estudantes de graduação matriculados em instituições privadas. Isto é, os estudantes recebem a título de empréstimo, recursos financeiros para custearem as mensalidades dos cursos, comprometendo-se contratualmente com o seu pagamento após o término do curso. Com isso, foi possível aumentar o quantitativo de ingressantes no ensino superior privado, já que uma parcela daqueles que não poderiam ingressar no ensino superior público e, também, não poderiam custear um curso de graduação no setor privado poderiam recorrer ao crédito do FIES.

No setor público, apesar da redução do orçamento para a educação superior, o número de matrículas também cresceu nesse período: de 700.540 em 1995 para 1.051.655 em 2002.

⁸ O novo papel do Estado está descrito no “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado”, proposto, em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Este documento visava promover diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. Sendo assim, alguns conceitos passaram a permear as ações do Estado em busca de um novo modelo de gestão: papel regulador do Estado, descentralização da execução das políticas públicas, controle dos resultados, eficiência dos serviços prestados (qualidade da educação), controle social. Neste novo modelo, o Estado deixaria de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social. Essas ideias estão alinhadas às estratégias neoliberais que vão ganhando força no Estado brasileiro.

Sendo que na rede federal esse crescimento foi de 367.531 para 531.634. Segundo Gomes e Moraes (2012, p. 182), a criação da Gratificação de Estímulo à Docência ao Magistério Superior (GED) teve um impacto na organização das instituições federais que podem ter possibilitado a ampliação do número de matrículas e dos cursos noturnos a partir de 1998, mesmo com a redução dos recursos financeiros destinados às IFES entre 1989 e 2002. Para os autores, “Diante desses dados pode-se depreender que o processo de expansão resultou em um profundo sucateamento das instituições de ensino e degradação das condições de trabalho.” (GOMES; MORAES, 2012b, p. 9), bem como na intensificação do trabalho docente.

No período do governo FHC, observou-se um processo de mercantilização da educação superior. Seja pela adoção de modelos de gestão pautados na lógica gerencialista-empresarial, seja pelo financiamento indireto às instituições privadas. A tônica da expansão do ensino superior no referido período esteve pautada na racionalização dos gastos, com congelamento de investimentos no setor público, e o desenvolvimento de programas públicos que beneficiaram o crescimento do setor privado de ensino superior, como o FIES. Soma-se a isto as novas possibilidades de organização acadêmica que as instituições de ensino superior poderiam assumir de acordo com o decreto 2.306/97, que impulsionou o crescimento da rede privada de ensino superior: de 63 universidades privadas em 1995, passaram a ser 85 em 2001, enquanto no setor público o total de universidades ficou estagnado em 71 (CUNHA, 2003). Adicionalmente, ocorreu grande crescimento das faculdades isoladas e dos centros universitários no período. Os centros universitários, por exemplo, não existiam em 1995 e, em 2011, totalizavam 66, sendo que apenas dois deles eram instituições públicas (CUNHA, 2003). Em suma, é notório que o processo de expansão da educação superior, na década de 1990, ocorreu pela via da privatização do ensino superior, ao mesmo tempo em que ocorreu um sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior.

É no período seguinte, sobretudo nas primeiras duas décadas dos anos 2000, que o fenômeno de crescimento das matrículas no ensino superior se intensificou no Brasil. Nos governos de Lula e Dilma, a educação superior foi alvo de algumas políticas públicas que visavam a sua expansão e democratização. O próximo tópico abordará uma discussão a respeito destas políticas e do processo de expansão e democratização da educação superior no Brasil.

1.1 A recente expansão do ensino superior no Brasil: a ampliação do acesso do início dos anos 2000 a 2018

A partir de 2003, no Governo de Lula, o processo de expansão do ensino superior brasileiro teve continuidade: políticas e programas foram desenvolvidos e implementados com o objetivo de acelerar o processo de ampliação do acesso às instituições de ensino superior. A agenda pública brasileira para a educação superior passou a assumir como foco a expansão do setor, atrelada ao discurso de democratização do ensino superior.

O ritmo acelerado de expansão teve continuidade a partir de 2003, mas sob nova tônica. Articulado ao discurso de democratização da ES (como “bem público” ou de “interesse público”), uma série de políticas vem sendo implementada ou reorientada, objetivando ampliar o acesso, sobretudo dos jovens e trabalhadores provenientes das classes sociais tradicionalmente excluídas da ES. (GOMES; MORAES, 2012, p. 184).

Essa fase de expansão foi marcada por políticas destinadas à rede privada e pública de ensino superior. No setor privado, algumas das políticas públicas propostas foram: a manutenção do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005). Enquanto, no setor público, os programas de maior destaque foram: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (BRASIL, 2006).

Embora o Programa FIES tenha iniciado em 1999, ele permaneceu como estratégia de ampliação das matrículas nos governos subsequentes. Ao longo da primeira década dos anos 2000, o agora nomeado, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) passou por inúmeras alterações a fim de facilitar o acesso dos alunos e reduzir a inadimplência, como as mudanças no valor máximo de financiamento do curso (já foi de 50%, 70% e 100%), estabelecimento de prazo de carência para início do pagamento da dívida, ampliação do benefício para estudantes da pós-graduação *stricto sensu* e dos cursos profissionais e tecnológicos (GILIOLI, 2017).

Apesar de todas as alterações propostas, é possível verificar uma relativa constância dos recursos destinados ao financiamento dos estudantes no período de 2001 a 2009, de acordo com os dados apresentados por Chaves e Amaral (2016, p. 62), os recursos eram inferiores a 2 bilhões de reais no referido período. Os autores observaram que, ainda assim, este volume de recursos financeiros destinados ao FIES era alto, contribuindo para a expansão do setor privado de ensino superior.

A partir de 2012, já no Governo Dilma, os recursos financeiros destinados ao financiamento de estudantes passaram por uma vertiginosa expansão, chegando a R\$ 6.963.733.984 (CHAVES; AMARAL, 2016). A esta expansão podemos relacionar as reestruturações do programa em 2010, que foi denominada de Novo FIES (Lei nº 12.202/2010). Segundo Gilioli (2017), a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) foi um dos principais mecanismos para viabilizar a ampliação do número de estudantes atendidos pelo FIES. Com o FGEDUC, a figura do fiador deixaria de ser pré-requisito para alguns beneficiários do programa.

Essa modificação foi essencial no sentido de que, até então, exigia-se fiador para os beneficiários do Fies. O FGEDUC, fundo administrado pelo Banco do Brasil, passou a atuar como uma espécie de “seguro-fiança” para certo perfil de beneficiários, especificamente os matriculados em cursos de licenciatura, bolsistas Prouni que optaram por complementação do Fies no mesmo curso do Prouni e estudantes com renda bruta familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. Esse instrumento permitiu considerável expansão da concessão de benefícios do Fies, repassando o risco do agente operador para o Fundo. (GILIOLI, 2017, p. 202).

Desta forma, os novos contratos pactuados pelo FIES aumentaram substancialmente no período de 2010 a 2014 (Tabela 01), passando de 76.170 novos contratos em 2010 para 732.494 em 2014 (GILIOLI, 2017, p. 210), o que justifica o aumento exponencial, observado por Chaves e Amaral (2016), de recursos financeiros destinados ao programa no período. Se em 2001, os recursos destinados ao financiamento dos estudantes era da ordem de R\$ 1.189.604.694, em 2014, esse valor chegou a R\$ 13.964.986.186 (CHAVES e AMARAL, 2016, p. 62). Contudo, a sustentabilidade do programa enfrentou duas crises após esse crescimento exponencial, uma em 2015 e outra em 2016, apresentando dificuldades para o repasse de verbas às instituições (GILIOLI, 2015).

Tabela 1 – Financiamentos concedidos com recursos do FIES entre 2010 e 2019

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Concessões (quantidade em mil)	76	154	377	559	731	287	203	176	82	85

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), 2023.⁹

⁹Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>. Acesso em 12 out. 2020.

No mesmo contexto de expansão do setor privado de educação superior, o PROUNI foi criado pela Lei nº 11.096/2005, com uma proposta diferente do FIES: o objetivo inicial do novo programa era ofertar bolsas integrais em cursos de instituições de ensino superior privadas (IESP), tendo como público alvo “brasileiros não portadores de diploma de curso superior e cuja renda familiar não [excedesse] a um salário mínimo *per capita*” (BRASIL, 2004), que tivesse cursado o ensino médio completo em escola pública ou fosse professor da escola pública de educação básica.

Em contrapartida, as instituições participantes, receberiam isenções dos tributos fiscais¹⁰ que deveriam recolher. Diversos autores (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006; CARVALHO, 2006; SOUZA; MENEZES, 2014) relatam a intensa disputa política para a aprovação do PROUNI, com embates entre os interesses das IESP e o interesse público. Ao final da disputa, o movimento das IESP conseguiu alterar algumas regras da proposta inicial: ampliação do público alvo, inserção da modalidade de bolsas parciais e redução do número de vagas que teriam obrigatoriedade de ofertar. Em contrapartida, permaneceram todas as isenções dos tributos fiscais previstas inicialmente, além dos fracos mecanismos de controle da política.

[...] as IESP lograram êxito em modificar todas as regras da política que lhes trariam benefício, reduzindo a quantidade de bolsas, os controles institucionais das exigências de investimentos, sem, contudo, reduzir em nada os benefícios tributários. Nota-se que a única regra importante do programa que não foi alterada foi aquela relativa às isenções fiscais, pois manteve-se a supressão das alíquotas do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. (SOUZA; MENEZES, 2014, p. 628).

Em relação a alunos atendidos e a recursos financeiros, o PROUNI possuía volumes inferiores ao FIES. A título de exemplificação, o número de bolsas integrais e parciais concedidas, em 2005, foi de 95.629, já em 2017, esse número subiu para 236.636¹¹ (Tabela 02). Os recursos de isenções tributárias do PROUNI passaram de R\$ 468.487.367 em 2006 para R\$ 1.024.319.793 em 2015 (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 67). Ainda que os dados de expansão

¹⁰ Os tributos fiscais são: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

¹¹ Os dados sobre o número de bolsas concedidas pelo PROUNI foram obtidos no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Observa-se que os números apresentados nas planilhas disponíveis no portal são diferentes dos números que foram encontrados inicialmente no site do PROUNI. Em diversos trabalhos, os números de análise das bolsas concedidas pelo PROUNI correspondem aos mesmos números encontrados, em outro momento, no site do programa. Porém, como estes dados não estão mais disponíveis, para fins de análise da evolução dos números, aqui se optou por analisar os dados constantes no Portal Brasileiro de Dados Abertos, permitindo, assim, verificar o número de bolsas concedidas até 2017. Não foi possível utilizar os dados de ambas as fontes de informação, porque eles eram quantitativamente muito diferentes, os disponíveis no site do PROUNI eram sempre superiores aos do Portal.

do PROUNI sejam inferiores ao do FIES, não se pode ignorar os benefícios conquistados pelas IESP: além das generosas isenções fiscais, ainda, poderiam aumentar as possibilidades de ocupação das suas numerosas vagas ociosas.

Tabela 2 - Bolsas concedidas pelo PROUNI entre 2005 e 2017

Tipos de bolsa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Parciais	28.353	22.884	32.013	47.978	47.722	56.517	64.250
Integrais	67.276	86.141	73.561	76.643	113.647	96.216	106.516
Total	95.629	109.025	105.574	124.621	161.369	152.733	170.766

Tipo de bolsa	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Parciais	57.573	42.755	47.565	67.564	81.856	81.595
Integrais	119.191	134.571	176.033	185.086	157.406	155.041
Total	176.764	177.326	223.598	252.650	239.262	236.636

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (MEC), 2023.¹²

O PROUNI e a reformulação do FIES do Governo Federal alavancaram o número de matrículas no ensino superior. No período, também, observou-se o crescimento do número de instituições privadas: em 2003, do total de 1.859 instituições de ensino superior, 1.652 eram instituições de natureza privada (BRASIL, 2003). Em 2018, esse número de instituições privadas subiu para 2.238, sendo responsáveis por 75% de todas as matrículas registradas no ano (BRASIL, 2018). Com tais estratégias, foi possível que um contingente de estudantes, que antes não ingressariam no ensino superior, pudessem ocupar as vagas ofertadas, e muitas vezes ociosas, das instituições privadas. Segundo Chaves e Amaral,

Pode-se afirmar que o grande volume de recursos associados ao FIES e ao ProUni que se dirigem às instituições privadas contribuiu de forma fundamental para que o quantitativo de matrículas continuasse a aumentar mais no setor privado que no público. No ano de 2015, o total de recursos associados aos dois programas atingiu R\$ 16,5 bilhões, significando em torno de 15% dos recursos empenhados pelo governo federal na Função Educação, valor significativo, em face dos R\$ 12 bilhões de complementação ao Fundeb, realizado pela União. (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 68).

Entre 2003 e 2007, o setor público também teve a sua rede ampliada, de 207 instituições passou a contar com 249, sendo que a rede federal passou a contar com 23 novas instituições. O Programa de Expansão do Governo Federal, iniciado em 2003, foi responsável por parte

¹²Disponíveis em: <https://dados.gov.br/dataset/mec-prouni>. Acesso em 14 de out. de 2020.

dessas novas IFES e tinha como principal foco a interiorização das universidades, objetivando com isso “expandir o sistema federal de ensino superior, com vistas a ampliar o acesso à universidade, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais.” (BRASIL, 2006, p. VI). Para tanto, seriam criadas, universidades e diversos novos campi universitários em diversas regiões do Brasil. Contudo, foi a partir do REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, que podemos observar, nas IFES, um crescimento de matrículas superior a 10% nos cursos de graduação presencial no período de 2009 a 2011.

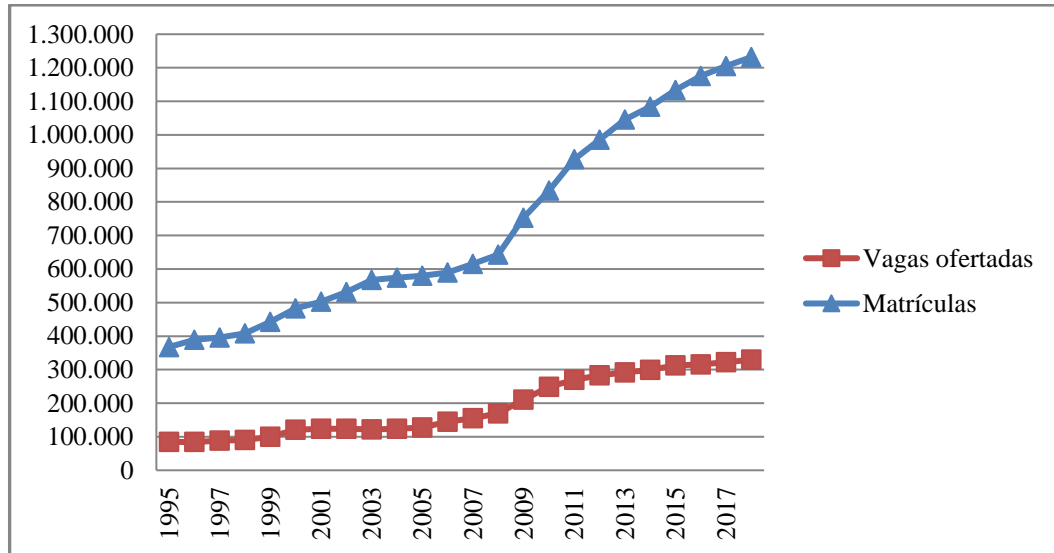
O REUNI tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior mediante “melhor aproveitamento da estrutura física” e dos “recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007) no período de 2008 a 2012. Dois pontos seriam de fundamental importância para alcançar o objetivo do decreto: a elevação da taxa de conclusão dos cursos para 90% e a elevação da relação professor/aluno em sala de aula passando a ser de 18 alunos para cada professor. Com isso, os índices de acesso e permanência poderiam ser melhorados com a racionalização dos recursos. Outros objetivos também foram propostos como forma de ampliar o acesso mediante uma racionalização dos recursos: redução da evasão, ocupação de vagas ociosas, criação de vagas no período noturno, diversificação das modalidades de graduação, incluindo a modalidade de educação a distância, revisão da estrutura acadêmica etc.. Além disso, o programa também objetivava ampliar a mobilidade estudantil entre cursos e instituições, e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

De fato, entre 2008 e 2012, o programa teve um impacto no crescimento do número de novas vagas ofertadas e matrículas no setor público federal: as novas vagas cresceram 67%, enquanto as matrículas cresceram 53% nos cursos de graduação presenciais. Este programa promoveu a expansão não só do número de vagas como a criação de novos campi e instituições, além do aporte financeiro aos programas de assistência estudantil. De acordo com os dados apresentados por Carvalho (2014), houve, no período de 2007 a 2010, na gestão do presidente Lula, um aumento crescente dos recursos financeiros do Tesouro Nacional destinados ao ensino superior público, ao contrário do movimento que se observava na gestão anterior no período de 1995 a 2002. Nas palavras da autora,

Em termos gerais, os oito anos de governo Lula representaram um acréscimo médio anual de 6,6% nas despesas com as IFES, enquanto no período FHC houve queda de 0,5% [...] o aporte crescente de recursos do Tesouro Nacional associado às receitas de outras fontes [das próprias IFES] criou um movimento de sinergia a favor da recuperação da infraestrutura das IFES já existentes e da criação de novas

universidades, as quais também passaram a receber recursos próprios pelos serviços prestados. (CARVALHO, 2014, p. 231-232).

Gráfico 1 - Crescimento das novas vagas ofertadas e matrículas nos cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior entre 1995 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

A despeito do crescimento do ensino superior público federal evidenciado pelos dados, é importante destacar que o crescimento do aporte financeiro não correspondeu às demandas implicadas pela proposta de expansão desse segmento. Conforme veremos adiante, alguns pesquisadores destacaram problemas em relação ao processo de expansão do ensino superior brasileiro e ao REUNI, especificamente: a questão da autonomia da universidade, a precarização e intensificação do trabalho docente e a infraestrutura insatisfatória.

Para Lima (2012), na sua elaboração, o REUNI violou o princípio da autonomia universitária, uma vez que foi implementado por meio de decreto presidencial, além de ter previsto a realização de um contrato de gestão entre as IFES e o MEC, no qual as IFES tiveram que se comprometer com os termos do decreto, em troca do aumento do aporte de verbas públicas, “vinculando os repasses ao cumprimento das etapas” (BRASIL, 2007). Com isso, para a autora, esvazia-se o conceito de autonomia universitária, uma vez que inviabiliza a possibilidade de um debate a respeito dos termos que norteariam a expansão do acesso ao ensino superior.

Por outro lado, ocorreu uma intensificação do trabalho docente na medida em que o crescimento do número de matrículas nas IFES não foi acompanhado de crescimento proporcional do número de docentes contratados (LIMA, 2012; MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). Segundo Lima (2012), é possível observar no período de 1995 a 2010, “(...)

um crescimento de matrículas da ordem de 126,11 %, para um crescimento de 13,53% de docentes, no mesmo período.” (LIMA, 2012, p. 450). Soma-se a isto, a insuficiência dos recursos financeiros destinados à infraestrutura, equipamentos, bens e serviços necessários à consolidação do programa de expansão. Segundo Mancebo; Vale; Martins (2015), a crítica dos docentes na greve de 2012 para melhorias nas condições do trabalho docente corrobora esses questionamentos:

[...] merece registro a crítica feita ao aumento do número de estudantes sem o necessário incremento no número de professores e técnicos, o que tem intensificado sobremodo o trabalho docente, e o questionamento quanto aos recursos destinados para a construção da estrutura física, insuficientes para o atendimento da expansão em curso e para a qualidade das atividades acadêmicas. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 39).

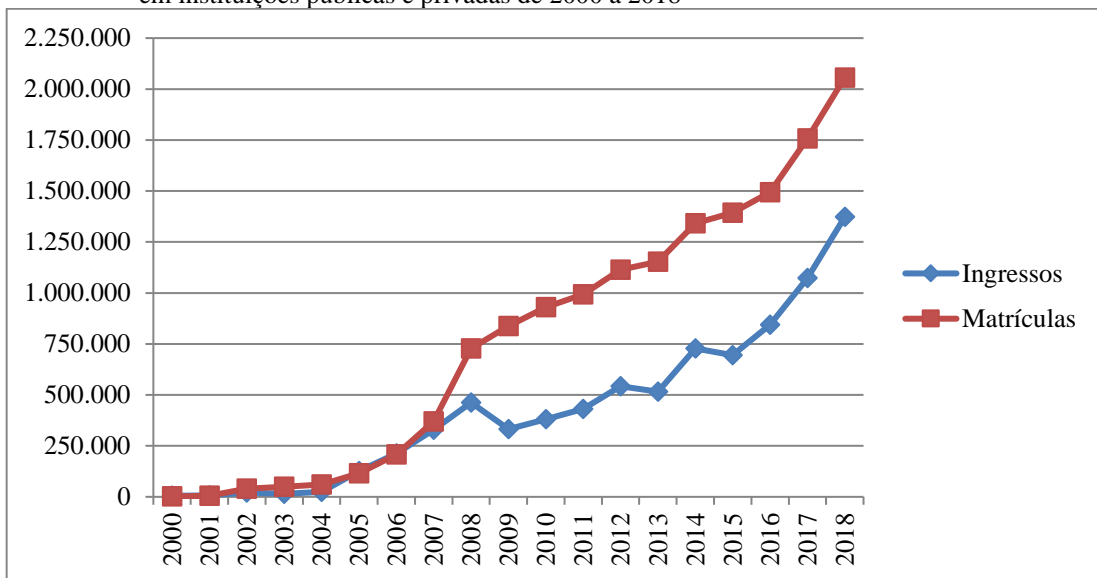
Nos sistemas estaduais e municipais de educação superior, houve uma grande oscilação no número de matrículas no período de 1995 a 2018, embora o sistema estadual também tenha se expandido. As matrículas em instituições de ensino superior estadual passaram de 239.215 para 582.905, representando um crescimento de 144%. No setor municipal, as matrículas passaram de 93.794 para 89.740, representando um decréscimo de 4%. Enquanto o setor federal teve um crescimento de 255% no período, registrando, em 2018, 1.231.909 matrículas, isto é, aproximadamente o dobro de matrículas do setor estadual no mesmo ano. Este crescimento desigual do número de matrículas entre as diferentes esferas é compreensível, já que, constitucionalmente, a responsabilidade do ensino superior cabe preferencialmente a União. Por outro lado, o crescimento da oferta estadual de ensino superior, ainda que em menor proporção que o sistema federal, vem ao encontro da proposta de regionalização e interiorização das instituições de ensino superior, já que muitas dessas instituições encontram-se em maior proporção nas localidades do interior. Em 2018, por exemplo, 73% das matrículas das instituições estaduais estavam no interior, enquanto na rede federal essa porcentagem era de 53% (BRASIL, 2018).

Por último, abordaremos as estratégias de diversificação de instituições e modelos de ensino superior que apostaram na educação a distância como uma modalidade que poderia potencializar a expansão do acesso ao ensino superior e contribuiria para enfrentar o desafio da formação docente decorrente da ampliação e massificação dos sistemas de educação básica. Todavia, inicialmente, a rede de ensino a distância atendeu a uma parcela muito pequena dos estudantes de graduação. O Censo da Educação Superior só passou a computar e divulgar o número de matrículas em cursos de graduação a distância a partir de 2000, registrando somente

1.682 matrícula, porém o número de ingressantes registrado neste mesmo ano foi de 5.287, indicando uma ampliação da EAD.

Nos anos seguintes, houve um crescimento acentuado do número de alunos ingressantes e das matrículas. Entre 2005 e 2008, houve um *boom* das matrículas em cursos de graduação a distância, com percentuais de crescimento extremamente elevados. A partir de 2009, este crescimento continuou a acontecer até 2018, porém com percentuais mais baixos (Gráfico 02).

Gráfico 2 - Crescimento do número de ingressantes e matrículas nos cursos de graduação a distância em instituições públicas e privadas de 2000 a 2018



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

No âmbito público federal, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) (BRASIL, 2006) foi responsável pela expansão do ensino superior público na modalidade a distância, tendo como alguns de seus objetivos a interiorização da oferta de cursos e a formação inicial e continuada de docentes para a educação básica pública, priorizando a oferta de cursos de licenciaturas e administração. Segundo Hernandes (2017), pretendia-se com o sistema UAB resolver as dificuldades para a formação de professores em nível superior, acreditando que a educação a distância poderia agilizar e massificar este processo. Seguindo as tendências das discussões sobre a democratização do ensino superior, o sistema UAB tinha como finalidade a expansão e interiorização da educação superior.

Para o funcionamento do sistema UAB, era realizada uma parceria entre o governo federal, os estados/municípios e as instituições de ensino superior (IES), no qual as IES ofertavam cursos e programas de ensino superior a distância em articulação com os pólos presenciais, estes de responsabilidade dos estados/municípios, cabendo ao MEC/CAPES a

coordenação do sistema (BRASIL, 2006). Segundo Hernandes (2017), esta estrutura de funcionamento resultou em algumas limitações: dificuldade orçamentária, já que os cursos ofertados no sistema não faziam parte da estrutura das IES e, portanto, não eram contabilizados na proposta orçamentária da União para as universidades; ausência de servidores docentes e técnicos para o desenvolvimento das atividades relacionadas aos cursos, tornando-se o EAD atividade secundária para os docentes e IES; precariedade da infraestrutura dos pólos presenciais, em virtude da capacidade orçamentária de alguns estados e municípios; a obrigatoriedade de um número mínimo alto de novas vagas (entre 100 e 150) para aceitação da oferta do curso pelo sistema UAB, entre outras dificuldades.

A racionalização dos recursos e a lógica dos modelos de gestão pautados na lógica gerencialista-empresarial permaneceram presentes na forma de organização da UAB, o que conferiu uma estrutura de funcionamento diferente dos cursos de graduação presenciais e a distância, ofertados pelas instituições de ensino superior públicas, o que ampliava as possibilidades de expansão das vagas de ensino superior, o que requereria uma infraestrutura e orçamento diferenciados. Por isso,

[...] a UAB possui um grande potencial para a oferta de vagas no ensino superior, porque não considera os mesmos padrões de investimento das IES. Todavia, ao assim fazê-lo, muda estruturalmente o perfil da universidade, os rumos de sua valorização e prestígio, por meio do sucateamento deste nível de ensino. Em acréscimo, contribui para a intensificação do trabalho docente e a dissociação entre “ensino-pesquisa-extensão”. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 42).

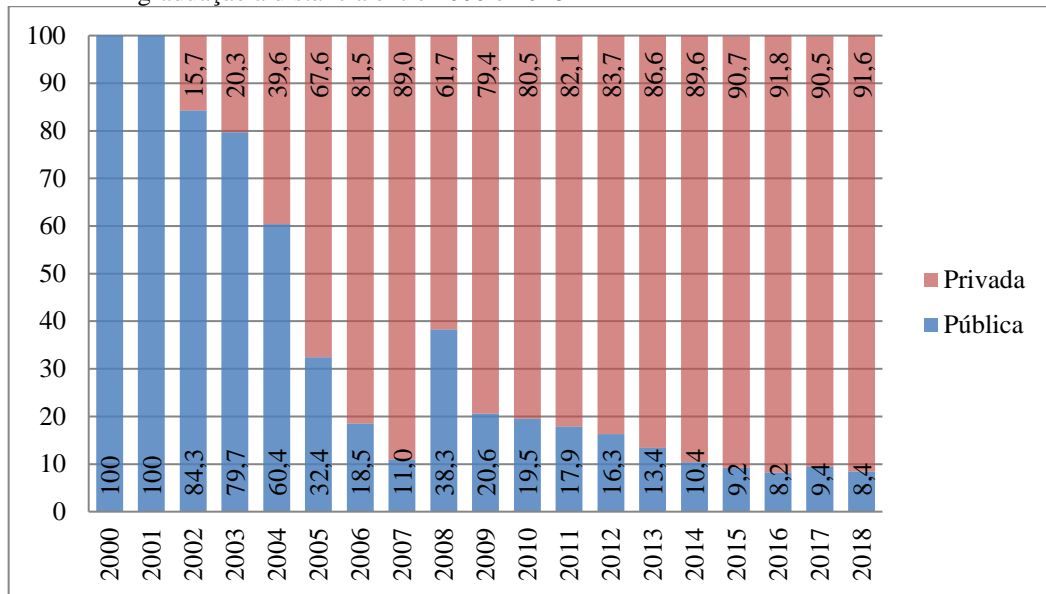
No âmbito estadual, outras iniciativas de expansão do ensino superior através da modalidade de educação a distância também foram propostas. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, foi criado em 2000 o consórcio CEDERJ – Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro que reuniu universidades públicas do estado com o objetivo de ofertar cursos de graduação a distância aos moradores do estado que residem longe dos centros urbanos. Em 2002, foi criada, pela lei complementar nº 103, de 18 de março de 2002, a Fundação CECIERJ – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro, que passou a ser a responsável pela gestão do consórcio. Em linhas gerais, a estrutura de funcionamento do consórcio CEDERJ foi a referência para a construção da UAB: em parceria, governo estadual e instituições de ensino superior promovem a formação inicial e continuada dos estudantes com apoio do pólos presenciais gerenciados pelas prefeituras municipais.

Apesar da aposta da educação a distância como uma grande potencializadora da expansão do ensino superior no Brasil, os dados do Censo da Educação Superior sobre a ampliação de ingresso e matrículas de graduação a distância no setor público não foram muito promissores. Embora, o sistema público de ensino superior tenha sido responsável, inicialmente, por todas as matrículas de graduação a distância registradas em 2000 e 2001, conforme os dados coletados e sistematizados por Giolo (2010)¹³, desde 2008, era possível observar que havia um percentual muito baixo de crescimento ou crescimento negativo destes números. Só em 2017, foi possível observar um crescimento significativo das matrículas no setor público, com aumento de 35% das matrículas em relação a 2016.

Segundo os dados apresentados por Giolo (2010), em 2002, as instituições privadas de ensino passaram a ofertar cursos de graduação a distância. Contudo, entre 2000 e 2004, a maioria ou a totalidade das matrículas ocorria no setor público. Esta proporção foi invertida a partir de 2005, sendo, desde 2015, o setor privado responsável por mais de 90% das matrículas de graduação a distância. Assim, o crescimento do número de ingressantes e matrículas nas graduações a distância ofertadas por instituições privadas apresentou um movimento contrário ao do setor público: foi possível observar o seu aumento constante ao longo dos anos.

¹³ Os dados sobre a participação percentual do setor público e privado no número total de matrículas nas graduações a distância, no período de 2000 a 2007, são apresentados com base nos estudos de Giolo (2010), em virtude da ausência desses dados consolidados nos materiais do Censo da Educação Superior. O Censo disponibiliza a lista de instituições e cursos de graduação a distância no período sendo necessário para verificar o percentual de participação a análise de cada uma das instituições, tendo em vista que, inicialmente, mesmo instituições públicas de ensino ofertavam cursos de graduação a distância remunerados, caracterizando uma oferta privada de ensino (caso da UNITINS, por exemplo, segundo Giolo, 2010). Como a dimensão e o empenho dessa análise fogem ao escopo do presente estudo, optou-se por apoiar-se nos estudos de Giolo (2010) no período de 2000 a 2007, continuando a análise a partir de 2008 com base nos dados divulgados pelo próprio Censo.

Gráfico 3 - Participação das instituições públicas e privadas no total de matrículas dos cursos de graduação a distância entre 2000 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Giolo (2010) e do Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

Assim como no ensino presencial, a iniciativa privada aproveitou o seu quinhão na expansão do ensino superior na modalidade EAD. Segundo alguns autores, essa expansão seria fruto da saturação da demanda nos cursos presenciais destas instituições.

No caso específico do setor privado, o argumento forte para sua inserção na oferta do EaD refere-se à exaustão da oferta de cursos presenciais (que haviam se expandido de forma extraordinária nos últimos anos do século XX), o que remeteu essa fração da burguesia brasileira que detém essa fatia de mercado à busca de novos espaços para a expansão e realização de seus lucros. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 41).

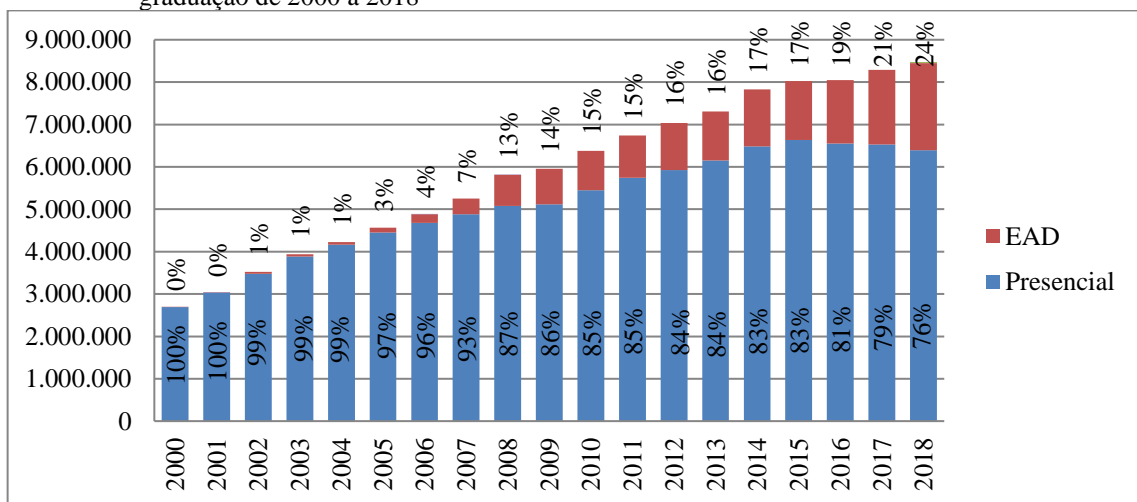
Em suma, as discussões sobre democratização do ensino superior apostaram alto na expansão da oferta de vagas, acreditando que a educação a distância poderia contribuir para a elevação espetacular dos índices. Como destacou Giolo, em texto de 2010:

[...] o Brasil tem pressa em ver melhorados os índices de escolarização. A graduação, em especial, está muito aquém daquilo que se pretendia alcançar quando se elaborou o Plano Nacional de Educação. A EaD promete ser a modalidade mais revolucionária em termos de expansão das oportunidades de educação superior, com economia de tempo e de recursos. (...) Se for verdade que o número de alunos de graduação matriculados quase duplicou de 2007 para 2008, como vem sendo divulgado, passando de 369.766 para 760.599,26 deve-se admitir que a expansão da EaD está longe do controle e permanecerá, praticamente, imune às políticas regulatórias. (GIOLO, 2010, p. 1292).

Entretanto, os dados do Censo não indicaram que tais expectativas foram plenamente atendidas. Quando avaliamos a participação do ensino presencial e a distância no total de matrículas de graduação (Gráfico 04), é possível observar que as porcentagens se mantiveram

semelhantes ao longo dos anos, após o *boom* de crescimento entre 2005 e 2008. Ou seja, não houve uma expansão superior da modalidade a distância em relação ao ensino presencial, seguindo ambos as tendência de expansão do ensino superior. A proporção de participação no total de matrículas do ensino superior foi alterada apenas em 2016, ainda em percentuais muito baixos, com um relativo aumento percentual do número de matrículas de graduações a distância. Cabe destacar que, em 2016, as matrículas de graduações presenciais apresentaram um crescimento negativo, enquanto a modalidade a distância teve crescimento positivo. Diante da crise econômica haverá uma retração do ensino presencial e uma expansão do ensino a distância?

Gráfico 4 - Participação do ensino presencial e do ensino a distância no total de matrículas dos cursos de graduação de 2000 a 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

Os dados sobre a expansão do ensino superior no Brasil demonstram que a estratégia das políticas públicas para o ensino superior favoreceu o setor privado. Ao comparar o número de instituições e matrículas em cursos presenciais de acordo com a natureza administrativa, constata-se que há uma grande disparidade entre os setores público e privado, que foi se acentuando ao longo dos anos. Se em, 1995, as instituições públicas eram responsáveis por 40% das matrículas realizadas em cursos de graduação presenciais, em 2018, passou a ser responsável por 30%. Se em 1995, 23% das instituições de ensino superior eram públicas, esse número passou a 12% em 2018. Em relação ao número de novas vagas ofertadas, a diferença é ainda mais impressionante: apenas 13% das novas vagas são ofertadas por instituições públicas

contra 87% pelas instituições privadas¹⁴. Os dados dos cursos de graduação a distância também demonstraram essa tendência, na qual a maioria absoluta das matrículas estão no setor privado.

A fim de equilibrar as pressões por maior acesso à educação superior e as demandas do capitalismo, a política de expansão do Brasil priorizou o aumento quantitativo das vagas ofertadas e matrículas por via privada, destinando recursos públicos a instituições privadas, seja por meio de isenções fiscais ou por meio do crédito educativo. Tal estratégia política viabilizou o crescimento e valorização de instituições privadas de ensino superior. Segundo Sguissardi (2015, p. 880), “em 2013, quase 1/3 (31%) das 5.345 mil matrículas em IES privadas eram beneficiárias do Prouni (9,6%) e do Fies (21,4%)”. Mais do que isso, as três maiores empresas educacionais do segmento superior possuem como grande parte dos seus recursos provenientes do FIES: “o Fies responde por 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER3), 44% da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (ESTC3) e 38% da Anima (ANIM3).” (SGUISSARDI, 2015, p. 881).

Em suma, a despeito dos programas de reestruturação e expansão das universidades públicas, percebemos a clara consolidação de um projeto que fortaleceu o setor privado no que diz respeito ao ensino superior.

Em síntese, os traços centrais da expansão do setor privado, no recorte histórico com o qual estamos trabalhando (pós-Reforma do Estado), são: o aprofundamento da diluição das fronteiras entre público e privado; a concentração institucional – com as incorporações de pequenas instituições por grandes organizações – e a financeirização e a internacionalização da educação superior. Tudo isso ocorre a partir de uma dinâmica ditada por grandes corporações de ensino, cujos acionistas auferem vultosos lucros, mas não dispensam o apelo ao fundo público, de forma direta ou indireta. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 38).

Diante de tal panorama, Sguissardi (2015) questiona se o processo de expansão do ensino superior brasileiro traduz um real processo de democratização ou uma massificação mercantil. Para responder a este dilema, o autor sugere que “(...) é necessário examinar como se têm dado o acesso à educação superior, a permanência até o final dos estudos e o sucesso ou insucesso dos titulados no mercado de trabalho.” (SGUISSARDI, 2015, p. 877).

¹⁴ É necessária uma ressalva neste último ponto, as novas vagas ofertadas não são integralmente preenchidas, sobretudo nas instituições privadas.

1.2 O processo de democratização do acesso a educação superior no Brasil

Portanto, quais seriam os sentidos de democratização? Ao olhar os dados quantitativos e os programas governamentais do período de 2003 a 2018, é possível constatar que democratização e expansão se confundem: o acesso ao ensino superior, traduzido na ampliação das vagas e matrículas, é assimilado como a principal estratégia de democratização da educação superior. Portanto, massificação e democratização são conceitos entrelaçados na agenda pública de educação superior. De fato, o processo de massificação contribui para “forçar” mudanças no sistema, e, com isso, é possível desenvolver políticas que visem à ampliação das possibilidades de acesso de diversos grupos.

O ingresso de um contingente maior de estudantes fortalece os movimentos para alterar os mecanismos de acesso e seleção, em face da superação da concepção de ES [educação superior] como privilégio (de classe), que cede lugar à ancoragem social da educação como direito. Ampliado e diversificado, o sistema de massa tende a ser transformado em sua estrutura de ensino, na ampliação numérica da relação professor/estudante e na estrutura burocrático-administrativa de suas IES. Obviamente que tal processo não se faz naturalmente, mas em função de políticas públicas. (GOMES; MORAES, 2012, p. 175).

Na agenda pública brasileira, destaca-se a política nacional de reserva de cotas nas instituições federais de ensino – Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas) como fruto desses movimentos que tensionaram por ampliação do acesso de grupos minoritários¹⁵, questionando o privilégio de acesso a um pequeno grupo da sociedade, tornando necessário o debate sobre o ingresso dos grupos usualmente sub-representados no ensino superior, como os estudantes de escolas públicas, os negros e indígenas, os moradores do campo, as pessoas com deficiência etc.. Esta lei estabeleceu a reserva de vagas no processo seletivo para cursos de graduação e cursos técnicos das IFES de no mínimo 50% das vagas a estudantes oriundos da rede pública de ensino, das quais metade é destinada aos alunos com renda per capita inferior a 1,5 salário-mínimo. Além disso, as vagas reservadas devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção que a porcentagem de pretos, pardos e indígenas da população do Estado onde está instalada a instituição de acordo com os dados do Censo Populacional do IBGE. A partir de 2017, com a Lei n. 13.409/2016, as pessoas com deficiência

¹⁵ Entende-se grupos minoritários como aqueles destituídos de poder e representatividade em nossa sociedade, mesmo que, muitas vezes, em sentido numérico, eles possam ser em maior quantidade do que os grupos detentores de poder e privilégios.

também passaram a ser contempladas na reserva de vagas aos cursos técnicos de nível médio e ao ensino superior das instituições federais.

Dados apresentados por Ristoff (2014) sobre o perfil dos estudantes de ensino superior no período de 2004 a 2012 que realizaram o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) identificaram que o campus brasileiro, no período analisado, tinha um perfil muito diferente do perfil geral da sociedade brasileira. Segundo o autor, o percentual de estudantes brancos era maior do que o percentual da sociedade, principalmente para cursos como Medicina, Odontologia, Direito e Psicologia, o percentual só era mais equilibrado em cursos de licenciatura, como História (RISTOFF, 2014). Em relação à renda, o autor identificou que “o campus brasileiro é significativamente mais rico que a sociedade brasileira” (RISTOFF, 2014, p. 733), sendo que cursos como História e Pedagogia se aproximavam mais da realidade brasileira. Em relação à origem escolar, foi a dimensão que o autor encontrou a maior disparidade, enquanto 87% do ensino médio brasileiro é público, apenas 60% dos alunos do ensino superior possuíam como escola de origem a rede pública, além disso, havia uma grande disparidade entre os cursos, Medicina e Odontologia, por exemplo, possuíam um percentual muito mais baixo do que a média nacional (11% e 25%, respectivamente), enquanto cursos de licenciatura como História e Pedagogia possuíam percentuais mais próximos da realidade brasileira (70% e 80%, respectivamente) (RISTOFF, 2014).

Entretanto, ao longo dos três ciclos de avaliação do ENADE analisados, o autor identificou que havia uma tendência de alteração desse perfil em virtude das políticas de inclusão adotadas. Pouco a pouco, o curso de Medicina, por exemplo, passava a ter menos ingressantes da cor branca e com renda superior a 10 salários mínimos. O autor observou, ainda, que ao longo dos anos houve uma redução na escolaridade dos pais dos alunos ingressantes, indicando que estes representavam a primeira geração de suas famílias a ter oportunidade de ingressar no ensino superior (RISTOFF, 2014). Nas palavras do autor,

Em todos os cursos, sejam eles mais ou menos competitivos, há uma diminuição gradativa de filhos de pais com escolaridade superior, indicando que as classes populares, historicamente excluídas deste nível educacional, começam a ter oportunidades de acesso. (RISTOFF, 2014, p. 741).

Os dados apresentados por Ristoff (2014) levaram em consideração todos os concluintes de instituições públicas e privadas que participaram do ENADE no período analisado. Para o autor, as políticas que impactaram neste processo de alteração do perfil do estudante de graduação foram a Lei de Cotas, o PROUNI e o FIES. No âmbito do setor público federal, a

Lei de Cotas parece ter promovido alterações ainda mais profundas nesse perfil do campus brasileiro. Os dados do relatório da *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES/2018*, divulgado pelo FONAPRACE¹⁶ indicaram que as universidades públicas brasileiras, hoje, apresentam um perfil muito mais próximo do perfil da sociedade. Segundo o relatório, 70,2% dos graduandos pertenciam a famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio; e 60,4% dos graduandos cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, enquanto a maioria absoluta de 51,2% dos estudantes se autodeclararam negros (FONAPRACE, 2019).

De acordo com o relatório, todas estas mudanças são fruto das políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos em prol de uma democratização do ensino superior brasileiro. Conforme consta no relatório,

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ. (FONAPRACE, 2019).

Posto isto, entende-se que o processo de democratização do acesso ao ensino superior pressupõe, além da expansão quantitativa de vagas, “a inclusão das camadas subalternizadas socialmente na educação superior”, conforme defende Paula (2017):

Partimos do princípio de que a ênfase na política de expansão e massificação não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com integração crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, integrando nesses índices as camadas subalternizadas da população, com garantia de qualidade na formação. A vigilância constante sobre a qualidade dos cursos de graduação, as taxas de conclusão e o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem nos parece essencial, não apenas para atestar ou não o sucesso do processo como para produzir feedbacks sobre as políticas adotadas. (PAULA; SILVA, 2012, p. 7 apud PAULA, 2017, p. 305).

Porém, a inclusão desse grupo não se refere apenas a garantia do seu ingresso ao ensino superior, é necessário que as dimensões da permanência e da conclusão, também, sejam fatores importantes na agenda pública. Para Silva e Veloso (2010), o conceito de democratização do acesso não se restringe ao ingresso no ensino superior, traduzido em expansão de oferta de

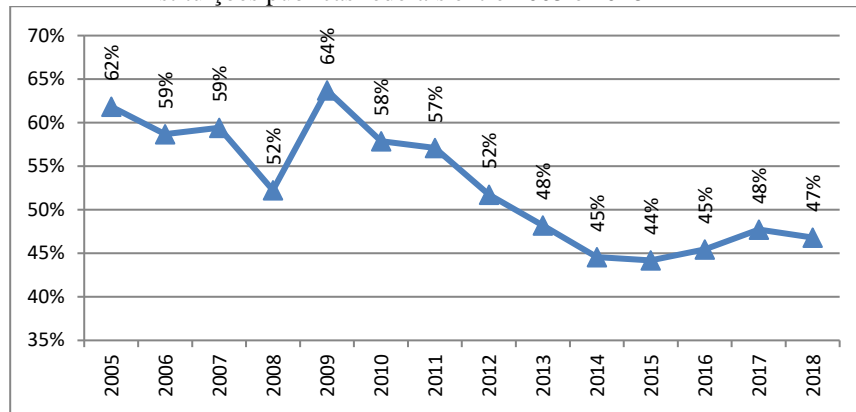
¹⁶ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

vagas, deve abranger, também, a permanência, a conclusão e a qualidade da formação. Ou seja, somente quando suas múltiplas dimensões são abarcadas pode se falar em democratização do acesso ao ensino superior.

Por acesso, entende-se a participação na educação superior. Na perspectiva acadêmica, o ato de acessar, inicialmente, implica considerar o ingresso a esse nível de ensino. No entanto, torna-se limitante o desprezo das dimensões de permanência e de conclusão dos estudos. A fim de avançar ainda mais nas políticas educacionais, é necessário abarcar a qualidade da formação. (SILVA; VELOSO, 2010, p. 222).

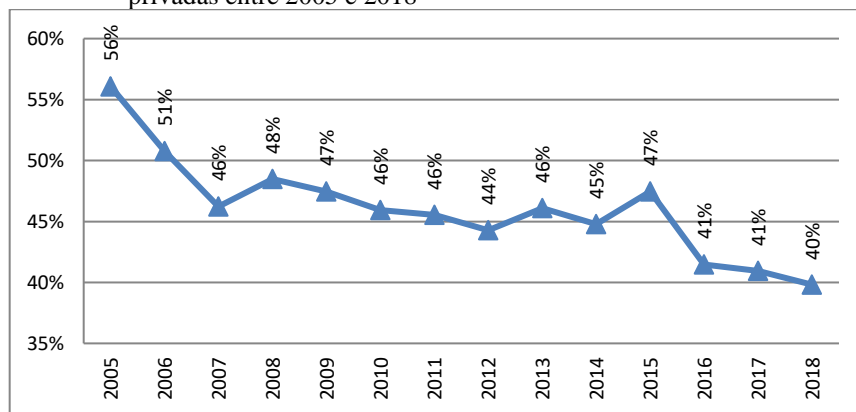
Quando se verifica os altos índices de evasão e a baixa taxa de conclusão no ensino superior, principalmente nas instituições privadas, é possível compreender a relevância dessas dimensões na discussão sobre educação superior. Os dados do Censo da Educação Superior demonstram que a taxa de conclusão do ensino superior público federal, em 2018, era de aproximadamente 50%. Enquanto no ensino superior privado era de 40%. Nos gráficos 5 e 6, é possível perceber que as taxas de conclusão do sistema público sempre foram superiores as taxas da rede privada de ensino superior, embora, ambas encontrem problemas para elevar o percentual de concluintes.

Gráfico 5 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial de instituições públicas federais entre 2005 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

Gráfico 6 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial de instituições privadas entre 2005 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

Assim, como a ampliação das vagas e o aumento progressivo do ingresso das classes populares, a questão da permanência também esteve presente no debate público sobre democratização da educação superior. No próprio documento do REUNI, um dos principais objetivos é a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90%. Porém, o principal programa governamental que pretendeu dar materialidade a permanência dos estudantes no sistema de ensino superior federal é o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010). Este programa foi criado com o propósito de favorecer a permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior, diminuindo as taxas de evasão e melhorar as igualdades de oportunidades entre os estudantes. O PNAES envolve ações na área de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As próprias instituições de ensino são responsáveis pela

gestão dos recursos financeiros destinados às ações de assistência estudantil. No âmbito dos sistemas estaduais de ensino superior, o governo federal criou o PNAEST - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais que igualmente destina recursos federais para ações voltadas a assistência estudantil.

O foco da política pública, no que diz respeito à permanência dos estudantes, é a assistência financeira para garantir que eles consigam pagar os custos relativos à inserção no ensino superior. “[...] as políticas de permanência demandam grandes investimentos na área de seguridade social.” (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016, p. 774), o que é compreensível quando atentamos às imensas desigualdades sociais do Brasil, onde “O principal obstáculo para a ‘democratização’ e expansão da educação superior é a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1237).

Contudo, a assistência econômica tende a atender um pequeno grupo de estudantes, geralmente, de baixa renda, estreitando a possibilidade de um debate mais amplo sobre a permanência de todos os ingressantes do ensino superior público e privado. Nas palavras de Maciel, Lima e Gimenez (2016):

Embora o aspecto econômico seja importante para favorecer, ou não, a permanência do estudante em seu respectivo curso, partimos da premissa de que não seja o único ou o preponderante. Dessa forma, entendemos que as políticas assistencialistas focais são essenciais ao público de baixa renda; contudo, deve-se considerar a complexidade da questão que permeia a permanência. [...] Ao se tratar do debate da permanência, mesmo reconhecendo os méritos de uma política assistencial, estrategicamente, almejamos uma política social de cunho universal, visto que esta se voltaria para ações mais abrangentes que generalizam o atendimento, o que pode possibilitar uma participação ativa de todos os estudantes na vida acadêmica. (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016, p. 775).

Além disso, a principal política de assistência estudantil possui como foco apenas os estudantes das instituições públicas de ensino, desconsiderando os ingressantes de baixa renda do sistema privado decorrentes de políticas como o PROUNI e o FIES. Soma-se a isto, as diferenças a que os estudantes tem acesso no processo de formação em instituições públicas e privadas, o que torna fundamental o debate público sobre a qualidade do ensino superior. Para Dias Sobrinho (2010), a dimensão da qualidade é tão importante quanto o acesso:

[...] “democratização” não se restringe à expansão quantitativa; tem a ver também com qualidade pública e então com pertinência e relevância social; não havendo qualidade para todos, não se cumpre o princípio da equidade e não se diminuem as desigualdades sociais (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1243).

Assim, em que medida as estratégias das políticas públicas para o ensino superior, que beneficiaram, principalmente, o setor privado, contribuíram para a qualidade da formação dos seus estudantes? Os dados demonstram que a expansão da rede privada de ensino ocorreu pela ampliação de instituições exclusivamente de ensino (rompendo a tríade ensino, pesquisa e extensão) e concentrada em poucas áreas de conhecimento que permitem uma formação mais acelerada e de menor custo – “As IES privadas concentram 48% de todas as suas matrículas em Ciências Sociais, Negócios e Direito, restando 52% para as demais sete grandes áreas do conhecimento.” (SGUISSARDI, 2015, p. 884). A expansão da educação a distância seguiu a mesma tendência dos cursos de graduação presenciais das instituições privadas, as áreas que mais cresceram foram as de menores custos operacionais: “No que se refere à graduação [a distância], os interesses, como já foi assinalado, estão bastante concentrados na formação de professores, Administração e Gestão, Serviço Social e Ciências Contábeis. Juntas, essas áreas [detinham] 97,3% das matrículas [em 2007].” (GIOLO, 2010, p. 1275). Isto é, o processo de expansão da educação superior no Brasil vem, nos termos que Sguissardi (2015, p. 871) defende, transformando “um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria” o que ajudaria a compreender a estratégia das IES privadas. Como destacam Mancebo, Vale e Martins (2015),

Sempre é bom lembrar que o critério para o oferecimento de cursos nas instituições privadas são suas planilhas financeiras. Isso faz com que haja uma enorme quantidade de cursos de forte apelo mercantil oferecidos nas regiões mais ricas do país e que dão pouquíssimas contribuições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país ou da própria região, ao mesmo tempo em que locais e áreas profissionais que mais necessitam de reforços são abandonados. O critério financeiro atinge, também, a qualidade dos cursos oferecidos, restringindo as possibilidades profissionais dos estudantes e a contribuição que essas IES poderiam dar para o desenvolvimento das diferentes áreas de conhecimento. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 36).

Em suma, o conceito de democratização do acesso à educação superior é muito mais amplo do que a ampliação de vagas ofertadas e matrículas, principal foco das políticas públicas brasileira no período recente, ele pressupõe a expansão do ingresso, a inclusão das camadas socialmente marginalizadas, a permanência, a conclusão e a qualidade dessa educação. Admite-se que algumas políticas visaram ampliar este debate e tornar o ensino superior mais democrático, porém não foram suficientes para garantir a democratização da educação superior e romper com as desigualdades de nossa sociedade neste campo. As estratégias de expansão, com prioridade da ampliação do sistema privado; de diversificação institucional, com formações distintas a depender do público não foram completamente satisfatórias para promover uma real democratização. Como salienta Dias Sobrinho:

[...] por muito importantes que sejam, as políticas públicas focadas na expansão das matrículas e na inclusão não rompem a estrutura verticalizada e desigual da sociedade. São positivas porque melhoram substancialmente as condições de vida de milhares de jovens tradicionalmente marginalizados e elevam sua autoestima, mas não alteram radicalmente o panorama social polarizado e estratificado. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1239).

Acredita-se que o caminho da expansão do ensino superior via setor público tende a contribuir mais para a almejada democratização, não só por garantir uma formação mais ampla (respeitando a tríade ensino, pesquisa, extensão), mas por mostrar-se mais viável para o acolhimento da população brasileira com baixo poder aquisitivo. Afinal, como, na realidade brasileira de profunda desigualdade social, seria possível estudantes de baixa renda custearem o ensino superior privado? Segundo Sguissardi,

Essa mudança de perfil não poderá se sustentar nem diminuir suas distorções se não forem fortalecidas as políticas sociais de caráter universal que garantam a redução efetiva das desigualdades sociais. Além do que, outros fatores como a dependência das IES particulares, com fins lucrativos, em relação a programas como Prouni e especialmente o Fies, em tempos de crise da economia, de avanço do déficit público, poderá estancar ou diminuir significativamente tais avanços. (SGUISSARDI, 2015, p. 880).

1.3 A desaceleração do processo de expansão da educação superior no Brasil

Deveras, em 2014, no final do primeiro mandato da presidenta Dilma, a crise econômica, iniciada em 2008 nos EUA, finalmente chegou ao país, inaugurando uma nova fase do ensino superior no Brasil (MANCEBO, 2017) que se traduziu na desaceleração do processo de expansão da educação superior. Começou, então, um processo de

[...] ‘adaptação e acomodação’ do País à conjuntura de crise internacional. É uma conjuntura complexa, na qual se articulam crise econômica e crise política, e as instituições de ensino superior veem-se afetadas, principalmente, pela recessão e, depois, pelos cortes sistemáticos advindos da Federação e de diversos entes federativos. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018).

Os cortes de verbas, principal estratégia do capital em períodos de recessão, passaram a afetar os programas de expansão do ensino superior. No documento “Austeridade e retrocesso – impactos sociais da política fiscal no Brasil”, DWECK et al. (2018, p.37) demonstraram que as políticas de ajustes fiscais fizeram regredir os programas de expansão e democratização das instituições de ensino superior públicas ao mesmo tempo em que abriram espaço para as

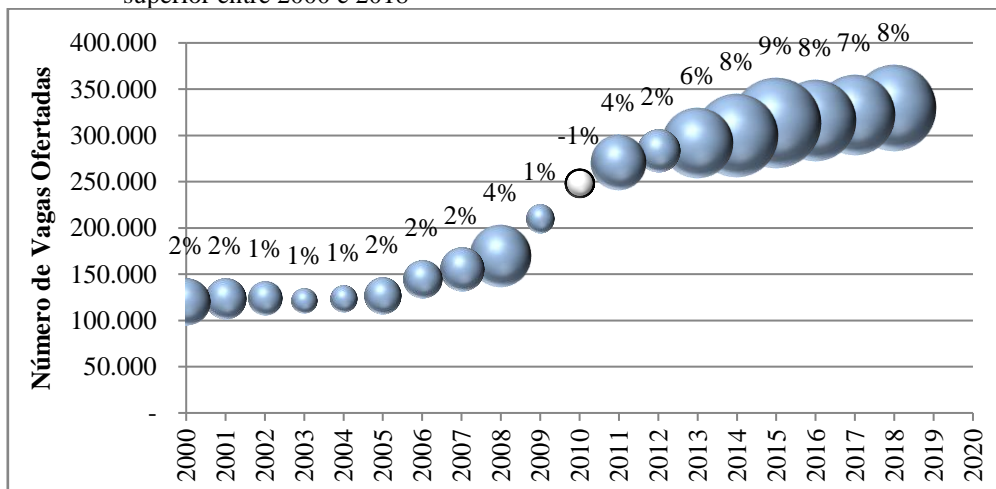
privatizações. Segundo os autores, a partir de 2015, com a política de ajuste fiscal adotada, a dotação orçamentária para o ensino superior que vinha em crescimento contínuo desde início dos anos 2000, apresentou queda real de 2015 a 2016. No setor público, as IFES precisaram se ‘acomodar’ aos ajustes fiscais que provocaram o abandono da infraestrutura física dos seus *campi* (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018).

Nas IES públicas, o movimento da expansão de matrículas e cursos — como foi o caso do REUNI — é refreado em função dos ajustes, deixando às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, campi e forte interiorização, sem o devido financiamento. (MANCEBO, 2017, p. 884).

A política de ajuste fiscal apresentaram cinco efeitos no ensino superior (DWECK et al., 2018): queda dos valores, no orçamento público, destinados ao ensino superior; diminuição dos recursos do REUNI, programa responsável pela expansão da rede federal; o risco de continuidade dos programas de assistência estudantil; o corte nas bolsas ofertadas pela CAPES e o CNPQ.

Os efeitos dessa política de ajuste fiscal provocaram uma retração no processo de expansão do ensino superior e no ingresso de estudantes, e até a porcentagem de vagas não preenchidas no ensino superior público federal aumentaram a cada ano. Conforme se observa no gráfico 7, em 2014, o percentual de vagas não preenchidas foi de 8%, o que nos leva a um questionamento: em que medida a crise econômica impactou o ingresso dos jovens ao ensino superior?¹⁷

Gráfico 7 - Porcentagem de vagas não preenchidas nas Instituições Federais de Ensino superior entre 2000 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior (MEC), 2023.

¹⁷ Outros fatores podem ser responsáveis pelo aumento percentual de vagas não preenchidas, como as mudanças no processo seletivo para às IFES. Este tema será discutido no capítulo 2.

O corte de verbas destinadas ao Programa de Assistência Estudantil (PNAES) do governo federal afetou a concessão de bolsas aos alunos de baixa renda em diferentes instituições¹⁸. Com isso, a permanência dos estudantes, e até mesmo o ingresso, estiveram em risco nos anos que se seguiram. Acrescenta-se o corte de verbas destinadas à CAPES e ao CNPQ em 2019¹⁹, principais agências públicas de fomento à pesquisa acadêmica no Brasil. Com tais cortes, a formação dos pesquisadores e o desenvolvimento das próprias pesquisas foram prejudicados. A educação superior brasileira pública encontrou-se em risco no contexto dessa crise econômica e dos reajustes do capital para sua superação.

Em relação ao ensino superior privado, é possível observar uma redução no número de matrículas nos cursos de graduação presenciais a partir de 2015, e um aumento do número de novas vagas ofertadas não preenchidas (entre 2016 e 2018, 60% das novas vagas da rede privada não foram preenchidas). As alterações das regras para concessão do FIES é uma das justificativas que poderiam explicar esta redução dos números. Segundo Sguissardi (2015),

[...] as quatro *companhias*, lideradas pela Kroton/ Anhanguera, mais lucrativo dos 15 setores da Bovespa nos últimos dois anos até dezembro de 2014, perderam nos quatro primeiros meses de 2015 entre 30% e 50% do valor de suas ações. De acordo com Umpieres (2015), o Fies responde por 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER3), 44% da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (ESTC3) e 38% da Anima (ANIM3). (SGUISSARDI, 2015, p. 881).

Entretanto, a crise econômica não pareceu afetar as instituições privadas ou os grandes grupos financeiros na mesma medida que a educação pública. Apesar das alterações das regras e da redução do número de contratos do FIES, por exemplo, o Estado continuou a destinar montantes consideráveis de verbas públicas para os programas FIES e PROUNI. Segundo Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2018),

Esse diferencial no enfrentamento da crise pode ser atribuído a vários fatores, dentre os quais se destaca a forte indução estatal. Conforme dados apresentados por Chaves e Guimarães (2017), em 2016, o governo federal liberou R\$ 19,57 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). O que é mais surpreendente é que essas despesas passaram a representar, aproximadamente, 16% do orçamento total sob supervisão do MEC. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018, p. 7).

¹⁸ Na UNIFESP, por exemplo, quinhentos estudantes perderam a bolsa de auxílio-permanência em março de 2018 devido aos cortes de verbas destinadas ao PNAES. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9412>.

¹⁹ É possível ler sobre o corte de verbas destinadas à CAPES e ao CNPQ nas reportagens disponíveis em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/08/02/capes-diz-que-so-tem-verba-para-bolsas-de-pos-graduacao-ate-agosto-de-2019.htm> e <https://exame.abril.com.br/brasil/pesquisa-nao-tera-mais-verba-em-2019-diz-cnpq/>.

Essas instituições introduziram mudanças gerenciais, com racionalização de recursos, demissão de docentes e priorização do EAD. Grupos de investimento empregaram capital em

[...] empresas educacionais e induziram processos de reestruturação nessas instituições, visando à redução de custos, à racionalização administrativa e ao uso de gestão claramente empresarial. Fato é que as instituições privado-mercantis de educação superior têm adotado, na ampla maioria das situações, um ensino de qualidade discutível, inclusive com o uso intensivo do EAD. (MANCEBO, 2017, p. 886).

Aliás, como demonstra o gráfico 2, as graduações a distância apresentaram um crescimento de ingressos e matrículas mais acentuados a partir de 2016, principalmente, no setor privado. Seria essa a estratégia adotada pelas instituições e estudantes para a continuidade da expansão do acesso ao ensino superior diante da crise econômica?

Diante dos elementos observados ao longo do texto, ao que tudo indica, a trajetória para a democratização da educação superior no Brasil, ainda, é longa. Em 2019, apenas 25,5% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior (BRASIL, 2020), demonstrando que as políticas de expansão do acesso ainda não foram suficientes para ampliar substancialmente o ingresso desses jovens. Nem mesmo, as políticas para estímulo do ingresso à rede privada de ensino, como o FIES e o PROUNI, foram eficientes para alavancar a taxa de escolarização líquida do ensino superior. Ademais, em frente à crise econômica que se aprofundou no contexto brasileiro, qual a perspectiva de permanência, conclusão e qualidade de formação daqueles que conseguem ingressar no ensino superior? O retrato da educação superior brasileira demonstra que só será possível avançar na sua democratização enfrentando as profundas desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira, assim como defendem Dias Sobrinho (2010) e Sguissardi (2015).

2 O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) COMO MECANISMO DE INGRESSO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UM INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO?

Na agenda pública sobre a democratização do acesso a educação superior, os processos seletivos às instituições de ensino superior apresentam-se como uma questão relevante, já que determinam quem terá a oportunidade de ingresso. Como a expansão, ainda, não conseguiu promover um atendimento universalizado a todos os estudantes que reivindicam o acesso ao ensino superior, torna-se fundamental o debate sobre os mecanismos de seleção. Os dados estatísticos do Censo da Educação Superior (INEP, 2019) demonstram o quão delicado é o assunto: em 2018, foram ofertadas 4.012.763 vagas, com a concorrência de 12.402.118 candidatos, o que representa a relação aproximada de três candidatos para cada vaga, sendo que grande parte destas novas vagas são ofertadas em instituições privadas e não são preenchidas. No sistema público federal, a concorrência fica ainda mais acirrada, 4.551.669 de candidatos concorreram as 329.569 vagas ofertadas em 2018, o que representa uma relação de aproximadamente catorze candidatos por vaga.

No processo de concorrência às vagas ofertadas no ensino superior, questiona-se a condição de equidade entre os candidatos inscritos na disputa, pois um processo de democratização pressupõe igualdade nas condições de acesso a todos os estudantes. Durante muito tempo o vestibular foi o principal mecanismo de seleção às instituições de ensino superior, neste instrumento, os estudantes são avaliados de acordo com os seus conhecimentos adquiridos no ensino básico e classificados de acordo com seu desempenho, porém o vestibular sempre recebeu inúmeras críticas em relação ao seu formato com a justificativa que ele contribuiria para a reprodução de desigualdades sociais. Segundo Carvalho,

Na agenda do ANDES-SN, bem como da UNE, constava como uma bandeira histórica a extinção progressiva do vestibular, já que sua existência justificava-se pelo fato de que o direito à educação não é assegurado pelo Estado, enquanto seus critérios de seleção apresentavam forte viés reprodutor das desigualdades sociais. A proposta alternativa das duas entidades consistia na sua substituição por políticas públicas que selecionariam os estudantes junto às escolas oficiais. (CARVALHO, 2014, p. 225).

Com as políticas de expansão do ensino superior, foram propostos outros mecanismos de avaliação dos estudantes, o principal deles foi o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que “[...] assumiu o protagonismo dentre os mecanismos existentes, sobretudo nos

estabelecimentos privados, como instrumento mais democrático e confiável.” (CARVALHO, 2014, p. 224).

Em 1998, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, o ENEM foi aplicado pela primeira vez, primeiramente, sem caráter obrigatório e como instrumento de avaliação dos estudantes egressos do ensino médio. Porém, neste momento, já havia a intenção de transformar o exame em uma alternativa aos vestibulares, sobretudo para as instituições privadas de ensino superior, o que se comprova com o número de instituições que passaram a adotar os resultados do ENEM como critério seletivo no ano seguinte, em 1999: noventa e três.²⁰ O número de participantes e adesões ao ENEM foi ampliando-se ao longo dos anos.

No entanto, foi só em 2004, no governo de Lula, que ele assumiu uma função primordial nas políticas públicas de seleção ao ensino superior. Com a criação do PROUNI, os resultados do ENEM passaram a ser o instrumento de seleção às bolsas ofertadas pelo programa, o que provocou o aumento considerável do número de inscritos. Ainda no âmbito das instituições privadas, os resultados do ENEM, também, foram adotados, em 2010, como pré-requisito para o acesso ao FIES. Assim, esse instrumento ganhou centralidade nas políticas públicas destinadas à seleção dos ingressantes.

Em 2010, também, foi implementado um novo mecanismo de seleção às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que utilizava os resultados das notas do ENEM, que havia sido remodelado, para classificação dos candidatos: o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Segundo alguns autores, este novo ENEM viabilizaria uma avaliação mais democrática já que ele seria estruturado com base na avaliação das competências e habilidades dos estudantes e não no acúmulo de conteúdos escolares. Isto é,

O conceito presente na matriz do Enem diferencia-o dos vestibulares tradicionais ao propor avaliar competências que estariam mais ligadas à capacidade de raciocínio (inteligência fluida) do que à capacidade de armazenar uma extensa quantidade de conteúdos escolares. Dessa forma, a ênfase nos processos cognitivos de raciocínio que podem ativar tanto a inteligência cristalizada quanto a inteligência fluida tornaria o Enem idealmente um bom exame. (OLIVEIRA, 2015, p. 163).

Essa mudança de matriz favoreceria a adoção de um sistema nacional de seleção, no qual os estudantes teriam mais igualdades de oportunidades no processo de concorrência às vagas ofertadas. Assim, o SISU e o ENEM foram pouco a pouco sendo adotados pelas instituições públicas federais de ensino superior, e também por instituições estaduais e

²⁰As informações sobre o histórico do ENEM foram obtidas no site do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>>. Acesso em 16 de out. de 2020.

municipais. Contudo, em relação ao ENEM, ainda, não há estudos que comprovem a efetividade da avaliação,

[...] o fato é que ainda existe uma lacuna em termos de estudos de validade que demonstrem se as questões de fato operacionalizam o construto presente na matriz [do ENEM]. Este aparente descaso dos elaboradores do exame em relação à validação é uma crítica que se reitera na análise de pesquisadores como Primi e cols, 2001, Vianna, 2003 e Azanha, 2006. (OLIVEIRA, 2015, p. 163).

Os estudos sobre a proposta de uma seleção unificada nacional, também, não chegaram a uma conclusão sobre a sua efetividade no processo de democratização da educação superior. Embora as políticas públicas, como observado no capítulo 1, tenham promovido uma grande expansão das ofertas de vagas e possibilitado, a partir principalmente da Lei de Cotas, uma mudança significativa no perfil do campus brasileiro, a democratização do acesso ao ensino superior não é, ainda, algo consumado. Afinal, nas instituições públicas de ensino superior, qual o perfil majoritário dos estudantes que ingressam nos cursos considerados de elite, como Medicina? E qual o perfil dos estudantes dos cursos de licenciatura? Além disso, qual é o público estudantil das IES públicas e privadas?

Nesse contexto, é necessário refletir a respeito de como as políticas públicas corroboram ou enfraquecem a proposta de construção de uma educação superior mais democrática e ocupada da sua função social de formação crítica dos sujeitos. No próximo tópico, o sistema de seleção unificada (SISU), proposto como um mecanismo de seleção mais democrático será analisado com vistas a refletir sobre os seus impactos no processo de democratização do ensino superior. Em 2020, o SISU era responsável pela maioria dos ingressos nas IFES. Segundo dados do FONAPRACE²¹,

O ENEM/SISU responde, em 2018, pelo acesso de 67,1% dos (as) estudantes, seguido pelos Vestibulares (26,5%). Houve um aumento de 18,1 p.p. em relação a 2014. ENEM/SISU é o sistema mais importante de ingresso para estudantes amarelos (as), brancos (as), pardos (as), pretos (as) quilombolas e não quilombolas e indígenas não aldeados (as). A exceção fica por conta de 54,1% de indígenas aldeados (as) que ingressam por meio de Vestibular. (FONARACE, 2019, p. 71).

²¹ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

2.1 O Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o seu funcionamento

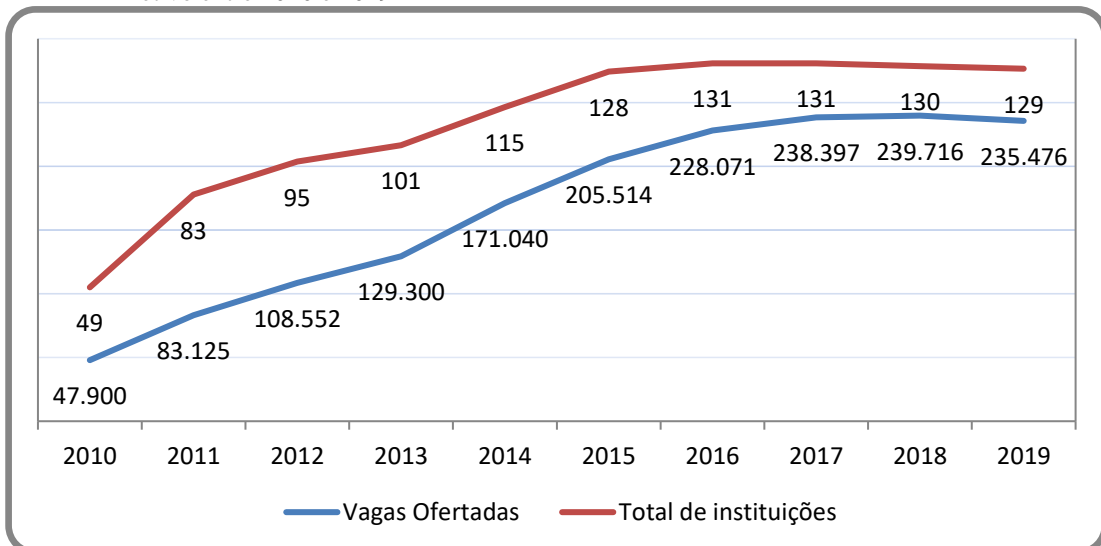
A fim de promover uma seleção mais democrática e viabilizar uma maior mobilidade territorial dos estudantes, foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) o Sistema de Seleção Unificada (SISU) a partir de 2010, o que deu novos contornos ao ingresso ao ensino superior público. A portaria normativa n.º 2 do MEC, de 26 de janeiro de 2010, instituiu e regulamentou o SISU, com o propósito de promover uma seleção unificada às instituições públicas federais de ensino superior em todo território nacional. Assim, o processo seletivo deixou de ser localizado, organizado por cada instituição, e passou a ser nacional, organizado pelo MEC. Conforme o artigo 1º da portaria, o SISU é um “sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação - MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes” (BRASIL, 2010). Para fins de seleção no SISU, são considerados os resultados obtidos pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Essa proposta de uma seleção unificada às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi apresentada pelo MEC à *Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior* (ANDIFES) em 2009. Com a reformulação metodológica do ENEM, o MEC propôs à ANDIFES que esse instrumento subsidiasse os processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação das IFES. O documento de proposição da seleção unificada apresentava dois argumentos principais: (1) o vínculo, mesmo que involuntário, entre o processo seletivo às instituições de ensino superior (o vestibular) e o currículo do ensino médio; e (2) os limites de participação dos candidatos aos diversos processos seletivos descentralizados pelo território brasileiro, favorecendo candidatos com maior poder aquisitivo para o deslocamento entre os diversos estados do Brasil e desfavorecendo as instituições que se encontram em locais mais afastados dos grandes centros urbanos. Desta forma, com a unificação do processo seletivo, o MEC esperava por uma “democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior” (BRASIL, 2009) e que o novo ENEM representasse um “instrumento de indução da reestruturação dos currículos do ensino médio” (BRASIL, 2009).

Sendo as Instituições Federais de Ensino Superior entidades autônomas, a adesão ao SISU foi proposta com um caráter voluntário. Para integrar o sistema, a instituição participante deveria assinar um termo, no qual definiria os cursos, turnos, número de vagas ofertadas,

políticas de ação afirmativas, pesos e notas mínimas nas provas do ENEM. Desta maneira, as instituições, mesmo integrando o SISU, poderiam ofertar apenas uma parcela das suas vagas disponíveis pelo sistema, o que gerava a possibilidade de ocorrência concomitante de diferentes formas de processo seletivo a mesma instituição. Em 2010, apenas 23 universidades ofertaram vagas por este sistema²². Porém, observa-se que, ao longo dos anos, a adesão ao sistema foi se ampliado, sendo adotado por grande parte das instituições públicas de ensino superior. A partir de 2013, quase todas as instituições federais adotaram o SISU como forma de seleção. No gráfico 01, é possível observar a evolução das vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior (federais, estaduais e municipais) ao longo da implementação do SISU²³.

Gráfico 8 - Evolução das vagas ofertadas e instituições participantes do SISU no primeiro semestre letivo entre 2010 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados divulgados pela imprensa oficial do governo federal, 2023.

À medida que o processo seletivo às vagas de ingresso ao ensino superior público passou a ocorrer pelo SISU, os candidatos passaram a ter acesso a um sistema centralizado com informações de todo o território nacional. No entanto, inicialmente, conforme previsto na portaria normativa n.º 2/2010, os candidatos poderiam escolher “uma única opção de instituição, curso, turno e modalidade de concorrência” (BRASIL, 2010), sendo possível a

²² Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2010/01/sistema-de-selecao-do-enem-entra-no-ar-sexta-feira-com-47-mil-vagas>. Acesso em 22 jul. 2019.

²³ O site do SISU não disponibiliza dados oficiais sobre a evolução das vagas e número de inscritos no sistema anualmente. Tais informações também não foram encontradas disponíveis no site do Ministério da Educação. Assim, para fins de estimativa, o gráfico foi elaborado com base nas informações divulgadas através da imprensa oficial do governo federal entre 2010 e 2019.

alteração desta opção ao longo do período de inscrição no processo seletivo. Para tanto, o MEC divulgaria regularmente durante as inscrições as notas de corte²⁴ para cada curso, turno e modalidade de concorrência (BRASIL, 2010). Nessa primeira portaria, foi proposto que o processo seletivo ocorresse em diferentes etapas, isto é, seriam realizadas etapas independentes e sucessivas de seleção enquanto existissem vagas disponíveis, sendo necessária a realização de inscrição por parte dos candidatos em cada uma das etapas. A inscrição em cada uma das etapas poderia ser realizada mesmo quando o aluno já tivesse sido classificado ou matriculado em outra vaga ofertada pelo SISU. Ainda assim, as vagas ofertadas no sistema não foram preenchidas nas primeiras etapas de seleção no ano de 2010, por exemplo²⁵.

Em 2012, o MEC publicou a nova Portaria Normativa n. 21, de 5 de novembro de 2012, que apresentava alterações tanto na estrutura de organização do sistema quanto nos critérios de seleção. As diferentes etapas do processo seletivo, com necessidade de inscrição em cada uma delas, foram substituídas por um processo seletivo único, porém com a realização de diversas convocações por parte das instituições participantes para preenchimento das vagas disponíveis. Nessa Portaria, foi incluído, ainda, o dispositivo da lista de espera, ou seja, após as convocações previstas, as vagas remanescentes seriam preenchidas pelos alunos que confirmassem interesse e incluíssem seu nome em lista de espera, que seria gerenciada por cada instituição. A partir da Portaria Normativa n.º 21/2012, os candidatos passaram, também, a poder escolher mais de uma opção de curso, instituição, turno e local de oferta, além de poderem participar da lista de espera, caso não fossem selecionados para a sua primeira opção.

A Portaria Normativa n.º 21/2012, também, regulamentou os critérios de seleção às vagas disponibilizadas pelo sistema em virtude das alterações trazidas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) e pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. De acordo com a legislação, as vagas ofertadas pelas instituições federais de ensino superior estariam submetidas à política de reserva de cotas a estudantes provenientes da escola pública, levando-se em consideração, também, a renda per capita e a origem étnico-racial dos candidatos.

²⁴“Considera-se nota de corte a menor nota para que o estudante se classifique dentro do número de vagas ofertadas no(s) curso(s) de opção e modalidade de concorrência no período de inscrição, (...)”. (Art.16, parágrafo único) (BRASIL, 2012).

²⁵ Das 47,9 mil vagas ofertadas no SISU/2010, após a segunda etapa, ainda, estavam disponíveis 21.701 vagas, algumas delas em cursos com uma alta concorrência, como Medicina. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2010/03/701871-sisu-encerra-inscricao-sob-ameaca-de-sobra-de-vaga-em-curso-top.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2019.

O funcionamento descrito do SISU desencadeou alguns resultados que não estavam, inicialmente, previstos no desenho da política, o que demonstra que a temática da democratização da igualdade de oportunidade de ingresso é muito mais complexa que a possibilidade de uma seleção nacional unificada. Ao longo da última década, algumas pesquisas sobre o desenvolvimento, a implementação e os resultados dessa política em diversas instituições brasileiras foram realizadas. Em síntese, as pesquisas abordam quatro grandes eixos de discussão: a escolha do curso, a não ocupação das vagas ofertadas/evasão, a mobilidade territorial e o perfil do ingressante após a adoção do SISU.

2.2 Os resultados inesperados do SISU

Um dos principais impactos do SISU destacados pelos autores diz respeito à escolha do curso, com as alterações da Portaria Normativa n.º 21/2012, os candidatos passaram a ter a possibilidade de escolher mais de uma opção de curso, instituição, turno e local de oferta. A divulgação regular, durante o período de inscrição, de uma nota de corte proporcionou aos candidatos a oportunidade de realizarem alterações sucessivas na inscrição, sendo possível orientar as escolhas pelas notas de corte divulgadas, inaugurando uma nova lógica de acesso ao ensino superior. Silva e Veloso (2013) fazem algumas ponderações sobre a possibilidade das alterações na escolha do curso ao longo do processo de inscrição:

Nesse aspecto, não é de se desprezar o risco de que a escolha do curso sofra banalização. Sabe-se que o ingresso em universidade federal carrega a crença de “garantia de futuro profissional”; assim, para o candidato, importaria ingressar no curso possível, ou onde os pontos permitam. Nessa linha, a definição do curso, um dos elementos condicionantes da qualidade na formação, parece reduzir-se a uma moeda de troca (a pontuação define a escolha), o que pode induzir a desistências, baixo rendimento e frustrações pessoais e profissionais. (SILVA; VELOSO, 2013, p.741).

Portanto, o funcionamento do sistema estimula os candidatos a utilizarem a escolha do curso estrategicamente de forma a garantir o ingresso no ensino superior público. Ao comparar os motivos de escolha do curso entre os ingressantes em período anterior ao SISU (2012) e após a sua adoção (2016), nos cursos de Medicina, Direito, Enfermagem e Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nonato (2018) identificou que a nota obtida no Enem e a classificação no processo seletivo orientaram as escolhas de alguns estudantes.

Diferentemente do vestibular, o sistema informatizado do SISU favorece que a escolha do curso seja mais estratégica, na medida em que divulga diariamente uma nota de corte para cada curso. A autora identificou que no grupo de ingressantes pelo SISU houve um aumento percentual significativo de estudantes que tomaram uma decisão tardia pelo curso, de estudantes que cogitavam fazer um curso diferente do que cursavam e que pretendiam realizar uma nova inscrição no SISU, houve, ainda, um aumento no número de alunos que manifestavam interesse na reopção²⁶ de curso, além disso, houve uma elevação significativa dos convocados pela lista de espera, indicando um alto índice de desistências nas chamadas regulares (NONATO, 2018). Cabe destacar que no curso de maior prestígio social – Medicina, a escolha orientada pela nota de corte não teve o mesmo impacto que nos cursos considerados de menor prestígio social – como Pedagogia e Enfermagem. Nas palavras da autora,

No que se relaciona aos diferentes processos de escolha do curso superior, no contexto do vestibular tradicional e do Sisu, nosso objetivo foi evidenciar como o Sisu tornou as escolhas mais estratégicas. À época do vestibular, os estudantes escolhiam o curso com mais antecedência, a escolha, na maior parte dos casos, era planejada com grande antecedência. Já no Sisu, o que se observou foi um número elevado de reorientações das escolhas, a partir da impossibilidade de aprovação no curso desejado inicialmente. Tal reorientação, como discutido, aconteceu de forma mais intensa entre os estudantes dos cursos menos seletivos, para os quais se dirigem parte dos alunos que não conseguem ingressar nos cursos mais seletivos. (NONATO, 2018, p. 187).

Ao serem questionados a respeito das outras opções de curso que os alunos haviam indicado na inscrição do SISU, as respostas dos alunos do curso de Pedagogia indicaram respostas muito diversificadas. “Isso nos levou a uma percepção de que boa parte das estudantes de Pedagogia tem o desejo de ingressar no Ensino Superior como algo mais importante que o ingresso em um curso específico. Ou, ainda, que o ingresso independe do curso a ser escolhido.” (NONATO, 2018, p.163). A maneira como é estruturada a inscrição no SISU conduz o aluno a escolher a opção de curso possível para a sua nota de corte, por vezes, sendo mais importante o fato de estudar em uma instituição pública do que o próprio curso escolhido.

Na Universidade Federal de Brasília (UNB), Goellner (2017) identificou que os participantes da pesquisa apresentavam uma maior insatisfação com o curso que estavam matriculados, consequência da escolha orientada pela nota de corte. Segundo a autora, “existe um indício através das respostas sobre a satisfação com o curso que os alunos do SISU estão menos satisfeitos com a escolha de curso e que, se existisse a possibilidade de troca de curso,

²⁶A reopção de curso está relacionada à possibilidade do aluno participar de processo seletivo interno da própria instituição para mudança de curso. Ou seja, “A reopção é destinada ao aluno da UFMG que queira mudar de um curso de graduação para outro [...]” (UFMG, 2016 apud NONATO, 2018, p. 167).

eles também trocariam” (GOELLNER, 2017, p. 70). Ao contrário dos alunos selecionados pelos outros tipos de processo seletivo da instituição, como o vestibular.

A influência da dinâmica do sistema nas escolhas dos candidatados, podem acarretar duas consequências, segundo os pesquisadores: a não eficiência na ocupação das vagas ofertadas e a evasão precoce dos estudantes. É uma característica desse processo seletivo o não preenchimento total das vagas nas chamadas regulares, sendo necessário a convocação sucessiva de candidatos da lista de espera para preenchimento das vagas. Este é um fenômeno presente em todos os cursos, mesmo os cursos de alto prestígio social e, por isso, mais concorridos. Vários pesquisadores destacam a dificuldade de preenchimento de todas as vagas: na Universidade Federal do Piauí (UFPI), 73,8% dos convocados nas chamadas regulares não efetivaram a matrícula entre 2012 e 2013 (SOUSA, 2015). Na UNB, UEMS, UFMS, UFMG e UFMA, os autores também identificaram uma baixa taxa de comparecimento de matrículas nas chamadas regulares (CABELLO et al., 2019; OLIVEIRA, 2014; NOGUEIRA et al., 2017; LIMA; BIACHINI, 2017), sendo necessárias sucessivas convocações para efetuar o completo preenchimento das vagas, o que tem como consequência a formação tardia das turmas (LIMA; BIACHINI, 2017).

A motivação para a escolha do curso está na principal justificativa apresentada pelos convocados que não efetivaram a matrícula na UFPI. Segundo Sousa (2015, p. 63), “para a maioria dos sujeitos da amostra (36%), [...] a resposta está na escolha do curso, pois a aprovação deu-se em curso diferente do que realmente almejavam.” Outros elementos potencializados pelo sistema unificado também são apresentados como justificativa pelos convocados não matriculados: aprovação em outra instituição (11%), e a localização da instituição (8%) (SOUSA, 2015).

Contudo, não se pode ignorar que um processo seletivo unificado possui impactos diferenciados em relação às diferentes instituições e regiões do Brasil. Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por exemplo, o processo seletivo nacional proporcionou o aumento do percentual de vagas ocupadas em virtude da visibilidade que os seus cursos e vagas puderam obter com o sistema, tendo em vista que, por ser esta uma instituição nova, era pouco conhecida até mesmo pela população baiana. Segundo dados da pesquisadora, “Em 2009, 35% das vagas não foram preenchidas na UFRB, ao passo, que em 2010, mais de 90% das vagas ofertadas foram preenchidas.” (SANTOS, 2013, p. 82).

Independentemente disso, a maioria das pesquisas consultadas identificou a ineficácia do sistema para o preenchimento das vagas, principalmente quando comparado aos processos seletivos isolados – vestibular. Para Oliveira (2014),

[...] o objetivo de melhorar o processo de ocupação das vagas não está sendo alcançado na UFMS e na UEMS, ou seja, está mais difícil ocupar as vagas, tem-se mais vagas remanescentes, a evasão anual principalmente do conjunto de cursos de graduação presenciais aumentou significativamente e, por último, ainda temos que o percentual de desistentes ou desligados ingressantes, que também cresceu de forma acentuada. (OLIVEIRA, 2014, p. 108).

Quando observamos a evolução dos dados do Censo da Educação Superior sobre o número de novas vagas ofertadas não preenchidas nas instituições federais (Gráfico 7, capítulo 1), é possível identificar que este número se amplifica a partir de 2013, atingindo percentuais entre 6 e 9% , enquanto no período anterior este percentual se mantinha entre 1% e 2%. É justamente em 2013, com maior adesão das IFES ao SISU, que é possível identificar o maior percentual de vagas não preenchidas. Na Universidade Federal Fluminense, o SISU tornou-se o único processo seletivo às novas vagas ofertadas aos seus cursos de graduação justamente em 2013. Segundo os dados fornecidos pela universidade, no referido ano, ingressaram 7.406 estudantes aos seus cursos de graduação, mas foram ofertadas 9.092 vagas²⁷. A maneira de funcionamento do SISU estaria contribuindo para o não preenchimento das vagas?

O aumento da evasão, após a adoção do SISU, é outro tema muito discutido pelos pesquisadores. Alguns relacionam a escolha do curso orientada pela nota de corte e o aumento da evasão nos últimos anos, embora a correlação direta entre o SISU e a evasão, ainda não possa ser estabelecida, tendo em vista que a adoção do sistema acontece concomitantemente com o desenvolvimento de outras políticas – expansão de vagas, reserva de cotas e com o advento de um grande crise econômica. Contudo, alguns pesquisadores têm buscado identificar as justificativas para o alto índice de evasão no ensino superior.

Gómez e Torres (2015), ao realizarem uma pesquisa sobre a evasão nos cursos de Engenharia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/Campus Medianeira entre 2010 e 2013, constataram que a porcentagem de alunos evadidos para fazer outro curso na própria universidade era uma das principais causas da evasão dos cursos de engenharia ambiental e engenharia de alimentos. Segundo os autores, os índices de evasão dos cursos de engenharia do campus eram altos devido ao pouco tempo de sua existência a época da pesquisa, sendo que na medida em que o campus e os cursos se consolidavam havia uma progressiva redução destes índices. Na pesquisa dos autores, chama a atenção o alto percentual de respostas que indicam como causa da evasão as dificuldades com as disciplinas de Ciências Exatas, demonstrando que a escolha não pensada (equivocada do curso), proporcionada pelo SISU, não

²⁷ O total de vagas ofertadas pela UFF foi calculado com base nas informações divulgadas nos editais de seleção para o 1º e 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://www.coseac.uff.br/2013/index.htm>. Acesso em 23.01.2023.

é a única explicação para o alto índice de evasão. Esse dado remete à discussão do capítulo anterior sobre a incompletude de uma política pública de democratização do ensino superior que possui como foco apenas a ampliação do ingresso, desconsiderando a permanência, não só em seu aspecto econômico, mas também em seu aspecto pedagógico.

Nogueira et al. (2017), ao analisarem os dados da UFMG, após a adesão da instituição ao SISU, também, identificaram uma elevação do índice de não ocupação das vagas e evasão em virtude das estratégias adotadas pelos candidatos no processo de seleção para garantir o ingresso ao ensino superior. Nas palavras dos autores,

Em relação à ocupação das vagas oferecidas pela universidade, verificou-se uma elevação significativa da não matrícula de candidatos convocados, gerando a necessidade de sucessivas chamadas e a evasão de um percentual grande de alunos ainda nos primeiros semestres dos cursos, ocasionando uma ampliação das vagas ociosas. Em relação à evasão, os dados da universidade indicam que parte dos alunos volta à universidade em outros cursos. Não se trata, portanto, de um simples abandono, mas de uma estratégia de mudança de curso propiciada pelas próprias regras do SisU. (NOGUEIRA et al., 2017, p. 26).

Cabello et al.(2019) analisaram os dados da UNB no período de 2014 a 2017, e identificaram que o SISU dificultou o preenchimento das novas vagas ofertadas e aumentou a evasão nos anos iniciais do curso. Na pesquisa, os autores concluíram que

[...] o SISU, como forma de ingresso: i) apresenta maior dificuldade para preenchimento das vagas ofertadas, o que é evidenciado pelo baixo comparecimento dos selecionados em registro de matrícula e pela subsequente anulação do registro, quando o candidato opta por outra instituição; ii) apresenta maiores taxas de desistência nos primeiro e segundo anos para aqueles alunos que de fato se registram e se matriculam, o que sugere dificuldades de permanência desses alunos. Ou seja, o aumento da evasão relacionado ao SISU em relação aos demais processos não parece ocorrer por aspectos acadêmicos dos estudantes selecionados e sim por questões relacionadas à permanência e à opção de curso [...]. (CABELLO et al., 2019, p. 8-9).

Ao avaliar a situação nacional, Li e Chagas (2017), identificaram que o ingresso por meio do SISU aumentava significativamente a probabilidade de evasão. Ao cruzarem os dados dos ingressantes no Ensino Superior no período de 2009 a 2014, os autores detectaram que “quando o aluno ingressa em um programa que oferta vagas pelo SISU, a sua probabilidade de evadir no primeiro ano se eleva em 4,03 pontos percentuais” (LI; CHAGAS, 2017, p. 15).

Entretanto, o aumento da evasão após a adoção do SISU se apresenta de maneira distinta em cada área do conhecimento. Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por exemplo, Barbosa et al. (2017) identificaram que, para as áreas historicamente mais concorridas – Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências da

Saúde, há um aumento maior da evasão dos estudantes do que nas demais áreas - Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas. (BARBOSA et al., 2017, p. 730).

A pouca eficiência na ocupação das vagas não é o único resultado inesperado na proposta do sistema unificado, a mobilidade territorial dos alunos ingressantes, também, não ocorreu conforme as expectativas da política. Na UFMG, por exemplo, embora o percentual de inscrição de estudantes de diferentes regiões brasileiras no processo seletivo tenha se elevado, o número de matrículas destes não aumentou na mesma proporção (NOGUEIRA et al., 2017). Lourenço (2016), ao comparar o perfil de alunos ingressantes na UNB, constatou que a mobilidade estudantil, com o SISU, ocorreu de forma mais expressiva apenas nos cursos de alto prestígio social, como Medicina, Engenharia Civil e Direito, enquanto para os cursos de baixo prestígio social (Pedagogia, História e Matemática) não houve uma mobilidade relevante na comparação entre o vestibular e o SISU. Na UFMG, por exemplo, segundo Nonato (2018), o curso de Medicina foi o único que apresentou uma taxa de mobilidade territorial significativa. Os dados de sua pesquisa demonstram que “Em 2012, 13,5% dos estudantes de Medicina vieram do interior e 20,7% de outro estado; em 2016, o percentual de estudantes advindos do interior aumentou para 24,6% e os provenientes de outro estado foi aumentado para 30,9%.” (NONATO, 2018, p. 198). Isto é, o SISU viabiliza a migração de estudantes com maiores condições socioeconômicas de permanência no ensino superior que, geralmente, optam por cursos mais concorridos.

Além disso, a questão da mobilidade territorial contribuiu para o aumento da evasão em alguns cursos e instituições, como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Medianeira, que teve um aumento da evasão nos cursos de Engenharia entre 2010 e 2013, em virtude da distância entre a universidade e o local de residência de origem.

Os números mostram que é grande o número de alunos que se evadem procurando outra Instituição de Ensino Superior, que esteja localizada em local mais próximo a sua casa, ou cidade de origem. [Continuar a] Morar perto de casa é tão relevante para 19,9% dos alunos que, mudar de curso, não se apresenta como um problema. (GÓMEZ; TORRES, 2015, p. 82).

Em âmbito nacional, Li e Chagas (2017) constataram que, no período de 2009 a 2014, o SISU aumentava a probabilidade do aluno ingressante ter migrado de outros estados, porém o percentual não era tão alto: apenas 2.9 pontos percentuais. O efeito migratório identificado pelos autores era bastante assimétrico entre os cursos o que afetava a taxa média final. O curso de Medicina, por exemplo, era o que se destacava ao aumentar a probabilidade de migração do

aluno em 19.5 pontos percentuais. Os autores observaram ainda que “receber auxílio social ou ter ao menos um dos pais com ensino superior completo aumenta a probabilidade do aluno ser migrante de outro estado” (LI; CHAGAS, 2017, p. 13).

Por último, alguns pesquisadores buscaram verificar se a adoção do SISU provocou alterações (positivas ou negativas) no perfil de aluno ingressante do ensino superior. Algumas pesquisas demonstram uma correlação entre a escolha tardia do curso, orientada pela nota de corte do processo seletivo, e a alteração do perfil de aluno ingressante para determinados cursos.

Ao analisar o perfil dos ingressantes à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2012 (antes da adoção do SISU) e 2016 (com o SISU), Nonato (2018) identificou que não houve grandes alterações no perfil de aluno, mesmo com a Lei de Cotas. Contudo, ao analisar cursos específicos, a autora identificou que houve alterações no perfil de aluno entre 2012 e 2016. Segundo Nonato (2018), “(...) o SISU e a Lei de Cotas trouxeram importantes mudanças na composição dos cursos, especialmente daqueles considerados mais seletivos.” (p. 129-130). Os resultados da pesquisa de Nonato (2018), com os cursos de Medicina e Enfermagem, Direito e Pedagogia da UFMG, identificaram que após a adoção do SISU os cursos de maior prestígio social tenderam a uma maior democratização, com acesso de grupos minoritários²⁸, influenciados pela política de cotas, enquanto os cursos de menor prestígio social tenderam a uma maior elitização. No curso de Enfermagem, por exemplo, houve, após a adoção do SISU, um aumento do número de ingressantes que possuíam como escola de origem instituições privadas. Enquanto no curso de Medicina, houve um aumento percentual de ingressantes provenientes de escolas públicas, sobretudo das instituições federais de ensino por influência da Lei de Cotas.

Temos, portanto, um aumento no percentual de estudantes com renda mais elevada ingressando no curso de Enfermagem, em 2016, e um aumento no percentual de estudantes com renda mais baixa, ingressando no curso de Medicina neste mesmo ano. Essa variável parece indicar a atuação da Lei de Cotas e do Sisu de modo concomitante. No curso de Enfermagem, o Sisu aponta para a compreensão de que atua aumentando a concorrência e, de certo modo, a seletividade do curso, o que se reflete no aumento da renda. Na Medicina, a Lei de Cotas funciona como uma barreira para o ingresso de estudantes de escolas privadas que, como sabemos, tendem a ter um perfil social elevado, o que se reflete na diminuição da renda. Esses movimentos não parecem independentes. Nossa hipótese é justamente que o curso de Enfermagem está recebendo parte dos estudantes de escolas privadas e de maior renda que não estão conseguindo ingressar na Medicina pela barreira das cotas. (NONATO, 2018, p. 198).

²⁸ Entende-se grupos minoritários como aqueles destituídos de poder em nossa sociedade, mesmo que, muitas vezes, em sentido numérico, eles sejam em maior quantidade.

Em síntese, a autora verificou que o SISU e a Lei de Cotas conjuntamente alteraram a dinâmica do ingresso nos cursos de alto e baixo prestígio social, gerando uma redistribuição dos candidatos entre os diferentes cursos:

[...] para o conjunto dos quatro cursos analisados, houve uma transferência dos estudantes com uma origem social mais elevada, dos cursos mais elitizados, para os menos elitizados, possivelmente, “expulsando” os que, tradicionalmente, ocupavam aqueles cursos. [...] Em certa medida, podemos dizer que candidatos com perfil mais elevado, que passaram a ter mais dificuldade para entrar nos cursos mais seletivos e prestigiosos, passaram a disputar as vagas nos cursos menos seletivos e prestigiosos, restringindo a possibilidade de ingresso dos candidatos com perfil social e escolar mais baixo e que, tradicionalmente, frequentavam esses cursos. (NONATO, 2018, p. 273 e 274).

Lourenço (2016) apresenta alguns dados que corroboram com esta hipótese de alteração do perfil de ingressantes em cursos de baixo e alto prestígio social após a adoção do SISU pela UNB. Os dados do tipo de escola cursada no ensino médio e renda familiar, quando avaliados em conjunto para cursos de alto e baixo prestígio social, não demonstraram uma alteração significativa do perfil do aluno ingressante pelo vestibular e pelo SISU, com exceção de um relativo aumento do número de estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, o que poderia estar relacionado a implementação da Lei de Cotas. Entretanto, quando se analisa os dados disponibilizados na pesquisa de Lourenço (2016) para cada curso, mesmo que a própria autora não se proponha a fazer tal análise, alguns dados se destacaram, como o aumento significativo de estudantes que estudaram em escolas privadas no ensino médio para os cursos de Matemática – licenciatura (de 32,3% para 70%) e Pedagogia (de 42,2% para 73,7%), e o movimento inverso para os cursos de alto prestígio social, houve um aumento de alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas em Direito (de 14,4% para 55,6%) e Medicina (de 1% para 30%) (LOURENÇO, 2016, p. 98).

Em relação à renda familiar, os dados gerais dos cursos pesquisados por Lourenço (2016) apresentaram apenas um aumento significativo para os alunos com renda familiar inferior a 3 salários mínimos. Porém, analisando os dados de cada curso, encontram-se informações interessantes como o aumento de estudantes de renda familiar inferior a 3 salários mínimos para cursos como Direito (de 4,80% para 20%) e Medicina (de 3,2% para 45,5%) e o aumento de estudantes com renda familiar superior a 20 salários mínimos para o curso de Pedagogia (de 6,9% para 24,1%) (LOURENÇO, 2016, p. 101). Estas alterações não foram fruto de discussão na pesquisa da autora, porém acredito que estes dados corroborem com os dados apresentados por Nonato (2018), uma maior democratização dos cursos de alto prestígio social

em virtude das políticas de reserva de cotas e uma elitização dos cursos de baixo prestígio social devido à dinâmica de seleção do SISU.

Para Nakamura (2014), a alteração no procedimento de classificação dos estudantes é outro fator que contribuiu para as mudanças no perfil dos ingressantes na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No Processo Seletivo Seriado (PSS) – o vestibular da UFPB, a classificação dos estudantes era realizada primeiramente nas vagas de ampla concorrência e só depois eles concorriam à reserva de vagas das cotas. Este procedimento se alterou com a adoção do SISU na instituição, ao realizar a inscrição o candidato poderia concorrer a apenas uma modalidade: ampla concorrência ou uma das cotas de reserva de vagas. O autor destaca que, como consequência, houve um ingresso menor de alunos de escolas públicas no ano de 2013, mesmo com o vestibular e o SISU reservando o mesmo número de vagas a estes alunos.

Em 2013, tanto o PSS quanto o Sisu destinaram 35% das vagas para estudantes egressos de escolas de ensino médio público e o que se verifica é que o PSS supera este percentual classificando 61% de estudantes egressos de escola pública, enquanto que o Sisu classificou apenas 47,1%. (NAKAMURA, 2014, p. 139).

Ao comparar o perfil de alunos ingressantes entre 2004 e 2013, Nakamura (2014) encontrou diferenças significativas em relação aos ingressantes pelo PSS e o SISU. Ele identificou que, em relação ao PSS, no SISU havia maior porcentagem de ingressantes que estudaram em escolas privadas no ensino fundamental e médio, maior participação de alunos com idade inferior a 20 anos, os pais apresentavam maior nível de instrução, maior renda familiar mensal, redução dos estudantes oriundos da própria Paraíba, além disso, uma porcentagem muito superior de estudantes com acesso à tecnologia de informação e comunicação (NAKAMURA, 2014). Devido à dinâmica do sistema, o acesso à internet é fundamental para o sucesso na seleção, o que para o autor promove maior desigualdade.

Esses dispositivos mostram que o acesso à rede é condição *sine qua non* para participar do processo seletivo. Como consequência, verifica-se que quase todos que se classificam por este sistema possuem computador em casa e tem acesso à internet. Mais uma vez, o acesso à informação e ao conhecimento das regras do jogo repercutem no êxito da elite em detrimento do fracasso dos alunos em situação de vulnerabilidade, justificados sob o falso argumento do desempenho nas provas, quando a seleção se dá anteriormente ao exame, já na inscrição e no acesso às regras do concurso. (NAKAMURA, 2014, p. 111).

Outra pesquisa da UNB comparou os diferentes processos seletivos da instituição no período de 2014 a 2016, identificando que os alunos possuíam diferentes perfis a depender da forma de ingresso. A autora, diferentemente dos outros autores, identificou uma alteração

positiva de perfil dos ingressantes pelo SISU: maior porcentagem de alunos oriundos de escolas públicas, menor renda familiar, maior participação de pretos e pardos (GOELLNER, 2017). Contudo, não há na pesquisa uma avaliação a respeito dos impactos da política de cotas nesta alteração de perfil. Segundo GOELLNER (2017), “[...] existe uma maior tendência do Enem-Sisu de selecionar alunos cotistas” (p. 68). A autora não identificou diferenças significativas entre o vestibular e o SISU quando foi avaliado o perfil dos alunos ingressantes apenas pela ampla concorrência, sem incluir os alunos cotistas. O que leva ao questionamento: foi o SISU, enquanto processo seletivo, que provocou a mudança de perfil de alunos ou foi o sistema de reserva de cotas?

Um fato curioso observado nas pesquisas é a predominância de estudantes do sexo masculino. Nonato (2018) e Goellner (2017) identificaram que com o SISU o ingresso de homens é superior ao de mulheres quando comparados aos outros tipos de processos seletivos. “Em 2016 cerca de 60% dos alunos do Enem-Sisu eram homens, enquanto o Vestibular teve 51 % e o PAS 41% de alunos do sexo masculino. De alguma forma, portanto, o Enem-Sisu é mais “masculinizado” que as outras formas de ingresso.” (GOELLNER, 2017, p. 67). Uma das hipóteses levantadas pelas autoras para o SISU ser mais “masculinizado” seria a questão da mobilidade estudantil, os homens estariam mais propensos a residirem em localidade distante da sua residência. Entretanto, se a mobilidade não é tão alta para todos os cursos, nem instituições, como creditar o aumento de ingresso de estudantes homens apenas à mobilidade estudantil?

É curioso observar que a questão do perfil de aluno é muito diferenciada para cada região do Brasil. Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por exemplo, o perfil de alunos é diferente da UFMG e UNB. Em 2009 e 2010, mais de 70% dos estudantes possuíam renda familiar de 0 a 5 salários mínimos, sendo inexpressivo o número de estudantes com renda familiar superior a 10 salários mínimos. E este perfil não foi alterado com a adoção do SISU em 2010. A instituição continuava selecionando alunos do interior do estado da Bahia e de classes baixas ou média-baixas, com um percentual de negros muito superior ao percentual de brancos (em 2010;65,17% em relação a 11,11%). (SANTOS, 2013). Cabe observar que a instituição não contava com cursos considerados de elite como Medicina e Direito.

Observou-se que a alteração no mecanismo ampliou a oportunidade de mais estudantes se inscreverem, pois divulgou a instituição. No entanto, o perfil dos estudantes não foi alterado consoante com a identificação geográfica dos inscritos que, em ambos os processos analisados, apontaram para mais de 90% de candidatos oriundos do Estado da Bahia, onde a população que se declara preta e parda é mais de 76%. Condizente com isso, a identificação da renda também acompanhou a identificação regional na medida em que se tratou de estudantes com renda familiar dentro da faixa de um até 5 salários mínimos.(SANTOS, 2013, p. 113).

É importante observar que a UFRB é uma instituição nova, criada no âmbito das políticas de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. Segundo Ristoff (2014, p. 744), “[...] estas instituições [...] já nasceram com mais cara de povo, ou seja, com uma identidade mais próxima da sociedade brasileira como um todo.” Além disso, a Bahia se destaca no cenário nacional com a maior população que se autodeclara como preta de acordo com o Censo Demográfico de 2010²⁹. Então, é razoável que não só pela particularidade de sua criação, mas também pelas características da própria população regional, a UFRB conte com um público mais próximo a realidade da sociedade brasileira.

Na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o perfil de aluno também é diferente: a maioria dos ingressantes se autodeclaram como pretos e pardos, com destaque para os pardos, a maioria cursou o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Contudo, seguindo a tendência nacional, o maior índice de estudantes brancos e oriundos de escola privada está presente nos cursos de alta demanda como Direito e Medicina. A maioria dos estudantes pretos e pardos e oriundos de escolas públicas opta por cursar licenciaturas enquanto os brancos e estudantes de escolas privadas optam pelos cursos de bacharelado.

Verificamos que a maior parte da população branca nos cursos de graduação da UNEMAT, campus de Cáceres estão matriculados nos cursos com habilitação de bacharelado diurnos, enquanto as populações parda e preta estão matriculadas nos cursos com habilitação de licenciatura noturnos. (BORGES, 2017, p. 117).

[...]

Em relação aos cursos 69,7% dos ingressantes que cursaram o ensino fundamental exclusivamente em escola pública ou cursaram a maior parte do ensino fundamental em escola pública, optaram por cursos de licenciaturas e 78,5% que cursaram o ensino fundamental, todos em escola particular ou maior parte na mesma, optaram por bacharelados. (BORGES, 2017, p. 121).

O autor não identificou mudanças significativas em relação aos ingressantes via SISU e vestibular, com exceção de uma pequena diferença em relação aos ingressantes via SISU que apresentou: “estudantes que residem com maior número de pessoas; estudantes que não exercem atividade remunerada e possuem renda familiar até dois salários mínimos” (BORGES, 2017, p. 147). Porém, em relação à cor/raça, escola de origem, sexo, local de residência etc., o perfil dos estudantes não apresentou diferenças significativas de acordo com a forma de ingresso. Cabe destacar que a comparação do perfil de ingressante conforme a forma de

²⁹ Segundo o Censo Demográfico 2010, “As maiores proporções de pardos estão nas Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste, enquanto os pretos estão mais presentes proporcionalmente nas Unidades da Federação do Nordeste, com destaque para a Bahia, onde há 17,1% de pessoas que se declaram de cor ou raça preta, o que corresponde a cerca de 2,4 milhões de pessoas.” (BRASIL, 2011, s.p.).

ingresso ocorreu em relação ao primeiro e segundo semestre entre 2014 e 2015, já que na instituição no primeiro semestre, a seleção era pelo SISU e no segundo semestre pelo vestibular. O autor defende que o acesso à UNEMAT não se alterou com a forma de ingresso, continuando democratizado. “Esse estudo demonstrou que o ingresso na UNEMAT tanto pelo Vestibular quanto pelo SiSU continua democratizado, pois atende a um público variado, ingressantes oriundos de classes e raças distintas.” (BORGES, 2017, p. 153). Contudo, é necessário observar que mesmo em uma instituição com o perfil mais próximo da realidade regional, encontramos diferenças no perfil de alunos que escolhem ingressar em cursos de alta demanda – como Direito e Medicina.

Em síntese, a proposta de uma seleção unificada às IFES, embora traga em seu bojo a perspectiva de um processo seletivo mais democrático, tem demonstrado que a temática é muito mais complexa do que o apresentado na política. Ao longo do capítulo, as pesquisas demonstraram que uma seleção nacional unificada desencadeou resultados não esperados, como o aumento da taxa de evasão, a alteração do perfil dos alunos ingressantes nos cursos de baixo prestígio social, a baixa mobilidade territorial dos estudantes, a dificuldade para formação de turmas, entre outras (quadro 01). Isto é, mesmo uma política pública proposta para democratizar as oportunidades de acesso ao ensino superior – o SISU – expõem os limites desse processo.

Quadro 1 - Síntese dos principais resultados da implementação do SISU em diferentes IFES brasileiras (continua)

Mudanças na escolha do curso	IFES	Autor (a)
Escolha estratégica principalmente nos cursos menos seletivos	UFMG	NONATO, 2018
Maior insatisfação com a escolha do curso	UNB	GOELLNER, 2017
Não ocupação das vagas/Evasão	Instituição	Autor (a)
Não preenchimento total das vagas nas chamadas regulares	UFPI, UNB, UEMS, UFMS, UFMG e UFMA	SOUSA, 2015; CABELLO et al., 2019; OLIVEIRA, 2014; NOGUEIRA et al., 2017; LIMA; BIACHINI, 2017
Aumento do percentual de vagas ocupadas	UFRB	SANTOS, 2013
Aumento da evasão nos períodos iniciais	UTFPR, UFMG, UNB	GÓMEZ, TORRES, 2015; NOGUEIRA et al., 2017; CABELLO et al. , 2019; , LI E CHAGAS, 2017
Mobilidade Territorial	Instituição	Autor (a)
Aumento mobilidade territorial apenas nos cursos de alto prestígio social	UNB, UFMG	LOURENÇO (2016); NONATO (2018); LI E CHAGAS (2017).

Quadro 2 - Síntese dos principais resultados da implementação do SISU em diferentes IFES brasileiras (continuação)

Perfil dos alunos ingressantes	Instituição	Autor (a)
Os cursos de baixo prestígio social tenderam a uma maior elitização	UFMG	NONATO (2018)
Aumento percentual do número de alunos oriundos de escolas particulares que ingressaram em cursos como Pedagogia e Matemática-Licenciatura	UNB	LOURENÇO (2016)
Aumento percentual de estudantes oriundos de escolas particulares, e com maior renda familiar, redução percentual dos estudantes oriundos da própria Paraíba	UFPB	NAKAMURA (2014)
Mais ingressantes do sexo masculino	UFMG, UNB	NONATO (2018); GOELLNER (2017)
Não há alteração de perfil	UFRB, UNEMAT	SANTOS (2013); BORGES, 2017

Fonte: Elaboração própria, 2023.

2.3 O SISU e a democratização da educação superior

Algumas alterações no SISU foram estabelecidas pela Portaria Normativa n.º 1.117, de 1 de novembro de 2018³⁰. A partir desta Portaria, os estudantes selecionados em alguma chamada regular do SISU não podem mais permanecer na lista de espera para concorrer às vagas remanescentes. Ademais, os candidatos podem continuar na lista de espera para apenas uma das opções realizadas no momento de inscrição no processo seletivo. Supõe-se que essas alterações almejem enfrentar a grande movimentação dos estudantes entre os cursos e instituições, como estratégia de ingresso, que estariam impactando no número de vagas ociosas e na necessidade de realização de muitas chamadas para preenchimento das vagas disponíveis.

Esses impactos da adesão ao SISU levaram a Universidade de Brasília (UNB) a não adotá-lo como processo de seleção a partir de 2020. Segundo nota da Assessoria de Comunicação da Universidade, além da incompatibilidade de calendários entre a instituição e o MEC, os números sucessivos de chamadas (convocação de alunos) e a alta evasão são fatores que levaram a instituição a tomar tal decisão.

³⁰ Em maio de 2020, foi publicada uma nova portaria – a Portaria n.º 493 de 22 de maio de 2020. Contudo, não se verificou alterações que modifiquem significativamente a dinâmica de funcionamento do SISU no que diz respeito à seleção dos estudantes, tendo a portaria alterações de aspectos mais administrativos de condução do processo. Além disso, essa Portaria passou a permitir a seleção para vagas de cursos de graduação na modalidade a distância, o que era vedado na Portaria Normativa n.º 21/2012.

Outro problema é o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo Sisu, sendo necessárias várias chamadas, o que prejudica o início do semestre letivo. Além disso, de acordo com a UnB, a evasão entre os estudantes que ingressam via Sisu é maior. Após o primeiro ano na universidade, a permanência de calouros que ingressaram por outros processos seletivos é de mais de 90%. No caso do Sisu, esse índice é até 20% mais baixo.³¹

É perceptível que a maneira como a política foi traçada provocou a oportunidade dos estudantes desenvolverem estratégias para ampliar as suas possibilidades de ingresso. Todas essas pesquisas nos provocam um questionamento: em que medida o SISU tem promovido uma “democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior” (BRASIL, 2009)? É necessário que os alunos criem estratégias para garantir o ingresso, ainda que em curso diferente do planejado, porque não há vaga para todos, mesmo com a expansão recente do sistema.

Luz e Veloso (2014) questionam se a unificação dos processos seletivos às IFES corrobora com a democratização do acesso. As autoras defendem que a oportunidade de concorrência às vagas em nível nacional é um fator diferente da democratização do acesso. O aumento na relação entre candidatos e vagas entre 2007 e 2012 evidencia o contrário: o número de vagas ofertadas pelas IFES é menor que o número de estudantes que desejam ingressar em instituição pública de ensino superior. De acordo com as autoras,

Embora o SiSU ofereça oportunidade a todos concorrerem a uma vaga em instituições distante de suas regiões de moradia, o candidato ainda depara com uma situação sempre existente na educação superior brasileira, poucas vagas para muitos inscritos, e agora com um Sistema aberto a todo país esse quadro se mostra mais expressivo e, para além disso, apresenta um quadro de competição e ranqueamento entre as universidades, que passam a ser apresentadas pelas mídias como as "mais procuradas". (LUZ; VELOSO, 2014, p.80).

Em outras palavras, estaria o SISU exacerbando as fragilidades do processo de expansão da educação superior? Número de vagas insuficientes para todos os pleiteantes, escassas políticas de permanência estudantil, desigualdades regionais e socioeconômicas que inviabilizam a mobilidade territorial dos estudantes, entre outras questões. Tudo isto estaria ficando em evidência com um sistema de seleção unificada que, por abarcar toda a extensão territorial, encontra dificuldades para atender as particularidades de instituições e estudantes. Para Nakamura (2014),

³¹ Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/07/1008495-unb-deixara-de-usar-o-sisu-em-2020.html>.

O Sisu, sob o grande jargão de “democratização do acesso”, possibilitado pela extensão na aplicação das provas do ENEM e na “facilidade” de inscrição em todo o território brasileiro, oculta as desigualdades, tratando os diferentes como iguais, o que exacerba a desigualdade e reproduz as diferenças de classes, traduzidas como diferenças escolares. (NAKAMURA, 2014, p. 110).

O funcionamento do SISU trouxe alterações importantes como a isenção de taxas de inscrição para muitos estudantes, a possibilidade de participar do processo seletivo de diferentes instituições e, até mesmo, tornou possível que os estudantes desenvolvessem estratégias para potencializar o seu ingresso. Porém, ao mesmo tempo, acirrou a concorrência. Na realidade da sociedade brasileira, de profundas desigualdades sociais e econômicas, o aumento da concorrência para o ingresso às instituições federais de ensino superior tende a não contribuir para o acesso da classe trabalhadora, para a diluição das desigualdades e, portanto, para uma real democratização da educação superior que, como defendido no primeiro capítulo, tende a ser mais eficaz pela via do setor público.

3 RETRATO SOCIOECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: PERFIL DE INGRESSANTES ENTRE 2006 E 2018

A presente pesquisa possui como tema central de estudo a educação superior no Brasil. Assim, no capítulo 1 da presente tese, foi feita uma análise da agenda pública para o ensino superior no Brasil e sua influência no processo de democratização do seu acesso. A principal hipótese que ensejou o desenvolvimento desta pesquisa foi que a adoção pela Universidade Federal Fluminense (UFF) do Sistema de Seleção Unificada (SISU) interrompeu a tendência de democratização do perfil dos calouros da instituição, a despeito da proposta de seleção unificada trazer como eixo de discussão a “democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior” (BRASIL, 2009). Por isso, no segundo capítulo, buscou-se um entendimento do SISU como política de democratização da educação superior – como é o seu funcionamento e quais os efeitos da sua implementação nas instituições de ensino superior, segundo as pesquisas já desenvolvidas. A presente tese possui, portanto, como objetivo geral analisar o perfil dos estudantes ingressantes aos cursos de graduação presenciais da UFF entre 2006 e 2018, e suas interfaces com as políticas públicas para educação superior nas últimas duas décadas, constituindo-se como um estudo de caso da UFF.

Além de ser o meu espaço de trabalho, a UFF, hoje, apresenta uma grande representatividade no ensino superior do estado do Rio de Janeiro, justificando a sua escolha como campo de pesquisa. A Universidade Federal Fluminense é uma instituição localizada no estado do Rio de Janeiro, criada em dezembro de 1960, com a finalidade de atender às demandas da população local por uma universidade na região fluminense. A UFF se caracteriza pela sua grande capilaridade regional, além de ter três *campi* (Campus Gragoatá, Campus Praia Vermelha, Campus Valonguinho) e unidades isoladas de ensino na cidade de Niterói – Faculdade de Direito, Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Veterinária, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Biomédico, Faculdade de Medicina, Hospital Universitário Antônio Pedro e o Hospital Universitário de Medicina Veterinária. Ela também está presente em outros municípios do estado, como Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda³².

³² É possível conhecer um pouco sobre a história do processo de interiorização da universidade no texto “60 Anos UFF: universidade é presença marcante no desenvolvimento regional do Estado do RJ”, disponível no site

O seu crescimento, a partir dos anos 2000, foi extraordinário: de 45 cursos de graduação oferecidos em 2000, a instituição passou a oferecer 131 cursos em 2018. De 20.237 matrículas em 2000, a instituição passou a ter 46.032 matrículas em cursos de graduação presencial e a distância em 2018, com isso, a UFF foi a universidade federal com maior número de matrículas registrados no Censo da Educação Superior de 2018³³. Este crescimento foi fruto da adesão orgânica da instituição aos programas de expansão das IFES, especialmente ao *Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*.

Antes mesmo da adesão ao REUNI, o processo de expansão e interiorização da UFF, atendendo às demandas do capital para uma massificação do ensino superior, encontrava-se em construção. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)³⁴ 2003-2007, a UFF “elegeu como eixo central (...) o lema “expansão de vagas e melhoria qualitativa dos cursos”.”³⁵, cujo foco era a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* nos cinco anos seguintes. Em seguida, foi lançado pelo Governo Federal o Programa REUNI que, como apresentado no capítulo 1, tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior entre 2008 e 2012. A proposta não foi bem recebida por todos os setores da universidade, ainda assim, a UFF entregou o seu projeto de adesão ao programa do Governo Federal em novembro de 2007. Este projeto encontrou grande resistência da comunidade universitária – alunos, professores e técnico-administrativos. As reuniões do Conselho Universitário (CUV) para discussão e aprovação do projeto de adesão ao REUNI foram interrompidas algumas vezes com “acaloradas” discussões. Assim, a reunião do CUV que aprovou este projeto aconteceu a “portas fechadas” no Palácio de Justiça de Niterói com o bloqueio do local pela polícia militar. O PDI seguinte (2008-2012) já incorporava as metas previstas no projeto de adesão ao REUNI, e reforçava o programa de expansão da universidade.

<https://www.uff.br/?q=noticias/23-12-2020/60-anos-uff-universidade-e-presenca-marcante-no-desenvolvimento-regional-do>. Acesso em 05.02.2023.

³³ Outras informações estruturadas do Censo da Educação Superior com foco na UFF podem ser encontradas no site da instituição: <<http://www.uff.br/node/15527>>.

³⁴ Segundo informações presentes no site da UFF, “O Plano de Desenvolvimento Institucional, mais conhecido como PDI, consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior, a política pedagógica institucional e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos (...)”. Ele surge como um requisito para o processo de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e seus cursos presentes nos documentos legislativos (lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017). Fonte: <http://pdi.sites.uff.br/o-que-e-pdi/>. Acesso em 07.02.2023.

³⁵ Mais informações sobre os PDIs da UFF podem ser encontradas nos sites: <http://pdi.sites.uff.br/historico/> e <http://pdi.sites.uff.br/pdis-da-uff/>.

No que concerne à expansão da universidade³⁶, os efeitos do REUNI puderam ser percebidos já no primeiro ano de sua implementação. Nas unidades acadêmicas da UFF no interior do estado do Rio de Janeiro, houve um aumento de 48% do número de vagas de 2007 para 2008 – de 775 novas vagas, a UFF passou a ofertar 1.153; entre 2008 e 2012, também, houve a criação de novos cursos tanto nas unidades acadêmicas localizadas na cidade de Niterói quanto nas do interior. Após a adesão ao REUNI, a UFF praticamente dobrou o número total de ingressantes anuais à instituição, de 4.666 em 2007 passou a 8.733 em 2018. Enquanto os cursos localizados em Niterói ampliaram em quase 50% o número de ingressantes, as unidades presentes no interior do estado aumentaram em 323% o número de ingressantes, demonstrando o forte processo de interiorização da instituição (tabela 3).

Tabela 3 – Total de estudantes ingressantes à UFF entre 2006 e 2018

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ingressantes	4.475	4.666	5.185	5.552	6.124	7.763	8.654
Ingressantes Niterói	3.761	3.891	4.032	4.236	4.447	5.350	6.006
Ingressantes outros pólos	714	775	1.153	1.316	1.677	2.413	2.648
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Ingressantes	8.930	8.930	8.494	8.695	8.792	8.733	
Ingressantes Niterói	6.033	5.968	5.579	5.678	5.735	5.649	
Ingressantes outros pólos	2.897	2.962	2.915	3.017	3.057	3.084	

Fonte: Elaboração própria com base nos registros acadêmicos da UFF, 2023.

Nesta pesquisa, apenas os estudantes ingressantes às unidades acadêmicas da UFF localizadas em Niterói compõem a população da pesquisa. Devido a sua grande capilaridade regional, a UFF conta com um público muito diverso entre as diferentes cidades, uma análise global do perfil destes estudantes poderia induzir a uma leitura equivocada do retrato socioeconômico institucional. Estas unidades do interior do estado do Rio de Janeiro foram criadas com o intuito de atender a população local e iniciaram suas atividades, geralmente, com a oferta de poucos cursos, nos quais não se incluíam cursos mais concorridos, como alguns da área da saúde – Medicina e Odontologia, por exemplo. Supõe-se que o processo de

³⁶ A adesão ao REUNI trouxe outros impactos à UFF, para além da sua expansão de oferta de vagas, matrículas e cursos, algumas pesquisas demonstraram o aprofundamento da precarização da universidade em virtude desta expansão acelerada, como a sobrecarga de trabalho docente, a formação aligeirada, a falta de verba para manutenção da infraestrutura necessária. Este tema pode ser consultado em:

interiorização da instituição trouxe em seu bojo o ingresso de estudantes das camadas mais populares que não poderiam se deslocar para as regiões mais centrais em busca de formação. Segundo Ristoff (2014, p. 744), “[...] estas instituições [criadas no âmbito das políticas de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil] (...) já nasceram com mais cara de povo, ou seja, com uma identidade mais próxima da sociedade brasileira como um todo.”. Assim, em virtude das realidades tão distintas das unidades de Niterói e das demais cidades do interior, acredita-se que o perfil do ingressante à UFF deve ser analisado de forma separada, porque apresentariam trajetórias distintas.

O recorte temporal selecionado para a coleta de dados, também, favoreceu a escolha das unidades acadêmicas da UFF em Niterói como lócus da pesquisa. Para testar a hipótese inicial da pesquisa, seria necessário coletar informações do período anterior e posterior a adoção do SISU como único processo seletivo à instituição. A configuração das unidades acadêmicas do interior alterou-se profundamente com o REUNI, grande parte dos cursos são novos e o quantitativo de alunos triplicou. Se em 2006, eram ofertados 13 cursos nas unidades do interior; em 2012, prazo final do REUNI, eram ofertados 41 cursos. Algumas unidades deixaram de existir, como Itaperuna, Miracema, Bom Jesus do Itabapoana, Quissamã, outras foram criadas – Nova Friburgo e Rio das Ostras.

Embora, as unidades da UFF em Niterói também tenham sofrido alterações no número de cursos e ingressantes, em virtude do programa de expansão, estas demonstraram uma continuidade maior em sua configuração. Os cursos ofertados a época do vestibular, por exemplo, permaneceram sendo ofertados quando o SISU tornou-se o único processo seletivo³⁷. Foram criados 15 novos cursos entre 2007 e 2018, e alguns cursos foram reformulados nas habilitações ofertadas (licenciatura, bacharelado e licenciatura noturna). Além disso, ao contrário das cidades do interior, os cursos de graduação sediados na cidade de Niterói abrangiam diversas áreas do conhecimento, inclusive as áreas mais concorridas, com maiores relações candidato/vaga, que historicamente possuem um público com renda e poder aquisitivo acima da sociedade em geral.

A utilização do SISU, como único processo seletivo à instituição, como marco temporal para análise de perfil proposta na pesquisa, do mesmo modo, contribuiu para selecionar apenas os cursos de graduação presenciais. Os cursos de educação a distância da UFF possuem história recente e são oferecidos através da parceria com o Consórcio CEDERJ. O processo seletivo aos cursos de graduação EAD acontece em editais independentes dos cursos presenciais, com

³⁷ Uma listagem completa dos cursos ofertados ao longo dos anos nas unidades de Niterói da UFF encontra-se no apêndice.

cronogramas e instrumentos de seleção diferentes, sendo a Fundação CECIERJ a responsável pela seleção. Sendo assim, os cursos EAD da UFF não participaram do vestibular e do SISU e, portanto, os seus ingressantes não compõem a população da pesquisa.

O período de coleta de dados abrange os ingressos desde 2006, quando o vestibular era o único processo seletivo à UFF, passa por 2008, quando o programa REUNI começa a apresentar efeitos na ampliação do número de vagas e cursos ofertados, atravessa os anos de 2011 e 2012, ocasião em que ocorreram dois processos seletivos simultâneos – o vestibular e o SISU. E por fim, alcança o período posterior a adoção da UFF ao SISU como único processo seletivo – de 2013 a 2018.

3.1 Bases de dados públicas: o questionário sociocultural do vestibular e o questionário socioeconômico do ENEM como instrumentos de coleta de dados

O recorte temporal da presente pesquisa – de 2006 a 2018, inviabilizou a elaboração e aplicação de instrumentos próprios de coleta de dados. O extenso recorte temporal tornou inexecutável a identificação e o contato com os estudantes que ingressaram à UFF no período, além disso, seria necessária a atuação de uma grande equipe de pesquisa a fim de alcançar o vasto grupo de participantes, e garantir um retorno adequado, já que é comum em questionários que não apresentam obrigatoriedade de resposta um retorno lento e pequeno, o que poderia dificultar a verificação da hipótese de investigação. A alternativa a este impasse foi utilizar bases de dados institucionais públicas, nas quais informações sociais e econômicas sobre os estudantes ingressantes já estavam capturadas e armazenadas.

O uso de bases institucionais já constituídas pode provocar a falsa impressão de que a execução da pesquisa poderia ser mais “simples” e rápida, já que se exclui a etapa de elaboração e aplicação dos questionários para a coleta de dados, por exemplo. Entretanto, a análise de dados coletados e organizados por terceiros, e até mesmo, anterior ao desenho do próprio objeto de pesquisa, apresenta muitos desafios: o primeiro deles diz respeito a dificuldade de identificar quais são as bases de dados que reúnem as informações relevantes ao desenvolvimento da pesquisa; depois é preciso, ainda, conseguir o acesso a estas bases selecionadas e aprender sobre o funcionamento de cada uma delas, para só, então, selecionar os dados pertinentes a análise do próprio objeto de pesquisa, e, muitas vezes, é ainda necessária uma normatização dos dados

selecionados para garantir uma coesão entre as diferentes bases de dados e as categorias da própria pesquisa desenvolvida.

O primeiro desafio para a coleta de dados da presente pesquisa foi, portanto, identificar em quais bases institucionais seria possível encontrar informações sobre o perfil socioeconômico e sociocultural dos estudantes ingressantes à UFF. Inicialmente, identifiquei um portal de transparência pública da UFF³⁸, desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) em conformidade com a política de dados abertos do governo federal³⁹. Nele, era possível encontrar dados como etnia, gênero, ação de ingresso, faixa etária, se o aluno era estrangeiro; estas informações eram coletadas a partir dos registros dos estudantes no “Sistema Acadêmico de Graduação” da instituição. Porém, no referido site, estavam disponíveis apenas as informações do ano corrente de consulta, ademais não era possível identificar apenas os alunos ingressantes no volume de informações disponibilizadas.

Além disso, os dados divulgados pelo portal de transparência pública da UFF não eram suficientes para elaborar o perfil socioeconômico do estudante ingressante, sendo necessário buscar alternativa para a coleta dos dados necessários à realização da pesquisa. No momento da inscrição aos processos seletivos, era uma prática comum das universidades aplicarem um questionário para coletar informações pessoais e econômicas dos estudantes inscritos. Na época do vestibular, cada instituição elaborava o seu próprio questionário, a fim de conhecer os estudantes que pretendiam ingressar à Universidade. Até 2012, a UFF contava com um questionário de elaboração própria que coletava informações sociais, econômicas e culturais dos estudantes que pretendiam ingressar em seus cursos de graduação. Após solicitação, a Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF (COSEAC/UFF) – “órgão responsável pela organização, planejamento e execução dos concursos de seleção para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense”⁴⁰, disponibilizou em abril de 2021, as

³⁸ O site de Transparência Pública da UFF, onde constam os referidos dados é <https://app.uff.br/transparencia/graduacao>.

³⁹ Segundo o Decreto 8.777/2016 que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, seus principais objetivos são “art. 1º, I- promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos; II- aprimorar a cultura de transparência pública; III- franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo Federal, sobre os quais não recaia vedação expressa de acesso (...)”, dentre outros. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520099/do1-2016-05-12-decreto-n-8-777-de-11-de-maio-de-2016-21520002. Acesso em: 15.03.2023.

⁴⁰ Informações disponíveis no site institucional: <http://portal.coseac.uff.br/sobre/>. Acesso em 05.02.2023.

respostas dos alunos ao seu questionário sociocultural aplicado pela instituição no período do vestibular – de 2006 a 2012.

Entretanto, com o avanço da adesão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao SISU, o vestibular foi sendo extinto e, com ele, os questionários socioeconômicos e socioculturais que eram aplicados no momento da inscrição a este processo seletivo. Algumas instituições continuaram a aplicar tais questionários no momento da matrícula dos estudantes, como é o caso da UFMG (NONATO, 2018). Porém, segundo informações da Divisão de Administração Escolar (DAE/PROGRAD), a UFF não adotou esta prática. Em 2013, quando o ingresso à instituição passou a ser exclusivamente via SISU, a UFF deixou de coletar informações sobre o perfil social, econômico e cultural dos alunos ingressantes. Assim, a alternativa foi coletar os dados da pesquisa nos questionários socioeconômicos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visto que para inscrição no SISU, os alunos devem realizar este exame.

As respostas aos questionários socioeconômicos do ENEM eram disponibilizadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em arquivos denominados microdados⁴¹. Entretanto, o INEP divulgava em seu site oficial os dados de todos os alunos que fizeram inscrição ao ENEM, sem a identificação daqueles que realmente ingressaram ao ensino superior ou a alguma instituição específica. Por isso, verifiquei, por e-mail, junto à superintendência de tecnologia da Informação (STI) da UFF a possibilidade de acesso as respostas aos questionários socioeconômicos do ENEM dos alunos da instituição. Imaginei que o enorme volume de informações produzidas pelo INEP e tão valiosas ao planejamento das IFES seriam naturalmente disponibilizadas às instituições, porém fui surpreendida com o esclarecimento de que a UFF não tinha acesso aos questionários socioeconômicos do ENEM de seus alunos ingressantes.

Sem o acesso pela UFF às respostas destes questionários, encontrei um grande obstáculo a minha coleta de dados: como reunir informações sobre o perfil do calouro da UFF a partir da adoção do SISU como único processo seletivo? Encontrei na pesquisa desenvolvida por Denise Leyi Li uma primeira estratégia para transpor tal obstáculo. Em “O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil”, a autora calculou a probabilidade de evasão dos alunos ingressantes após a adoção do SISU pelas IFES. Para identificar os alunos

⁴¹ Conforme consta no site do próprio INEP, os microdados reúnem “um conjunto de informações detalhadas relacionadas às pesquisas, aos exames e avaliações do Instituto”. (Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados>>. Acesso em 22.08.2022). Isto é, os arquivos de microdados disponibilizavam as respostas individuais dos alunos as pesquisas do INEP, no caso do presente estudo, as respostas aos questionários socioeconômicos do ENEM, sem a identificação pessoal dos alunos.

ingressantes às IFES e suas respectivas respostas no questionário socioeconômico do ENEM, a autora utilizou o CPF dos alunos. Entretanto, a autora precisou realizar a pesquisa presencialmente na sede do INEP, já que os dados divulgados no site do instituto não possibilitariam essa identificação. Inicialmente, pretendia percorrer o mesmo caminho de Denise Leyi Li para a minha coleta de dados: identificar os alunos que ingressaram à UFF a partir dos seus CPFs. Contudo, a minha etapa de coleta de dados da pesquisa coincidiu com o período de *lockdown* devido à pandemia de COVID-19 que atingiu o mundo a partir de 2020, assim, o meu deslocamento do estado do Rio de Janeiro à Brasília, local onde se situa a sede do INEP, foi inviabilizado, frustrando a minha primeira estratégia para coletar informações dos estudantes ingressantes à UFF nos questionários do ENEM.

Ao buscar novas alternativas para a minha coleta de dados, encontrei, numa coletânea sobre acesso e permanência na educação superior da Rede Universitas, a pesquisa desenvolvida por Luiz Francisco Borges sobre o perfil do ingressante na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) após a adoção do SISU. Para elaborar este perfil, o autor também utilizou os dados dos questionários socioeconômicos do ENEM. Ele identificou nos microdados disponibilizados pelo INEP, os alunos que ingressaram à UNEMAT. Para isso, utilizou o programa estatístico *STATA* para fazer o cruzamento das informações de duas bases de dados distintas: os microdados do ENEM e os dados coletados na plataforma de dados do SISU (SISU Gestão) a qual a instituição tinha acesso. A partir das variáveis de sexo, idade e notas das quatro áreas de conhecimento exigidas pelo ENEM (Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias, Redação), o autor conseguiu identificar nos microdados do ENEM aqueles alunos que ingressaram na UNEMAT. Isto é, com base na lista do SISU Gestão, ele encontrou, nos microdados do ENEM, os alunos que possuíam as mesmas informações referentes às três variáveis selecionadas e identificou os seus respectivos questionários.

Inspirada na pesquisa de Borges (2017), consegui traçar outra estratégia para a coleta de dados da presente pesquisa, identificando nos microdados do ENEM os alunos que ingressaram à UFF pelo SISU entre 2011 e 2018. A primeira ação para filtrar os dados dos alunos que compunham a população da minha pesquisa foi solicitar a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) uma relação de todos os alunos ingressantes pelo processo seletivo do SISU no período investigado. Após a autorização da DAE/PROGRAD, a STI disponibilizou arquivos em *Excel* com a relação de alunos ingressantes no período de 2011 a 2020, contendo as seguintes informações: curso de graduação; modalidade (presencial ou a distância), unidade acadêmica, estado de residência, semestre e ano de ingresso, sexo, estado civil, forma de

ingresso (SISU ou vestibular), data de nascimento, idade, notas no ENEM (Linguagem, Códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Matemática e suas Tecnologias e Redação) e seleção (se o aluno fez uso de alguma ação afirmativa).

Concomitantemente, os microdados do ENEM foram baixados diretamente do site do INEP. Estes arquivos eram disponibilizados anualmente em linguagem de programação (“.csv”), o que exigia o uso de programas estatísticos específicos, como o SAS e o SPSS, para abertura dos microdados, o que demandou um tempo maior para que a consulta ao seu conteúdo de fato acontecesse. A abertura dos arquivos dos micradados exigiu o desenvolvimento de novas habilidades para aprender o funcionamento e requisitos técnicos para a utilização dos programas estatísticos e, também, acarretou a necessidade de troca do computador. O programa estatístico utilizado foi o SPSS em virtude da sua usabilidade mais amigável.

No programa SPSS, versão 26, a partir das variáveis de notas no ENEM identifiquei os alunos ingressantes à Universidade Federal Fluminense nos arquivos de microdados do ENEM. Isto é, cruzei as informações de notas do ENEM (CH, CN, MT, LC e redação) dos arquivos fornecidos pela STI/UFF com os arquivos do INEP. Para tanto, precisei importar os dados em formato “.xlsx” (*Excel*) no programa SPSS e padronizar os nomes das variáveis presentes nos dois arquivos. Assim, um novo arquivo foi gerado no SPSS contendo as informações fornecidas pela UFF e constantes nas bases do INEP. Durante o processo, encontrei dificuldades para prosseguir com a coleta de dados dos anos de 2014 a 2018, já que não conseguia consultar os arquivos dos microdados dos referidos anos. Levou um tempo até descobrir que tal dificuldade era proveniente da insuficiência do meu sistema operacional para abrir um grande volume de dados, já que a partir de 2014, o extenso número de participantes no ENEM, com mais de 8 milhões de inscrições, fazia com que os arquivos fossem excessivamente grandes, sendo, mais uma vez, necessária a troca do computador para finalização da coleta de dados.

De posse desses novos arquivos apenas com os alunos ingressantes à UFF, me certifiquei se as variáveis idade e sexo constantes nos dois arquivos (UFF e INEP) eram idênticas a fim de acrescentar mais uma camada de confiabilidade aos dados que estavam sendo coletados. A probabilidade de dois alunos terem exatamente as mesmas notas (com casas decimais) em cinco provas diferentes era extremamente baixa, ainda assim, o programa SPSS encontrou pouquíssimos casos duplicados, ou seja, de estudantes com as mesmas cinco notas. Numa análise mais acurada da situação, verificou-se que todas as variáveis dos casos duplicados coincidiam, representando, provavelmente, o ingresso do mesmo aluno em cursos diferentes no ano. Outra inconsistência encontrada na coleta de dados foi que os estudantes ingressantes ao

curso de Arquitetura e Urbanismo não foram encontrados nos microdados do ENEM. Como a seleção a este curso acontece em edital independente dos demais cursos⁴², os registros são feitos, em momento distinto do restante da universidade, pela própria unidade acadêmica do curso, e as notas das áreas de conhecimento das provas do ENEM no sistema da UFF apresentava imprecisões que inviabilizaram o cruzamento com a base de dados do INEP.

Todo esse processo para a coleta de dados – identificar bases de dados, conseguir autorizações para o acesso, conseguir as informações dos alunos junto à UFF, aprender o funcionamento do SPSS, garantir os recursos técnicos para usar o programa, descobrir os entraves que surgiram durante a coleta – acabou atrasando o cronograma inicial da pesquisa, que teve a etapa de coleta de dados finalizada apenas em janeiro de 2022. Ainda assim, foi um “golpe de sorte” conseguir concluí-la, tendo em vista que em fevereiro de 2022, os arquivos dos microdados do ENEM foram removidos do site do INEP com a justificativa de necessidade de adequação dos arquivos à nova lei de proteção de dados individuais, que assegura que quaisquer dados divulgados não possibilitem a identificação de dados pessoais dos indivíduos. Logo, cabe ressaltar que na presente pesquisa, a privacidade dos estudantes foi resguardada. Embora, a pesquisa tenha tido acesso as respostas de cada questionário respondido, não é possível identificar quem é cada aluno.

Deste modo, a etapa de coleta de dados foi concluída: foi criado um banco de dados com os ingressantes aos cursos de graduação da UFF no período de 2006 a 2018 e suas respectivas respostas aos questionários sociocultural (vestibular) e socioeconômico (ENEM). De posse destas informações, a ação seguinte foi realizar um refinamento do banco de dados de forma a eliminar os dados duplicados, identificar as inconsistências (exemplo: correção da idade de ingresso à UFF que era diferente da idade de inscrição no ENEM) e eliminar as informações que não seriam úteis à pesquisa (exemplo: código numérico de municípios, estado etc.). Além disso, realizei uma normatização dos dados disponíveis, padronizando os nomes das variáveis e a apresentação dos dados que vinham de bases diferentes. Em seguida, iniciei o processo de exploração inicial dos dados coletados, a fim de ter um panorama das informações disponíveis, identificando quais variáveis poderiam contribuir para a análise do perfil do ingressante à UFF, quais variáveis apresentavam correlações entre si etc.. Como consequência, percebi que os dados coletados em bases institucionais diferentes apresentavam apenas algumas variáveis idênticas que viabilizavam uma análise comparativa linear dos perfis dos ingressantes pela seleção do vestibular e do SISU. Assim, a partir de uma provocação da minha orientadora de

⁴² O curso de “Arquitetura e Urbanismo” possui teste de habilidade específica, por isso, ocorre em edital independente.

pesquisa, decidi ampliar o olhar e analisar o perfil do ingressante via vestibular e SISU para além das variáveis idênticas, já que os questionários apresentavam uma riqueza de informações valiosas para a investigação do meu objeto de pesquisa.

3.1.1 População da pesquisa

A população da presente pesquisa foi composta pelos estudantes ingressantes aos cursos de graduação presenciais, entre 2006 e 2018, das unidades acadêmicas da Universidade Federal Fluminense, localizadas na cidade de Niterói. Ou seja, as respostas de cada aluno aos questionários sociocultural (vestibular) e socioeconômico (ENEM) foram objeto de análise para composição do perfil do ingressante à UFF/Niterói. Pretendia-se com isso realizar um estudo censitário, onde toda a população seria investigada. No período investigado, 94.933 alunos ingressaram à UFF, sendo que deste universo, 66.365 ingressaram aos cursos de graduação presencial do campus de Niterói. Alguns alunos não responderam aos questionários socioculturais, sobretudo na época do vestibular, os anos de 2008 e 2012 superaram a marca de mil questionários não respondidos. Sendo assim, na presente pesquisa, foram analisados o total de 60.975 questionários, ou seja, as respostas de aproximadamente 92% dos ingressantes compõem os dados aqui apresentados.

Os alunos participantes da pesquisa pertenciam aos cursos de graduação presencial de diversas áreas do conhecimento e, portanto, com diferentes demandas de ingresso. No ano de 2006, a UFF contava com 49 cursos de graduação presencial no campus de Niterói, à medida que o processo de expansão da universidade avançou novos cursos foram sendo ofertados, no último ano de aplicação do vestibular, em 2012, eram 57 cursos de graduação neste campus⁴³. Quando o SISU tornou-se o único processo seletivo à UFF, em 2013, foram ofertadas vagas em 56 cursos de graduação. Em 2018, foram 57 cursos. Isto é, a ampliação do número de cursos ofertados na UFF aconteceu em período anterior a adoção do SISU. Os alunos ingressantes ao curso de Arquitetura e Urbanismo pelo processo seletivo do SISU não fizeram parte da população da pesquisa, devido às inconsistências encontradas nos registros das notas dos estudantes na UFF que inviabilizaram a identificação correta destes nas bases de dados do ENEM/INEP.

⁴³ No apêndice, está disponível uma relação completa dos cursos ofertados no campus de Niterói da UFF entre 2006 e 2018, com a identificação de quando novos cursos foram sendo incorporados.

Os sujeitos da pesquisa não foram identificados individualmente em nenhuma das etapas da pesquisa, a coleta e análise de dados ocorreram de forma a garantir a privacidade dos estudantes, respeitando o direito individual deles eventualmente não quererem participar da pesquisa e terem suas informações divulgadas com uma caracterização pessoal. Assim, toda análise apresentada neste relatório de pesquisa discutirá um perfil geral da UFF e de seus cursos, não abarcando as trajetórias individuais dos estudantes.

3.1.2 Variáveis selecionadas

Os dados sobre os estudantes foram coletados nas bases de dados do vestibular (UFF) e do ENEM (INEP). Os registros dos alunos nestas bases contavam com duas partes: na primeira, constavam informações gerais sobre os alunos, como sexo, idade, estado civil, município e/ou estado de residência, se possuía alguma deficiência e curso de ingresso; na segunda, encontravam-se as respostas dos alunos aos questionários socioculturais e socioeconômicos aplicados aos estudantes no momento de inscrição aos exames de seleção. Os questionários abarcavam os seguintes temas em comum: origem escolar dos estudantes, escolaridade dos pais, características econômicas das famílias, perfil de consumo das famílias, situação empregatícia do estudante, estratégias de ingresso ao ensino superior.

O questionário sociocultural (QSC), respondido pelos alunos que participavam do vestibular, contava, ainda, com um grupo de perguntas sobre os hábitos culturais dos estudantes. Enquanto o questionário socioeconômico (QSE), respondido pelos alunos que participaram do ENEM, dispunha de questões sobre a profissão dos pais, motivos para o estudante exercer atividade remunerada e para participar do ENEM, e expectativas de utilizar bolsas de estudos, o PROUNI e o FIES. Ao longo do período investigado, o QSC permaneceu com perguntas e respostas semelhantes, ao passo que o QSE aplicado pelo INEP sofreu sucessivas alterações ao longo dos anos, tanto de formato, conteúdo e extensão.

Na presente pesquisa, foram selecionadas algumas informações gerais dos alunos e questões dos questionários que contribuiriam para a tarefa de traçar o perfil do estudante ingressante à UFF. Tomando como base os relatórios do FONAPRACE (2019, 2016 e 2011) sobre o perfil dos graduandos das IFES e a pesquisa de RISTOFF (2016) sobre o campus brasileiro, selecionamos para análise algumas variáveis que mapeiam as características demográficas, sociais e econômicas dos estudantes. Com isso, delineou-se o perfil dos

estudantes ingressantes à UFF durante 13 anos, para além de identificar as nuances deste perfil ao longo do tempo, buscou-se avaliar o processo de democratização do acesso à instituição. Para tanto, variáveis que nos permitem conhecer a diversidade do campus foram selecionadas: sexo, idade, cor/raça, origem escolar e familiar, situação econômica da família. Quanto mais diversas tais características, mais próximo a uma democratização o perfil dos estudantes ingressantes à UFF estariam.

Nos próximos tópicos, apresentarei uma análise descritiva dos dados coletados a fim de examinar as principais características da população de estudo. Em seguida, realizarei uma discussão sobre os dados apresentados, refletindo sobre as relações entre as políticas públicas para educação superior das duas últimas décadas e o perfil do ingressante à UFF ao longo deste período. Por último, examinarei as continuidades e rupturas entre os dois processos seletivos para o ingresso à UFF no período da investigação – vestibular e SISU.

3.2 O perfil do ingressante via vestibular da Universidade Federal Fluminense

Entre 2006 e 2012, o vestibular era a única ou principal seleção aos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). A Coordenação de Seleção Acadêmica (COSEAC) era o setor responsável na UFF pela elaboração e execução da seleção aos seus cursos de graduação. No período investigado, o vestibular UFF recebia mais de 45 mil inscrições a cada ano, destes ingressavam em média 5 mil estudantes⁴⁴ (tabela 4), evidenciando a discrepância existente entre a demanda e a oferta de vagas. Ainda assim, destaca-se o número significativo de estudantes que faltaram às fases de matrícula e inscrição de disciplinas, a cada ano, cerca de três mil estudantes não compareceram a estas fases. Entre 2006 e 2010, observou-se um crescimento no número total de ingressantes à UFF, com destaque para o ano de 2008, quando passaram a ingressar mais de 5 mil estudantes a instituição. Em 2011 e 2012, interrompeu-se a ampliação do número total de ingressantes pelo processo seletivo do vestibular/UFF.

⁴⁴ Para efeitos da análise do presente estudo, considerou-se, como ingressantes, os estudantes que participaram do processo vestibular UFF e constavam nos registros da COSEAC como inscritos em disciplinas.

Tabela 4 - Sinopse do processo seletivo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Inscritos	48.286	45.068	49.275	49.631	52.627	52.367	52.441
Faltosos ⁴⁵	3.165	3.305	3.468	3.990	3.610	4.620	3.520
Total de ingressantes	4.475	4.666	5.185	5.552	6.124	5.609	5.596
Ingressantes do campus Niterói	3.761	3.891	4.032	4.236	4.447	3.988	4.233
Ingressantes demais campus	714	775	1.153	1.316	1.677	1.621	1.363
QSC não respondido	519	2	1.240	904	533	881	1.037

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF, 2023.

Nas unidades acadêmicas situadas na cidade de Niterói, houve o mesmo movimento de crescimento do número total de ingressantes entre 2006 e 2010, com interrupção desse processo em 2011 e 2012. Em 2008, essas unidades passaram a receber mais de 4 mil alunos por ano (tabela 4), totalizando o ingresso de 28.588 estudantes aos cursos de graduação da UFF/Niterói no período de 2006 a 2012, selecionados pelo processo do vestibular.

No momento de inscrição ao vestibular/UFF, os alunos preenchiam formulários com informações pessoais e respondiam ao Questionário Sociocultural (QSC) elaborado pela COSEAC/UFF. A formatação deste questionário permaneceu a mesma entre 2006 e 2011, contando com 41 perguntas de múltipla escolha sobre diversos temas: origem escolar, situação econômica do estudante e da família, origem familiar, estratégias de ingresso à educação superior, expectativas em relação à universidade e ao curso, perfil de consumo da família, informações culturais, cor/raça. No quadro 2, apresenta-se a relação das perguntas presentes no QSC do vestibular e, apenas, para as perguntas que não eram autoexplicativas, foram incluídas algumas das possibilidades de respostas apresentadas no questionário.

Quadro 3 - Dados coletados pelo Questionário Sociocultural aplicados na inscrição do vestibular/UFF entre 2006 e 2011 (continua)

Informações gerais	Curso de graduação Sexo Idade Município de residência
Origem escolar - Ensino médio (EM)	1. Em que tipo de estabelecimento de ensino você cursou (ou cursa) o (EM) (anteriormente denominado curso 2º grau)? Escola pública, particular. 2. Que tipos de estudos de EM você realizou? (formação básica comum, técnica ou profissionalizante, magistério de ensino fundamental, supletivo, outro) 3. Se você estudou (ou estuda) em escola particular, recebeu algum auxílio (bolsa de estudo)? 4. Em que ano você concluiu (ou concluirá) o curso do EM?

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF, 2023.

⁴⁵ Esse item contabiliza os alunos que faltaram à convocação, matrícula e inscrição em disciplinas.

Quadro 4 - Dados coletados pelo Questionário Sociocultural aplicados na inscrição do vestibular/UFF entre 2006 e 2011 (conclusão)

Estratégias de ingresso à Educação Superior	5. Você mudou de colégio na última série do EM? 6. Você cursou algum curso, além do EM para prestar o vestibular? 7. Qual o principal motivo que o levou a frequentar o curso pré-vestibular? 8. Durante quanto tempo você frequentou o curso pré-vestibular? 9. Se você não frequenta curso pré-vestibular, qual o motivo principal de não fazê-lo? 10. Você já prestou algum exame vestibular antes? Quantos? 11. Você já iniciou algum curso superior? 16. Você pretende se candidatar: (outros vestibulares para instituições públicas e/ou privadas)
Expectativas quanto à educação superior	12. Como você obteve informações sobre o curso escolhido? 13. O que você espera de um curso universitário? 14. Qual o motivo principal de você estar prestando vestibular para a UFF? 15. O que mais contribuiu para a escolha do seu curso?
Características do Estudante	17. Levando em conta a classificação usada pelo IBGE, como você definiria a sua cor? (branca, preta, parda, amarela, indígena)
Origem familiar	18. Qual o nível de instrução do seu pai? 19. Qual o nível de instrução de sua mãe? 20. Seu pai (trabalha fora/dentro de casa, aposentado, desempregado, vive de renda, falecido, nunca trabalhou, não tenho informação) 21. Sua mãe (trabalha fora/dentro de casa, aposentado, desempregado, vive de renda, falecido, nunca trabalhou, não tenho informação) 22. A ocupação principal do seu pai exige (ou exigia): (nível de instrução) 23. A ocupação principal de sua mãe exige (ou exigia): (nível de instrução)
Perfil econômico	24. Qual a renda mensal de sua família? 25. Quantas pessoas em sua família vivem da renda familiar citada na resposta anterior? 26. Se você exerce alguma atividade remunerada, qual sua participação na vida econômica da família? 27. Com que idade começou a exercer atividade remunerada? 29. Onde você mora? (na casa dos meus pais; de parentes ou amigos; minha propriedade; hotel, pensionato, republica ou semelhante)
Perfil de consumo	28. A sua família reside em imóvel: (próprio, financiado, alugado, outra forma de ocupação) 30. Sua família possui automóvel?
Perfil Cultural	31. Excetuando-se os livros escolares, quantos livros em média, você lê por ano? 32. Além de textos técnicos e didáticos, que outro tipo de texto você mais lê? 33. Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais? 34. Você lê jornal? 35. No jornal, qual a seção que você mais gosta de ler? 36. Se você assiste à televisão, qual a sua programação preferida? 37. Você utiliza computador? 38. Se você frequenta cursos extracurriculares de forma sistemática, marque aquele que ocupa mais o seu tempo: 39. Você domina alguma língua estrangeira? 40. Que tipo de atividade cultural você mais gosta? 41. Com qual das atividades abaixo citadas você ocupa mais tempo?

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF, 2023.

O QSC/vestibular de 2012 teve o acréscimo de questões, porém, nos arquivos disponibilizados pela COSEAC constavam apenas as respostas dos questionários de 2012, as perguntas e campos de respostas do mesmo não estavam descritos. Solicitei as informações que faltavam do QSC de 2012 por e-mail, de modo presencial e através do site “Fala.BR” ao setor responsável ao longo da realização da pesquisa, porém as minha solicitações não foram

atendidas. Os questionários de 2012 também não estavam disponíveis no site da instituição. Assim, nos resultados apresentados ao longo deste relatório, as respostas dos alunos aos QSC de 2012 não foram contabilizadas, apenas a primeira parte da base de dados da COSEAC, com informações sobre o sexo, a idade, o estado civil, o estado de residência, pode ser analisada.

Para a presente análise, não utilizei todos os dados e questões disponíveis no QSC/vestibular, selecionei aqueles que contribuía para desenhar o perfil dos estudantes ingressantes a partir das variáveis que selecionamos para a pesquisa. Nem todos os ingressantes responderam a todas as perguntas do QSC, nos registros da COSEAC/UFF foram encontrados 23.472 questionários respondidos. Além disso, a análise descritiva dos dados coletados conta com número total de respondentes diferenciado para cada variável selecionada.

Nas próximas seções, será realizada uma análise descritiva dos dados coletados a fim de examinar as principais características da população do estudo, seguidas de discussão dos resultados encontrados.

3.2.1 Quem são os alunos que ingressam na UFF via vestibular?

No primeiro bloco desta seção, serão apresentadas características demográficas dos ingressantes à UFF no período de 2006 a 2012 – sexo e idade. Em seguida, apropriando-se das variáveis de inclusão elencadas por Ristoff (2016), descreverei outras características que contribuem para delinear o perfil do ingressante: cor/raça, origem escolar, escolaridade dos pais, renda familiar, se o estudante exerce atividade remunerada. Isto é, algumas características que permitem conhecer um pouco da situação socioeconômica do estudante e seus familiares.

No vestibular/UFF, as estudantes do sexo feminino representavam a maioria dos ingressantes, superando a marca de 10 pontos percentuais (p.p.) em relação aos ingressantes do sexo masculino em 2008, 2009, 2010 e 2012 (tabela 5). Sendo que o percentual de estudantes do sexo masculino sempre esteve abaixo de 50% entre 2006 e 2012. Em números absolutos, no período pesquisado, ingressaram 3.248 mulheres a mais do que homens, demonstrando que o grupo de calouros da UFF era prioritariamente feminino.

Tabela 5 - Sexo dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Feminino	52,7%	54,8%	56,7%	57,6%	57,1%	54,6%	55,8%	55,6%
Masculino	47,3%	45,2%	43,3%	42,4%	42,9%	45,4%	44,2%	44,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF, 2023.

A faixa etária dos ingressantes aos cursos de graduação da UFF/Niterói concentrava-se majoritariamente entre 18 e 24 anos, aproximadamente 88% dos ingressantes, no período do vestibular, possuíam até 24 anos (tabela 6). Apenas 13,8% dos calouros possuíam idade superior a 24 anos. Sendo, as idades de 18, 19 e 20 anos as mais frequentes, representando juntas em média 68% dos ingressantes entre 2006 e 2012 (tabela 7). Não há uma variação percentual muito significativa em relação à faixa etária dos estudantes no período investigado, apenas em 2011 e 2012, foi possível observar uma ligeira queda no percentual de ingressantes de 16 a 24 anos e um ligeiro aumento no percentual de ingressantes com 40 anos ou mais (variações de 1.5 p.p.).

Tabela 6 – Percentual das faixas etárias dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Ingressantes de 16 a 24 anos	89,0%	88,6%	88,9%	88,0%	88,0%	87,6%	86,8%	88,1%
Ingressantes de 25 a 39 anos	9,1%	9,4%	9,1%	9,7%	9,8%	9,2%	9,4%	9,4%
Ingressantes com 40 anos ou mais	1,8%	2,0%	2,0%	2,2%	2,2%	3,1%	3,6%	2,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF, 2023.

Tabela 7 - Faixas etárias mais frequentes dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

Idade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
18 anos	20,7%	23,1%	21,1%	22,1%	21,6%	22,8%	23,6%	21,9%
19 anos	27,1%	28,0%	29,7%	28,8%	30,8%	30,2%	30,0%	29,2%
20 anos	19,6%	16,9%	17,0%	16,7%	16,5%	17,1%	15,1%	17,3%
Total	67,4%	67,9%	67,9%	67,6%	68,9%	70,1%	68,8%	68,3%

Fonte: Elaboração própria com base no relatório da COSEAC/UFF, 2023.

A primeira questão do QSC analisada foi a que perguntava sobre a cor/raça dos estudantes ingressantes. Nesta questão, encontramos um alto índice de não-respostas, sobretudo nos anos de 2008, 2009 e 2011. Ao todo, entre 2006 e 2011, aproximadamente 82% dos ingressantes responderam a referida questão. No período, a maioria dos ingressantes à UFF pelo vestibular era constituída de pessoas brancas, totalizando uma média de aproximadamente 66% dos calouros; em seguida, o maior percentual de ingressantes era de estudantes negros, com uma média no período de 32%. Estudantes amarelos e indígenas eram grupos pouco

representados em níveis percentuais, com médias no período de aproximadamente 2% e inferior a 1%, respectivamente. Nesta análise, o grupo de negros constitui-se por pessoas autodeclaradas pardas e pretas, entre os quais, as pardas representavam a maioria do grupo (tabela 8). No período investigado, observa-se um aumento percentual de estudantes ingressantes pretos, de 5,8% em 2006, o índice se alterou para 8,7% em 2010 e 2011, um aumento de quase 3 pontos percentuais. Conseqüentemente, houve, também, um decréscimo do percentual de estudantes brancos e pardos no período.

Tabela 82 - Cor/raça dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Branca	67,2%	66,9%	65,3%	64,8%	64,8%	66,1%	65,8%
Preta	5,8%	6,3%	6,2%	7,9%	8,7%	8,7%	7,3%
Parda	24,6%	24,2%	25,8%	24,7%	23,9%	23,2%	24,4%
Amarela	1,6%	1,9%	1,9%	2,0%	1,7%	1,7%	1,8%
Indígena	0,8%	0,7%	0,8%	0,6%	0,9%	0,4%	0,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/Vestibular/UFF, 2023.

A análise da variável cor/raça dos ingressantes à UFF pela ótica dos números absolutos (tabela 9), também, trouxe elementos importantes para compreensão do perfil geral dos calouros. O primeiro ponto a observar é que não houve uma constância no aumento ou diminuição do quantitativo de ingressantes brancos, pretos e pardos. Isso, talvez, se justifique pela variação do número total de respostas a esta questão ao longo dos anos. Em 2008 e 2011, por exemplo, mais de mil estudantes não responderam a questão sobre cor/raça. Ainda assim, a tabela em número absolutos da cor/raça dos calouros apresenta alguns dados relevantes, como o baixo quantitativo de ingressantes pretos, a disparidade entre os ingressantes brancos e demais grupos, e a quantidade irrisória de ingressantes indígenas.

Contudo, é possível observar na tabela 9 que houve uma alteração real dos ingressantes pretos entre 2006 e 2011, passou de 185 alunos em 2006 para 330 alunos em 2010. O único ano em que o quantitativo de estudantes pretos não superou ao quantitativo inicial de 2006 foi em 2008, com 174 ingressantes pretos, ano em que a questão sobre cor/raça teve o menor número de respostas – 2.790. Por outro lado, é difícil afirmar quantitativamente se houve uma redução significativa de estudantes brancos, os únicos anos em que os ingressantes brancos não ultrapassaram o montante de dois mil foram em 2008 e 2011 – anos em que o total de respostas a questão sobre cor e raça foi inferior a três mil.

Tabela 9 - Cor/raça em números absolutos dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Branca	2.157	2.600	1.823	2.109	2.447	1.973
Preta	185	244	174	258	330	259
Parda	790	942	720	802	902	692
Amarela	52	74	52	65	66	51
Indígena	26	29	21	19	34	12
Total de respostas	3.210	3.889	2.790	3.253	3.779	2.987
QSC não respondidos	551	2	1.242	983	668	1.001

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

Quanto à escola de origem, a maioria dos alunos ingressantes à UFF, entre 2006 e 2011, estudou o ensino médio em escolas da rede privada de ensino, alcançado média de 62% no período (tabela 10). Em contrapartida, estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas representavam média de aproximadamente 29% dos estudantes ingressantes. O percentual somado de estudantes que cursaram a maior parte do ensino médio em escolas públicas ou privadas era inferior a 10%. O percentual de ingressantes que cursaram todo o ensino médio em escola particular só ficou abaixo de 60% em 2008 e 2010: 58% e 59% respectivamente. É importante observar que no ano de 2008 havia um índice alto de questionários não respondidos, de 4.032 ingressantes, 1.240 questionários não foram respondidos – este foi o ano de maior taxa de “não resposta” a questão. Em 2008, 2009 e 2010, o percentual de estudantes que havia estudado em escolas públicas cresceu comparado aos anos iniciais – 2006 e 2007, ficando acima de 30%; apenas, em 2011, este percentual retornou a representar menos de 30% dos ingressantes.

Tabela 30 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Todo em escola pública	26,5%	24,0%	34,5%	30,5%	31,2%	28,1%	28,9%
Todo em escola particular	64,1%	66,8%	58,0%	61,2%	59,0%	63,5%	62,2%
Maior parte em escola pública	4,2%	3,9%	2,8%	3,2%	4,4%	3,9%	3,8%
Maior parte em escola particular	4,6%	4,6%	4,7%	4,9%	5,0%	4,3%	4,7%
Outros	0,6%	0,7%	0,1%	0,2%	0,5%	0,3%	0,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

Ao observar os dados da variável sobre escola de origem, a partir dos números absolutos (tabela 11), é possível verificar que houve ao longo do período investigado, com exceção de 2011, um aumento quantitativo dos ingressantes que estudaram em escolas públicas ou a maior parte em escola pública quando comparados ao ano inicial de 2006, demonstrando que pouco a

pouco a UFF foi recebendo mais alunos oriundos de escolas públicas. Por outro lado, não foi possível observar uma queda do montante de estudantes oriundos de escolas privadas, com a ressalva dos anos de 2008 (com alto índice de “não respostas”) e 2011. Outro fato que chamou atenção foi que, quantitativamente, o número de ingressantes de escolas particulares continuou ao longo de todo período de ingresso pelo vestibular muito superior ao ingresso de alunos oriundos de escolas públicas.

Tabela 41 - Tipo de escola de Ensino médio em números absolutos dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Todo em escola pública	856	935	963	1.015	1.218	870
Todo em escola particular	2.072	2.598	1.619	2.036	2.305	1.970
Maior parte em escola pública	135	153	78	107	171	121
Maior parte em escola particular	150	177	130	163	196	132
Outros	19	26	2	7	18	8
Total de respostas	3.232	3.889	2.792	3.328	3.908	3.101
Não respondidos	529	2	1240	908	539	887

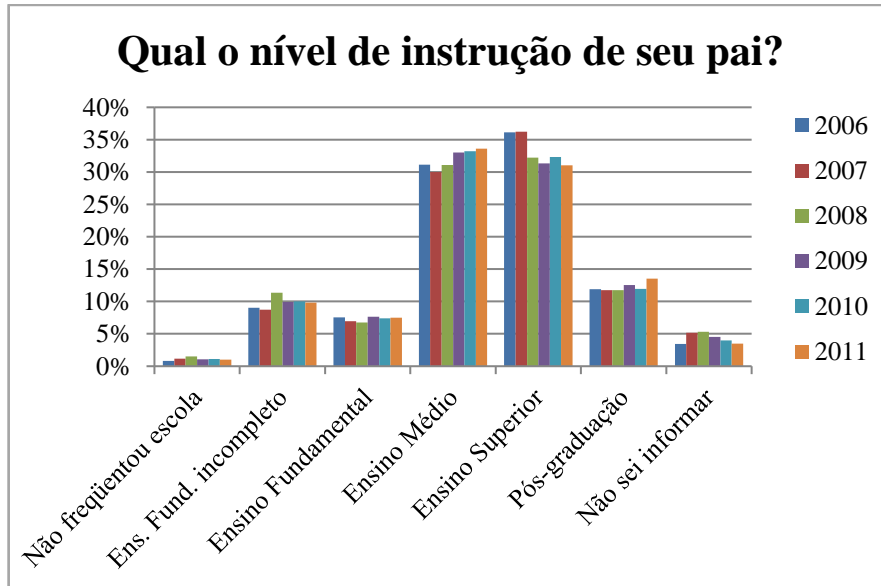
Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/Vestibular/UFF, 2023.

Conforme pode ser observado nos gráficos 9 e 10, os estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2011 eram filhos, em sua maioria, de pais com ensino superior ou ensino médio. A média do período indica que 77,5% dos pais dos calouros haviam estudado até o ensino médio ou ensino superior, incluindo a pós-graduação, enquanto as mães com a mesma escolaridade representavam 81% da população pesquisada. Pais e mães com ensino superior, incluindo a pós-graduação, consistiam em quase metade do grupo de pais (45,5% e 46%, respectivamente). Ao passo que menos de 20% deste grupo possuía como escolaridade máxima o ensino fundamental, sendo o percentual de pais e mães sem escolaridade inferior a 2%.

Os dados gerais demonstraram que a nível percentual, não houve uma disparidade muito grande entre o grau de instrução dos pais e das mães dos ingressantes, no entanto, as mães possuíam escolaridade ligeiramente superior à escolaridade dos pais, com percentuais mais altos de mães com ensino médio, ensino superior e pós-graduação, por outro lado, o percentual de estudantes que não souberam informar a escolaridade dos pais era um pouco superior ao das mães. No gráfico 01, é possível observar ainda que ao longo do período estudado, o percentual de pais com ensino médio cresceu um pouco, enquanto o percentual de pais com ensino superior diminuiu. Para o grupo de mães dos estudantes (gráfico 10), o movimento foi diferente, o percentual daquelas que estudaram até o ensino médio oscilou ao longo dos anos, já o percentual

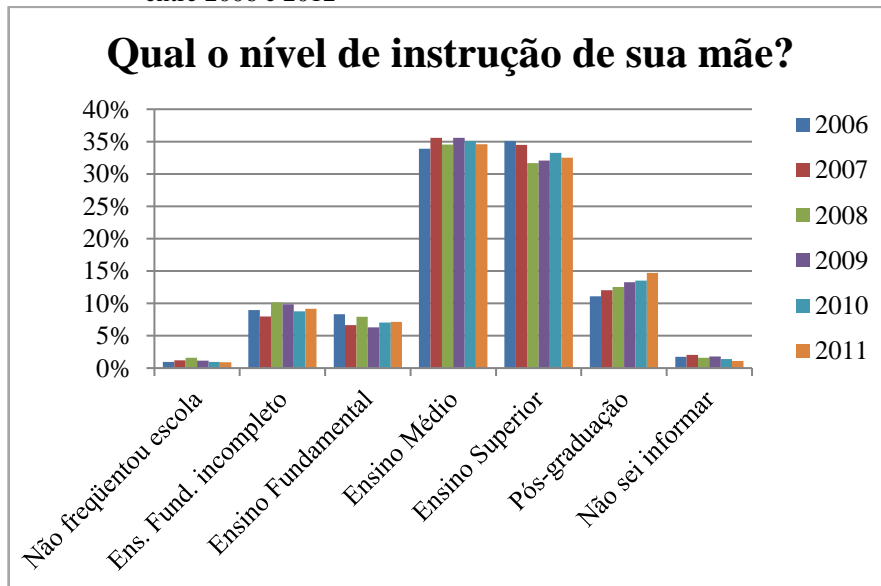
daquelas que estudaram até o ensino superior teve queda, ao mesmo tempo em que cresceu o percentual de mães com pós-graduação.

Gráfico 9 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

Gráfico 10 - Nível de instrução das mães dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012

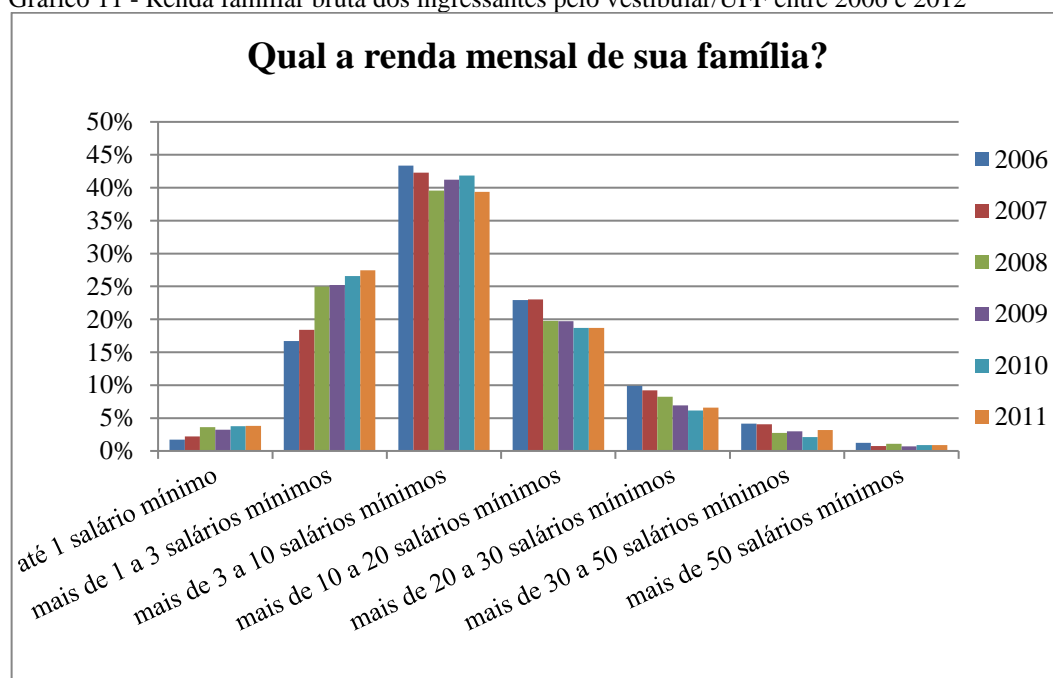


Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

Entre os ingressantes de 2006 a 2011, a faixa de renda familiar bruta mais frequente correspondia àquelas famílias que recebiam entre 3 e 10 salários mínimos, retratando 41,4% da população estudada (gráfico 11). Na linha do tempo da renda familiar dos calouros, não houve

um aumento dos participantes que declaravam ter esta faixa de renda, ao contrário, foi possível observar uma ligeira queda no percentual destes – de 43,3% em 2006 para 39,4% em 2011. Por outro lado, ocorreu um aumento expressivo dos estudantes que se encontravam na faixa de renda imediatamente anterior: entre 1 e 3 salários mínimos – de 16,7% em 2006, para 27,4% em 2011. A partir de 2008, o percentual de estudantes com renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos tornou-se inferior àqueles com renda entre 1 e 3 salários mínimos. Estudantes com renda familiar superior a 20 salários mínimos representavam menos que 15% da população do estudo. De forma geral, em 2006 e 2007, os estudantes ingressantes à UFF tinham renda familiar bruta superior aos calouros dos anos seguintes.

Gráfico 11 - Renda familiar bruta dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

Em números absolutos, os ingressantes aos cursos de graduação da UFF entre 2006 e 2010⁴⁶ apresentaram a mesma tendência relatada acima (tabela 12) de crescimento do quantitativo dos ingressantes com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, com exceção de 2008, contudo, cabe destacar que no referido ano, os QSC tiveram o menor índice de respostas. Embora a faixa com maior representação quantitativa tenha sido dos estudantes com renda familiar entre 3 e 10 salários mínimos, ela não apresentou uma queda, mas sim uma oscilação

⁴⁶ Não se considerou os anos de 2011 e 2012 como corte para esta observação, pois nestes anos o ingresso à UFF foi realizado pelo Vestibular e pelo SISU. Assim, o quantitativo de vagas (e, conseqüentemente, de questionários respondidos) foi inferior nestes anos ao ano de 2006, prejudicando a análise comparativa com estes anos quando se refere a números absolutos.

ao longo do período, em 2010 ingressaram mais estudantes nesta faixa de renda familiar do que em 2006, por exemplo. O quantitativo de estudantes com renda de até 1 salário mínimo, também, se ampliou, no entanto, permaneceu representando uma parcela muito pequena dos calouros. Todas as demais faixas de renda familiar, ou seja, aquelas acima de 10 salários mínimos, apresentaram queda no número absoluto de representantes levando-se em consideração o primeiro ano de análise – 2006 e o último – 2010.

Tabela 52 - Renda familiar bruta em números absolutos dos ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Até 1 salário mínimo	56	86	101	102	138
Mais de 1 a 3 salários mínimos	538	716	697	802	972
Mais de 3 a 10 salários mínimos	1.395	1.645	1.104	1.312	1.531
Mais de 10 a 20 salários mínimos	738	896	552	628	683
Mais de 20 a 30 salários mínimos	318	359	230	221	225
Mais de 30 a 50 salários mínimos	134	157	77	95	77
Mais de 50 salários mínimos	40	30	30	22	32
Total geral	3.219	3.889	2.791	3.182	3.658

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

No que se refere aos bens de consumo, no período de investigação, aproximadamente 68% dos ingressantes moravam em casa própria, e 9% em casa própria em processo de quitação, 66% das famílias dos ingressantes possuíam ao menos um automóvel, mais de 80% dos ingressantes possuíam acesso a computador com internet em casa e/ou no trabalho, sendo que a maioria (média de 75%) tinha computador e acesso à internet na própria casa.

Outra variável que ajudou a compor o perfil econômico da família dos estudantes ingressantes da UFF/Niterói foi a ocupação dos pais, o percentual de pais que se encontravam empregados ou possuíam alguma renda seja trabalhando de casa, vivendo de rendas ou aposentado era significativo: 82,2% dos pais e 74,2% das mães entre 2006 e 2011. Com isso, o percentual de pais desempregados era de apenas 5,4% e de 13,5% para as mães. O percentual de mães que nunca trabalharam fora era de 7,5%, enquanto o de pais era de apenas 0,1%.

Quanto ao fato dos estudantes exercerem ou não atividade remunerada no momento de inscrição ao vestibular, entre 2006 e 2011, a maioria dos ingressantes era constituída por alunos não trabalhadores, 82,6% deles afirmaram não trabalhar, ou seja, menos de 20% dos estudantes declararam trabalhar, sendo que deste grupo, aproximadamente 6% trabalhava, mas ainda precisava da ajuda financeira da família (tabela 13). Poucos alunos contribuía para o sustendo da família (média de 6%) ou era responsável pelo sustendo da família (média de 2,2%). Ao

longo do período de investigação, não se observa uma grande variação nos percentuais de estudantes trabalhadores.

Tabela 63 - Ingressantes pelo vestibular/UFF que exercem ou não atividade remunerada entre 2006 e 2012

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Não trabalho, recebo ajuda financeira da família	82,0%	82,6%	84,4%	82,5%	82,1%	82,6%	82,6%
Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família	6,2%	6,0%	5,6%	5,8%	6,1%	4,9%	5,8%
Trabalho, sustento-me	4,2%	3,4%	2,5%	3,0%	3,6%	3,8%	3,4%
Trabalho e contribuo parcialmente para o sustento da família	5,6%	5,3%	5,3%	6,6%	6,4%	6,6%	6,0%
Trabalho e sou responsável pelo sustento da família	2,1%	2,6%	2,3%	2,1%	1,8%	2,2%	2,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

Os dez cursos que apresentavam o maior número de estudantes trabalhadores eram, nesta ordem: Letras, Pedagogia, Serviço Social, História, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Matemática, Direito, Física e Biblioteconomia e Documentação. Na outra ponta, cursos com poucos ingressantes que declararam trabalhar: Relações Internacionais, Nutrição, Biomedicina, Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Engenharia do Petróleo, Comunicação Social (jornalismo), Geofísica, Ciências Biológicas, Química Industrial e Odontologia. Entre os cursos com maior número de estudantes trabalhadores encontravam-se cinco cursos de licenciatura (Letras, Pedagogia, História, Matemática e Física).

Os cursos que figuravam no topo desta relação ofertaram um alto número de vagas comparado a outros cursos da Universidade, porém quando analisados a partir da relação entre número de ingressantes e de estudantes trabalhadores, a lista ganhou um novo aspecto (tabela 14): 1/4 dos estudantes de Pedagogia, por exemplo, exerciam atividade remunerada; 1/4 dos ingressantes de Biblioteconomia e Documentação trabalhavam, mesmo este curso não sendo um dos que mais ofertaram vagas no período. Três cursos de licenciaturas noturnas apresentavam os maiores percentuais de estudantes ingressantes trabalhadores: no curso de Física, 51,5% do total de ingressantes trabalhavam, no de Química, 41% e no de Matemática, 38%. De forma geral, a maioria dos cursos possuía uma porcentagem menor que 10% de estudantes que exerciam alguma atividade remunerada.

Tabela 74 - Relação total de ingressantes/estudantes trabalhadores pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2011

Curso	Ingressantes	Trabalhadores	Porcentagem
Física – licenciatura (noturno)	99	51	52
Química – licenciatura (noturno)	107	44	41
Matemática - licenciatura (noturno)	170	64	38
Pedagogia	937	246	26
Biblioteconomia e documentação	362	91	25
Filosofia	221	55	25
Arquivologia	359	87	24
Letras	1296	298	23
Ciências contábeis	477	108	23
Matemática– licenciatura e/ou bacharelado	499	107	21

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos QSC/vestibular/UFF, 2023.

3.2.1.1 Discussão dos resultados

Os dados aqui apresentados demonstraram como o processo de massificação do ensino superior brasileiro discutido no primeiro capítulo da tese foi vivenciado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) já neste primeiro período de análise – 2006 a 2012. A adesão ao REUNI acelerou o crescimento do número de novas vagas ofertadas aos seus cursos de graduação presenciais e, portanto, de ingressantes à instituição. Em 2008, primeiro ano de implementação do REUNI, a universidade já ultrapassava a marca de 5 mil ingressantes anuais, superando a marca de 6 mil ingressantes a partir de 2010⁴⁷. Nas unidades acadêmicas localizadas na cidade de Niterói, lócus da presente pesquisa, o crescimento foi um pouco mais modesto do que nas demais unidades fora da cidade, demonstrando o foco da instituição no seu processo de interiorização. Ainda assim, a UFF/Niterói recebeu o total de 28.588 novos estudantes em sete anos, ratificando a grandiosidade do seu processo de expansão. Entretanto, tal processo de expansão da UFF no referido período teria sido suficiente para “forçar” mudanças no seu quadro discente e desenhar um retrato socioeconômico mais democrático da instituição? Os dados apresentados na seção anterior contribuíram para apurar essa evolução.

Os questionários socioculturais (QSC) do vestibular/UFF tiveram 5.116 questionários não respondidos e 23.472 respostas registradas, dos quais nem todas as questões foram

⁴⁷ Em 2011 e 2012, a UFF também recebeu mais de 6 mil ingressantes aos seus cursos de graduação, porém ocorreram dois processos seletivos distintos – o vestibular e o SISU. Assim, o total de ingressantes via vestibular foi de cerca de 5 mil alunos em cada um destes dois anos.

respondidas por todos os alunos. A ausência de respostas aos QSC/vestibular/UFF evidenciou a dificuldade da coleta de informações via questionário. Mesmo sendo o QSC/vestibular um pré-requisito para a inscrição no processo seletivo à instituição, inúmeros estudantes deixaram de respondê-lo, sobretudo nos anos de 2008 e 2011, afetando em parte a análise do perfil de ingressantes nos referidos anos. Independente disso, 82% dos ingressantes à UFF no período de investigação fizeram parte da população da pesquisa, acredita-se, com isso, que a síntese dos dados e a discussão dos resultados aqui apresentados levantam um retrato bastante fidedigno da realidade da instituição.

O corpo discente dos cursos de graduação presencial da UFF/Niterói entre 2006 e 2012 era essencialmente feminino, em sete anos, ingressaram 3.248 mulheres a mais do que homens à instituição. Segundo os dados de pesquisas sobre o ensino superior no Brasil, as estudantes do sexo feminino de fato são a maioria neste seguimento de ensino. A pesquisa do FONAPRACE (2019) com estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras ratificaram esta afirmativa, informando que graduandas do sexo feminino superavam em 3 pontos percentuais (p.p.) os estudantes de sexo masculino em 2018. Na UFF, esta diferença foi ainda maior: aproximadamente 11 p.p. de predominância das estudantes do sexo feminino. As pesquisas sobre a temática argumentam que a diferença percentual entre estudantes do sexo masculino e feminino é previsível, tendo em vista que, geralmente, a maioria dos estudantes no ensino médio é composta por mulheres e que estudantes do sexo masculino tendem a abandonar mais precocemente os estudos formais.

Outro dado que reafirma os resultados frequentes das pesquisas sobre perfil de alunos do ensino superior diz respeito à idade dos alunos ingressantes à UFF/Niterói, 88% pertenciam às faixas etárias até 24 anos, sendo as idades entre 18 e 20 anos as mais frequentes, salientando que, provavelmente, o corpo de calouros da instituição vivenciou trajetórias escolares lineares e “bem-sucedidas”, com ingresso ao ensino superior imediatamente subsequente ao ensino médio. Os alunos que não encontram grandes percalços em sua vida escolar, com muitas reprovações/retenções/abandonos dos estudos, concluem o ensino médio por volta dos 18 anos, então é esperado que ingressem ao ensino superior na faixa etária entre 18 e 20 anos. O próprio PNE prevê uma taxa de matrícula líquida de 33% até 2024, isto é, o PNE propõe que 33% dos jovens na faixa entre 18 e 24 anos estejam matriculados no ensino superior, isto é, o jovem é o público alvo para este segmento de ensino. Apenas em 2011 e 2012, foi possível observar uma ligeira queda no percentual de ingressantes de 16 a 24 anos e um ligeiro aumento no percentual de ingressantes com 40 anos ou mais o que poderia ser um indicativo de acesso ao ensino

superior daqueles sujeitos que não conseguiram em idade regular, em virtude da ampliação de vagas ao ensino superior, e a UFF.

Entre 2006 e 2011, os estudantes brancos eram a maioria dos calouros da UFF/Niterói, nem mesmo o processo de ampliação das vagas foi suficiente para promover uma redução expressiva dos ingressantes brancos no período de análise. Estudantes brancos representavam 66% dos ingressantes no período, enquanto os negros representavam 32%. Em 2010, segundo dados do Censo Demográfico, pela primeira vez, a maioria da população brasileira se autodeclarava como negra, representando 50,9% da sociedade, e os brancos representavam 47,51%. A disparidade entre este panorama do censo e o retrato dos ingressantes à UFF/Niterói é impactante.

Contudo, o percentual de estudantes pretos cresceu: de 5,8% em 2006 para 8,7% em 2011, apesar de quantitativamente eles ainda serem poucos na universidade, em seis anos, eles somaram apenas 1.450 estudantes, número muito inferior ao total de ingressantes brancos em um único ano. Em 2010 e 2011, este percentual esteve mais próximo do retrato da sociedade, já que, em 2010, 7,2% da população brasileira se autodeclarava como preta (IBGE, 2010). Por outro lado, o percentual de pessoas pardas permaneceu ao longo de todo o período investigado muito distante da realidade brasileira, em 2010, 43,4% da população se autodeclarava como parda (IBGE), quando na UFF, apenas 23,9% dos estudantes se reconheciam como pardos.

Em relação à variável cor/raça, o perfil dos ingressantes aos cursos de graduação presenciais da UFF/Niterói entre 2006 e 2011 que ingressaram pelo vestibular ainda era divergente do retrato da sociedade brasileira. Porém, os dados demonstraram uma tendência de alteração desse quadro, ainda que em níveis percentuais pequenos, pouco a pouco a universidade foi recebendo um corpo discente menos branco e mais preto à medida que os anos avançaram. O que causou surpresa foi o fato dos ingressantes pardos diminuírem ao longo dos anos, tanto em níveis percentuais quanto em números absolutos. Estariam estudantes que outrora se declaravam como pardos, agora se reconhecendo como pretos?

Outra característica do corpo de calouros da UFF/Niterói no período do vestibular, entre 2006 e 2011, que divergia dos dados gerais da população brasileira era a escola de origem dos estudantes, a maioria havia cursado o ensino médio em escolas da rede privada de ensino, com média de 62%, enquanto estudantes advindos de escolas públicas representavam apenas 29% dos ingressantes. Segundo dados do Censo Escolar de 2012, a rede pública estadual representava 85% das matrículas do ensino médio, enquanto a rede privada representava 12,7% (INEP, 2013, p. 24). Ou seja, a proporção entre estudantes de escolas públicas e escolas privadas era invertida com a chegada à educação superior. Tal inversão já podia ser constatada no próprio

processo de inscrição ao vestibular/UFF, estudantes de escolas privadas totalizavam 147.394 inscritos, contra 85.394 inscritos provenientes de escolas públicas. Ou seja, estudantes de escolas públicas, em sua maioria, sequer ousavam a concorrer ao vestibular/UFF.

Entretanto, assim como a variável cor/raça, a escola de origem dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói também apresentou uma tendência de alteração ao longo do período do vestibular estudado: em números absolutos e percentuais, foi possível observar um aumento quantitativo dos calouros que estudaram em escolas públicas ou a maior parte em escola pública ao longo do tempo. Inicialmente, o percentual de estudantes que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas era de 26,5% dos ingressantes; em 2008, ele cresceu para 34,5%, em 2009, regrediu para 30,5%, em 2010 era 31,2%, e em 2011, era 28,1%. Ou seja, entre 2008 e 2010, foi quando houve as maiores representações dos estudantes de escolas públicas.

No vestibular de 2008, a UFF implementou uma política própria de ação afirmativa que concedia um bônus de acréscimo de 10% na nota final dos candidatos que tivessem estudado em escola pública⁴⁸ ou tivessem estudado nos colégios de Ensino Médio mantidos pela instituição⁴⁹. Com isso, estudantes egressos de escolas públicas teriam a chance de elevar sua pontuação final para a concorrência das vagas. O que poderia justificar o aumento da representação dos estudantes vindos de escolas públicas no corpo de calouros da UFF/Niterói a partir de 2008. Contudo, entre 2008 e 2011, apenas 2.158 alunos, no universo de 16.703 ingressantes, receberam um bônus em sua nota final do processo seletivo e ingressaram à instituição (

Tabela 8).

Tabela 85 - Quantitativo de ingressantes pelo vestibular/UFF entre 2006 e 2011 que receberam bônus em suas notas por estudarem o Ensino Médio em escolas públicas

2008	2009	2010	2011	Total
617	606	604	331	2.158

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF, 2023.

Os cursos de Serviço Social e Pedagogia foram os que mais receberam alunos com bônus de 10% em suas notas, 297 no curso de Serviço Social e 187 no curso de Pedagogia. O curso de Letras, somando todas as habilitações, também teve 187 alunos ingressantes que

⁴⁸ Escolas públicas estaduais e municipais, excetuando-se os colégios federais, universitários, militares e de aplicação.

⁴⁹ A UFF mantinha dois colégios: Colégio Técnico-Agrícola Ildefonso Bastos Borges e Colégio Agrícola Nilo Peçanha.

receberam o bônus na nota. Ou seja, apenas três cursos são responsáveis por 31% dos bônus concedidos no período. Embora também tenham ingressado em cursos mais concorridos, como Medicina e Odontologia, estudantes que se beneficiaram da política de bônus, este quantitativo é muito pequeno: 36 e 18 respectivamente. Portanto, os cursos que estão no topo da lista são cursos que historicamente já recebiam mais alunos de escolas públicas.

Assim, os demais cursos continuaram recebendo muitos alunos oriundos de escolas privadas, de forma geral, não houve uma queda drástica no montante de estudantes oriundos de escolas privadas, quantitativamente, eles permaneceram em número muito superior ao ingresso de alunos oriundos de escolas públicas ao longo de todo período de ingresso pelo vestibular. A ampliação da oferta de vagas a partir de 2008 parece ter impactado o ingresso dos estudantes de escolas públicas, dando maiores possibilidades a eles, mas, junto com a política de bônus da UFF, não parecem ter sido suficientes para equilibrar essa balança. Ou seja, a ampliação de vagas estaria abrindo espaço para os estudantes de escolas públicas? Aqueles alunos de escolas privadas que ingressavam antes da expansão permaneceriam ingressando à UFF? Estaria a expansão dando maiores possibilidades aos estudantes de escolas públicas?

O ano de 2011 apresentou uma queda, em nível percentual, do ingresso de estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas e um aumento daqueles que cursaram em escolas privadas, apresentando um desvio em relação ao percentual observado entre 2008 e 2010. Aparentemente, houve um recuo da presença de estudantes de escolas públicas na UFF/Niterói. Porém, os números referentes a 2011 retrataram um período de transição entre o vestibular e o SISU, sendo assim, o quantitativo de ingressantes neste ano foi inferior ao quantitativo anual de 2008 a 2010, o que retoma a discussão anterior, à medida que se amplia o ingresso, maiores são as chances de acesso dos estudantes de escolas públicas, não só do ponto de vista quantitativo, mas também a níveis percentuais.

Diante desse perfil traçado, parece que o discurso do senso comum e de organismos internacionais, qual seja: que o ensino superior atende a uma elite brasileira se confirmou para o ingresso via vestibular à UFF/Niterói, porém à medida que o processo de expansão avançou, algumas alterações na variável de renda familiar indicaram uma tendência em sentido contrário. No contexto da UFF, o discurso do Banco Mundial sobre a injustiça do financiamento público para o ensino superior que atendia a uma pequena elite com alta renda⁵⁰ pareceu não se justificar diante dos resultados encontrados.

⁵⁰ Um dos argumentos do Banco Mundial no documento “O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência” (1994) para justificar a expansão do ensino superior pela via privada.

A maioria dos ingressantes aos cursos de graduação presencial à UFF/Niterói, desde 2006, possuía renda bruta familiar entre 3 e 10 salários mínimos, para famílias compostas, em sua maioria, por 4, 3 ou 5 pessoas, o que diluiu o argumento de que a UFF/Niterói, por exemplo, atenderia a uma “pequena elite com alta renda”, ao contrário, a medida que se expandiu o número de vagas ofertadas no vestibular, houve uma queda percentual e em números absolutos de ingressantes com alta renda familiar, isto é, estudantes com renda familiar bruta acima de 10 salários mínimos diminuíram significativamente entre 2006 e 2011. Por outro lado, observou-se um aumento de estudantes com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. Demonstrando que, de uma maneira geral, houve uma inserção maior das classes populares à instituição e uma diminuição percentual e absoluta do ingresso dos estudantes das famílias mais ricas.

Não obstante ao resultado de que os estudantes ingressantes à UFF/Niterói pertenciam em sua maioria às classes populares, os dados demonstraram a importância da história familiar para fortalecer o ingresso dos alunos. Do ponto de vista da escolaridade dos pais, quase metade dos estudantes eram filhos de pais e mães com ensino superior ou pós-graduação, demonstrando uma continuidade entre a trajetória escolar dos pais e filhos. Em outras palavras, embora pertencentes às classes populares, os ingressantes eram filhos de pais que também tiveram a oportunidade de frequentar o sistema de ensino regular, afinal 77% dos pais e 81% das mães fizeram pelo menos o ensino médio.

Do ponto de vista financeiro, embora com rendas não tão altas, as famílias possuíam certo grau de estabilidade financeira, afinal a maior parte delas possuía casa própria, carro e acesso a computador e internet em casa. Além disso, os pais dos alunos encontravam-se empregados ou possuíam algum tipo de renda, viabilizando o investimento familiar no ingresso ao ensino superior. Os alunos, também, não exerciam atividade remunerada, ou se exerciam, mesmo assim, recebiam ajuda financeira dos pais (85% dos estudantes).

Em síntese, o perfil do estudante ingressante pelo vestibular à UFF/Niterói entre 2006 e 2012 apresentou características que corroboram com a noção geral difundida sobre o perfil dos alunos do ensino superior público: jovens mulheres, brancas, egressas dos sistemas de ensino privados. No entanto, os resultados da presente pesquisa demonstraram que, ao contrário do proferido por organismos internacionais, os calouros não pertenciam necessariamente à elite brasileira, mas sim às classes populares, com rendas familiares medianas. Em compensação, não era qualquer estudante da classe popular que ingressava à instituição, mas aqueles que a família possuía acesso aos bens de consumo e com escolaridade mais alta. Ademais, este corpo discente categoricamente não pertencia ao grupo de trabalhadores, podendo abdicar da entrada ao mercado de trabalho em favor do ingresso à educação superior.

Contudo, nesse ínterim, algumas alterações no perfil dos ingressantes via vestibular puderam ser percebidas: o percentual de estudantes negros e de escolas públicas, por exemplo cresceu. Não se pode ignorar, também, que metade dos estudantes ingressantes (50,1%) à instituição era a primeira geração de suas famílias nucleares a ingressarem no ensino superior. Todas estas mudanças positivas no sentido de democratizar o acesso à UFF/Niterói ocorreram por múltiplos fatores.

O primeiro fato diz respeito ao próprio processo de expansão da educação superior. À medida que o quantitativo de estudantes neste segmento foi ampliado, inevitavelmente, houve um processo de diversificação do seu público. Na UFF/Niterói foi possível perceber isto com a redução dos estudantes brancos e oriundos de escolas privadas, ainda que a níveis percentuais muito pequenos no período de análise, e o crescimento de estudantes com renda familiar bruta entre 1 e 3 salários mínimos. Conforme discutido no capítulo 1, a expansão da oferta de vagas ao ensino superior não seria suficiente para reduzir as desigualdades de acesso, mas precisariam estar atreladas a políticas públicas de democratização. O segundo fato, portanto, que explicaria as mudanças positivas no perfil de ingressante à UFF estariam relacionadas à própria política de ação afirmativa implementada em 2008 pela instituição.

Nos resultados da pesquisa, sutis alterações passaram a ocorrer desde a adoção da política de bônus: aumento dos ingressantes de escolas públicas e dos estudantes com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, aumento dos estudantes com pais apenas com ensino médio (e não com ensino superior), redução dos estudantes brancos. Porém, é difícil isolar o impacto exclusivamente desta política de bônus já que ela ocorreu paralelamente ao processo de expansão da oferta de vagas da instituição.

Em resumo, o quadro dos calouros do vestibular da UFF/Niterói demonstrou que a instituição vem incorporando pouco a pouco a população brasileira com baixo poder aquisitivo e ampliando o ingresso das pessoas pretas e daqueles que estudaram o ensino médio em escolas públicas, fruto tanto do processo de massificação do ensino superior, como da política de ação afirmativa adotada pela instituição. Porém, o ingresso pelo vestibular entre 2006 e 2011, ainda, apresentava muitas limitações no que se refere ao processo de democratização.

3.3 O perfil do ingressante via SISU da Universidade Federal Fluminense

A Universidade Federal Fluminense aderiu ao SISU, como processo seletivo aos seus cursos de graduação, desde o primeiro semestre de 2011. Nos anos de 2011 e 2012, apenas uma parcela de suas vagas era ofertada pelo sistema. Assim, o vestibular continuava sendo a principal via de ingresso à UFF. Em 2013, ano em que a proposta do SISU se consolidou entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), todas as vagas aos cursos de graduação presenciais da UFF foram ofertadas pelo sistema. De acordo com os registros encaminhados pela UFF⁵¹, o total de ingressantes via SISU nos anos de 2011 e 2012 foi, respectivamente, 2.154 e 3.058. Entre 2013 e 2018, superou-se a marca de 8 mil ingressantes anuais. As unidades acadêmicas de Niterói, lócus da presente pesquisa, registraram mais de 5 mil ingressantes anuais quando o SISU se tornou o único processo seletivo à instituição, o ápice foi o ano de 2013, quando mais de 6 mil alunos ingressaram (

Tabela 9).

Dos ingressantes de Niterói, poucos alunos não foram identificados nas bases de dados do ENEM, o máximo registrado foi de 83 estudantes em 2013. A maioria dos alunos que não foram identificados não dispunha de registros das notas no ENEM na listagem encaminhada pela UFF, o que inviabilizou sua identificação na base de dados do INEP. O ano de 2013 também apresentou uma situação atípica, excepcionalmente, os estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo constavam na listagem geral de alunos ingressantes (39 alunos), porém os registros das notas no ENEM destes alunos apresentavam inconsistências que inviabilizaram a sua identificação nas bases de dados do INEP, por isso, eles não compuseram a presente análise.

Tabela 96 - Sinopse do processo seletivo SISU/UFF entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total de ingressantes /UFF	2.154	3.058	8.930	8.930	8.494	8.695	8.792	8.733
Total de ingressantes/Niterói	1.362	1.773	6.033	5.968	5.579	5.678	5.735	5.663
Ingressantes não identificados	9	40	83	63	12	7	60	2
Questionários não respondidos	0	1	0	0	0	1	0	0
Questionários analisados/Niterói	1.353	1.732	5.950	5.905	5.567	5.670	5.675	5.647

⁵¹ A listagem com os ingressantes à UFF entre 2011 e 2018, pelo SISU, foi encaminhada pelo setor de informática da Universidade. Nesta listagem, não constavam os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, já que o processo seletivo a este curso acontecia em edital específico. Depois que se identificou o fato, solicitei a listagem do curso de Arquitetura e Urbanismo, porém as notas do referido curso estavam lançadas erradas no sistema, inviabilizando a identificação dos alunos na base de dados do ENEM. Assim, o curso de Arquitetura e Urbanismo não constou na análise de perfil dos estudantes da UFF do presente texto.

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da STI/UFF, 2023.

Os dados sobre o perfil de ingressantes à UFF pelo SISU analisados nesta pesquisa foram coletados nos microdados do ENEM, que eram divulgados anualmente pelo INEP. Na base do INEP, constavam características gerais dos participantes (como idade, sexo, estado de residência, estado civil, se possuíam alguma deficiência) e as respostas a um questionário socioeconômico preenchido pelos participantes no momento de inscrição ao ENEM. Diferentemente do vestibular, entre 2010 e 2017⁵², as questões dos questionários socioeconômicos do ENEM sofreram alterações, com inclusões e exclusões de perguntas, mesmo as que permaneceram ao longo de todo o período sofreram alterações quanto à sua redação e opções de respostas. O que representou um desafio metodológico, já que o exercício de avaliar a mesma temática ao longo de oito anos exigiu um exercício de normatização dos dados a fim de viabilizar a leitura de sua evolução.

O questionário socioeconômico (QSE) aplicado no momento de inscrição ao ENEM apresentou formatações diferentes ao longo do período estudado, conforme pode ser observado no quadro 3, o total de questões foi alterado quase anualmente – variando entre 27 e 76 questões. Entretanto, alguns temas foram recorrentes entre 2010 e 2017 no QSE/ENEM, como a origem escolar, a origem familiar (escolaridade dos pais), a situação econômica da família e o perfil de consumo da família. Além destes temas, alguns anos também contaram com questões sobre os motivos de participação ao ENEM, o interesse de recorrer a auxílios financeiros para pagamento de mensalidades em instituições privada e uma seção destinada aos alunos que iriam requerer a certificação do Ensino médio via ENEM.

Tabela 107 - Total de questões do Questionário Socioeconômico aplicados na inscrição do ENEM entre 2010 e 2017

Ano	Total de questões
2010	57
2011	75
2012	62
2013 e 2014	76
2015 e 2016	50
2017	27

Fonte: Elaboração própria com base em informações do ENEM/INEP, 2023.

⁵² O ano de realização do ENEM é sempre um ano anterior ao ingresso do estudante a universidade. Por exemplo, o aluno que ingressou no SISU/2011, realizou a prova do ENEM/2010. A partir deste ponto, no presente texto, utilizaremos como referência o ano de ingresso do aluno à UFF e não o ano de realização da prova do ENEM.

No quadro 3, há uma relação dos temas, conteúdos e ano de aplicação das perguntas no QSE do ENEM, visto que para algumas perguntas houve uma variação na redação e opções de respostas, optou-se por relacionar apenas o conteúdo-chave destas.

Quadro 5 - Dados coletados pelo Questionário Socioeconômico aplicados na inscrição do ENEM entre 2010 e 2017

Temática	Conteúdo das perguntas no QSE/ENEM	Ano de aplicação
Origem familiar	Grau de instrução do pai e da mãe Ocupação profissional do pai e da mãe	todos os anos 2015, 2016 e 2017
Perfil econômico	Informações sobre Renda familiar bruta Número de moradores do domicílio O participante exerce atividade remunerada? Carga-horária de trabalho semanal Motivos para trabalhar	todos os anos todos os anos 2010 a 2016
Origem escolar	Ensino Fundamental – tempo para conclusão, se deixou de estudar, tipo de escola que cursou no EF Ensino médio - tempo para conclusão, se deixou de estudar, tipo de escola que cursou no EM	2010 a 2016 todos os anos
Perfil de Consumo	Residência com banheiro; quantidade de quartos, carro, motocicleta, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas e secar roupas, microondas, máquina de lavar louças, aspirador de pó, televisão, DVD, telefone celular e fixo, computador; acesso à internet; empregado(a) doméstico(a)	2011 a 2017
Participação no ENEM	Indicação dos motivos que levaram a participar do ENEM	2010 a 2016
Auxílio financeiro para mensalidades	Caso você ingresse no Ensino Superior privado pretende recorrer aos auxílios abaixo para custeio das mensalidades? PROUNI, FIES, da própria instituição de ensino ou do trabalho/emprego	2011 a 2014
Certificação do Ensino Médio	Perguntas para aqueles que iriam requerer a certificação do Ensino Médio pelo ENEM	

Fonte: Elaboração própria com base em informações do ENEM/INEP, 2023.

Na presente pesquisa, selecionamos, a partir de nossas variáveis de análise, alguns dos dados coletados pelo INEP para traçar o perfil dos estudantes ingressantes à UFF entre 2011 e 2018. Diante de um volume tão extenso de participantes da pesquisa – 37.499 estudantes – foi possível desenhar um retrato confiável dos calouros da UFF. Nas próximas seções, serão apresentados os resultados encontrados.

3.3.1 Quem são os alunos que ingressam na UFF via SISU?

Para traçar o perfil dos estudantes ingressantes à UFF no período de 2011 e 2018, nesta seção, será realizada uma análise descritiva dos dados coletados nos questionários socioeconômico do ENEM. O primeiro passo foi esmiuçar as características demográficas da

população investigada: sexo, idade, estado civil, pessoas com deficiência. Em seguida, a análise segue a partir das variáveis de inclusão propostas por Ristoff (2006): cor/raça, origem escolar, escolaridade dos pais, renda familiar, necessidade do estudante trabalhar. Com isso, pretende-se conhecer a situação socioeconômica dos estudantes e seu grupo familiar.

Na variável de sexo, foi possível identificar a totalidade de respostas. A diferença percentual máxima encontrada entre ingressantes homens e mulheres foi 4,4% em 2015, conforme pode ser observado na tabela 18, em 8 anos de investigação, os homens foram a maioria dos ingressantes em cinco deles: 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017. Em contrapartida, as mulheres foram a maioria em apenas três anos: 2011, 2014 e 2018. Contudo, é importante observar que em números absolutos, a diferença entre ingressantes do sexo feminino e masculino não é tão ampla, em 2015, ano com a maior diferença percentual entre ingressantes homens e mulheres, a diferença ficou em 247 estudantes do sexo masculino a mais. Entre 2011 e 2018, ingressaram 541 estudantes do sexo masculino a mais do que as mulheres.

Tabela 118 - Sexo dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Feminino	51,1%	48,4%	48,3%	50,2%	47,8%	49%	49,3%	51,0%	
Masculino	48,9%	51,6%	51,7%	49,8%	52,2%	51%	50,7%	49,0%	
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENEM/INEP, 2023.

A faixa etária entre 18 e 20 anos foi a mais frequente entre os estudantes ingressantes no período de 2011 a 2018. Na tabela 19, percebe-se que a partir de 2013, mais de 65% dos estudantes encontravam-se nesta faixa etária, sendo 2018, o ano com o maior percentual de ingressantes nesta faixa de 18 a 20 anos de idade. Os anos de 2011 e 2012 apresentaram uma exceção, já que o percentual de ingressantes desta faixa ficou abaixo de 58%.

Tabela 19 - Percentual das faixas etárias dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018

Idade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18 anos	20,3%	18,8%	23,6%	22,4%	22,3%	20,7%	21,5%	22,2%
19 anos	23,8%	22,3%	29,2%	28,1%	28,7%	29,1%	30,5%	30,0%
20 anos	13,3%	14,0%	14,3%	15,6%	14,7%	16,3%	15,4%	16,7%
Total	57,4%	55,1%	67,1%	66,1%	65,7%	66,1%	67,4%	68,9%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENEM/INEP, 2023.

Quando se examina a idade dos ingressantes por diferentes faixas etárias (tabela 20), percebe-se que, em 2011 e 2012, houve um ingresso ligeiramente superior dos estudantes entre

25 e 39 anos em relação aos demais anos de investigação. Entre 2011 e 2018, os ingressantes com mais de 40 anos representavam um percentual muito pequeno em relação aos demais estudantes. Em números absolutos, os alunos com mais de 40 anos representavam quantitativos anuais inferiores a 200, com exceção de 2014, quando essa faixa teve 211 alunos. Ou seja, o corpo discente de ingressantes à UFF era extremamente jovem, estando prioritariamente na faixa etária entre 16 e 24 anos, com uma tendência de intensificação desta característica, já que, desde 2015, o percentual de estudantes nesta faixa de idade foi sendo ampliado, alcançando a marca de 90,2% em 2018.

Tabela 120 - Faixas etárias mais frequentes dos ingressantes à UFF Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ingressantes de 16 a 24 anos	77,7%	76,8%	86,4%	84,3%	85,5%	86%	87,6%	90,2%
Ingressantes de 25 a 39 anos	18,1%	19,1%	10,9%	12,1%	12%	11%	10,6%	8%
Ingressantes com 40 anos ou mais	4,2%	4,1%	2,7%	3,6%	2,5%	3%	1,8%	1,8%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENEM/INEP, 2023.

No que se refere ao estado civil dos estudantes ingressantes à UFF (tabela 21), a maioria declarou ser solteira, com percentuais acima de 90%, quando o SISU tornou-se o único processo seletivo à instituição em 2013. Apenas em 2011 e 2012, este percentual era ligeiramente menor, e, por isso, havia um percentual maior de alunos que declaravam ser casados ou morarem com companheiro (a). Assim como na variável idade, observou-se uma intensificação, a partir de 2015, dos estudantes que se declaravam solteiros, chegando a representar 97,4% dos calouros em 2018.

Tabela 131 - Estado civil dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Solteiro(a)	89,8%	89,7%	94,5%	93,9%	95,4%	95,9%	96,91%	97,4%
Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a)	10,2%	9,2%	4,7%	5,1%	3,9%	3,7%	2,50%	2,0%
Divorciado(a)/Desquitado(a)/Separado(a)		1,1%	0,7%	0,9%	0,6%	0,4%	0,49%	0,4%
Viúvo(a)			0,1%	0,1%		0,1%	0,11%	0,1%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENEM/INEP, 2023.

Nos microdados do ENEM, diferentemente dos dados coletados no vestibular, tinham informações sobre o ingresso de pessoas com deficiência, nos oito anos analisados, apenas 153 estudantes declararam ter alguma deficiência (tabela 22). Em 2017 e 2018, houve um aumento significativo de pessoas com deficiência, quando comparado aos anos anteriores: 54 e 45

estudantes, respectivamente. A deficiência física era a mais recorrente entre os ingressantes, os anos de 2017 e 2018 registraram os maiores números destes ingressantes. Em seguida, as pessoas com baixa visão e com deficiência auditiva eram as que possuíam maior número de representantes: 29 e 22, respectivamente. A opção de resposta “outra deficiência” só passou a ser computada a partir de 2016, e, mesmo assim, está na lista de respostas mais recorrentes, com um total de 17 estudantes em três anos.

Tabela 142 - Total de ingressantes com deficiência à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018⁵³

Deficiência	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Baixa visão	1	0	2	5	3	3	8	7	29
Cegueira	0	0	0	0	0	1	1	2	4
Deficiência auditiva	0	0	1	3	5	1	6	6	22
Surdez	0	0	0	0	2	0	3	0	5
Surdo-cegueira	X	X	0	0	0	0	0	0	0
Deficiência física	0	1	4	4	5	6	29	20	69
Deficiência mental	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Autismo	X	X	0	0	0	1	2	0	3
Visão monocular	X	X	X	X	X	2	0	1	3
Outra deficiência	X	X	X	X	X	3	5	9	17
Total	1	1	7	12	15	18	54	45	153

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENEM/INEP, 2023.

Para avaliar a inclusão social, a primeira variável analisada foi a de cor/raça dos estudantes ingressantes. O percentual de respostas a esta questão foi alto, próximo de 100%, o maior percentual de não-respostas foi em 2011, quando não tinha o registro de 5,4% dos ingressantes. Segundo os dados demonstrados na tabela 23, os estudantes ingressantes à UFF se declaravam, em sua maioria, como brancos; em 2011 e 2012, os percentuais eram de 57% e 58% respectivamente; entre 2013 e 2015, o percentual de ingressantes era superior a 60%; a partir de 2016, esse percentual ficou em torno de 54%. Os menores percentuais de estudantes pardos foram entre 2013 e 2015: 21,5% em 2013; 24,5% em 2014 e 25,5% em 2015.

O percentual de ingressantes pretos apresentou crescimento ao longo dos oito anos analisados, o percentual foi de 8,9%, em 2011, para 12,8%, em 2018; um crescimento de quase 4%. Apenas em 2013 e 2014, o percentual apresentou um pequeno decréscimo comparado ao ano de 2011 – 7,3% e 8,5%, respectivamente. O percentual de ingressantes amarelos e indígenas

⁵³ Os alunos deveriam indicar no momento de inscrição nas provas do ENEM, se apresentavam alguma condição especial de atendimento relacionado à sua deficiência, a partir destas informações realizou-se uma estimativa do número de ingressantes com deficiência. Ao longo do período investigados, algumas opções de respostas foram acrescentadas, como surdo-cegueira, autismo, visão monocular e outra deficiência, na tabela 19, nos anos em que estas opções estiverem com a marcação “X” elas não estavam disponíveis.

foi ínfimo entre 2011 e 2018, indígenas representavam menos de 1% dos ingressantes, enquanto estudantes amarelos alcançavam aproximadamente 1% da população de estudo.

Tabela 153 - Cor/raça dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018

Cor/raça	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Não declarado	5,4%	3,9%	4,1%	3,2%	3,6%	3,8%	2,9%	3,2%
Branca	57,0%	58,2%	65,6%	62,3%	60,1%	54,4%	54,7%	54,1%
Preta	8,9%	8,8%	7,3%	8,5%	9,6%	11,2%	12,7%	12,8%
Parda	27,4%	27,1%	21,5%	24,5%	25,2%	28,9%	28,6%	28,8%
Amarela	0,9%	1,9%	1,2%	0,9%	1,0%	1,0%	0,9%	0,8%
Indígena	0,4%	0,2%	0,4%	0,5%	0,5%	0,3%	0,3%	0,2%
Não dispõe da informação						0,4%		
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Para dimensionarmos em número absolutos a cor/raça dos ingressantes à UFF, apresento a tabela 24. Como é possível observar, o quantitativo de pessoas brancas que ingressaram à instituição era muito superior a representatividade de todas as outras cores/raças. Se, em 2013, ingressavam 3.901 estudantes brancos; pretos e pardos juntos possuíam em seu grupo de representantes menos da metade deste quantitativo – 1.713. O quantitativo de ingressantes indígenas foi muito pequeno no período analisado, 2015 registrou o maior número de ingressantes indígenas: 30 alunos.

O ano de 2013 apresentou o ápice do ingresso de estudantes brancos à UFF pelo sistema do SISU. Contudo, mesmo com a ampliação da oferta de novas vagas à universidade, foi possível observar um decréscimo do número de ingressantes brancos entre 2013 e 2018, eles passaram de 3.901 para 3.055 estudantes, um decréscimo de aproximadamente 20%. Em relação às pessoas pretas e pardas, no mesmo período, houve um aumento no quantitativo de estudantes ingressantes: de 434 ingressantes pretos para 724 e de 1.279 ingressantes pardos para 1.628. De forma geral, constataram-se, nos dados apresentados, alterações quanto à cor/raça dos ingressantes à UFF ao longo do período investigado. Como 2011 e 2012 foram anos atípicos com quantitativos menores de ingressantes à UFF via SISU, não foram considerados para avaliar e comparar a evolução dos números absolutos de cor/raça.

Tabela 164 - Cor/raça em números absolutos dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2013 e 2018

Cor/raça	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Não declarado	241	191	198	216	162	183
Branca	3901	3679	3345	3084	3103	3.055
Preta	434	502	535	637	721	724
Parda	1279	1449	1401	1637	1625	1.628
Amarela	74	56	58	57	49	44
Indígena	21	28	30	17	15	13
Não dispõe da informação				23		
	5950	5905	5567	5671	5675	5.647

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Nos microdados do ENEM, foi possível encontrar informações sobre a trajetória escolar dos estudantes tanto na primeira parte dos dados, com informações gerais dos alunos, como na segunda parte, com as respostas aos questionários socioeconômicos (QSE). Optou-se eleger prioritariamente as respostas dos alunos aos QSE/ENEM para a análise da presente pesquisa, pois os questionários apresentavam um conjunto maior de informações sobre a temática, entretanto, como algumas das questões não possuíam uma taxa de resposta alta, em alguns momentos, recorreu-se as informações presentes na primeira parte dos dados gerais. Diferentemente dos questionários socioculturais do vestibular, o QSE incluía, além das questões sobre o ensino médio dos estudantes, questões sobre o ensino fundamental, o que permitiu conhecer uma trajetória escolar mais extensa dos ingressantes à UFF.

A maioria dos estudantes respondeu à questão sobre o tipo de escola que frequentou no ensino médio, com exceção do ano de 2014, cujo total de respostas foi de 2.182 em 5.567 questionários. Os resultados demonstram que, entre 2011 e 2015, não havia uma representatividade significativa de ingressantes oriundos de escolas indígenas ou quilombolas, apenas um ou dois estudantes em 2013 e 2014.

Dentre os ingressantes à UFF via SISU em 2011 e 2012, os estudantes que cursaram o ensino médio somente em escolas da rede pública de ensino representavam a maioria – aproximadamente 59% dos calouros em 2011 e 67% em 2012 (tabela 25). Enquanto os alunos que haviam estudado em escolas privadas somavam aproximadamente 56% (2011) e 28% (2012).

Tabela 175 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2011 e 2012

	2011		2012	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Somente em escola pública.	796	58,8%	1155	66,7%
Maior parte em escola pública.	37	2,7%	57	3,3%
Somente em escola particular.	481	35,6%	482	27,8%
Maior parte em escola particular.	33	2,4%	36	2,1%
Somente em escola indígena.				
Maior parte em escola não-indígena.				
Somente em escola situada em comunidade quilombola.				
Não frequentei a escola	6	0,4%	2	0,1%
Total	1353	100%	1732	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Todavia, os dados de 2011 e 2012, não representavam a realidade do grupo de discentes da UFF nos anos seguintes. Nos anos de 2013 e 2014, a situação foi o oposto: o total de estudantes ingressantes oriundos de escolas públicas tornou-se inferior ao total de estudantes oriundos de escolas privadas (tabela 26). O percentual de estudantes que fizeram o ensino médio somente em escolas públicas ficou abaixo de 40%, enquanto o de estudantes que cursaram em escolas privadas ficou acima de 50%. A representatividade daqueles que estudaram em escolas indígenas ou quilombolas continuou praticamente inexistente.

Tabela 186 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2013 e 2014 (continua)

	2013		2014	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Somente em escola pública;	1962	33,5%	2354	39,9%
Maior parte em escola pública;	175	3,0%	146	2,5%
Somente em escola particular;	3493	59,7%	3211	54,4%
Maior parte em escola particular;	218	3,7%	189	3,2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 197 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2013 e 2014 (continua)

Somente em escola indígena;			2	0,0%
Maior parte em escola indígena;	1	0,0%	2	0,0%
Somente em escola situada em comunidade quilombola;				
Maior parte em escola situada em comunidade quilombola;			1	0,0%
Total	5849	100%	5905	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Em 2015, apenas 2.182 estudantes responderam à questão sobre o tipo de escola que frequentaram no ensino médio. Dentre os que responderam ao questionário em 2015, aproximadamente, 60% havia estudado o ensino médio somente ou maior parte em escolas públicas, contra aproximadamente 39% de estudantes que estudaram somente ou a maior parte em escolas privadas (tabela 27). Entretanto, na primeira parte dos microdados do ENEM com informações sobre os estudantes, os dados sobre escola de origem apresentaram índices diferentes, a maioria dos estudantes era oriunda de escolas privadas (56%) (tabela 28). Como a taxa de resposta nesta primeira parte do questionário é integral, ou seja, temos as informações de todos os alunos, pode-se afirmar que, ainda em 2015, a maioria dos estudantes da UFF/Niterói era oriunda de escolas privadas.

Tabela 208 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2015

	2015	
Somente em escola pública	1240	56,8%
Maior parte em escola pública	87	4,0%
Somente em escola particular	758	34,7%
Maior parte em escola particular	94	4,3%
Somente em escola indígena	1	0,0%
Maior parte em escola indígena	1	0,0%
Somente em escola situada em comunidade quilombola		
Maior parte em escola situada em comunidade quilombola	1	0,0%
Total	2182	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 21 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU em 2015

	2015	
Escola Pública	2374	44,0%
Escola Privada	3018	56,0%
Não respondeu		
	5392	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ENEM/INEP, 2023.

Entre 2016 e 2018, o INEP alterou as opções de respostas a pergunta sobre o tipo de escola que o estudante cursou o ensino médio no QSE/ENEM. O aluno passou a responder se havia estudado o ensino médio somente em escola pública ou em escola privada com ou sem bolsa de estudo integral ou parcial. Os resultados demonstraram um equilíbrio entre os ingressantes que estudaram o ensino médio em escolas públicas e privadas, com uma pequena diferença percentual a favor daqueles que estudaram em instituições da rede pública de ensino:

a maioria estudou somente em escolas públicas entre 2016 e 2018, com média percentual um pouco acima de 50% (tabela 29).

Tabela 220 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2016 e 2018

	2016		2017		2018	
Somente em escola pública.	2946	52,0%	2930	51,6%	2869	50,7%
Parte em escola pública e parte em escola privada sem bolsa de estudo integral.	210	3,7%	151	2,7%	221	3,9%
Parte em escola pública e parte em escola privada com bolsa de estudo integral.	29	0,5%	29	0,5%	47	0,8%
Somente em escola privada sem bolsa de estudo integral.	2192	38,7%	2273	40,1%	2250	39,7%
Somente em escola privada com bolsa de estudo integral.	293	5,2%	292	5,1%	274	4,8%
Total	5670	100%	5675	100%	5661	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

No QSE/ENEM, os alunos também respondiam sobre o tipo de escola que frequentaram durante o ensino fundamental. Na pergunta a respeito deste segmento de ensino, as opções de respostas permaneceram as mesmas durante todo o período investigado – de 2011 a 2017. O ano de 2018 não contou com perguntas sobre o ensino fundamental dos estudantes. O percentual de estudantes que cursaram o ensino fundamental somente em escola pública era menor do que os resultados encontrados para o ensino médio. Entre 2013 e 2014, mais de 60% dos estudantes responderam que estudaram somente em escolas particulares durante o ensino fundamental, este percentual se eleva para acima de 70%, se considerarmos também aqueles que estudaram a maior parte do tempo em escolas particulares (tabela 30).

Os anos de 2011 e 2012 apresentaram números diferentes do período de 2013 a 2017, os resultados revelaram que naqueles dois anos o percentual de estudantes que estudaram o ensino fundamental integralmente ou a maior parte do tempo em escolas públicas era superior aos registros dos demais anos, ainda assim, aqueles que estudaram em escolas privadas representavam a maioria. Em 2015, os percentuais de estudantes que estudaram o ensino fundamental somente ou a maior parte na rede pública de ensino foi semelhante aos anos de 2011 e 2012, porém o índice de respostas a essa questão foi de apenas 39%, sendo difícil afirmar que o perfil escolar dos estudantes de 2015 era semelhante ao perfil de 2011 e 2012, sobretudo porque este perfil destoou dos anos seguintes. Em 2016 e 2017, houve uma redução dos ingressantes que estudaram somente ou a maior parte do tempo em instituições da rede privada de ensino, embora este grupo tenha permanecido a maioria, representando juntos aproximadamente 65% dos calouros. O grupo de estudantes que estudaram o ensino

fundamental somente ou a maior parte em escolas indígenas ou quilombolas continuou pequeno, não sendo significativos do ponto de vista percentual.

Tabela 23 - Tipo de escola de Ensino Fundamental dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2017

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Somente em escola pública.	32,9%	36,0%	16,2%	20,4%	32,1%	24,8%	23,9%
Maior parte em escola pública.	13,5%	12,9%	9,2%	8,8%	13,4%	10,3%	10,6%
Somente em escola particular.	43,0%	40,0%	65,0%	61,6%	43,0%	54,7%	56,0%
Maior parte em escola particular.	10,3%	11,1%	9,6%	9,1%	11,4%	10,1%	9,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

O QSE/ENEM dispunha, ainda, de outras questões sobre o tema da escolaridade dos estudantes, como perguntas sobre o tempo que cada estudante levou para concluir o ensino fundamental e o ensino médio; e se o aluno abandonou ou reprovou durante a escola. A questão sobre tempo escolar foi realizada nos questionários de 2011 a 2015. Enquanto, a pergunta sobre abandono e/ou reprovação constava no questionário até 2017, apesar de apresentar formatações diferentes.

Entre 2011 e 2015, a maioria dos estudantes concluiu o ensino fundamental (EF) em 8 anos (tabela 31). As outras duas respostas mais frequentes eram: os alunos que concluíram o EF com menos de 8 anos e aqueles que concluíram com 9 anos. Em contrapartida, quase a totalidade dos estudantes afirmaram que não deixaram de estudar no EF, nem mesmo por um ano, o percentual de respostas negativas foi acima de 97% no período, isto é, os estudantes não tiveram reprovações/retenções/abandonos durante a realização do ensino fundamental e, portanto, a variação do tempo de conclusão – menos de 8 ou 9 anos, se deve a diferenças estruturais dos currículos ou aceleração dos estudos.

Tabela 242 - Tempo de conclusão do Ensino Fundamental dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2015

	2011		2012		2013		2014		2015	
Menos de 8 anos	220	16,3%	208	12,0%	410	7,0%	802	14%	590	10,6%
8 anos	940	69,5%	1213	70,0%	5052	86,4%	3877	66%	3669	65,9%
9 anos	143	10,6%	245	14,1%	298	5,1%	983	17%	1130	20,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Quanto ao ensino médio, a maioria dos estudantes concluiu em 3 anos, seguido daqueles que concluíram em 4 anos. Entretanto, uma porcentagem de alunos (entre 15% e 26%) afirmou que ainda não haviam concluído o ensino médio, o que se justifica pelo fato de muitos alunos realizarem o ENEM no último ano do ensino médio (tabela 32). Entre 2011 e 2015, mais de

90% dos ingressantes afirmaram não ter deixado de estudar durante o Ensino médio. Em 2016 e 2017, esta pergunta ganhou nova formatação, mas ainda assim, aproximadamente 94% dos ingressantes afirmaram não ter abandonado ou reprovado durante o ensino médio.

Tabela 253 - Tempo de conclusão do Ensino Médio dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2015

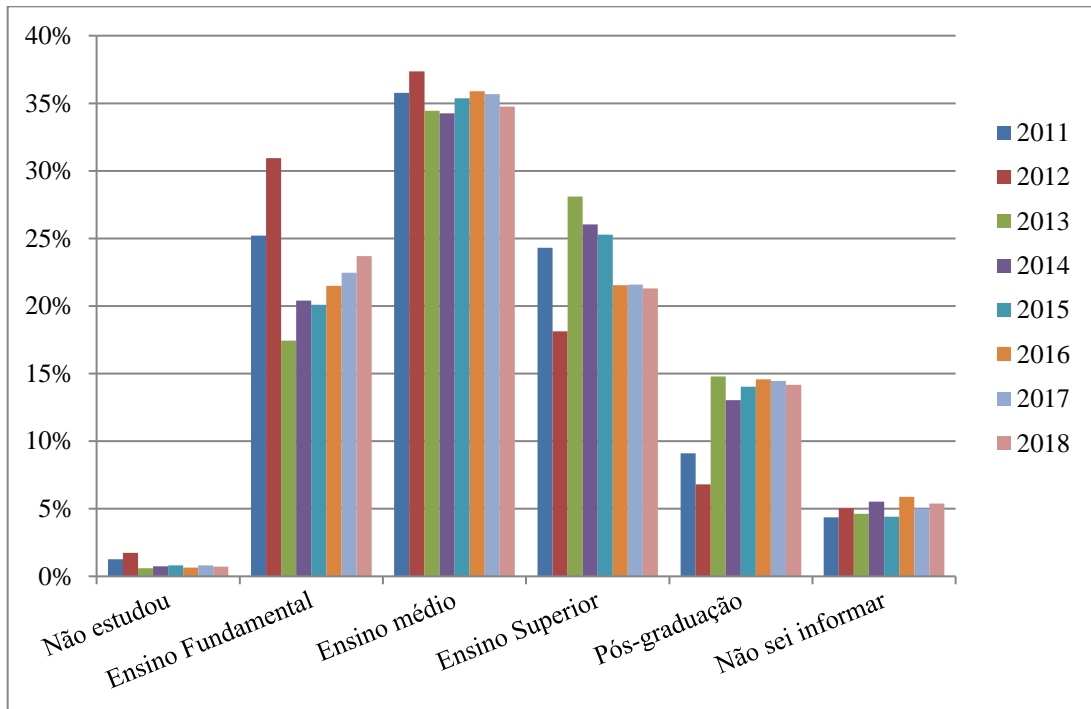
	2011		2012		2013		2014		2015	
Menos de 3 anos	49	3,6%	29	1,7%	112	1,9%	110	1,9%	84	1,5%
3 anos	939	69,4%	1203	69,5%	3889	66,5%	3950	66,9%	3883	69,8%
4 anos	98	7,2%	163	9,4%	420	7,2%	479	8,1%	453	8,1%
5 anos	28	2,1%	30	1,7%	59	1,0%	57	1,0%	45	0,8%
6 anos ou mais	25	1,8%	20	1,2%	44	0,8%	51	0,9%	34	0,6%
Não conclui	214	15,8%	287	16,6%	1324	22,6%	1255	21,3%	1063	19,1%
Não cursei					1	0,0%	3	0,1%	5	0,1%
	1353	100%	1732	100%	5849	100%	5905	100%	5567	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Em relação à escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes à UFF entre 2011 e 2018, 71,3% dos pais e 77,5% das mães cursaram o ensino médio e/ou ensino superior/pós-graduação⁵⁴ (gráficos 12 e 13). De forma geral, as mães pareciam ter uma escolaridade um pouco mais alta que os pais, com percentuais maiores de mães com ensino médio, superior e pós-graduação. Ao longo dos anos, houve uma queda no percentual de pais e mães com ensino superior, no caso dos pais, no mesmo período, houve um aumento daqueles que possuíam ensino fundamental, e, para as mães houve um aumento percentual daquelas que possuíam ensino médio ou pós-graduação. Nos gráficos 12 e 13, é possível observar que entre 2013 e 2018 houve um crescimento do percentual de estudantes cujos pais estudaram somente até o ensino médio, o percentual de pais foi de 52,5% para 59,1% e o de mães foi de 51,9% para 57,9%. Os anos de 2011 e 2012, mais uma vez, apresentaram índices diferentes dos anos seguintes, o percentual de pais e mães que estudaram somente até o ensino médio ficou acima de 60% em 2011 e em 70% em 2012, demonstrando que a média de escolaridade destes dois anos era diferente do período de 2013 a 2018.

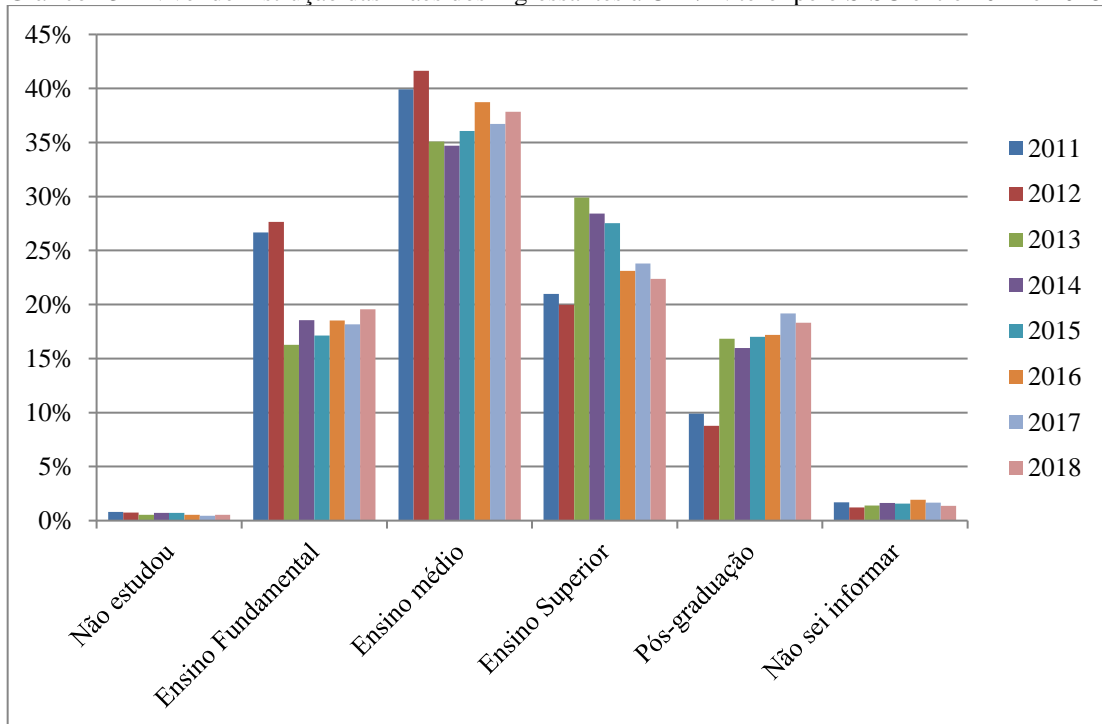
⁵⁴ Para fins de análise e comparação, na presente pesquisa, considerou-se com ensino fundamental aqueles pais com ensino fundamental completo e incompleto e com ensino médio incompleto. Para o agrupamento ensino médio, se considerou todos aqueles pais que completaram o ensino médio e os que possuíam ensino superior incompleto. Para a pós-graduação, se considerou aqueles que fizeram especialização, mestrado e doutorado. Este reagrupamento das opções de respostas foi importante para avaliar a evolução da variável escolaridade dos pais, já que não existia uma padronização dessas ao longo do período investigado.

Gráfico 12 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Gráfico 13 - Nível de instrução das mães dos ingressantes à UFF/ Niterói pelo SISU entre 2011 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Os ingressantes à UFF entre 2011 e 2018 possuíam renda familiar bruta, em sua maioria, até 5 ou 6 salários mínimos. Em 2011 e 2012, as faixas de renda familiar apresentadas pelo

QSE/ENEM são diferentes dos anos subsequentes, fato que dificulta uma comparação linear dos resultados de 2011 a 2018. A despeito disso, os dados coletados revelaram que a renda familiar bruta dos ingressantes via SISU em 2011 e 2012 era inferior a renda apresentada pelos estudantes nos anos posteriores (2013 a 2018). Em 2011, aproximadamente 71% dos estudantes apresentavam renda familiar bruta de até 6 salários mínimos, enquanto em 2012, aproximadamente 66% apresentavam renda de até 5 salários mínimos. Em 2013, o percentual de estudantes com renda familiar bruta até 5 salários mínimos diminuiu para 49%, e foi aumentando ao longo dos anos: 54%, em 2014; 53%, em 2015; 55%, em 2016; 58%, em 2017; 59% em 2018 (tabela 33).

Tabela 264 - Percentual de estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU com renda familiar bruta até 5 salários mínimos

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
66%	49%	54%	53%	55%	58%	59%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

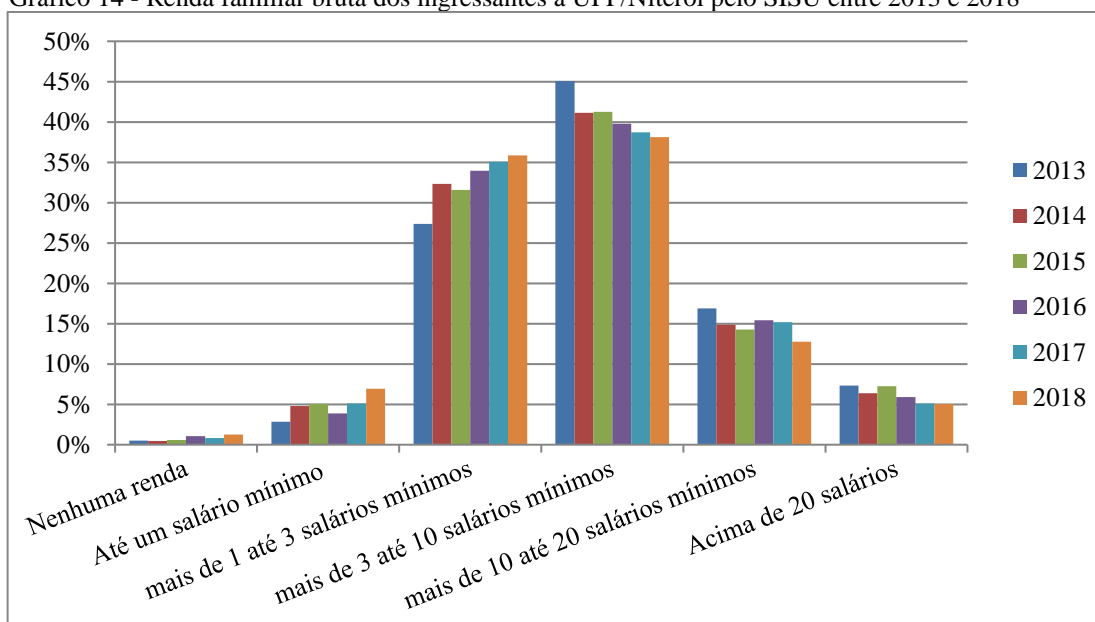
Se consideramos que a maioria das famílias dos ingressantes possuíam entre 3 e 4 pessoas, podemos afirmar que a renda per capita familiar não era tão alta. Se, no melhor cenário, a família tivesse 3 integrantes, uma renda bruta de 5 salários mínimos, isto representaria uma renda per capita de 1,6 salários. É interessante observar também que o percentual de famílias mais numerosas (com seis integrantes ou mais) era pequeno no universo da população estudada. Assim como o de pessoas que moravam sozinhas.

Para fins de observação da evolução da renda ao longo dos anos e futura comparação com os dados do vestibular UFF, agrupou-se a renda familiar bruta dos calouros a partir de seis faixas: nenhuma renda; até 1 salário mínimo; mais de 1 até 3 salários mínimos; mais de 3 até 10 salários mínimos; mais de 10 até 20 salários mínimos; acima de 20 salários mínimos. Como 2011 e 2012, apresentavam faixas de renda diferentes, além de possuírem um número menor de ingressantes, comparado aos demais anos, eles não estarão, a princípio, neste quadro comparativo.

Como é possível observar no gráfico 14, a faixa de renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF mais freqüente era a entre 3 e 10 salários mínimos. A segunda faixa mais freqüente era a entre 1 e 3 salários mínimos, cuja evolução ao longo dos anos demonstrou um aumento percentual de 27,4% em 2013 para 35,9% em 2018. Em compensação, houve uma queda no percentual de estudantes com renda entre 3 e 10 salários mínimos – de 45,1% em

2013 para 38,1% em 2018. Aqueles estudantes que declaravam nenhuma renda familiar ou até 1 salário mínimo representavam um percentual pequeno da população total do estudo, mas apresentaram um discreto aumento percentual no período. Houve uma pequena oscilação do percentual de ingressantes nas faixas de renda acima de 10 salários mínimos ao longo dos anos, porém, de forma geral, ambas as faixas apresentaram queda nos percentuais: na faixa de renda entre 10 e 20 salários, foi de 17% em 2013 para 13% em 2018; na faixa de renda acima de 20 salários mínimos, foi de 7,3% em 2013 para 5% em 2018. Os estudantes das faixas de renda mais altas, acima de 10 salários mínimos, representavam um percentual inferior a 25%, chegando a 18% em 2018. Em 2011 e 2012, este percentual de pessoas com renda familiar mais alta era ainda menor: 17% em 2011 (renda superior a 12 salários) e 12,5% em 2012.

Gráfico 14 - Renda familiar bruta dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU entre 2013 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Os números absolutos de ingressantes no período corroboram com os dados apresentados anteriormente (tabela 34). Entre 2013 e 2018, observa-se um aumento quantitativo de estudantes com renda até 1 salário mínimo, com exceção de 2016, ainda que esta faixa de renda tenha continuado a representar uma minoria dos estudantes ingressantes. Ocorreu um aumento gradual, com exceção de 2015, dos estudantes com renda entre 1 e 3 salários mínimos. Enquanto, a faixa de renda de 3 a 10 salários apresentou queda no número de ingressantes ao longo dos anos – de 2.636 para 2.153 alunos. As faixas mais ricas – acima de 10 salários mínimos – também, apresentaram redução no período investigado, com exceção do ano de 2015: de 1.417, em 2013, para 1.004, em 2018. Sendo assim, o quantitativo de estudantes

ingressantes com mais de 10 salários mínimos era inferior ao de estudantes entre 1 e 3 salários mínimos.

Tabela 275 - Total de ingressantes à UFF/Niterói via SISU em número absoluto por renda familiar bruta entre 2013 e 2018

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
nenhuma renda	29	28	32	60	47	72
até um salário mínimo	167	284	282	219	290	392
mais de 1 até 3 salários mínimos	1600	1909	1758	1926	1989	2026
mais de 3 até 10 salários mínimos	2636	2428	2296	2257	2198	2153
mais de 10 até 20 salários mínimos	988	879	795	874	861	720
acima de 20 salários	429	377	404	334	290	284
	5849	5905	5567	5670	5675	5647

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Nos questionários de 2016, 2017 e 2018, havia uma pergunta sobre a atividade profissional dos pais no último trabalho e as respostas eram divididas em cinco grupos: os grupo 1 e 2 envolviam profissões que não exigiriam formação específica, o grupo 1 englobava profissionais do campo e o grupo 2 profissionais da cidade; o grupo 3 envolvia atividades que embora não exigissem formação em nível médio ou superior, exigiam alguma formação específica para atuação; o grupo 4 envolvia profissionais com formações específicas, seja a nível médio (técnico) ou nível superior, além de pequenos comerciantes/proprietários de terra; por fim, o grupo 5 que englobava profissionais com nível superior e com atividades profissionais que habitualmente possuem remunerações mais elevadas.

O grupo de atividade profissional dos pais e mães dos ingressantes à UFF que apresentou o maior percentual de respostas foi o 4, ocupações que exigiam formações específicas a nível médio (técnico) ou nível superior, como professores de ensino fundamental ou médio, policiais, corretor de imóveis, técnico de enfermagem, contabilidade etc. O segundo grupo de ocupações que apresentou o maior índice para as mães foi o 2, que envolve atividades de serviços que não exigiriam formação específica a nível médio ou superior no qual incluem-se profissões como diarista, empregada doméstica, cuidadora de idosos, auxiliar administrativo, recepcionista etc. Enquanto o segundo grupo de ocupações mais recorrente para os pais foi o 5, no qual estavam incluídas as atividades que necessitariam de formação em nível superior, como médico, engenheiro, juiz, diretor em empresas, proprietário de empresas com mais de 10 empregados. Para os pais, o grupo 3 de ocupações profissionais também apresentou percentuais significativos de resposta dos estudantes, neste grupo estão profissões como padeiro, torneiro mecânico, operário de fábrica, pedreiro, eletricista etc.. O grupo 1 de ocupações profissionais,

que envolve trabalhadores do campo, apresentou percentuais pequenos em relação a população total. Em síntese, a ocupação profissional dos pais e mães dos estudantes ingressantes era distinta. Nas tabelas abaixo, é possível verificar o total de respondentes para cada grupo por ano.

Tabela 286 - Ocupação profissional dos pais dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2016 e 2018

Ocupação profissional do pai	2016		2017		2018	
Grupo 1: Lavrador, agricultor sem empregados, bóia fria, criador de animais (gado, porcos, galinhas, ovelhas, cavalos etc.), apicultor, pescador, lenhador, seringueiro, extrativista.	89	1,6%	83	1,5%	92	1,6%
Grupo 2: Diarista, empregado doméstico, cuidador de idosos, babá, cozinheiro (em casas particulares), motorista particular, jardineiro, faxineiro de empresas e prédios, vigilante, porteiro, carteiro, office-boy, vendedor, caixa, atendente de loja, auxiliar administrativo, recepcionista, servente de pedreiro, repositor de mercadoria.	687	12,1%	778	13,7%	888	15,7%
Grupo 3: Padeiro, cozinheiro industrial ou em restaurantes, sapateiro, costureiro, joalheiro, torneiro mecânico, operador de máquinas, soldador, operário de fábrica, trabalhador da mineração, pedreiro, pintor, eletricitista, encanador, motorista, caminhoneiro, taxista.	962	17,0%	980	17,3%	994	17,6%
Grupo 4: Professor (de ensino fundamental ou médio, idioma, música, artes etc.), técnico (de enfermagem, contabilidade, eletrônica etc.), policial, militar de baixa patente (soldado, cabo, sargento), corretor de imóveis, supervisor, gerente, mestre de obras, pastor, microempresário (proprietário de empresa com menos de 10 empregados), pequeno comerciante, pequeno proprietário de terras, trabalhador autônomo ou por conta própria.	2133	37,6%	2140	37,7%	2003	35,5%
Grupo 5: Médico, engenheiro, dentista, psicólogo, economista, advogado, juiz, promotor, defensor, delegado, tenente, capitão, coronel, professor universitário, diretor em empresas públicas e privadas, político, proprietário de empresas com mais de 10 empregados.	1240	21,9%	1195	21,1%	1174	20,8%
Não sei.	559	9,9%	499	8,8%	498	8,8%
	5670	100%	5675	100%	5661	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 297 - Ocupação profissional das mães dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2016 e 2018

Ocupação profissional da mãe	2016		2017		2018	
<u>Grupo 1:</u> Lavradora, agricultora sem empregados, bóia fria, criadora de animais (gado, porcos, galinhas, ovelhas, cavalos etc.), apicultora, pescadora, lenhadora, seringueira, extrativista.	55	1,0%	52	0,9%	53	0,9%
<u>Grupo 2:</u> Diarista, empregada doméstica, cuidadora de idosos, babá, cozinheira (em casas particulares), motorista particular, jardineira, faxineira de empresas e prédios, vigilante, porteira, carteira, office-boy, vendedora, caixa, atendente de loja, auxiliar administrativa, recepcionista, servente de pedreiro, repositora de mercadoria.	1606	28,3%	1643	29,0%	1853	32,8%
<u>Grupo 3:</u> Padeira, cozinheira industrial ou em restaurantes, sapateira, costureira, joalheira, torneira mecânica, operadora de máquinas, soldadora, operária de fábrica, trabalhadora da mineração, pedreira, pintora, eletricista, encanadora, motorista, caminhoneira, taxista.	300	5,3%	288	5,1%	291	5,2%
<u>Grupo 4:</u> Professora (de ensino fundamental ou médio, idioma, música, artes etc.), técnica (de enfermagem, contabilidade, eletrônica etc.), policial, militar de baixa patente (soldado, cabo, sargento), corretora de imóveis, supervisora, gerente, mestre de obras, pastora, microempresária (proprietária de empresa com menos de 10 empregados), pequena comerciante, pequena proprietária de terras, trabalhadora autônoma ou por conta própria.	2281	40,2%	2257	39,8%	2074	36,7%
<u>Grupo 5:</u> Médica, engenheira, dentista, psicóloga, economista, advogada, juíza, promotora, defensora, delegada, tenente, capitã, coronel, professora universitária, diretora em empresas públicas e privadas, política, proprietária de empresas com mais de 10 empregados.	809	14,3%	913	16,1%	864	15,3%
Não sei.	619	10,9%	522	9,2%	512	9,0%
	5670	100%	5675	100%	5661	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Entre os estudantes ingressantes à UFF entre 2014 e 2017, a maioria não exercia atividade remunerada. Quando perguntados se exerciam ou se já exerceram atividade remunerada, mais de 80% dos alunos responderam que não trabalhavam. A porcentagem daqueles que exerciam atividade remunerada no momento de inscrição ao Enem era de 19,5% em 2014; 17,7% em 2015; 16,9% em 2016 e 14,1% em 2017 (tabela 37), isto é, além de poucos alunos trabalharem no momento de ingresso à universidade, este quantitativo apresentou decréscimo ao longo dos anos. A questão sobre atividade remunerada deixou de ser incluída no questionário socioeconômico do ENEM a partir de 2018. Assim, na análise descritiva dos dados aqui apresentada não constavam informações de 2018, bem como as informações de 2013, tendo em vista que no referido ano havia uma inconsistência entre o dicionário de referência e as opções de respostas constantes nos microdados do ENEM, inviabilizando sua análise.

Tabela 308 - Estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU que exercem ou não atividade remunerada entre 2014 e 2017

	2014		2015		2016		2017	
Sim, estou trabalhando	1153	19,5%	985	17,7%	958	16,9%	799	14,1%
Sim, já trabalhei, mas não estou trabalhando	924	15,6%	980	17,6%	1060	18,7%	941	16,6%
Não, nunca trabalhei	3828	64,8%	3602	64,7%	3652	64,4%	3935	69,3%
	5905	100%	5567	100%	5670	100%	5675	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Entre 2014 e 2017, os cursos que contavam com os maiores índices de estudantes que afirmavam trabalhar no momento de inscrição ao ENEM foram: a graduação Tecnológica em Processos Gerenciais, com 47% dos ingressantes trabalhadores, em seguida, os cursos de Segurança pública, Sistemas de Informação e Ciências Contábeis, com percentuais a partir de 30% (tabela 38). Estes quatro cursos possuíam turno de funcionamento noturno. Entre os cursos de licenciatura, a média percentual de estudantes que afirmaram trabalhar no QSE/ENEM ficou em 20% (tabela 39). Os cursos com menores percentuais de estudantes trabalhadores possuíam percentuais entre 6% e 7% e eram: Engenharia Química, Medicina, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Odontologia, cursos integrais das áreas de engenharia e saúde (tabela 40).

Tabela 31 - Relação de cursos da UFF/Niterói com maiores percentuais de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada entre 2014 e 2017

Cursos de graduação	Estudantes que trabalham	Total de ingressantes no curso	Percentual de estudantes que trabalham
Tecnológico em Processos Gerenciais	184	394	47%
Segurança Pública	187	482	39%
Sistemas de Informação	168	478	35%
Ciências Contábeis	109	363	30%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 320 - Relação de cursos de licenciatura da UFF/Niterói e o percentual de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada entre 2014 e 2017

Cursos de Licenciatura	Estudantes que trabalham	Total de ingressantes no curso	Percentual de estudantes que trabalham
Letras (Bacharelado e Licenciatura)	294	1060	28%
Filosofia (Bacharelado e Licenciatura)	109	439	25%
Educação Física	61	254	24%
Matemática (Bacharelado e Licenciatura)	148	625	24%
Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)	89	436	20%
Pedagogia	128	638	20%
Física (Bacharelado e Licenciatura)	127	651	20%
Geografia (Bacharelado e Licenciatura)	78	409	19%
Cinema e Audiovisual (Bacharelado e Licenciatura)	61	369	17%
História (Bacharelado e Licenciatura)	131	827	16%
Química (Bacharelado e Licenciatura)	39	316	12%
Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)	48	476	10%
Total	1313	6500	20%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 331 - Relação de cursos da UFF/Niterói com menores percentuais de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada entre 2014 e 2017

Cursos	Estudantes que trabalham	Total de ingressantes no curso	Percentual de alunos que trabalham
Odontologia	24	353	7%
Engenharia Mecânica	24	355	7%
Engenharia Civil	23	353	7%
Medicina	46	715	6%
Engenharia Química	23	391	6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Os dados de 2011 e 2012 revelaram um cenário distinto dos anos de 2014 a 2017, dos alunos que ingressaram via SISU à UFF, 41% e 44%, respectivamente, afirmaram que exerciam atividade remunerada no ano de seleção (tabela 41). Em alguns cursos mais de 50% dos ingressantes nos anos de 2011 e 2012, afirmaram trabalhar (tabela 42) – 68% dos calouros do curso de Ciências Contábeis, por exemplo, trabalhavam. Os dez cursos que apresentaram os maiores índices de calouros trabalhadores foram: Ciências Contábeis, Administração, Ciências Sociais, Sistemas de Informação, Sociologia, Educação Física, Letras, Serviço Social, Arquivologia, Biblioteconomia e documentação, Filosofia e Ciência Ambiental. Em 2011 e 2012, muitos outros cursos apresentaram percentuais consideráveis de estudantes trabalhadores.

Tabela 342 - Estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU que afirmaram exercer atividade remunerada em 2011 e 2012

	2011		2012	
Sim	555	41%	762	44%
Não	798	59%	970	56%
	1353	100%	1732	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 353 - Relação de cursos da UFF/Niterói com maiores percentuais de estudantes que afirmaram exercer atividade remunerada em 2011 e 2012

Cursos	Ingressantes	Estudantes Trabalhadores	Percentual de estudantes que trabalham
Ciências Contábeis	123	84	68,3%
Administração	115	78	67,8%
Ciências Sociais	35	22	62,9%
Sistemas de Informação	122	71	58,2%
Sociologia	130	74	56,9%
Educação Física	24	13	54,2%
Letras	95	51	53,7%
Serviço Social	87	45	51,7%
Arquivologia	28	14	50%
Biblioteconomia e Documentação	32	16	50%
Filosofia	76	38	50%
Ciência Ambiental	16	8	50%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

No QSE/ENEM, havia uma pergunta para os alunos identificarem o grau de importância das motivações para a decisão de trabalhar – ajudar os pais nas despesas de casa, sustentar a família (esposa e filhos), ser independente, adquirir experiência, custear os próprios estudos. Os estudantes deveriam identificar numa escala de 0 a 5 a relevância daquele motivo na sua decisão, sendo zero o fator menos relevante e 5 o mais relevante. Na tabela 43, é possível verificar que os motivos mais relevantes para a decisão dos estudantes decidirem trabalhar era o desejo de ser independente e adquirir experiência, o motivo menos relevante era sustentar a própria família. Ajudar os pais nas despesas de casa e custear os próprios estudos apresentaram importância média para os estudantes, com exceção do ano 2012 quando custear os próprios estudos teve um grau de importância mais alto. A média de importância dos motivos para a decisão de trabalhar era semelhante no período analisado, ou seja, não houve uma alteração significativa ao longo dos anos destas motivações.

Tabela 364 - Média da importância de trabalhar para os estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2011 e 2017

Indique a importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar:	2011	2012	2014	2015	2016	2017
Ajudar meus pais nas despesas com a casa	3,0	3,2	2,9	3,0	3,1	3,1
Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.)	1,9	2,2	1,6	1,5	1,7	1,5
Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro)	4,1	4,3	4,3	4,4	4,3	4,2
Adquirir experiência	3,9	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2
Custear/ pagar meus estudos	3,5	4,0	3,3	3,3	3,3	3,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

3.3.1.1 Discussão dos resultados

O processo de expansão da Universidade Federal Fluminense parece ter encontrado o seu ápice em 2013, desde então, a universidade parece não expandir no mesmo ritmo dos anos iniciais do REUNI. A partir de 2015 até 2018, o número total de ingressantes oscilou, não alcançando o mesmo quantitativo de 2013 e 2014. Ainda assim, durante o processo de expansão, a UFF recebeu um volume alto de novos alunos ano a ano, superando a surpreendente marca de 8 mil novos alunos anuais. Mesmo tendo expandido em níveis mais moderados que as unidades localizadas no interior do estado, a UFF/Niterói acompanhou a mesma lógica de expansão.

No período investigado, a maioria dos ingressantes à UFF/Niterói por meio do SISU era composta por estudantes do sexo masculino. Há que observar, contudo, que a diferença percentual entre homens e mulheres era de no máximo 4,4% em 2015, o que representava 247 estudantes a mais do sexo masculino. Em relação à média do período, a diferença era ainda menor – 1,2 pontos percentuais, totalizando 541 estudantes do sexo masculino a mais do que as mulheres nos oito anos de investigação. Do ponto de vista quantitativo, esta diferença não é tão expressiva, porém este é um resultado não esperado, já que grande parte da literatura afirma que a maioria dos estudantes no ensino superior é composta por mulheres, as pesquisas do FONAPRACE em 2010, 2014 e 2018 confirmaram este pressuposto para os estudantes das IFES brasileiras: “Em todas as regiões estudantes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES.” (FONAPRACE, 2019, p.33).

Quanto à idade dos alunos ingressantes à UFF/Niterói, os resultados ratificaram as informações que se têm disponíveis sobre o perfil de alunos das IFES brasileiras. A maior concentração de estudantes ingressantes à UFF encontrava-se nas idades de 18, 19 e 20 anos,

demonstrando o quão jovem eram os calouros da instituição, mais de 65% dos estudantes estavam nesta faixa etária. Esta tendência de um corpo discente jovem parece seguir em ascensão na UFF/Niterói, tendo em vista que de 2015 a 2018 o percentual representativo deste grupo foi crescente. Se ampliarmos a faixa etária para de 16 até 24 anos de idade, o resultado foi ainda mais acentuado, a partir de 2013, mais de 84% dos estudantes compunham esta faixa, chegando a representar 90% dos ingressantes em 2018. Percebe-se, portanto, a UFF/Niterói com um corpo discente muito jovem, o que torna fundamental à universidade a discussão sobre juventude e o lugar da educação superior na vida destes jovens.

Do ponto de vista quantitativo, com a ampliação das vagas ofertadas, o número total de ingressantes de 25 a 39 anos cresceu entre 2013 e 2016, porém a partir de 2017 este quantitativo começou a apresentar queda, registrando, em 2018, o menor número de ingressantes nesta faixa etária. Os estudantes acima de 40 anos não ingressavam em grande proporção à UFF, o que se justificaria se o acesso à educação superior no Brasil já estivesse massificado, contudo, mesmo com a vultuosa expansão da UFF, aqueles que não puderam estudar cursos de nível superior em idade regular continuam fora da universidade.

Assim como são muitos jovens, a maioria dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói era representada por solteiros, com média percentual superior a 95% entre 2013 e 2018. Os anos de 2017 e 2018 representaram uma tendência de intensificação destas duas características, estudantes cada vez mais jovens e solteiros.

Em 2011 e 2012, essas características ocorriam de forma distinta com os menores percentuais de solteiros e jovens entre 18 e 20 anos, indicado um perfil parcialmente diferente do período posterior de análise. Nestes dois anos, a UFF passou por um período de transição, com a realização de dois processos seletivos distintos às vagas ofertadas aos seus cursos de graduação – o vestibular e o SISU. Durante a transição, o número de vagas ofertadas pelo sistema do SISU foi reduzido. Assim, os dados apresentados na seção anterior e aqui discutidos não necessariamente representavam o perfil geral de ingressantes da UFF/Niterói.

Entre 2011 e 2018, a maioria dos ingressantes à UFF, selecionados pelo sistema do SISU, era composta por pessoas autodeclaradas brancas. Entre 2013 e 2015, a representação destas no corpo discente de calouros foi superior a 60%, tendo em 2013 o seu ápice, com 65,6% da população do estudo. Somente a partir de 2016, este percentual foi reduzido para casa de 54% e se manteve assim até 2018. Neste período, foi colocada em execução uma importante política de inclusão social: a Lei nº 12.711/2012, denominada Lei das Cotas, que destinava 50% das vagas das instituições federais de ensino médio e superior aos estudantes oriundos de escolas públicas, levando-se em consideração, também, a renda per capita e a questão étnico-

racial dos estudantes. De acordo com o dispositivo legal, as IFES poderiam colocar em prática a Lei de cotas de maneira gradual, destinando a reserva de um percentual mínimo de vagas a cada ano, ou o percentual máximo de 50% desde o início. A UFF optou por implementar a lei de maneira gradual, reservando 12,5% das suas vagas em 2013; 25% em 2014; 37,5% em 2015; e 50% a partir de 2016. Na tabela 44, é possível observar como foi o movimento de adesão da instituição à Lei de Cotas: à medida que os anos avançaram, o percentual de estudantes de ampla concorrência foi diminuindo, de 78,4% em 2013 para 50,1% em 2018.

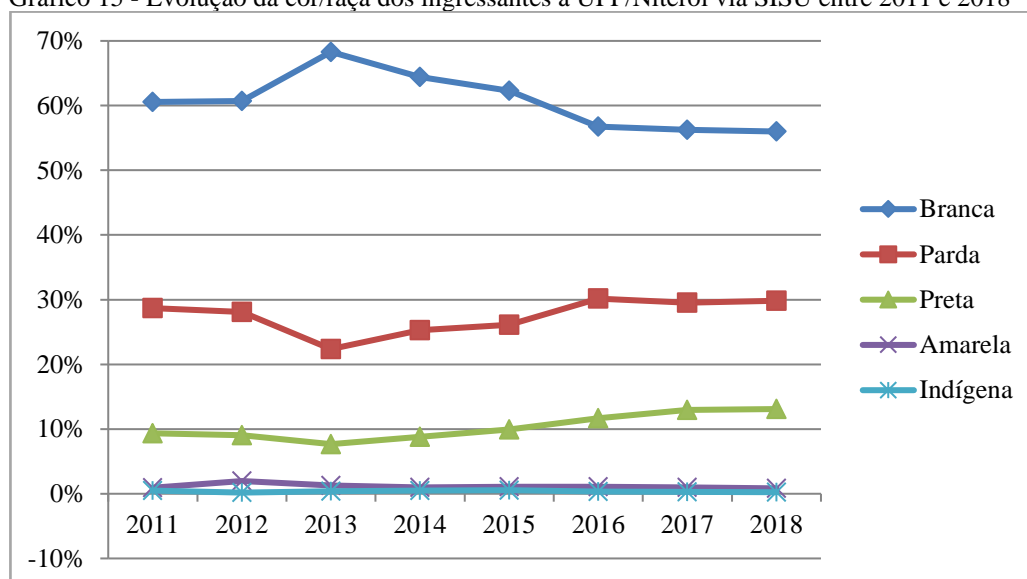
Tabela 375 - Total de ingressantes de ampla concorrência à UFF/Niterói pelo SISU entre 2013 e 2018

	Percentual reserva de vagas (Lei de cotas)	Ingressantes ampla concorrência	Percentual de ingressantes ampla concorrência
2013	12,5%	4623	78,4%
2014	25%	3997	67%
2015	37,5%	3464	62,1%
2016	50%	2827	49,8%
2017	50%	2876	50,2%
2018	50%	2826	50,1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STI/UFF, 2023.

Conforme a reserva de vagas foi concretizando-se na UFF, detectou-se um movimento de queda no percentual de ingressantes brancos e, por conseguinte, aumento progressivo dos estudantes pretos e pardos. Entre 2011 e 2018, houve elevação do percentual de estudantes pretos, alcançando a marca de 12,8%, em 2018. Uma rápida visualização do gráfico 15 permite perceber o movimento ascendente dos estudantes pretos e descendente dos estudantes brancos ingressantes à UFF/Niterói, isto é, à medida que a instituição vai implementando a reserva de vagas aos seus cursos de graduação observa-se a redução dos estudantes brancos. Os estudantes pardos também apresentaram crescimento entre 2013 e 2018, porém, a partir de 2016 houve uma estagnação do percentual de seus ingressantes na casa de 28%. Os números absolutos de ingressantes à UFF ratificaram essas percepções: crescimento do total de estudantes pretos e pardos e redução dos brancos, e oscilação dos pardos entre 2016 e 2018.

Gráfico 15 - Evolução da cor/raça dos ingressantes à UFF/Niterói via SISU entre 2011 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Mais uma vez, os dados da UFF/Niterói destoaram do perfil geral do campus brasileiro desenhado pela pesquisa do FONAPRACE (2019). Segundo dados do relatório de 2018, já em 2014, o grupo de pretos e pardos somados ultrapassavam o de brancos das IFES, alcançando uma diferença percentual de 7.9 em 2018, “marca bastante expressiva dado o histórico de exclusão desses grupos em espaços de prestígio social e poder, como as universidades públicas” (FONAPRACE, 2019, p. 37). Na UFF, o percentual máximo de pretos e pardos somados no período investigado foi de 41,6%, contra 54,1% dos ingressantes brancos em 2018, uma vantagem de 12,5 p.p. para os estudantes brancos. Essa diferença de resultados das pesquisas pode ser examinada a luz das diferenças regionais do Brasil, as IFES de regiões como o Norte e o Nordeste brasileiros possuem índices mais altos de estudantes pretos e pardos, o que contribuiria para os resultados apresentados pelo FONAPRACE, nos quais este grupo já representava a maioria do corpo discente, uma conquista que a UFF/Niterói ainda não alcançou. Segundo os dados do IBGE (2018), em 2017, 51,2% da população da região sudeste do Brasil era composta por pessoas brancas, 9,3% por pessoas pretas e 38,4% por pessoas pardas. Ou seja, os dados sobre cor/raça da UFF/Niterói, em certa medida, estão alinhados aos dados da população da região em que se encontra, com exceção para a representação das pessoas pardas.

Os impactos da reserva de vagas à UFF puderam ser percebidos também no ingresso das pessoas com deficiência. Em oito anos de investigação, encontrou-se o registro de apenas 153 estudantes com deficiência, sendo que aproximadamente 65% destes, ou seja, 99 estudantes ingressaram nos anos de 2017 e 2018. Em 2016, foi decretada a Lei 13.409 que alterou a Lei de cotas de 2012 a fim de incluir as pessoas com deficiência na reserva de vagas aos cursos

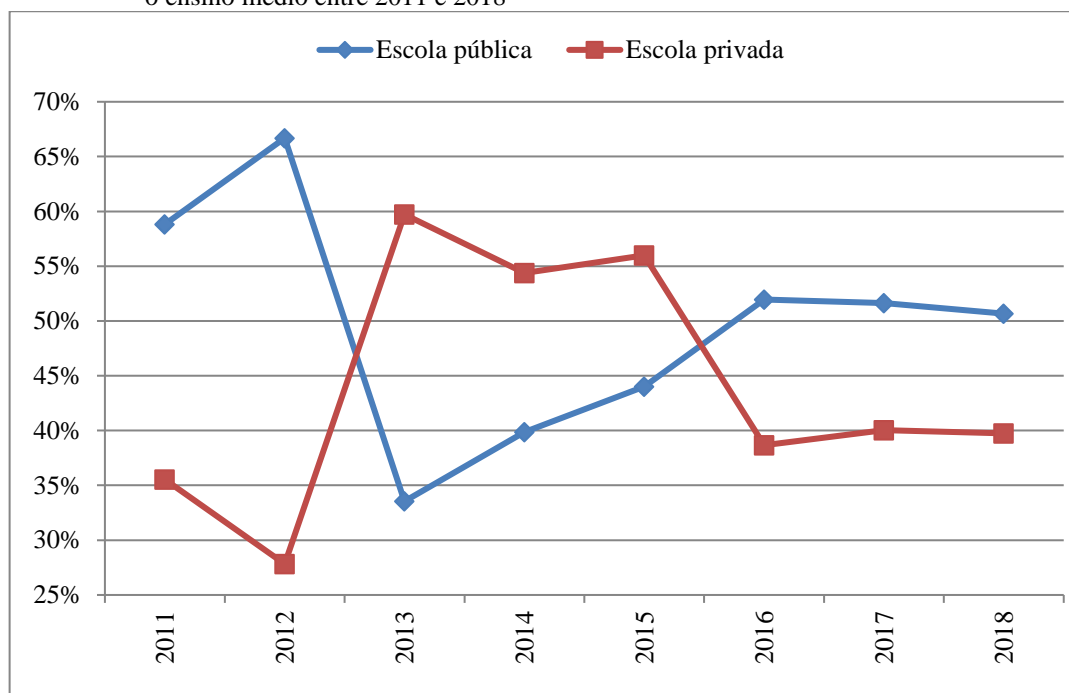
técnicos de nível médio e ao ensino superior das instituições federais. Assim, a partir de 2017, esta lei passou a ser implementada no processo seletivo da UFF, selecionando 54 estudantes. Em 2018, foram selecionados 45 alunos. É curioso observar que o número de ingressantes era muito aquém do total de vagas reservadas às pessoas com deficiência, em 2017, foram reservadas 317 vagas, e, em 2018, 425 vagas⁵⁵. Tal disparidade entre a reserva de vagas e real número de ingressantes, talvez, encontre ressonância no debate sobre assistência estudantil, uma vez que a permanência na universidade exige uma série de adaptações físicas, pedagógicas, e de recursos humanos, muitas vezes, o estudante acaba nem mesmo ingressando diante de tantos obstáculos. Neste sentido, é intrigante constatar que a deficiência mais representada, com 69 estudantes ao longo dos oito anos, era a de pessoas com deficiência física, o que a princípio, exigiria “apenas” uma adaptação física da instituição.

Seguindo na análise do perfil de ingressante à UFF, as variáveis que compõem a trajetória escolar dos estudantes, também, trouxeram importantes elementos para pensar o processo de democratização da instituição. Durante o ensino fundamental, a maioria dos calouros da UFF estudou somente ou a maior parte em escola particular, os menores índices foram encontrados em 2011 e 2012, o ápice foi em 2013 e 2014, quando tais índices superaram a marca de 70% dos ingressantes. Seguindo a mesma lógica, 2013, 2014 e 2015 foram os anos que apresentaram os maiores percentuais de alunos que estudaram somente ou a maior parte do ensino médio em escolas particulares, entre 54,4% e 59,7%. Em 2011 e 2012, a proporção era inversa, a maioria dos estudantes ingressantes via SISU havia estudado em escolas públicas durante o ensino médio. Se no ensino fundamental, os estudantes que estudaram em escolas públicas nunca representaram a maioria, no ensino médio, a partir de 2016, esta passou a ser uma realidade.

Para fins de comparação, se considerarmos apenas as resposta que afirmaram ter estudado integralmente em escolas públicas ou privadas durante o ensino médio, é possível observar que em 2013 e 2014 houve elevação significativa do percentual de ingressantes oriundos de escolas particulares. Enquanto, a partir de 2016, o percentual de estudantes ingressantes que estudaram somente em escola pública ficou próximo a 50%, superando o percentual de estudantes que fizeram o ensino médio em escolas privadas.

⁵⁵ Informações de vagas ofertadas podem ser consultadas nos editais de seleção disponíveis na página da COSEAC: <<http://www.coseac.uff.br/vestibular.htm>>.

Gráfico 16 - Tipo de escola que o estudante ingressante à UFF/Niterói via SISU frequentou durante o ensino médio entre 2011 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Assim como na variável de cor/raça, a reserva de vagas aos estudantes de escola pública impactou a proporção do acesso à UFF/Niterói de estudantes que estudaram o ensino médio em escolas públicas ou privadas, sendo visível no gráfico 16 que a execução integral da política de reserva de vagas altera o quadro de ingresso à instituição. Entretanto, a Lei de cotas ainda não havia sido implementada nas IFES em 2011 e 2012, mas, ainda assim, a UFF apresentou os maiores percentuais de ingressantes pelo SISU oriundos de escolas públicas. Acredita-se que a política de ação afirmativa adotada em 2008 na UFF tenha contribuído para elevar o ingresso dos estudantes da rede pública. Como já foi visto anteriormente, com esta política, era concedido, mesmo na seleção via SISU, um bônus de acréscimo a nota final dos candidatos que tivessem estudado integralmente em escolas públicas – 10% em 2011 e 20% em 2012, deste modo, estudantes egressos das escolas públicas aumentavam sua pontuação final e, consequentemente, suas chances no processo seletivo.

Os resultados das variáveis de cor/raça e origem escolar dos estudantes legitimam a importância das políticas de inclusão social para a construção de um perfil de estudante mais plural e próximo da realidade brasileira na UFF. A maioria da nossa sociedade não é de pessoas brancas, tampouco o número de matrículas no ensino médio privado supera o de escolas públicas. Então, é desejável que o retrato da universidade pública se assemelhe ao da sociedade. Entende-se que este é o início do processo de democratização da instituição e da educação

superior. Os dados apresentados na seção anterior, igualmente, demonstraram a trajetória escolar linear dos estudantes até o ingresso à UFF/Niterói, em geral, eles concluíam o ensino fundamental e o ensino médio no número de anos previstos, e alegavam não ter deixado de estudar ou abandonado/reprovado na escola, ou seja, chegavam à universidade aqueles que tiveram uma trajetória escolar de sucesso. Como não existe oferta de vagas no ensino superior público suficientes para todos os pleiteantes, a ocorrência de processos seletivos, ainda é uma realidade, e nestas seleções terão êxito aqueles que se ajustarem ao sistema escolar e, mesmo aqueles alunos selecionados para as vagas reservadas ao sistema de cotas, representam os mais “bem-sucedidos” dentro do seu grupo social.

Como o acesso ao ensino superior no Brasil, ainda, não foi universalizado, os estudantes também necessitam desenvolver estratégias para potencializar as chances de ingresso. Por exemplo, o percentual de estudantes que cursaram o ensino fundamental somente ou a maior parte em escola particular foi alto ao longo de 2013 e 2017, o crescimento do percentual de estudantes que fizeram o ensino médio em escolas públicas não foi acompanhado pelos dados do ensino fundamental. Será que os estudantes passaram a adotar como estratégia de ingresso a migração da escola privada para a escola pública quando iniciam o ensino médio como forma de serem contemplados pela Lei de Cotas? Ou seria o acirramento da crise econômica que teria incrementado ainda mais essa migração da escola privada para a escola pública?

A história familiar dos estudantes selecionados à UFF/Niterói contribui para compreender a dinâmica que viabiliza/potencializa as chances do ingresso ao ensino superior. O QSE/ENEM contava com três variáveis que permitiram pensar na estrutura familiar do estudante: renda familiar, escolaridade dos pais e ocupação profissional dos pais. Mais de 70% dos pais e mães dos estudantes haviam cursado o ensino médio ou o ensino superior, a exceção, mais uma vez ficou por conta dos anos de 2011 e 2012, quando se encontrou o menor percentual de pais e mães com graduação, e os maiores percentuais de pais e mães com ensino fundamental. Entre 2016 e 2018, o questionário também coletou informações sobre a ocupação dos pais e identificou que as profissões mais frequentes são as do grupo 4, que incluíam atividades que exigissem, em sua maioria, algum grau de formação, seja em nível médio ou superior – professor (a), técnico (a) enfermagem, contabilidade, gerente, mestre de obras etc..

Curioso observar que, embora, as mães apresentem percentuais mais altos de escolaridade, com uma média maior de mães com ensino superior e pós-graduação, são os pais que possuem maior representação do grupo 5 de ocupação profissional, no qual as profissões que exigem cursos de graduação estão incluídas – médico, engenheiro, dentista, advogado, delegado, professor universitário etc.. Para o grupo de mães, a segunda maior representação de

atividade profissional estava no agrupamento 2, que incluíam atividades de serviço que não exigiriam alta escolaridade, como diarista, babá, faxineira de empresas e prédio, porteira, caixa, atendente de loja. Percebe-se aqui uma importante marcação de gênero na colocação profissional de pais e mães.

Quanto à renda familiar dos estudantes ingressantes à UFF, os dados contrariam o discurso comum de que a Universidade era ocupada principalmente pelas classes mais ricas, a faixa de renda familiar mais frequente era a de 3 a 10 salários mínimos, a segunda mais representada era a de 1 a 3 salários mínimos. Em 2018, 59% dos calouros possuíam renda familiar bruta até 5 salários mínimos. Entre 2013 e 2018, observou-se um declínio percentual daqueles que possuíam rendas superiores a 3 salários mínimos e ampliação daqueles com rendas entre 1 e 3 salários mínimo. Em 2011 e 2012, os estudantes possuíam as menores rendas familiares brutas: aproximadamente 71% dos estudantes apresentavam renda familiar bruta até 6 salários mínimos em 2011 e aproximadamente 66% até 5 salários mínimos em 2012. Notoriamente, vemos uma ampliação do acesso das classes populares à UFF/Niterói no período de investigação. Segundo Oliveira (2019), as políticas sociais desenvolvidas nos anos 2000, contribuíram para que as famílias destas classes, com algumas necessidades básicas atendidas, pudessem vislumbrar à educação superior como possibilidade, e, sobretudo, “custear” o ingresso de algum dos seus membros à universidade. Nas palavras da autora,

[...] os anos 2000 mudaram as aspirações da sociedade brasileira ao promover uma melhora em diversos indicadores. Isso leva a uma mudança do comportamento das famílias também quanto à ES: para muitos, antes esta era vista como algo distante e impossível de alcançar, mas passam a perceber que aquele espaço visto como reservado à classe média ou aos mais ricos, podia se tornar acessível. E, com o acesso à ES, vem o sonho da mobilidade social. [...]
Junto às políticas específicas para a ES, portanto, é preciso considerar o papel complementar – porém fundamental - que muitas outras políticas tiveram no mercado de trabalho e na melhoria dos índices sociais (além do crescimento econômico) para garantir que as famílias pudessem manter alguns de seus integrantes na ES. (OLIVEIRA, 2019).

Porém, a desaceleração econômica e a crise que se instaurou no Brasil a partir de 2015, também poderiam ter contribuído para a queda do poder aquisitivo da população de uma maneira geral, e, conseqüentemente, das famílias dos ingressantes da educação superior. Todavia, os efeitos das políticas sociais anteriores ainda contribuíam para que a aspiração ao ensino superior pudesse ser um importante instrumento de mobilidade social, e continuar, trazendo as famílias das classes populares para dentro da universidade.

A importância da família para o ingresso à Universidade pública como elemento relevante pode ser percebido, por exemplo, no fato de 80% dos jovens ingressantes à

UFF/Niterói não trabalhem, ou seja, eles contavam com o apoio da família para prover o ingresso e a permanência na universidade. Somente os cursos de funcionamento noturno possuíam percentuais significativos de estudantes que trabalhavam no momento de ingresso à UFF/Niterói, o que ratifica a importância dada pelo REUNI para a ampliação da oferta de vagas no turno noturno, facilitando a inclusão dos estudantes trabalhadores e das classes populares. Os anos de 2011 e 2012, também, se apresentaram receptivos ao ingresso de estudantes trabalhadores, 41% dos calouros de 2011 e 44% de 2012 afirmaram que exerciam atividade remunerada no ano de seleção. Em alguns cursos mais de 50% dos ingressantes nos anos de 2011 e 2012, afirmaram trabalhar – 68% dos calouros do curso de Ciências Contábeis, por exemplo, trabalhavam.

Os resultados coletados nos questionários socioeconômicos do ENEM para desenhar o retrato dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2011 e 2018 apresentaram algumas tendências. A primeira delas foi que os dois primeiros anos de adoção do SISU como processo seletivo à UFF apresentou um perfil de ingressante diferente do restante do período: ingressaram mais alunos pretos, de escolas públicas, trabalhadores, casados, com rendas familiares menores, filhos de pais com ensino fundamental. Em 2013, ano que o SISU se tornou único processo seletivo à instituição, tal tendência de democratização não se confirmou, ao contrário, este ano representou o ápice do ingresso de estudantes brancos, oriundos de escolas privadas, foi quando os pais e mães possuíam a maior escolaridade e as maiores rendas familiares brutas. Ao passo que os anos foram passando, houve uma redução do ingresso de estudantes brancos, oriundos de escolas privadas, diminuição da renda familiar bruta. Porém, a maioria das variáveis não alcançou os mesmos resultados do período de transição do vestibular para o SISU.

O que aconteceu ao longo desses 8 anos que justificaria as alterações percebidas no perfil dos ingressantes à UFF/Niterói? Em 2011 e 2012, o SISU ainda não era o principal processo seletivo às vagas da UFF e a Lei de Cotas ainda não havia sido implementada. Como política de ação afirmativa, a instituição adotava o bônus de acréscimo a nota final dos candidatos que tivessem estudado integralmente em escolas públicas – 10% em 2011 e 20% em 2012. Em 2013, tal política de ação afirmativa própria deixou de ser adotada pela UFF, que passou a reservar 12,5% das vagas aos estudantes oriundos de escolas públicas, conforme previsto na Lei de Cotas, ao mesmo tempo em que o SISU passou a ser o único processo de seleção à instituição. O impacto destas duas alterações não parece ter sido tão positivo do ponto de vista da democratização. Somente em 2016, com a reserva de 50% das vagas aos estudantes

oriundos de escolas públicas, que eles passaram a representar a maioria do corpo de calouros da UFF/Niterói, assim como houve diminuição do percentual de ingressantes brancos.

Em resumo, em 2018, o retrato socioeconômico dos ingressantes à UFF/Niterói era mais democrático do que o quadro apresentado em 2013, ano em que o SISU tornou-se único processo seletivo, fruto da adesão a reserva de cotas aos estudantes oriundos de escolas públicas, porém não superou o perfil dos calouros de 2011 e 2012 que ingressaram pelo SISU. Entretanto, em que medida esse retrato acompanha o perfil dos estudantes que ingressaram pelo vestibular no período anterior?

3.4 O perfil do ingressante à UFF/Niterói via vestibular e SISU: continuidades e transformações

No recorte temporal definido para a presente pesquisa, a seleção de novos alunos aos cursos de graduação da UFF ocorreu por meio de dois mecanismos distintos: o vestibular e o SISU. O vestibular recebia muitas críticas por seu caráter conteudista e classificatório. Em 2010, o MEC instituiu um Sistema de Seleção Unificada (SISU) às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, com o propósito de promover uma seleção mais democrática, na medida em que os estudantes teriam mais igualdades de oportunidades ao concorrerem às vagas ofertadas em todo território nacional. Entretanto, mesmo o novo formato de seleção não foi suficiente para diminuir a disputa acirrada às vagas ofertadas, pelo menos nas instituições públicas, uma vez que a educação superior no Brasil ainda não teve o seu acesso massificado ou universalizado, apesar da expansão após o Reuni.

Outro ponto muito aclamado do SISU era o fato dele possibilitar aos candidatos a concorrência a vagas afastadas do seu local de residência, participando de um único processo seletivo nacional, o que otimizaria a ocupação das vagas de IFES afastadas dos grandes centros urbanos e aumentaria a mobilidade territorial dos estudantes. De fato, a participação em muitos processos seletivos em diferentes regiões do Brasil era algo inviável para a maioria dos estudantes tanto por sua logística, quanto pelo seu custo. Assim, o vestibular em seu bojo não favorecia a mobilidade territorial. No período investigado, mais de 92% dos alunos que ingressaram à UFF/Niterói pelo vestibular eram residentes do próprio estado do Rio de Janeiro, por exemplo. A grande maioria deles residia na própria cidade de Niterói (25%), ou em

municípios adjacentes como o Rio de Janeiro (36,4%) e São Gonçalo (13,6%). Ou seja, poucos estudantes migravam para cursar a graduação na instituição.

Com o SISU, os residentes no próprio estado do Rio de Janeiro permaneceram sendo a maioria dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói, porém, nos três primeiros anos de adesão ao sistema – 2011, 2012 e 2013 – houve uma pequena redução do percentual de ingressantes residentes no estado, passou a ser de aproximadamente 88%. Todavia, em seguida, este percentual de estudantes residentes no próprio estado do Rio de Janeiro voltou a crescer: 91% dos calouros em 2014; 91,3% em 2015; 93,2% em 2016; 93,4% em 2017; 95,4% em 2018.

Os anos de 2011 e 2012 foram um período de transição entre o vestibular e o SISU na UFF; em 2013, pela primeira vez, o SISU foi a única seleção às vagas aos cursos de graduação da instituição. Talvez, a promessa de mobilidade territorial do SISU tenha contribuído para incentivar, inicialmente, a migração dos estudantes, porém, ainda assim, o aumento percentual de calouros advindos de outros estados não foi tão extenso no caso da UFF/Niterói. Em 2014, quando o SISU já havia se consolidado, o entusiasmo inicial não se confirmou, já que os percentuais dessa variável voltaram a apresentar resultados muito semelhantes ao vestibular. Mais do que isso: os percentuais de estudantes oriundos de outros estados na UFF/Niterói passaram a diminuir conforme os anos avançaram. Em 2018, apenas 4,6% dos estudantes ingressantes eram provenientes de fora do estado do Rio de Janeiro.

O próprio projeto de expansão do ensino superior poderia justificar a diminuição da migração dos estudantes, afinal, a criação de novas IFES, os novos *campi* avançados, a ampliação das vagas em unidades descentralizadas contribuiriam para que eles pudessem permanecer em seus locais de origem e, mesmo assim, ingressarem ao ensino superior. Afinal, se em 2002, existiam 195 instituições públicas de ensino superior, em 2017, já eram 296 (INEP, 2019), sem citar a grandiosa expansão do setor privado. Em resumo, com a ampliação da oferta de vagas, os alunos teriam a possibilidade de ingressarem ao ensino superior sem a necessidade de migração.

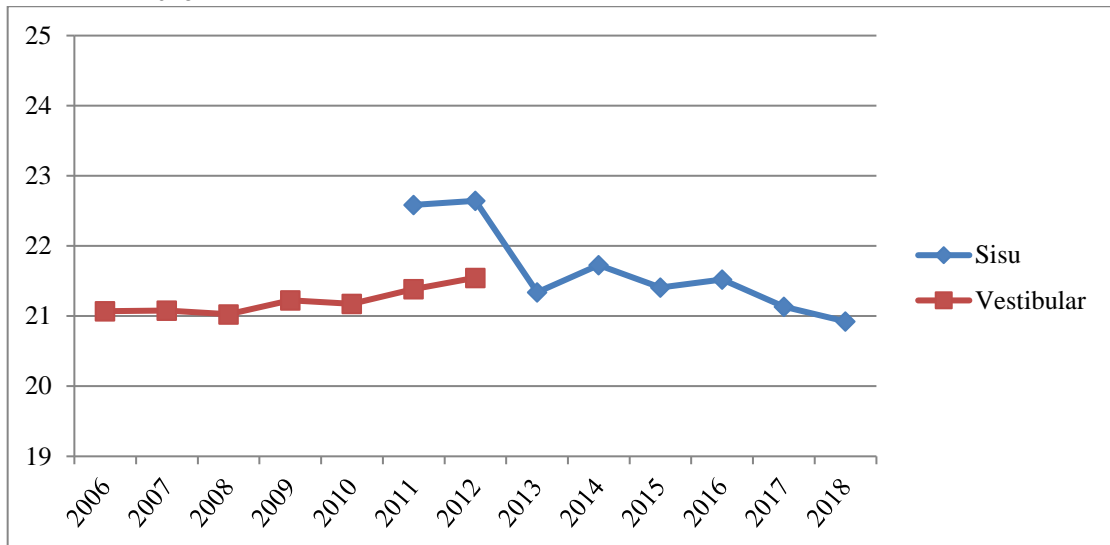
Outro fator que pode ter contribuído para que a mobilidade territorial dos estudantes não se concretizasse foi a própria crise econômica. Os custos econômicos de uma mudança de residência para cursar uma graduação não poderiam ser arcados pela família dos estudantes diante do cenário de recessão que o país passou a enfrentar. E o Estado, por sua vez, não foi capaz de promover políticas públicas de permanência no ensino superior que viabilizassem os custos econômicos e sociais dessa mobilidade territorial. Ao contrário, desde 2015, as políticas de ajuste fiscal para enfrentamento da crise foram reduzindo o orçamento para o ensino superior público, com diminuição dos recursos para os programas de assistência estudantil e corte de

bolsas ofertadas (DWECK et al., 2018). Ou seja, com o empobrecimento da população e a falta de suporte financeiro do Estado, a mobilidade territorial dos estudantes das IFES tornou-se uma frustração.

Para além da promessa de aumento da mobilidade territorial dos estudantes no ensino superior, cabe perguntar em que medida a adoção de um processo seletivo nacional unificado contribuiu para o processo de democratização do acesso ao ensino superior? Como visto no capítulo 2, o funcionamento do SISU trouxe alterações importantes para a seleção às IFES: isenção de taxas de inscrição para muitos estudantes, possibilidade de participar do processo seletivo de diferentes instituições simultaneamente e, até mesmo, tornou possível que os estudantes desenvolvessem estratégias para potencializar o seu ingresso. Ao mesmo tempo, acirrou a concorrência às IFES, já que o número de vagas continuou sendo insuficiente para todos os pleiteantes. Na realidade da sociedade brasileira, de profundas desigualdades sociais e econômicas, o aumento da concorrência para o ingresso às instituições federais de ensino superior favoreceria o acesso da classe trabalhadora e dos grupos minoritários? A presente pesquisa teve origem na hipótese de que o aumento de concorrência aos cursos de graduação da UFF, provocado pela sua adesão ao SISU, teria interrompido a tendência de democratização do perfil dos calouros da instituição. O perfil dos ingressantes à UFF/Niterói pelo vestibular e pelo SISU traçado nas seções anteriores indicaram que múltiplos fatores interferiram no retrato socioeconômico dos estudantes da instituição, não sendo exclusividade do novo formato de seleção as alterações e permanências percebidas ao longo dos anos.

Entre 2006 e 2018, o ingresso à UFF/Niterói permaneceu sendo prioritariamente de jovens. Conforme pode ser observado no gráfico 17, a média de idade dos calouros ao longo do período não sofreu alterações significativas, girando em torno de 21 anos, com exceção dos anos de 2011 e 2012, quando os ingressantes pelo SISU possuíam uma média de idade ligeiramente superior, ao redor de 22,5 anos. Os dados apontaram que, no SISU, tanto a média de idade dos ingressantes era um pouco superior (gráfico 17), quanto os percentuais de ingressantes entre 16 e 24 anos eram ligeiramente inferiores aos do vestibular (tabelas 7 e 20). Após um período de acomodação, o ingresso voltou a ser de estudantes cada vez mais jovens, se aproximando aos valores do vestibular. Em 2018, o percentual de estudantes entre 16 e 24 anos foi de 90,2%.

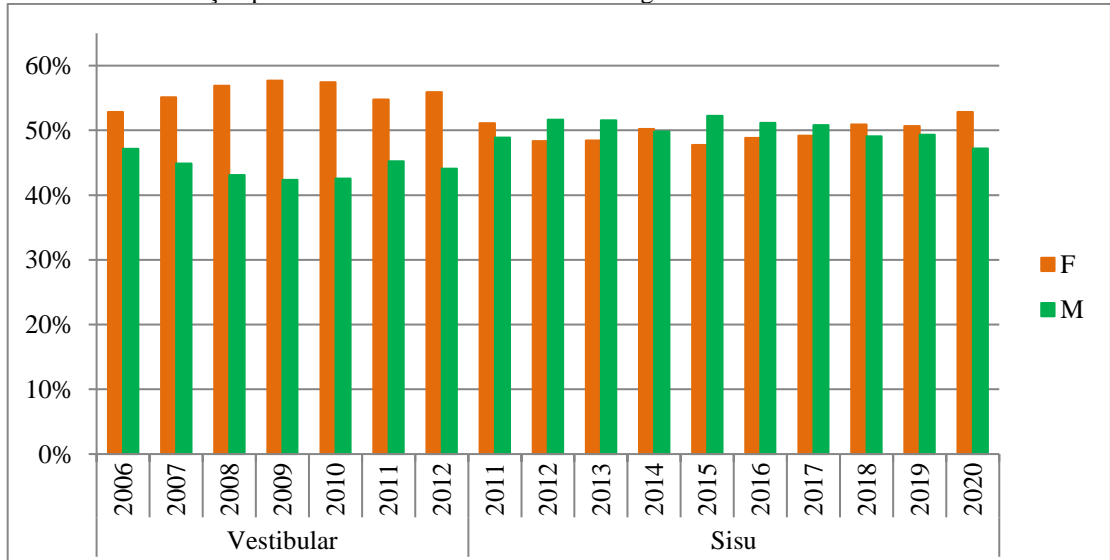
Gráfico 17 - Evolução da média de idade dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

Diferentemente da variável de idade que não apresentou uma alteração significativa ao longo dos treze anos de investigação e diferenças significativas entre a seleção pelo vestibular e SISU, a variável de sexo exibiu resultados diferenciados nos períodos de cada tipo de seleção. Durante o vestibular, o percentual de mulheres ingressantes à UFF/Niterói era superior aos dos homens, chegando a apresentar uma diferença percentual maior do que 10% em alguns anos. Porém, quando o SISU tornou-se o único processo seletivo à instituição, esta diferença percentual entre ingressantes do sexo masculino e feminino diminuiu, com um maior equilíbrio percentual entre os dois grupos, tornando-se os homens a maioria dos ingressantes em 2015, 2016 e 2017 (gráfico 18).

Gráfico 18 - Evolução percentual do sexo dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



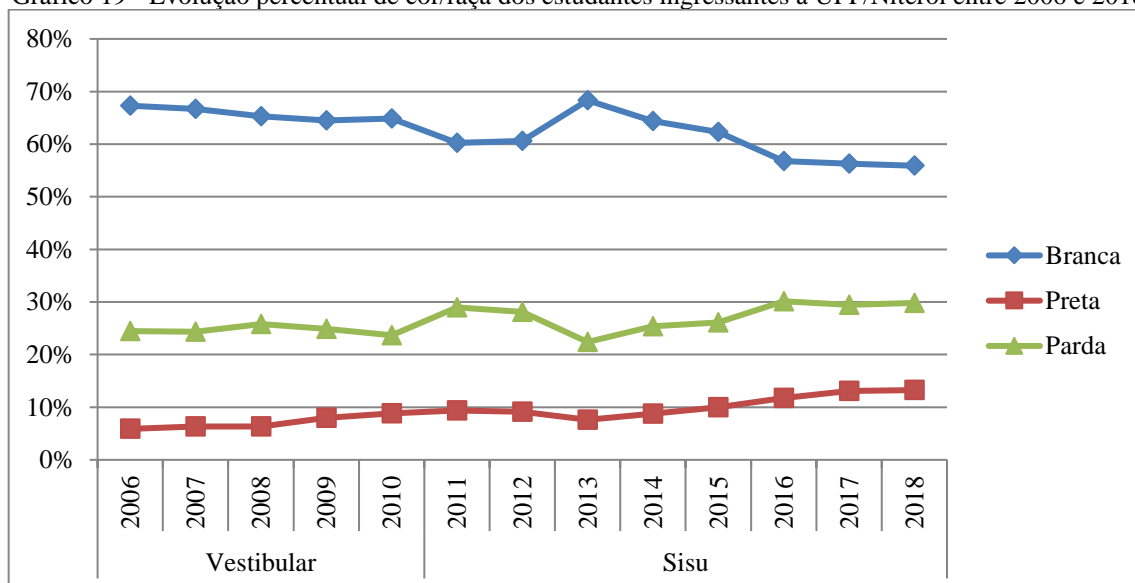
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

No período do vestibular (2006 a 2012) ingressaram 3.248 mulheres a mais do que os homens. No SISU (2011 a 2018), ingressaram 541 homens a mais que as mulheres. Ou seja, no vestibular, o grupo de calouros da UFF/Niterói era prioritariamente feminino seguindo a tendência que as pesquisas demonstram para o ensino superior, por outro lado, no período do SISU estes percentuais foram alterados, com o ingresso mais equilibrado entre homens e mulheres. Por que o percentual de mulheres diminuiu a partir do momento que a UFF aderiu ao SISU? Uma hipótese seria a maior disponibilidade dos homens migrarem entre estados para realizar um curso de graduação. Porém, como vimos, os dados coletados não confirmaram um grande aumento da mobilidade territorial dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói.

Outra explicação possível estaria na própria alteração da dinâmica do processo seletivo do SISU, que permitiu os estudantes mudarem suas opções iniciais de curso e instituições após a divulgação da nota de corte, estratégia que não era possível com o processo seletivo do vestibular. Assim, os homens, diante dessa possibilidade, estariam optando por cursos que recebiam prioritariamente o público feminino na época do vestibular, aumentando o percentual de estudantes de sexo masculino nestes cursos, e, conseqüentemente, alterando os índices gerais. No próximo capítulo, essa explicação poderá ser avaliada ao analisar o curso de Pedagogia.

Outra variável que apresentou modificações ao longo dos treze anos de investigação foi cor/raça dos estudantes. A maioria dos ingressantes à UFF/Niterói pelo vestibular era constituída por pessoas brancas, com percentuais acima de 64%, ao longo de 2006 a 2010. Neste período, houve uma pequena queda no percentual de pessoas brancas e, em contrapartida, um pequeno crescimento do percentual de ingressantes pretos. A tendência de queda do percentual de pessoas brancas permaneceu ao longo de todo o vestibular e, também, durante o SISU, com exceção do ano de 2013, quando aconteceu o ápice de ingresso de estudantes brancos. Porém, à medida que os anos avançaram, este percentual continuou a diminuir, alcançando 55,7% em 2018.

Gráfico 19 - Evolução percentual de cor/raça dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Observando o gráfico 19, não foi possível identificar um impacto significativo no ingresso de pardos e pretos a partir do SISU, ao contrário, em 2013, quando se tornou o único processo seletivo à UFF, os ingressantes à UFF/Niterói da cor branca representavam 68% dos calouros, o maior índice nos treze anos de investigação. Somente, a partir de 2014, o percentual de ingressantes brancos voltou a reduzir. Esta queda percentual parece ter acompanhado a implementação da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que reservou um percentual das vagas aos estudantes oriundos da escola pública, levando-se em consideração, também, a renda per capita e a questão étnico-racial. Esta lei foi colocada em prática de maneira gradual na UFF, reservando 12,5% das vagas em 2013; 25% em 2014; 37,5% em 2015 e 50% em 2016. À medida que este percentual foi sendo ampliado, o número de ingressantes brancos foi diminuindo. A alteração percentual mais significativa ocorreu entre 2015 e 2016, com diminuição percentual de aproximadamente 5%. Em 2016, 50% das vagas da UFF eram reservadas aos grupos definidos em lei, e, pela primeira vez o percentual de brancos da UFF/Niterói ficou abaixo de 60%.

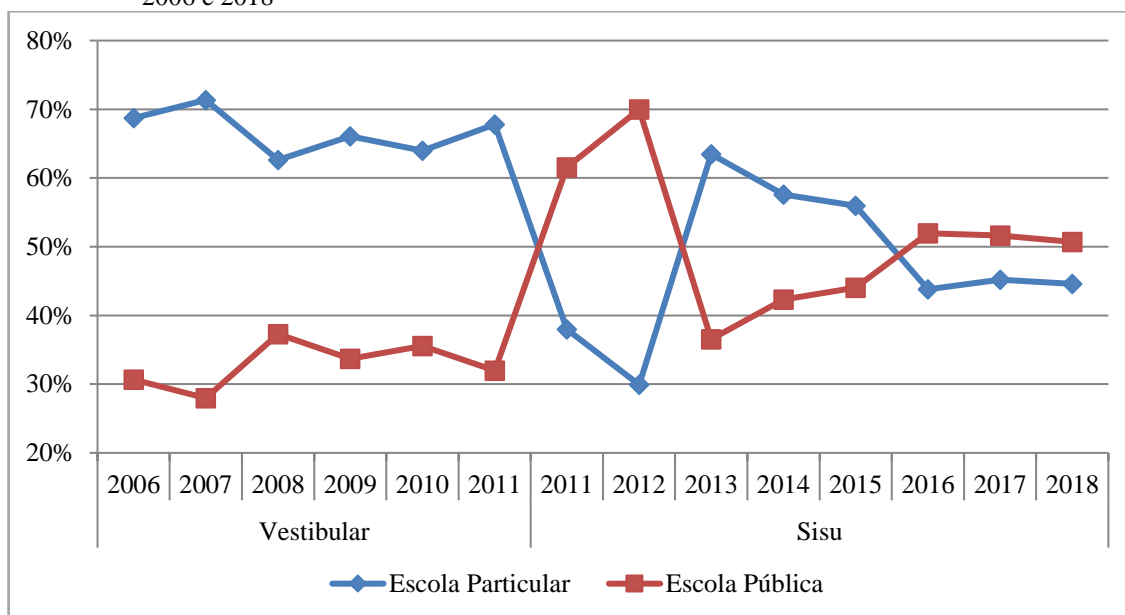
O percentual de ingressantes pretos aumentou progressivamente ao longo dos 13 anos de investigação, com 7,7 pontos percentuais de crescimento entre 2006 e 2018. No período do vestibular, este índice era entre 5,7% e 8,6% e só apresentou uma ligeira queda, para 7,7%, em 2013, primeiro ano que todas as vagas aos cursos de graduação da UFF foram ofertadas pelo SISU. Nos anos seguintes do SISU, o percentual de ingressantes pretos permaneceu em ascendência, alcançando 13,5% em 2018. Em 2006, ingressaram 185 pessoas pretas à UFF/Niterói, em 2018, foram 724.

O grupo de pessoas pardas também apresentou crescimento percentual entre 2006 e 2018, de 24,6% para 30%, de 790 pessoas para 1.628. Assim, a UFF/Niterói pouco a pouco foi tendo a cor do seu corpo de calouros alterada e cada vez mais próxima ao perfil geral da sociedade brasileira. Segundo dados da PNAD, “Em 2016, a população branca representava 44,2% da população residente, ao passo que 8,2% era preta, e 46,7%, parda. (...) Na Região Sudeste, (...), 52,2% da população era branca; 37,6%, parda; e 9,0%, preta.” (IBGE, 2017, p.3). Assim, apenas o grupo de pardos, ainda, era subrepresentado na instituição.

No período do vestibular, o retrato de cor/raça dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói se distanciava um pouco mais da sociedade. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, 55,2% da população da região sudeste era branca, 35,8% era parda e 7,9% era preta (IBGE, 2012). Isto é, em 2010, os índices de brancos e pardos da instituição eram mais distantes do perfil geral da sociedade da região sudeste. Contudo, as políticas públicas para a democratização do acesso ao ensino superior parecem ter contribuído, sobremaneira, para alterar este cenário, seja a partir da expansão da oferta de vagas, ou de políticas de ação afirmativas, como a política de bônus à nota da própria UFF e a reserva de vagas prevista na Lei 12.711/2012.

Tais políticas também impactaram o ingresso daqueles que estudaram o ensino médio em escolas públicas. Conforme demonstrado no gráfico 20, durante todo o período do vestibular, a maioria dos ingressantes havia cursado o ensino médio em escolas particulares, chegando a representar a impressionante marca de 71% dos calouros da UFF/Niterói em 2007. O percentual de ingressantes oriundos de escolas públicas, portanto, sempre ficou abaixo de 40% no vestibular. Após a adesão da instituição ao SISU, percebemos que estes índices vão se alterando ao longo dos anos. Em 2011 e 2012, cerca de 25% e 30% das vagas da UFF/Niterói foram ofertadas pelo SISU e, rompendo com a tendência do vestibular, a maioria dos ingressantes nestes dois anos foi de estudantes oriundos de escolas públicas, 62% e 70% respectivamente. No entanto, esta tendência não se manteve em 2013, 2014 e 2015, quando a maioria dos estudantes voltou a ser oriundo de escolas particulares, 63,5%, 57,8% e 55,97%, respectivamente. Somente em 2016, a maioria dos ingressantes à UFF/Niterói passou a ser proveniente de escolas públicas de ensino médio.

Gráfico 20 - Evolução percentual da escola de origem dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

A evolução do tipo de escola que os estudantes cursaram o ensino médio sugere uma forte influência das políticas de ações afirmativas na ampliação do acesso dos estudantes de escolas públicas. Em 2008, com a política de bônus de 10% à nota daqueles que tivessem estudado o ensino médio em escolas públicas, houve um aumento de 10 pontos percentuais na representação deste grupo na UFF/Niterói, porém a adoção da política de bônus à nota não foi suficiente para impulsionar o crescimento deste percentual nos anos seguintes do vestibular.

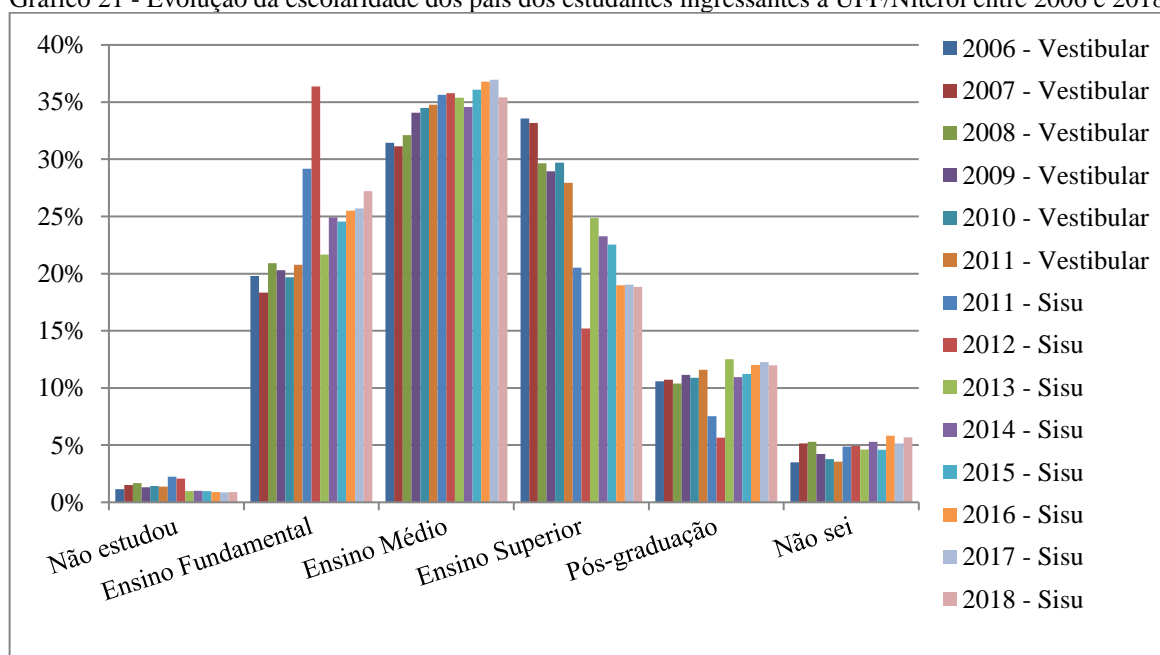
Nos primeiros anos do SISU (2011 e 2012), os ingressantes provenientes de escolas públicas alcançaram os maiores percentuais registrados em todo período da pesquisa 61,6% e 70% respectivamente. Neste período de transição entre o vestibular e o SISU (2011 e 2012), a UFF permaneceu adotando a política de bônus com acréscimos de 10%, em 2011, e 20%, em 2012, às notas dos estudantes que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas, fato que poderia justificar os resultados encontrados. Contudo, o bônus à nota não impulsionou na mesma proporção o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas pelo vestibular em 2011.

A partir de 2013, a política de bônus à nota foi substituída pela lei federal 12.711/2012 que reservava um percentual das vagas aos estudantes de escolas públicas, dentre outros critérios. À medida que o percentual de vagas reservadas pela Lei de Cotas crescia, também, aumentava o percentual de estudantes ingressantes provenientes de escolas públicas, em 2016, quando 50% das vagas foram reservadas, os estudantes oriundos de escolas públicas passaram a representar a maioria do grupo de calouros. Aparentemente, a alteração do tipo de escola que

os estudantes cursaram o ensino médio foi influenciada pela implementação da Lei de Cotas e não pela adesão ao SISU como único processo seletivo, mesmo que os percentuais de estudantes de escolas públicas durante o SISU sejam maiores do que no período do vestibular.

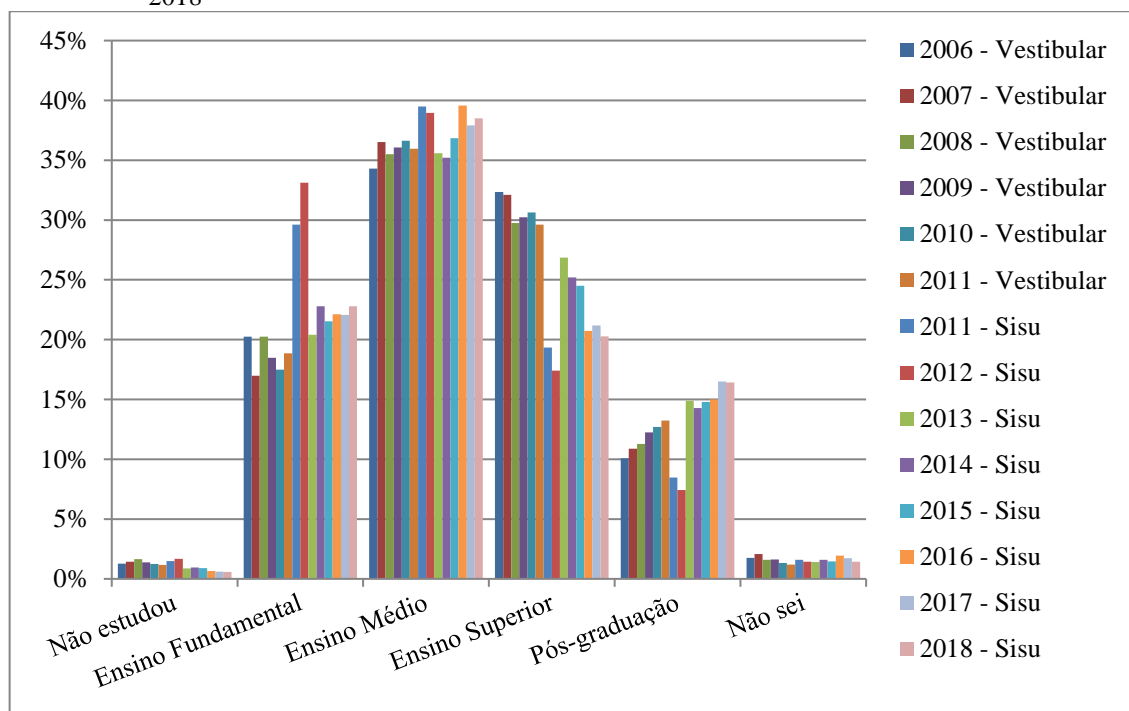
A escolaridade das mães e pais dos calouros da UFF/Niterói também sofreu mudanças ao longo do período investigado. Em 2006, aproximadamente 53% do grupo de pais tinham estudado somente até o ensino médio, enquanto, em 2018, este percentual subiu para 63,5%. Em relação às mães dos ingressantes, o movimento foi o mesmo, em 2006, 56% delas só tinha estudado até o ensino médio e, em 2018, 62%. Nos gráficos 21 e 22, percebe-se uma transformação na escolaridade dos pais ao longo dos anos, com percentuais cada vez menores de pais e mães com ensino superior ou pós-graduação. Em resumo, no período do vestibular, o percentual de pais e mães com ensino superior ou pós-graduação era maior do que durante o SISU. Todavia, não foi possível perceber uma alteração significativa na evolução dos dados quando o SISU foi adotado como única forma de seleção à UFF. Ao contrário, a tendência de redução da escolaridade de mães e pais dos estudantes parece ter continuidade entre os dois períodos de análise – vestibular e o SISU, com exceção dos anos de 2011 e 2012. Em 2011 e 2012, o percentual de mães e pais com ensino fundamental foi o maior de todo o período de análise. Aparentemente, a ampliação do acesso de estudantes com mães e pais que não cursaram o ensino superior acompanhou o processo de expansão da oferta de vagas à instituição, uma vez que foi uma alteração contínua ao longo de todo período de análise.

Gráfico 21 - Evolução da escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

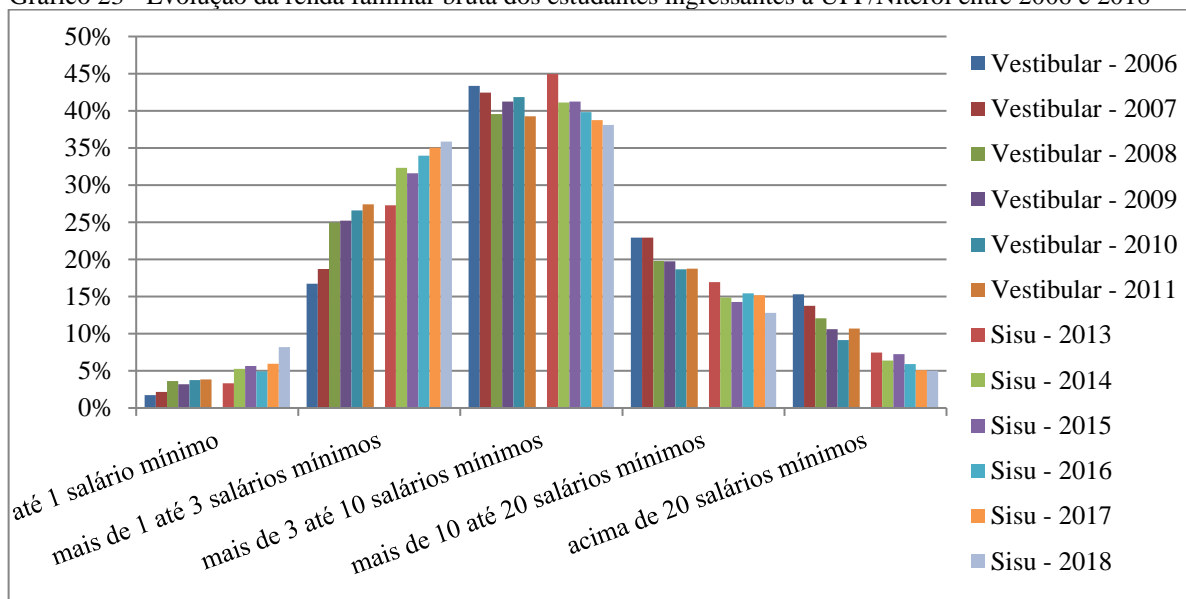
Gráfico 22 - Evolução da escolaridade das mães dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

O processo de expansão e democratização do ingresso ao ensino superior ao que tudo indica, também acarretou alterações no retrato econômico dos calouros da UFF/Niterói entre 2006 e 2018. O gráfico 23 demonstra a alteração do perfil econômico dos estudantes ingressantes ao longo dos treze anos de investigação, quando houve ampliação do ingresso daqueles sujeitos com renda familiares brutas menores que 3 salários mínimos e redução daqueles com rendas superiores a 10 salários mínimos. Isto significa que duas faixas de renda tiveram um movimento ascendente: daquelas famílias que ganhavam até 1 salário mínimo e das que ganhavam entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto as demais faixas de renda familiar apresentaram um movimento decrescente. Sendo a renda familiar mais recorrente a faixa entre 3 e 10 salários mínimos.

Gráfico 23 - Evolução da renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Os dados demonstraram, portanto, uma alteração positiva do perfil dos ingressantes, com o crescente ingresso das camadas mais populares à UFF/Niterói. Desde 2014, por exemplo, a renda familiar bruta da maioria dos calouros da instituição era de até 5 salários mínimos, representando 54% dos ingressantes (tabela 33). Os estudantes com renda familiar bruta acima de 10 salários mínimos nunca representaram a maioria dos calouros da instituição, nem mesmo à época do vestibular, além disso, a representação deste grupo decresceu ao longo dos anos. Em 2006, eles correspondiam a 35% dos ingressantes, em 2018, este percentual caiu para 14,2%. Em contrapartida, o crescimento daqueles com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos cresceu em 20 pontos percentuais, saiu de 19% para 39%.

Portanto, os ingressantes à UFF/Niterói via vestibular declaravam renda familiar maior do que os estudantes selecionados pelo SISU. Porém, o movimento de ampliação do acesso dos estudantes com renda mais baixas e declínio dos estudantes com rendas muito altas foi iniciado já no período do vestibular, se consolidando no SISU. Estes dados contrariam o discurso comum em que a universidade pública é ocupada principalmente pelas classes mais ricas. Segundo Oliveira (2019), as políticas sociais desenvolvidas nos anos 2000, contribuíram para que as famílias destas classes populares, com algumas necessidades básicas atendidas, pudessem vislumbrar a educação superior como possibilidade, e, sobretudo, “custear” o ingresso de algum dos seus membros à universidade.

A evolução da variável renda familiar entre 2006 e 2018 não permitiu isolar o efeito de apenas uma política pública na ampliação do acesso das classes populares. Ao longo dos treze anos de investigação, houve a adoção de uma política própria de ação afirmativa da UFF entre

2008 e 2012, e uma progressiva reserva de vagas aos estudantes de escola pública seguindo as determinações da Lei de Cotas a partir de 2013, além da adesão do SISU como processo seletivo, de forma parcial em 2011 e 2012 e integralmente a partir de 2013. Os resultados não revelaram uma alteração numericamente significativa nos anos de implementação de cada uma destas políticas que justificasse a alteração do perfil econômico dos calouros da UFF/Niterói, mas, talvez, o próprio processo de massificação do acesso ao ensino superior em curso desde 2003, articulado ao discurso de democratização (GOMES; MORAES, 2012), tenha contribuído para ampliação do acesso às camadas populares.

Cabe uma ressalva para os anos de 2011 e 2012, conforme pode ser observado nos gráficos 24 e 25, 72% dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU declaravam ter renda familiar bruta até 6 salários mínimos em 2011, e, em 2012, 66% possuíam renda até 5 salários mínimos. Demonstrando uma grande diferença no perfil econômico dos ingressantes via vestibular e SISU, afinal, quase 40% dos estudantes tinham como renda familiar bruta até 2 ou 3 salários mínimos.

Gráfico 24 - Percentual por faixa de renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói em 2011

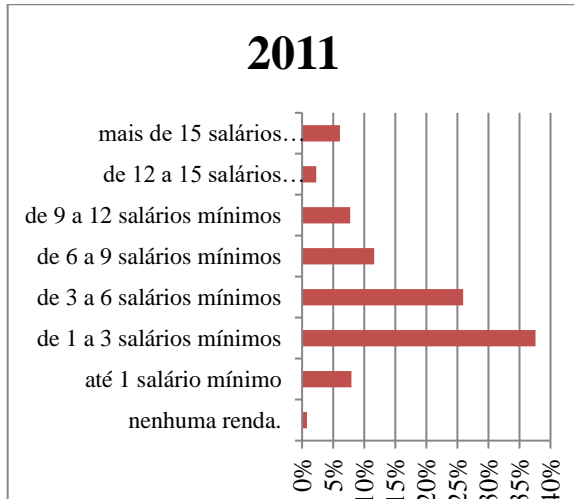
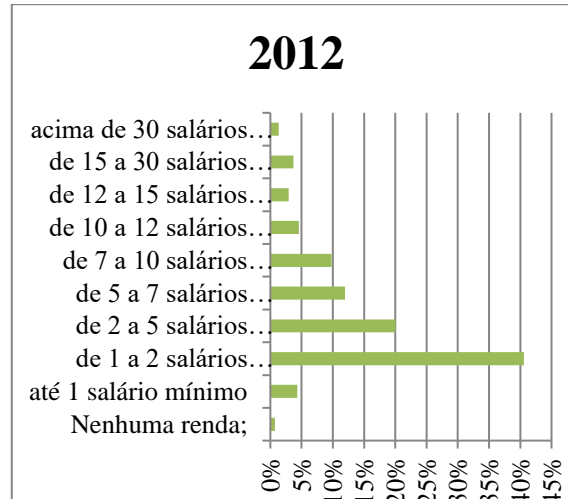


Gráfico 25 - Percentual por faixa de renda familiar bruta dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói em 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

A renda familiar bruta não foi a única característica dos ingressantes à UFF/Niterói pelo SISU que destoaram do retrato socioeconômico dos calouros do vestibular; escolaridade dos pais, escola de origem dos estudantes, média de idade, também, apresentaram resultados que indicavam um perfil muito mais democrático em 2011 e 2012, o que poderia induzir a interpretação que o SISU contribuiu para uma alteração positiva do perfil dos ingressantes à instituição. Contudo, os anos seguintes, quando o SISU se tornou único processo seletivo às

vagas da instituição, essa tendência não se confirmou. Em 2011 e 2012, ocorreram dois processos seletivos simultâneos, o SISU selecionou aproximadamente 25% dos ingressantes à UFF/Niterói em 2011, e 29% em 2012, sendo a maioria dos ingressantes selecionada pelo vestibular. O que teria acontecido para um perfil tão diferenciado de ingressantes pelo SISU em 2011 e 2012? Nos referidos anos, os dois processos adotavam igualmente a política de ação afirmativa da própria UFF que concedia bônus à nota dos estudantes. A única diferença era que o SISU ainda não tinha se consolidado como processo seletivo das IFES, nem da UFF, sendo o vestibular reconhecido como o principal mecanismo de ingresso. Ainda assim, é difícil afirmar que isto alteraria tão profundamente o perfil dos calouros da UFF/Niterói. Embora, não seja possível encontrar respostas que expliquem o fenômeno por completo, julgou-se relevante destacar o quadro tão diferenciado de 2011 e 2012 e compará-lo aos anos posteriores, demonstrando a relevância do recorte extenso da pesquisa. Afinal, se apenas os dois anos iniciais de adesão ao SISU pela UFF fossem considerados para avaliar as repercussões do novo modelo de seleção no processo de democratização do acesso à instituição, os resultados suscitariam uma leitura equivocada da política.

Ainda assim, de forma geral, o retrato socioeconômico dos ingressantes à UFF/Niterói modificou-se ao longo do SISU, passaram a ingressar mais pretos e pardos, mais estudantes oriundos das escolas públicas, com percentuais maiores de mães e pais que cursaram somente até o ensino médio, e com rendas familiares brutas menores. No entanto, muitas dessas mudanças foram iniciadas já no período do vestibular, não sendo possível vinculá-las somente ao SISU. Além disso, outras políticas também foram implementadas ao longo do período de análise e contribuíram para o desenho de um novo retrato socioeconômico dos ingressantes à UFF/Niterói, como a Lei de cotas.

3.5 Síntese do perfil do ingressante à UFF/Niterói entre 2006 e 2018

O perfil de ingressantes à UFF/Niterói por dois processos seletivos distintos foi apresentado ao longo do capítulo 3. Entre 2006 e 2012, o vestibular foi a principal forma de seleção aos cursos de graduação da instituição e, entre 2011 e 2018, a universidade passou a adotar o SISU como mecanismo de acesso. No Questionário Sociocultural do vestibular e no Questionário Socioeconômico do ENEM, foram selecionadas algumas questões que possibilitaram desenhar o retrato socioeconômico dos calouros da instituição a partir das

seguintes variáveis: idade, sexo, cor/raça, escola de origem, escolaridade dos pais, renda familiar e se o estudante exercia alguma atividade remunerada.

O corpo discente de ingressantes à UFF/Niterói via vestibular, entre 2006 e 2011, era constituído por mulheres, brancas, com idade entre 18 e 20 anos, com residência no estado do Rio de Janeiro, egressas de escolas de ensino médio privadas, filhas de pais que cursaram o ensino médio ou o ensino superior/pós-graduação. Ao longo do período do vestibular analisado, houve um aumento percentual e numérico de ingressantes pretos. Quanto às características sócio-econômicas familiares, a maioria dos estudantes residia em imóveis próprios, possuía automóvel e acesso a computador com internet em casa, a renda familiar bruta mais freqüente era a faixa entre 3 e 10 salários mínimos, com um aumento no período daqueles que tinham renda entre 1 e 3 salários mínimos. O estudante ingressante à UFF/Niterói não exercia atividade remunerada e recebia ajuda financeira da família, cujos pais, de forma geral, encontravam-se trabalhando ou dispunham de alguma renda.

Os calouros da UFF/Niterói, via SISU, entre 2013 e 2018⁵⁶ eram majoritariamente jovens de 18 a 20 anos, solteiros, com residência no próprio estado do Rio de Janeiro. No período, havia um equilíbrio entre o ingresso de homens e mulheres, com uma pequena vantagem percentual para os homens. O percentual de pessoas brancas que ingressaram na UFF foi alterado ao longo do período estudado, apresentando um decréscimo, enquanto o percentual de pessoas pardas e pretas aumentou. Na população do estudo, as pessoas com deficiência eram pouco representadas. O percentual de estudantes que cursaram o ensino médio somente em escolas privadas diminuiu ao longo do período investigado, em 2016, aqueles que estudaram somente em escolas públicas tornaram-se a maior parte do grupo de discentes. A renda familiar mais recorrente era a faixa entre 3 e 10 salários mínimos. A maioria dos pais dos estudantes havia cursado o ensino médio ou o ensino superior. De modo geral, os estudantes não exerciam atividades remuneradas no momento do ingresso, isto é, ainda não eram responsáveis pelo próprio sustento.

Os dados coletados demonstraram uma alteração positiva do perfil dos ingressantes, com o crescente ingresso das camadas mais populares à UFF/Niterói. Desde 2014, observa-se que a renda familiar bruta da maioria dos calouros da instituição era de até 5 salários mínimos, com tendência de aumento do percentual dos jovens que declaravam ter esta renda: em 2018,

⁵⁶ Na presente síntese, optou-se por não levar em conta os dados referentes aos ingressantes via SISU em 2011 e 2012, já que correspondem a um universo quantitativo inferior aos demais anos, além de terem apresentado resultados que destoaram do perfil traçado tanto no período do vestibular quanto nos anos posteriores do SISU, não retratando, assim, o perfil geral da instituição.

foram 59% dos ingressantes à UFF. Os resultados encontrados contrariam o discurso comum de que a Universidade pública é ocupada principalmente pelas classes mais ricas. Ao contrário, entre 2006 e 2018, observou-se um declínio percentual daqueles que possuíam rendas muito altas – mais de 10 salários mínimos.

Destaca-se que a Lei de cotas de 2012 é uma política de ação afirmativa que contribuiu para alterar o retrato da UFF/Niterói. Pouco a pouco, a universidade foi recebendo mais jovens oriundos de instituições públicas de ensino médio e mais estudantes negros. Se em 2006, o percentual de estudantes oriundos de escolas privadas era 68,8%, em 2018, este percentual passou a ser de 44,5%, ou seja, eles deixaram de ser a maioria do corpo discente da instituição. O mesmo decréscimo percentual aconteceu com os estudantes que se declaravam branco: em 2006, representavam 67,3% dos ingressantes; em 2018, foram 54,1%. À medida que a reserva de vagas foi se concretizando na UFF, detectou-se uma alteração do perfil dos calouros, com um progressivo aumento dos estudantes negros e dos estudantes oriundos de escolas públicas.

Por outro lado, percebeu-se uma consolidação de algumas características arraigadas à educação superior, sobretudo às instituições públicas, como a intensificação do ingresso de estudantes jovens (com idade entre 18 e 20 anos), solteiros e que não exerciam atividade remunerada. Embora, sejam de famílias com rendas modestas, estes ingressantes demonstraram que dependem social e economicamente de sua rede familiar.

4 O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO PERFIL DOS CALOUROS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E MEDICINA DA UFF ENTRE 2006 E 2018

Em 2013, eu atuava na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF), e integrava um projeto de acompanhamento pedagógico dos calouros do curso de Pedagogia da faculdade, conjuntamente com outros colegas pedagogos. Uma das primeiras ações do projeto⁵⁷ foi aplicar um questionário com o intuito de conhecer os estudantes que seriam acompanhados e, assim, continuar a desenvolver a nossa proposta de trabalho. Com a consolidação das respostas àquele questionário, dois pontos chamaram minha atenção em especial: a grande presença de alunos que havia cursado o ensino médio em escolas particulares e a reduzida idade dos estudantes. Alguns estudantes não só eram egressos de escolas particulares, mas, também, eram oriundos de escolas da cidade do Rio de Janeiro reconhecidas na comunidade escolar por atender a alta classe média da cidade. Tais características divergiam do perfil do aluno de Pedagogia da FEUFF que eu havia observado na minha prática profissional até o momento: estudantes egressos da escola pública, de classes populares e um pouco mais velhos, visto que era comum alguns alunos já atuarem como professores na educação básica. Em conversas informais com os calouros, fui percebendo que a Pedagogia foi a opção possível para garantir o ingresso à universidade pública, muitos deles, inclusive, permaneciam na lista de espera do processo seletivo do SISU para mudar de curso naquele ano.

Desta observação no meu espaço de trabalho, compreendi que o SISU estava promovendo uma alteração no perfil do corpo discente do curso de Pedagogia da FEUFF. Porém, como era possível, naquela conjuntura política de expansão das instituições e vagas ofertadas, de debate sobre a necessidade de ampliação do ingresso das classes populares e grupos minoritários, o novo sistema de seleção às vagas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) alterar o perfil dos calouros do curso no sentido oposto? Assim, emergiu a proposta da presente pesquisa, investigar o perfil dos ingressantes à UFF e apurar se o SISU estava contribuindo para a democratização do acesso à educação superior.

No capítulo anterior, os resultados revelaram que o retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói se alterou ao longo do período da pesquisa. Entre 2006

⁵⁷ Mais informações sobre o projeto desenvolvido podem ser encontradas no texto: MAGALHÃES et al. Apoio Pedagógico e Orientação Acadêmica no Ensino Superior: a contribuição do pedagogo em ações de permanência na Universidade. In: MAGALHÃES et al. (Orgs.). Pedagogos em Cena. 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2019.

e 2018, ao contrário do observado empiricamente no curso de Pedagogia, não houve um processo de elitização do corpo de calouros da instituição, ao contrário, a cada ano, ingressaram mais estudantes negros, oriundos de escolas públicas, com renda familiar bruta entre 1 e 3 salários mínimos, filhos de pais que não cursaram o ensino superior ou pós-graduação, sobretudo no período em que a seleção era o SISU. Ao contrário do discurso usual, as análises da presente pesquisa não demonstraram um impacto positivo isolado do SISU no processo de democratização da instituição, as alterações detectadas parecem ter sido fruto da própria expansão da oferta de vagas e da implementação das políticas de ação afirmativas adotadas – a política de bônus entre 2008 e 2011 e a Lei de cotas a partir de 2013.

Assim sendo, as características dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF observadas em 2013 representavam uma exceção? No capítulo 2, a sistematização das pesquisas sobre a implementação do SISU em diferentes IFES, indicou que uma seleção nacional e as políticas de ação afirmativa provocaram impactos diferentes em cada curso de graduação. Os estudos indicavam que cursos mais concorridos vivenciaram um processo de popularização do seu corpo discente em virtude da Lei de Cotas, enquanto os cursos menos concorridos e, por isso, com um perfil discente mais popular, vivenciaram um processo de elitização em virtude da migração dos estudantes dos cursos de alta demanda, potencializada pelos mecanismos de seleção do SISU.

Assim, a minha percepção inicial continuava a ter sentido, mas seria necessário, agora, testar minha hipótese de pesquisa quanto ao curso de Pedagogia. A adoção pela UFF do SISU interrompeu a tendência de democratização do perfil dos calouros do curso de Pedagogia? Como contraponto à análise do perfil dos calouros do curso de Pedagogia da UFF/Niterói, escolhi analisar um curso de alto prestígio social da instituição – o curso de Medicina. Em contraste ao curso de Pedagogia, Medicina é reconhecida, historicamente, por receber estudantes com um perfil socioeconômico elitizado. Vargas (2010), por exemplo, demonstrou a nítida divisão existente entre os cursos considerados pela autora como imperiais – Medicina, Engenharias e Direito e, no outro extremo, os cursos relacionados às licenciaturas, cujos resultados do perfil socioeconômico dos concluintes entre 2000 e 2003 evidenciaram que os estudantes do curso de Medicina possuíam os maiores percentuais de renda familiares acima de 20 salários mínimos e de pais com ensino superior, caracterizando-se, mesmo dentre os cursos de maior prestígio social, como o mais elitizado de todos. Então, o SISU teria contribuído para popularizar o curso de Medicina?

Recorrendo ao mesmo fio condutor do capítulo 3, apresentarei neste capítulo os dados coletados dos cursos de Pedagogia e Medicina da UFF/Niterói entre 2006 e 2018,

acompanhados de uma análise do perfil dos ingressantes pela seleção do vestibular e do SISU e como este perfil se entrelaça com as diferentes políticas públicas de democratização adotadas pela instituição. Permanecerei avaliando as características demográficas da população dos cursos – sexo, idade e estado de residência, além das variáveis de inclusão propostas por Ristoff (2016): cor/raça, escola de origem, renda familiar bruta, escolaridade dos pais e se os estudantes exerciam algum trabalho remunerado. Algumas variáveis, como estado civil dos estudantes, não foram analisadas no presente capítulo em virtude de não terem sido coletadas nos questionários de ambos os processos seletivos. Por outro lado, a variável que identifica se o estudante tinha alguma deficiência foi analisada mesmo que não contemplasse os dois processos seletivos, em razão da relevância de tal informação para a composição do perfil de estudante.

Assim como no capítulo anterior, as respostas dos estudantes ao Questionário Sociocultural (QSC/vestibular) e ao Questionário Socioeconômico (QSE/ENEM) foram os instrumentos de coleta de dados utilizados para elaboração do retrato socioeconômico dos calouros de Pedagogia e Medicina. Algumas questões do QSE/ENEM, como escola que cursou o ensino médio, renda familiar bruta, escolaridade dos pais dos estudantes e se o estudante exercia alguma atividade remunerada apresentaram opções de respostas diferentes ao longo dos anos, além de serem diferentes das opções de resposta do QSC/vestibular. Com o intuito de garantir uma coesão entre as diferentes bases de dados, as respostas a estas questões dos questionários foram normatizadas para tornar possível a análise comparativa ao longo dos treze anos de investigação.

Cabe lembrar, ainda, que, nos resultados apresentados ao longo deste relatório, as respostas dos alunos ao QSC/vestibular de 2012 não foram contabilizadas em virtude da ausência de descrição das perguntas e campos de respostas dos mesmos. Com isso, apenas a primeira parte da base de dados da COSEAC, com informações sobre sexo, idade e estado de residência dos estudantes puderam ser analisadas para o vestibular de 2012.

Diferentemente do capítulo 3, no presente capítulo, os dados referentes aos dois períodos – vestibular e SISU, serão apresentados conjuntamente para cada curso a fim de descomplicar a exposição da evolução do perfil dos estudantes nos referidos cursos ao longo de 2006 e 2018. A exposição se iniciará com a apresentação do perfil do estudante do curso de Pedagogia da FEUFF, seguida do curso de Medicina e, por último, uma análise comparativa dos dois cursos analisados.

4.1 O perfil do ingressante ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018

O curso de Pedagogia em Niterói foi criado em 1947 no âmbito da Faculdade Fluminense de Filosofia, Ciências e Letras, de iniciativa privada, e, logo em seguida foi incorporado à UFF, estando desde 1968 alocado na Faculdade de Educação. O curso, ao longo de sua história, sempre assumiu o compromisso com a formação de profissionais para a educação básica, com enfoque na escola pública. A articulação entre formação inicial e continuada, também, permeou as diferentes propostas pedagógicas do curso, tendo em vista que seu público era composto tanto por alunos para uma formação inicial no magistério quanto de alunos já professores em plena função.⁵⁸

Durante o período investigado na presente pesquisa, de 2006 a 2018, o quantitativo de novas vagas ofertadas ao curso de graduação de Pedagogia da FEUFF não foi ampliado, ao contrário do intenso crescimento vivenciado de forma geral pela instituição. Assim, entre 2006 e 2018, foram ofertadas em média 160 vagas ao curso de Pedagogia por ano. Na tabela 45, há uma relação com o total de ingressantes ao curso anualmente, percebe-se que não há uma variação significativa dos números apresentados. Ao longo dos treze anos de estudo, o curso de Pedagogia/Niterói recebeu 2.082 estudantes, sendo 1.038 com ingresso pelo vestibular e 1.044 com ingresso pelo SISU, desta forma o quantitativo de estudantes de cada processo seletivo que compõem a população da pesquisa foi muito semelhante, permitindo uma análise equilibrada do perfil de ingressantes via vestibular e SISU.

Tabela 386 - Total de estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018 (continua)

	Vestibular	SISU	Total geral
2006	160		160
2007	168		168
2008	161		161
2009	160		160
2010	160		160
2011	128	31	159
2012	101	58	159

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

⁵⁸ Essas informações foram coletadas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFF. Disponível em: <http://feuff.sites.uff.br/coordenacao-de-pedagogia/126-2/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

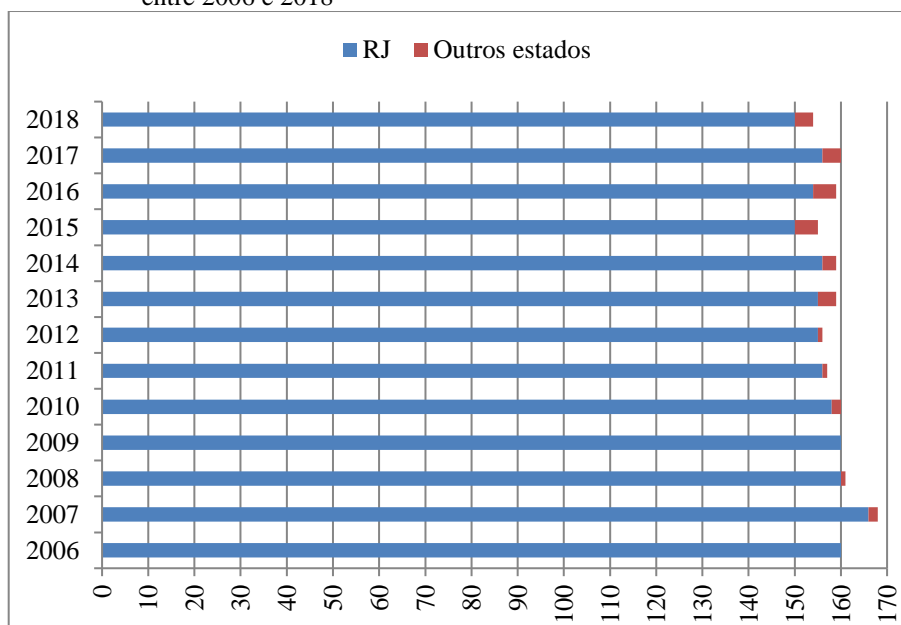
Tabela 397 - Total de estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018 (conclusão)

2013	163	163
2014	163	163
2015	155	155
2016	159	159
2017	161	161
2018	154	154
Total geral	1038	1044

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

O curso de Pedagogia era composto essencialmente por estudantes residentes no estado do Rio de Janeiro. Ao longo do vestibular como seleção, o curso não recebeu ou recebeu entre um e dois alunos residentes de outros estados anualmente (gráfico 26). Com o SISU, este quadro não se alterou substancialmente, embora tenham ingressado à instituição mais alunos de outros estados. A partir de 2013, o curso de Pedagogia da FEUFF passou a receber entre quatro e cinco alunos residentes de outros estados anualmente. No total, foram 6 alunos residentes em outros estados que ingressaram pelo vestibular, e 26 alunos que ingressaram pelo SISU.

Gráfico 26 - Estado de residência dos ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

Assim como no perfil geral dos calouros da UFF/Niterói, as cidades mais representadas foram: São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro entre 2006 e 2015⁵⁹ (tabela 46). Durante o período do vestibular, o total de calouros com residência na cidade de São Gonçalo era mais expressivo no curso de Pedagogia do que no perfil geral dos estudantes da instituição, porém, com o avanço do SISU, este quantitativo foi diminuindo. O SISU teria aumentado a possibilidade de migração interna dentro do estado do RJ, e, em contrapartida, estudantes residentes no município vizinho à cidade de Niterói – São Gonçalo – estariam deixando de ingressar à UFF ou ao ensino superior em virtude da ampliação da concorrência? Ou os estudantes de São Gonçalo estariam ingressando em outros cursos de graduação, outras instituições mais próximas da residência, ou preferindo cursar a graduação na modalidade a distância? Fato é que, após a adoção do SISU como único processo seletivo, o ingresso de estudantes proveniente da cidade de São Gonçalo foi reduzido.

Tabela 408 - Quantitativo de estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF nas principais cidades de residência registradas entre 2006 e 2018

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Niterói	42	51	47	46	44	37	50	49	46	50	462
Rio de Janeiro	40	45	27	29	32	19	19	44	41	37	333
São Gonçalo	51	36	50	50	42	64	52	25	33	33	436

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

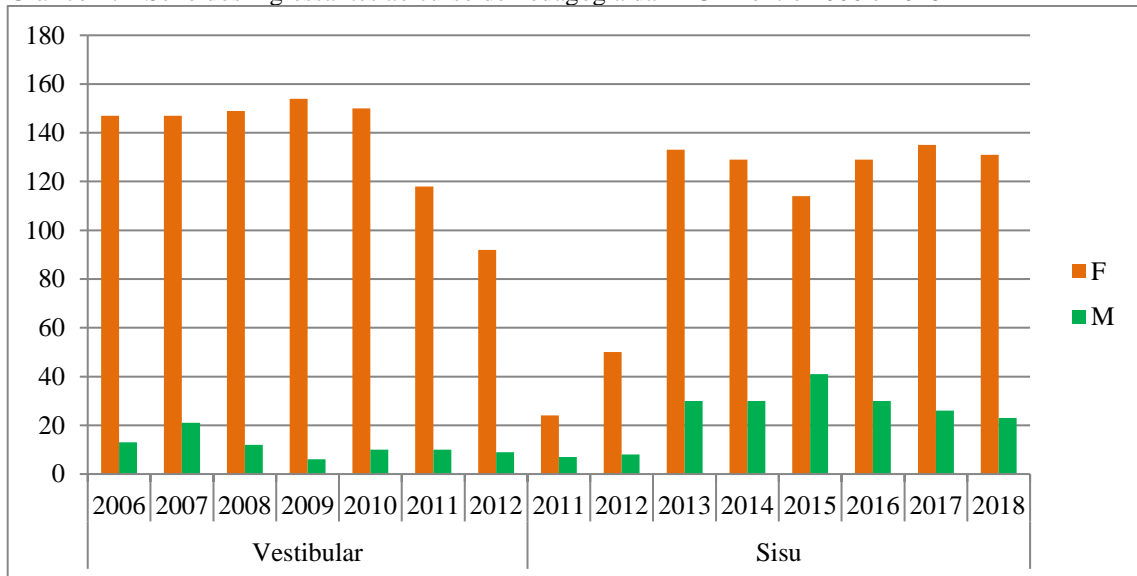
No período do vestibular – 2006 a 2012, mais de 90% das ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF eram do sexo feminino. Dos 1.038 ingressantes durante o vestibular, 957 eram mulheres, enquanto apenas 81 homens ingressaram. No SISU, este quadro sofreu uma alteração, embora o curso tenha permanecido majoritariamente feminino: em 2013 e 2014, o percentual de mulheres foi reduzido para aproximadamente 80%, chegando próximo a 70% em 2015. O total de ingressantes do sexo masculino ao curso de Pedagogia da FEUFF dobrou, de 1.040 calouros, 195 eram homens e 845 eram mulheres, ou seja, não só se ampliou o ingresso masculino ao curso como diminuiu o total de mulheres no período do SISU em comparação à seleção pelo vestibular.

Historicamente, o curso de Pedagogia é majoritariamente feminino e, embora, o curso de Pedagogia da FEUFF continue sendo, o aumento expressivo de estudantes do sexo masculino

⁵⁹ A partir de 2016, os registros das cidades dos ingressantes não constituíram a base de dados elaborada pela pesquisadora, pois a anotação das cidades na base original do MEC continha acentos, os quais o SPSS, na versão utilizada, não permitiu a leitura. Assim, para conseguir abrir os arquivos do ENEM e coletar os dados da pesquisa, os registros dos nomes das cidades foram descartados.

após a adesão ao SISU se destacou. No gráfico 27, é possível observar a evolução do perfil dos seus estudantes quanto à variável sexo ao longo de treze anos pesquisados. Algumas pesquisas sobre perfil de calouros às IFES, apresentadas no capítulo 2, identificaram um aumento do percentual de ingressantes do sexo masculino no SISU (NONATO, 2018 e GOELLNER, 2017). Na presente pesquisa, identifiquei um aumento do percentual de ingresso de homens à instituição de forma geral, contudo, com a ampliação do número de vagas ofertadas, não houve uma redução em números absolutos do ingresso de mulheres. No curso de Pedagogia, essa alteração ganhou uma proporção diferente: uma redução quantitativa do ingresso de mulheres selecionadas pelo SISU em comparação ao vestibular. O que teria acontecido? Por que mais homens passaram a ingressar ao curso de Pedagogia?

Gráfico 27 - Sexo dos ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

Uma das hipóteses levantadas por Nonato (2018) e Goellner (2017) para o SISU ser mais “masculinizado” que o vestibular seria a questão da mobilidade estudantil, os homens teriam maior disponibilidade de migrarem entre estados para realizar um curso de graduação. Porém, os dados sobre residência dos calouros de Pedagogia da FEUFF demonstraram que o aumento do ingresso dos homens ao curso não foi acompanhado pelo aumento percentual significativo de ingressantes advindos de outros estados. Entre 2006 e 2018, ingressaram 32 alunos de outros estados, destes 23 eram mulheres e apenas 9 eram homens, os estudantes do sexo masculino que migraram ingressaram pela seleção do SISU.

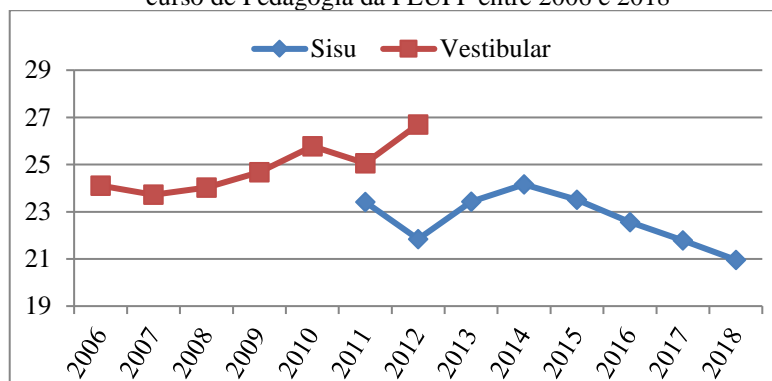
Com a alteração da dinâmica do processo seletivo introduzida pelo SISU, com a divulgação da nota de corte para cada curso e instituição, os estudantes passaram a ter a

possibilidade de alterar as suas opções iniciais de curso, estratégia que não era possível com o processo seletivo do vestibular. Será que os estudantes que não prestavam vestibular para cursos tipicamente femininos, como Pedagogia, agora estariam migrando para estes cursos como estratégia de ingresso ao ensino superior? Ou, para além disso, com todas as discussões sobre as questões de gênero ocorridas nos últimos anos, o curso de Pedagogia passou a ser também uma escolha de estudantes do sexo masculino?

Quando avaliados outros cursos, com público majoritariamente feminino, como Serviço Social e Psicologia, observou-se que a princípio a adoção do SISU como único processo seletivo também impulsionou o ingresso de homens a estes cursos. Entretanto, diferentemente do curso de Pedagogia, o percentual de ingresso de homens para tais cursos oscilou ao longo do período investigado, apresentando índices semelhantes no SISU e vestibular em alguns anos. Sendo assim, não é possível afirmar que a adoção de um sistema nacional unificado de seleção tenha contribuído para o aumento do ingresso de homens aos cursos de graduação da UFF/Niterói com perfil tipicamente feminino, pois tal ampliação não ocorreu de maneira uniforme em outros cursos com as mesmas características.

Como mencionado anteriormente, uma das percepções que me levaram a construção da presente pesquisa foi o fato dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia em 2013 serem muito jovens, contrariando minha expectativa inicial de um corpo discente mais velho, já atuante como professor na educação básica. Os dados do perfil geral de alunos não indicaram uma alteração significativa da média de idade dos calouros da UFF/Niterói entre 2006 e 2018. Todavia, no curso de Pedagogia, a média da idade dos ingressantes modificou-se no período investigado: entre 2006 e 2012, a média de idade dos alunos selecionados pelo vestibular era superior a 24 anos, com uma tendência de crescimento; já no período seguinte, com o SISU, essa média diminuiu desde o primeiro ano de sua implementação. Ou seja, ao longo do SISU, houve o ingresso ao curso de Pedagogia da FEUFF de estudantes cada vez mais jovens, alcançando a média de idade de aproximadamente 21 anos em 2018 (gráfico 28).

Gráfico 28 - Evolução da média de idade dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

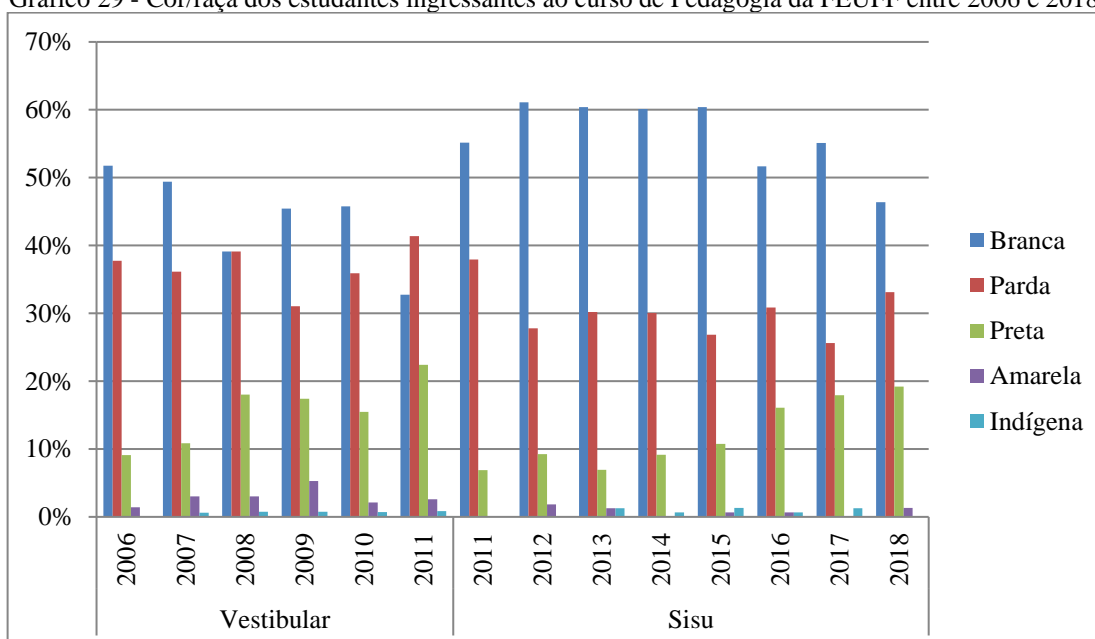
O processo seletivo nacional unificado estaria contribuindo para o ingresso dos estudantes mais jovens? Isto é, com o aumento da concorrência aos cursos de graduação da instituição, os estudantes mais jovens, recém-egressos do ensino médio, estariam tendo mais êxito na seleção? Ou a próprio processo de massificação do ensino superior, com a ampliação das vagas ofertadas na UFF desde 2008 já teria contribuído para o ingresso daqueles estudantes mais velhos, diminuindo, assim, a cada ano, a demanda de acesso ao ensino superior dos estudantes mais velhos?

Somente a partir do QSE/ENEM encontraram-se registros dos alunos ingressantes que possuíam alguma deficiência, já que os estudantes deviam responder se possuíam alguma necessidade especial ou fazer pedidos de atendimento especializado para a prova. No universo de 1.044 ingressantes, apenas 7 alunos declararam ter alguma deficiência, o maior registro foi em 2017, com o ingresso de 3 alunos. A deficiência auditiva e surdez foram as mais representadas no grupo de calouros de Pedagogia, com ingresso total de 4 alunos entre 2013 e 2017. Seguindo a tendência do perfil geral da instituição, as pessoas com deficiência foram pouco representadas no curso de Pedagogia no período investigado. Nem mesmo a reserva de vagas ao ensino superior das instituições federais prevista na Lei 13.409/2016 para as pessoas com deficiência foi suficiente para alavancar o ingresso deste grupo ao curso de Pedagogia, em 2018, não ingressou ao menos um estudante com deficiência.

A variável cor/raça dos ingressantes ao curso de Pedagogia da UFF/Niterói também se alterou ao longo dos treze anos investigados. Conforme pode ser observado no gráfico 29, os dados analisados demonstraram que, no período do vestibular, em 2006 e 2007, havia um equilíbrio percentual entre os estudantes ingressantes brancos e negros no curso. Entre 2008 e 2011, o percentual de alunos negros selecionados pelo vestibular foi superior ao percentual de

brancos; em 2008, por exemplo, 57% do corpo discente era composto por negros; em 2011, este percentual era de 64%. Esse retrato diferia do perfil geral de calouros da instituição no mesmo período. Todavia, a partir de 2013, o quadro modificou-se demasiadamente, com o crescimento percentual do ingresso de estudantes brancos, tornando-os, pela primeira vez no período investigado, a maioria dos ingressantes ao referido curso, representando 60,4% dos calouros. Somente em 2016, o equilíbrio no ingresso de brancos e negros ao curso de Pedagogia da FEUFF foi retomado, tornando-se os negros novamente a maioria do curso em 2018, com 52% de alunos representantes.

Gráfico 29 - Cor/raça dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

O componente cor/raça sofreu forte influência das políticas de ações afirmativas implementadas ao longo dos anos na UFF. Em 2008, a UFF implementou uma política própria de ação afirmativa que concedia um bônus de acréscimo de 10% a nota final dos candidatos que tivessem estudado em escola pública⁶⁰ ou tivessem estudado nos colégios de ensino médio mantidos pela UFF⁶¹. Entre 2008 e 2010, observou-se uma queda no percentual de estudantes ingressantes da cor branca e um aumento dos ingressantes negros⁶². Logo no primeiro ano de

⁶⁰ Escolas públicas estaduais e municipais, excetuando-se os colégios federais, universitários, militares e de aplicação.

⁶¹ A UFF mantinha dois colégios: Colégio Técnico-Agrícola Ildefonso Bastos Borges e Colégio Agrícola Nilo Peçanha.

⁶² Neste relatório, o grupo de negros constitui-se por pessoas autodeclaradas pardas e pretas.

implementação desta política, foi observado um significativo impacto no quadro de ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF, apenas 39% dos ingressantes eram brancos e os negros representavam 57% dos ingressantes. Em 2011, apenas 33% dos ingressantes eram brancos. Entre 2008 e 2011, ano de vigência dessa política de ação afirmativa, ingressaram 609 estudantes ao curso, destes, 178 receberam o bônus à nota previsto na política, aproximadamente 64% dos que receberam o bônus na nota eram pretos ou pardos.

Por outro lado, os processos seletivos adotados pela instituição também interferiram no perfil dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF. A partir de 2013, quando o SISU se tornou o único processo seletivo adotado, houve um crescimento do ingresso de estudantes brancos, atingindo a marca de 60%; enquanto os negros passaram a representar menos de 40% do total de ingressantes. A alteração do formato de seleção aparentemente contribuiu para remodelar o perfil dos calouros de Pedagogia da FEUFF quanto à cor/raça, distanciando-o do perfil geral da população e tornando-o menos negro comparado à seleção do vestibular.

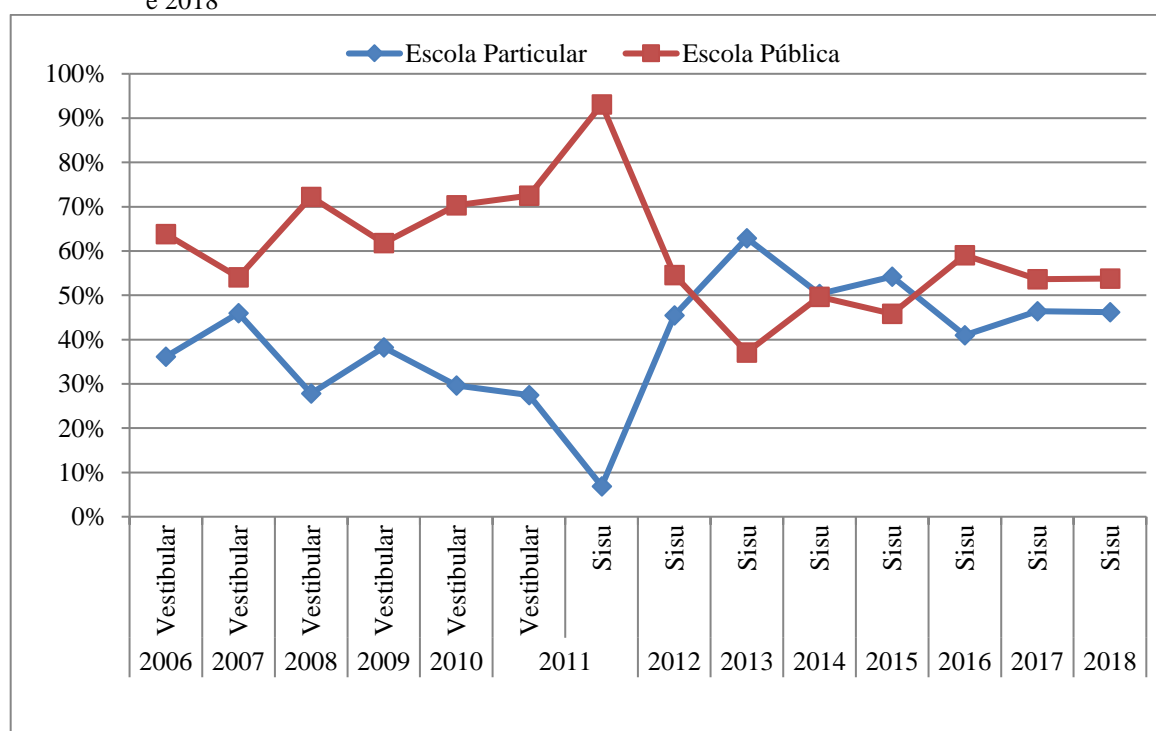
Contudo, a partir de 2013, não foi só o modo de seleção aos cursos de graduação que foi substituído, conjuntamente, foi implementada uma nova política de ação afirmativa: a Lei de cotas de 2012, publicada em âmbito federal, cuja principal ação era a reserva de 50% das vagas para os estudantes oriundos de escolas públicas, sendo permitida a sua execução gradual: 12,5% das vagas reservadas em 2013; 25% em 2014; 37,5% em 2015 e 50% em 2016. A UFF optou por seguir a execução gradual da Lei de Cotas, sendo que em 2013 e 2014, além da reserva de vagas prevista em legislação federal, a universidade adotou outra política própria de ação afirmativa: a reserva de um percentual das vagas para estudantes que tivessem cursado todo o ensino médio em estabelecimento da rede pública estadual ou municipal de qualquer unidade da federação, excluídos os colégios federais, universitários, militares e de aplicação.

Conforme observado no gráfico 29, no período de ajuste da política de cotas, entre 2013 e 2015, foi possível observar que houve um aumento do número de ingressantes da cor branca, com percentuais na casa dos 60%, valor acima do observado nos anos do vestibular. Mesmo nos anos do vestibular sem as políticas de ações afirmativas (2006 e 2007), o ingresso de brancos e negros era mais equilibrado do que no período do SISU; em 2006, 51,8% dos estudantes eram brancos, e, em 2007, 49,4%. Somente em 2016, quando foram reservadas 50% das vagas, segundo as regras da Lei de Cotas de 2012, o índice de ingressantes brancos reduziu para menos de 60%, retornando um equilíbrio maior no ingresso de negros e brancos. Ou seja, as alterações do perfil dos calouros de Pedagogia da FEUFF quanto à cor/raça aparentemente promovidas pelo SISU foram minimizadas, em parte, pela reserva de vagas prevista na Lei de

Cotas, embora, durante o SISU, o percentual de ingressantes brancos tenha sido sempre superior aos índices encontrados no período do vestibular quando apolítica de bônus à nota era aplicada.

Outra variável que sofreu alterações ao longo dos anos, afetada pelas políticas públicas da educação superior, foi a escola de origem dos alunos. Como demonstrado no gráfico 30, no curso de Pedagogia da FEUFF, a maioria dos estudantes ingressantes via vestibular era oriundo de escolas de ensino médio públicas. No vestibular, entre 2006 e 2011, o percentual máximo de calouros provenientes de escolas particulares foi de 46% no ano de 2007. Em 2013, os resultados foram invertidos: os estudantes que estudaram em escolas públicas passaram a representar apenas 37% dos ingressantes, enquanto os estudantes de escola particulares representavam 62,8%. Somente em 2016, os ingressantes oriundos de escolas públicas voltaram a ser a maioria, representando 59% dos estudantes.

Gráfico 30 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Nessa variável, assim como na anterior, a política de ação afirmativa de bônus de acréscimo de 10% à nota dos estudantes oriundos de escolas públicas adotada pela UFF parece ter alcançado seu objetivo: em 2008, 72% dos ingressantes no curso de Pedagogia/FEUFF haviam cursado o ensino médio em instituições de ensino públicas, quando em 2007, este percentual era de 54%. De 369 estudantes ingressantes provenientes de escolas pública, 178 receberam o referido bônus, ou seja, 48% deles fizeram uso da política de ação afirmativa. Há

que se destacar que, mesmo sem direito ao bônus à nota, muitos estudantes oriundos de escolas públicas ingressavam ao curso.

Em 2013, o curso recebeu a menor porcentagem de estudantes oriundos de escolas públicas, foi neste ano que a instituição ofertou pela primeira vez todas as novas vagas do curso pelo SISU, ao que tudo indica, o aumento da concorrência provocado pelos novos mecanismos da seleção nacional parece ter contribuído com o decréscimo percentual de estudantes de escolas de ensino médio públicas no curso. Entretanto, a reserva de vagas prevista na Lei de cotas atenuou esta tendência: a partir de 2016, os estudantes de escolas públicas voltaram a ser maioria ainda que entre 2016 e 2018, o percentual de estudantes oriundos de escolas públicas não tenha alcançado percentuais tão altos como no período de 2008 a 2011. Ou seja, comparando os dois períodos – ingresso via vestibular e via SISU, houve um aumento percentual dos ingressantes de escolas particulares e um decréscimo percentual dos estudantes de escolas públicas.

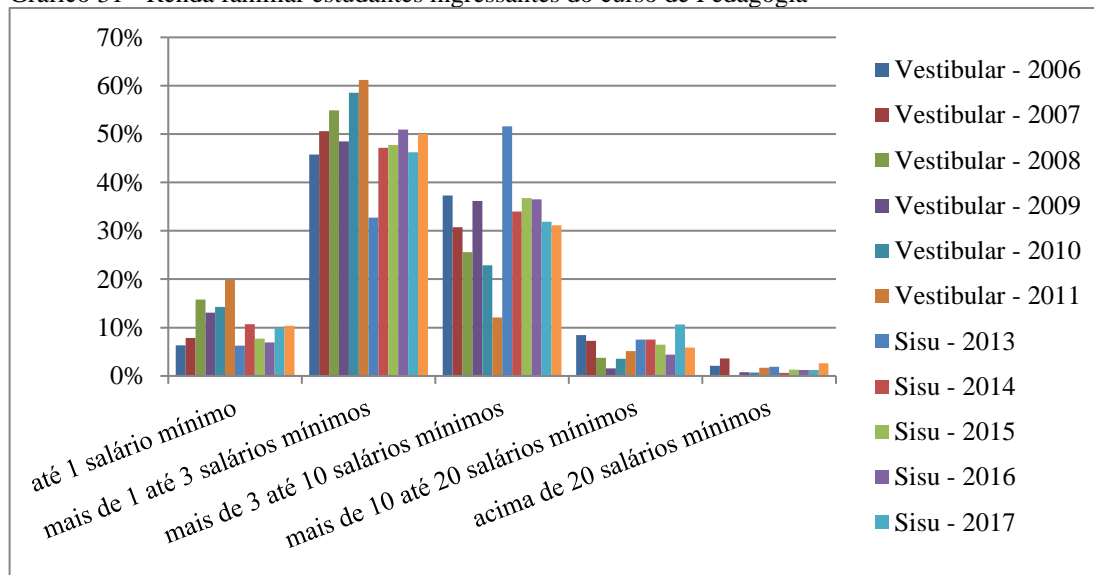
O ingresso via SISU, em 2011, apresentou resultado divergente dos demais anos de investigação, com 93% dos estudantes oriundos de escolas públicas. Contudo, assim como visto no capítulo anterior, 2011 e 2012 foram anos de transição entre o vestibular e o SISU, com poucos ingressantes via SISU nos referidos anos, sendo assim, não se pode considerar os resultados do ingresso pelo SISU nestes dois anos como a tendência de democratização do curso, tendo em vista que nos anos seguintes, os resultados encontrados nestes dois anos não se confirmaram.

A política própria de ação afirmativa da UFF, que reservou vagas a estudantes provenientes de estabelecimento da rede pública estadual ou municipal em 2013 e 2014, selecionou apenas 24 estudantes no período. Nem mesmo a adoção de duas políticas de reserva de vagas – a política da UFF e a lei de cotas foram eficientes para impulsionar o ingresso de negros e estudantes oriundos de escolas públicas ao curso de Pedagogia nos mesmos patamares da política de bônus à nota empregada no período do vestibular.

Os dados sobre a situação econômica dos ingressantes revelaram que o curso de Pedagogia da FEUFF era composto majoritariamente por estudantes com renda familiar bruta abaixo de 10 salários mínimos entre 2006 e 2018 (gráfico 31). Isto é, o corpo discente do curso era de baixa/média renda, sendo a maioria destes estudantes com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos. Ao passo que aqueles com alta renda familiar – superior a 10 salários mínimos – não estavam amplamente representados no corpo discente do curso. Da mesma forma, os estudantes com renda familiar até 1 salário mínimo não representavam um percentual

muito alto dos ingressantes, mesmo este sendo um curso que atende as classes economicamente menos favorecidas.

Gráfico 31 - Renda familiar estudantes ingressantes do curso de Pedagogia

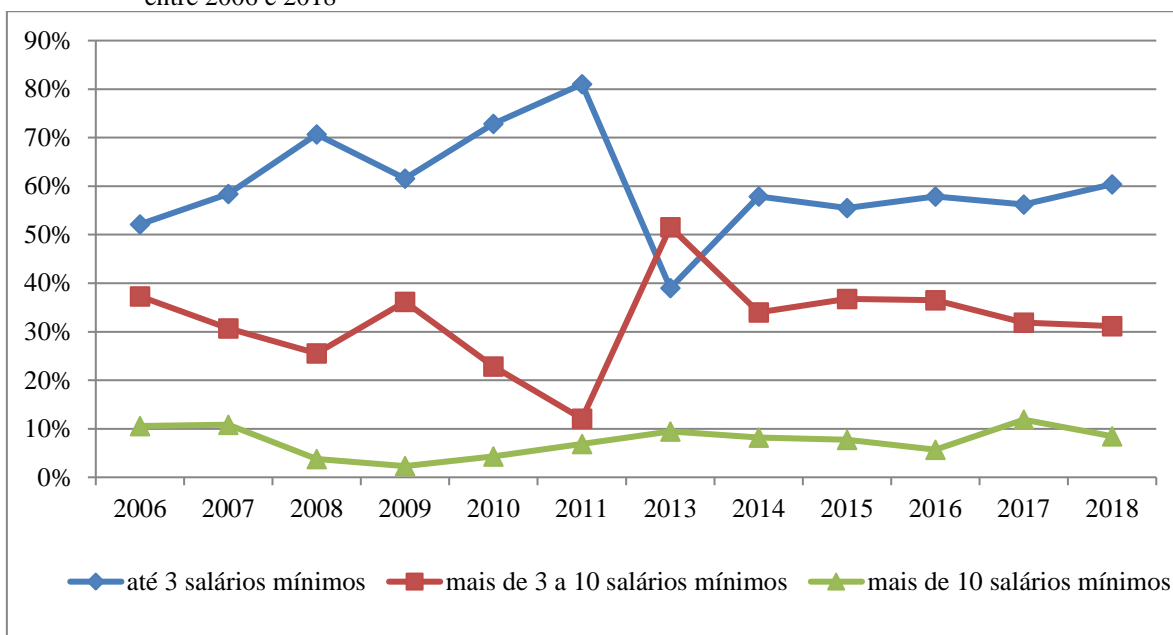


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Entre 2008 e 2011, o curso recebeu o maior percentual de estudantes com renda familiar bruta até 3 salários mínimos, chegando a 81% dos ingressantes em 2011, o que diverge do quadro geral da instituição, cuja renda familiar mais frequente era entre 3 e 10 salários mínimos. A partir de 2013, houve uma queda no percentual de ingressantes nesta faixa de renda, e, conseqüentemente, um crescimento percentual daqueles que recebiam entre 3 e 10 salários mínimos ou acima de 10 salários mínimos (gráfico 32).

Do mesmo modo que nas variáveis anteriores, estas alterações parecem ter acompanhado a implementação das diferentes políticas de acesso ao ensino superior na UFF. No período da política de bônus à nota dos estudantes oriundos de escolas públicas, houve crescimento no percentual daqueles que ganhavam até 1 salário mínimo ou entre 1 e 3 salários mínimos. Em 2013, com o SISU como processo seletivo, houve um grande crescimento percentual daqueles que tinham renda familiar entre 3 e 10 salários mínimos, chegando a 51,6% dos ingressantes. Aparentemente, o SISU teria contribuído para o aumento dos ingressantes nesta faixa de renda familiar, porém, a partir de 2014, este percentual retornou para patamares mais baixos.

Gráfico 32 - Evolução da renda familiar bruta dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF entre 2006 e 2018

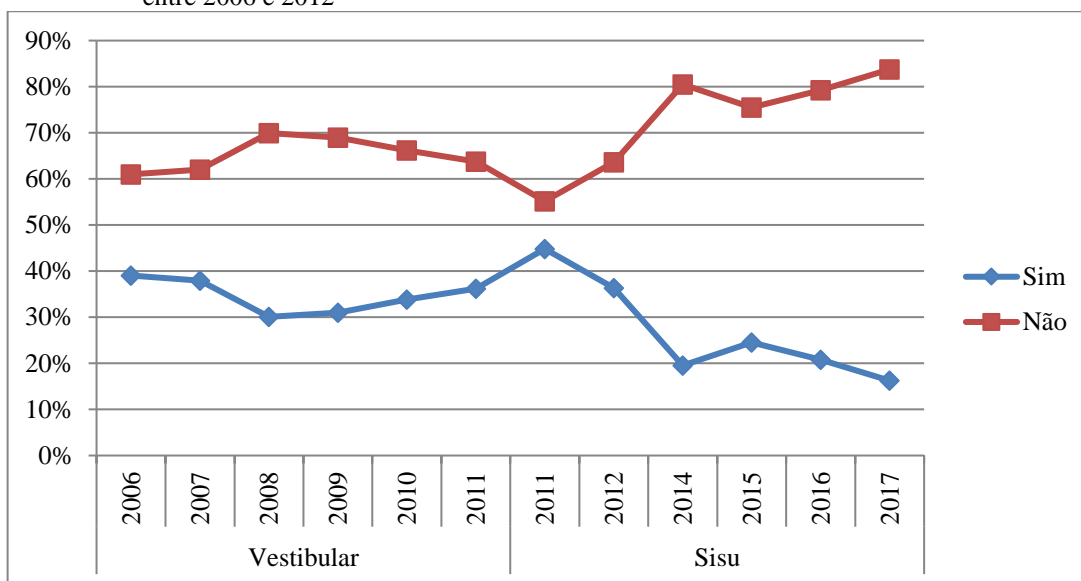


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Em suma, a renda familiar bruta dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF era ligeiramente superior no SISU, comparado ao período do vestibular. Possivelmente, a política de bônus adotada pela UFF contribuiu para ampliar o acesso dos estudantes de baixa renda (aquelas famílias que ganham até 3 salários mínimos) ao curso. Porém, este movimento ascendente não foi percebido no período posterior, o percentual de estudantes com renda familiar até 3 salários mínimos permaneceu praticamente estável, mesmo com a implementação da Lei de cotas. Não obstante, cabe destacar que este curso recebe indivíduos economicamente menos favorecidos se comparado ao perfil geral de calouros da instituição, além de não receber um percentual alto de indivíduos com renda familiar acima de 10 salários mínimos. Isto é, o curso de Pedagogia caracteriza-se por ter um perfil de estudante mais popular.

No curso de Pedagogia da FEUFF, em média, 30% dos calouros declaravam trabalhar a época do exame de seleção, sendo que entre 2014 e 2018 foram registrados os menores percentuais de estudantes trabalhadores ingressantes ao curso (gráfico 33), o que parece acompanhar a tendência do ingresso de estudantes cada vez mais jovens e, assim, dependentes economicamente da família. O maior percentual de estudantes trabalhadores está entre aqueles que declararam renda entre 1 e 3 salários mínimos, o que se justifica quando verificamos que a maioria dos ingressantes está nesta faixa de renda, porém chama atenção o fato destas famílias possuírem uma renda relativamente baixa, mesmo com o estudante compondo a renda familiar.

Gráfico 33 - Ingressantes ao curso de Pedagogia/FEUFF que exercem ou não atividade remunerada entre 2006 e 2012

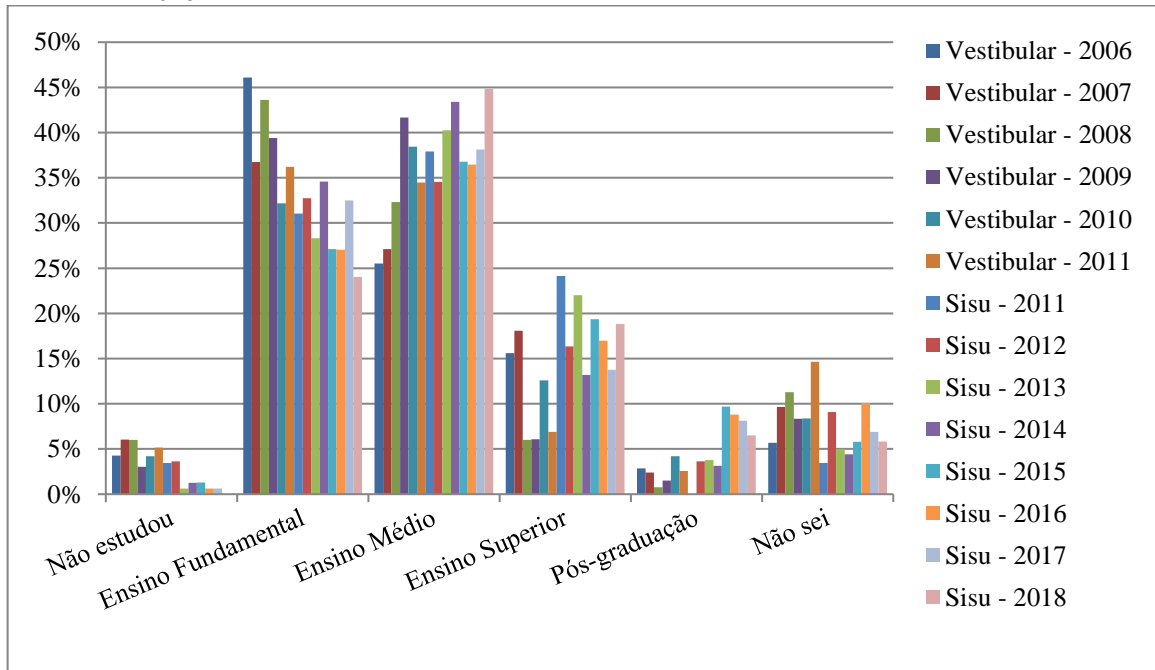


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Outra característica familiar dos calouros do curso de Pedagogia da FEUFF que destoa do perfil geral da instituição diz respeito à escolaridade dos pais: de forma geral, possuem escolaridade menor que a média geral dos cursos. A maioria das mães e pais dos calouros havia cursado somente até o ensino médio (gráficos 34 e 35). No período investigado, apenas 19% dos pais e 23% das mães haviam estudado o ensino superior ou a pós-graduação, demonstrando que, no caso do curso de Pedagogia, muito provavelmente, o estudante ingressante era o primeiro da família a ingressar ao ensino superior. Como é possível observar no gráfico 34 e 35, ao longo dos anos, a representatividade dos pais e mães que não estudaram ou cursaram somente até o ensino fundamental foi diminuindo, enquanto houve um crescimento percentual daqueles que estudaram o ensino médio e ensino superior. Os gráficos indicam que a escolaridade dos pais no período do SISU era superior a do período do vestibular. Destaca-se o aumento percentual de mães que cursaram o ensino superior e/ou a pós-graduação, saindo de 15% em 2006 para 34% em 2018.

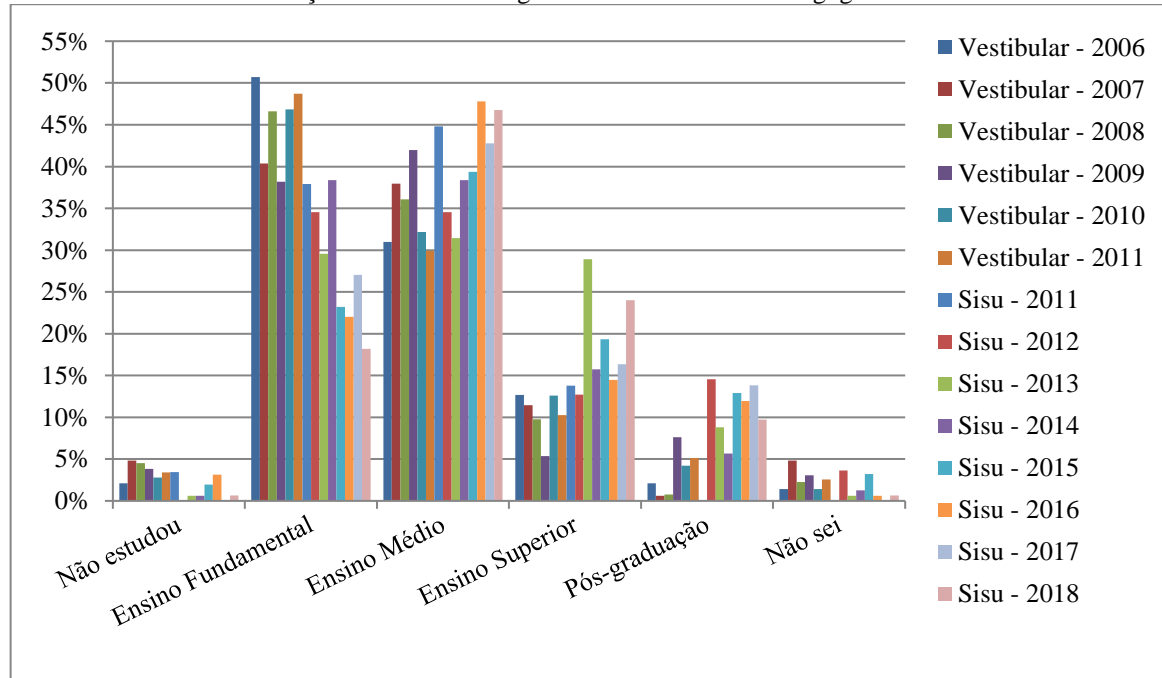
O aumento da escolaridade dos pais dos estudantes pode ser explicado tanto pelo aumento da concorrência provocado pelo SISU, tendo os estudantes oriundos de famílias “mais escolarizadas” mais vantagens no novo formato do processo de seleção. Como também, pode ser analisado pela possibilidade dos próprios pais dos ingressantes terem tido a oportunidade de acesso ao ensino superior em período recente em razão das políticas de expansão da primeira década dos anos 2000. Afinal, o movimento decrescente daqueles pais que estudaram somente até o ensino fundamental começou já no período do vestibular, intensificando-se no período posterior.

Gráfico 34 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes ao curso de Pedagogia/FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Gráfico 35 - Nível de instrução das mães dos ingressantes ao curso de Pedagogia/FEUFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

4.2 O perfil do ingressante ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018

O curso de Medicina da Universidade Federal Fluminense é originário da Faculdade Fluminense de Medicina, de iniciativa privada, e data do ano de 1925. Apenas em 1950, a Faculdade passou a ser administrada pelo Governo Federal, passando juntamente com outras faculdades e institutos a compor a UFF a partir de 1960⁶³. Diferentemente do curso de Pedagogia, o curso de Medicina é reconhecido pela alta relação candidato/vaga, tornando-o um dos cursos mais concorridos da UFF. Historicamente, os graduandos de Medicina possuem um perfil socioeconômico acima da média da instituição, com estudantes oriundos de escolas privadas, com rendas familiares mais altas, com pais que cursaram o ensino superior. Sendo assim, de que forma as políticas públicas de acesso à educação superior suscitaram novos contornos ao retrato socioeconômico dos cursos de maior prestígio social, como o de Medicina?

Em decorrência do processo de expansão da UFF, o curso de graduação em Medicina ampliou o número total de novas vagas ofertadas a partir de 2011, de 160 vagas ofertadas anualmente até 2010, a instituição passou a oferecer aproximadamente 180 vagas por ano. Entre 2006 e 2012, ingressaram 1.074 novos alunos ao curso de Medicina pela seleção do vestibular e 1.142 estudantes entre 2011 e 2018 pelo SISU (tabela 47). Os anos de 2011 e 2012, como já informados anteriormente, foram de transição entre o vestibular e o SISU, de modo que ingressaram apenas 71 estudantes pelo SISU nos referidos anos, sendo a maior parte do ingresso feita pelo vestibular. Não houve uma diferença muito ampla no quantitativo de ingressantes via vestibular e SISU que compuseram a população da presente análise.

Tabela 41 - Total de estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018 (continua)

	Vestibular	SISU	Total geral
2006	160		160
2007	160		160
2008	159		159
2009	160		160
2010	156		156
2011	136	35	171
2012	143	36	179

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

⁶³ A história do curso de Medicina está disponível no site da Faculdade de Medicina da UFF: <https://medicina.uff.br/?page_id=449>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Tabela 42 - Total de estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018 (conclusão)

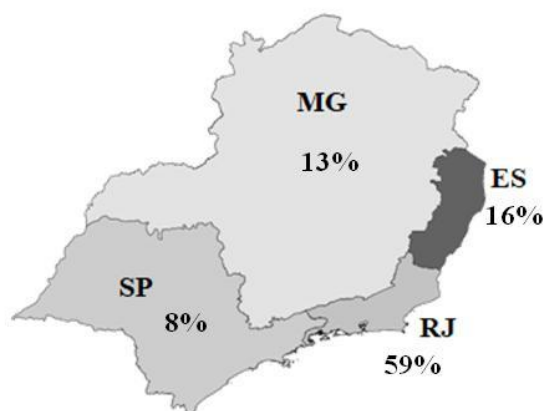
2013	180	180
2014	180	180
2015	180	180
2016	179	179
2017	176	176
2018	176	176
Total geral	1074	1142

Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

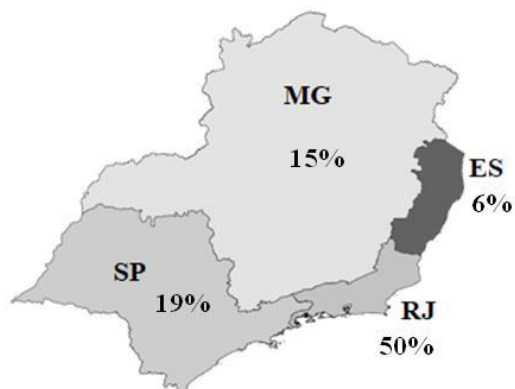
O curso de Medicina da UFF recebeu muitos estudantes migrantes de outros estados em todo o período de investigação, alcançando percentuais superiores aos encontrados para o perfil geral dos ingressantes da instituição. No vestibular, em média, 59% dos ingressantes possuíam como residência o estado do Rio de Janeiro no momento da seleção, no SISU esta média foi de 49,5%. Os dados demonstraram que o referido curso sempre recebeu um percentual alto de estudantes advindos de outros estados, nem o deslocamento necessário para a realização das provas do vestibular representou um impeditivo para a alta taxa de migração.

A maior parte destes estudantes migrou dos demais estados da região sudeste – Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, nesta ordem. No vestibular, a maioria dos migrantes era proveniente do estado do Espírito Santo (média de 16% no período), depois, com o SISU, a maioria passou a vir de São Paulo (média de 19% no período) (mapas 1 e 2). Regiões como o Norte e o Nordeste foram representadas por menos de 1% dos estudantes ao longo dos treze anos de investigação, o curso recebeu 3,6% de estudantes do centro-oeste, e 2,2% da região sul na média de todo período analisado, corroborando com a idéia de que os estudantes oriundos das regiões mais ricas são os que possuem as maiores possibilidades de migrar.

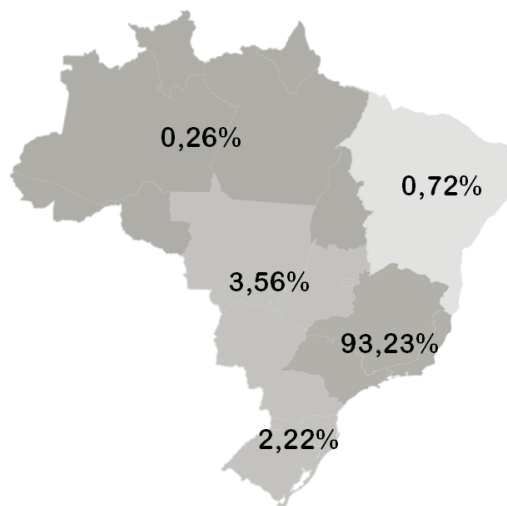
Mapa 1 - Média percentual da residência de origem dos ingressantes da região sudeste ao curso de Medicina/UFF pelo vestibular (2008 a 2011)



Mapa 2 - Média percentual da residência de origem dos ingressantes da região sudeste ao curso de Medicina/UFF pelo SISU (2011 a 2018)



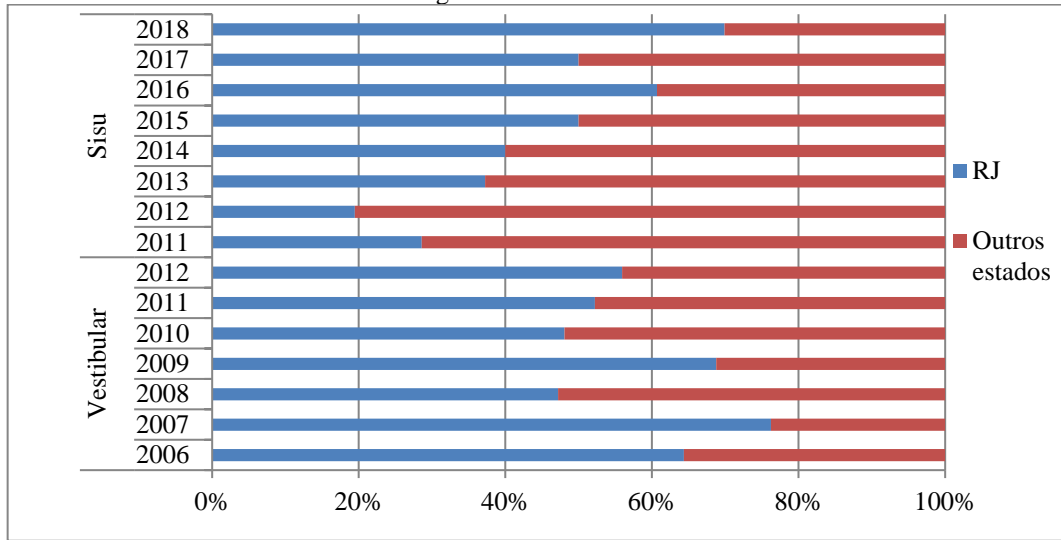
Mapa 3 - Média percentual por região da residência de origem dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2008 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

Com o SISU, o percentual de estudantes migrantes se elevou. Entre 2011 e 2014, os estudantes oriundos do estado do Rio de Janeiro deixaram de ser a maioria no curso de Medicina, sobretudo nos anos de 2011 e 2012, quando, dos 71 ingressantes via SISU, apenas 17 declararam residência no Rio de Janeiro. Todavia, em 2018, o percentual de estudantes oriundos do próprio Rio de Janeiro, voltou a alcançar patamares próximos a alguns anos do vestibular. A princípio, a alteração do modo de seleção aos cursos de graduação da UFF contribuiu para ampliar a migração de estudantes de outros estados, sobretudo nos anos iniciais, porém, aos poucos, esta migração foi desacelerando e alcançando resultados semelhantes ao vestibular (gráfico 36).

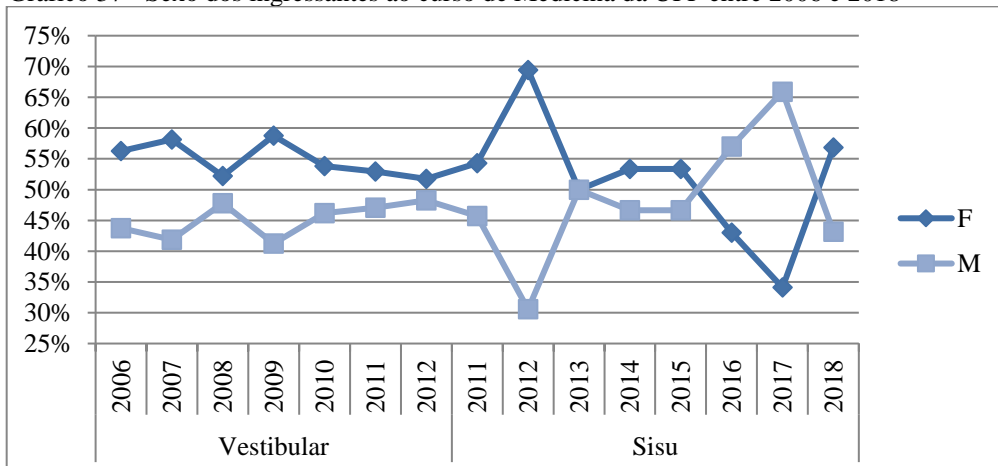
Gráfico 36 - Estado de residência dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

As mulheres constituíam a maioria dos ingressantes ao curso de Medicina da UFF/Niterói, com exceção dos anos de 2016 e 2017, quando os homens representaram a maioria do grupo de calouros (gráfico 37). Nos dados relativos ao curso de Medicina, não foi possível observar uma clara tendência de aumento percentual dos estudantes do sexo masculino ao longo dos anos, porém, há que se destacar que quantitativamente, ingressaram mais homens no período do SISU: foram 579 homens e 563 mulheres, enquanto no vestibular, ingressaram 484 homens e 590 mulheres, sugerindo que, no vestibular, as mulheres eram mais representadas do que os homens. Porém, apenas nos anos de 2016 e 2017, houve registro de um ingresso superior dos homens, alcançando 57% e 66% dos ingressantes nos referidos anos, com isso não é possível afirmar que houve uma tendência crescimento do ingresso de homens para o curso de Medicina no período do SISU.

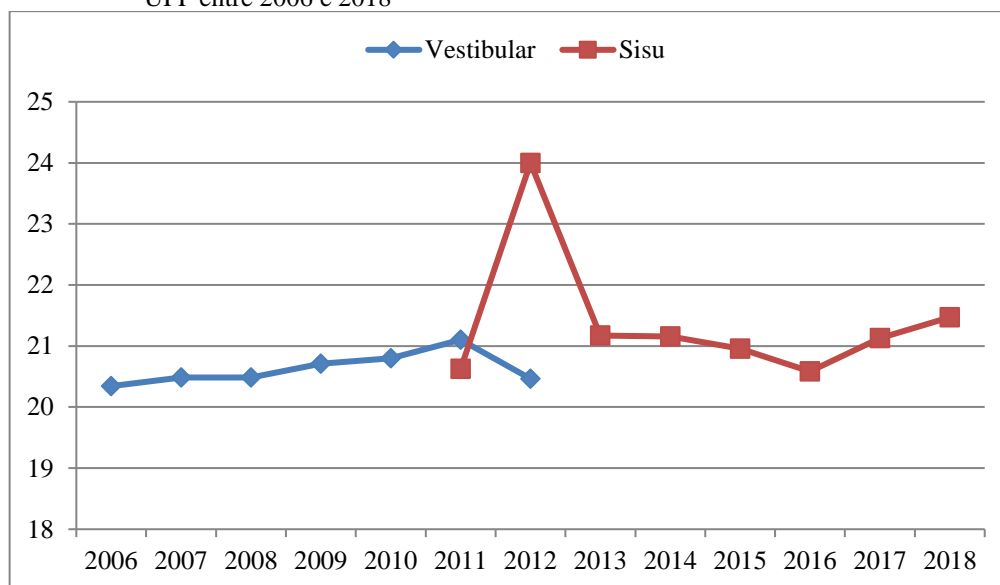
Gráfico 37 - Sexo dos ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

Ao longo dos treze anos de investigação, houve um ligeiro aumento da média de idade dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF, o SISU apresentou uma média um pouco superior ao período do vestibular, a média foi de 20,6 anos para 21,2 anos (gráfico 28). Este crescimento começou a ocorrer já no período do vestibular e foi ocorrendo de forma gradativa, sem uma alteração abrupta no período, com exceção do ano de 2012, quando os ingressantes pelo SISU tiveram 24 anos de média de idade. Tal quadro dificulta afirmar que o SISU tenha contribuído para a elevação da média de idade dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina.

Gráfico 38 - Evolução da média de idade dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018



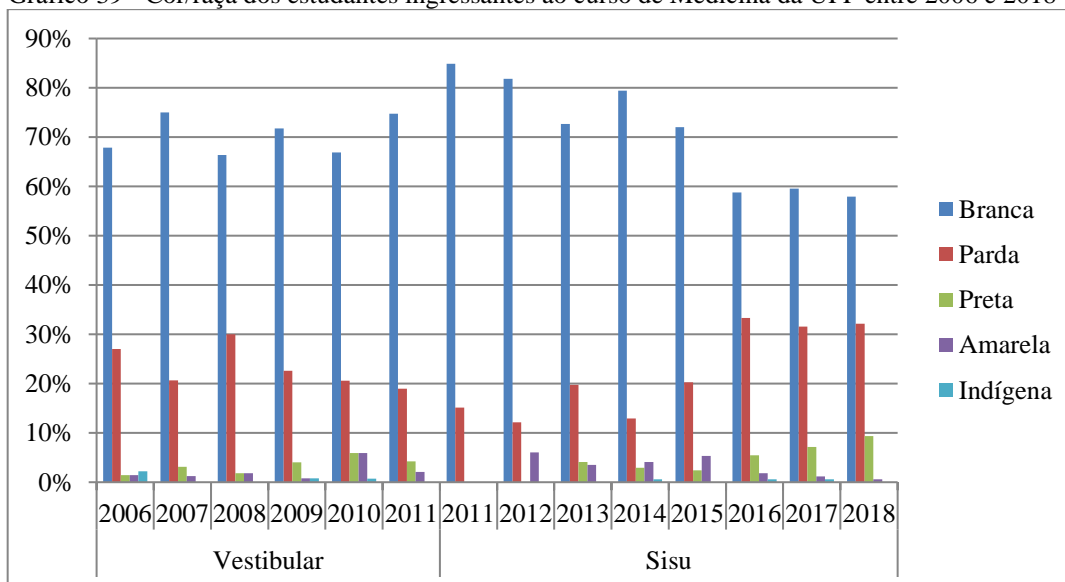
Fonte: Elaboração própria com base nos registros da COSEAC/UFF e do ENEM/INEP, 2023.

Quanto a representatividade das pessoas com deficiência no curso de Medicina/UFF, identificou-se o total de 8 alunos entre 2011 e 2018. Ou seja, no universo de 1.142 ingressantes, houve o registro de apenas oito alunos com deficiência. O primeiro registro foi em 2015, de um aluno com baixa visão. As demais deficiências registradas foram: deficiência física, com quatro alunos, e deficiência auditiva. O ano de 2017, primeiro ano em que foi implementada a reserva de vagas prevista na Lei 13.409/2016, foi quando o curso teve o maior quantitativo de ingresso de pessoas com deficiência – quatro alunos no total. Seguindo a tendência do perfil geral da instituição, as pessoas com deficiência foram pouco representadas no curso de Medicina da UFF no período investigado.

Outro grupo sub-representado no corpo discente do curso de Medicina foram os negros. No período investigado, a maioria dos ingressantes ao curso era composta por pessoas brancas,

o percentual de calouros brancos chegou a ultrapassar a casa dos 70% em 2007, 2009 e 2011 no vestibular, porém o auge de ingressantes brancos ocorreu pela seleção do SISU, no período de transição – 2011 e 2012, superando a marca de 80%. Entre 2013 e 2015, o percentual de ingressantes brancos acompanhou os mesmos índices do vestibular, com percentuais acima de 70% (gráfico 39). Apenas a partir de 2016, o percentual de ingressantes brancos ficou ligeiramente abaixo de 60%. No período do vestibular, estudantes pardos e pretos representavam 23,2% e 3,4%, respectivamente, do grupo de ingressantes; no período do SISU, a média percentual subiu um pouco, 24,3% eram pardos e 4,9% eram pretos. Contudo há que se destacar que os percentuais de pretos e pardos selecionados pelo SISU entre 2011 e 2015 eram baixos, que apenas após 2016, estes percentuais apresentaram um crescimento, sendo que, em 2018, 32,2% e 9,4% dos ingressantes eram pardos e pretos, respectivamente.

Gráfico 39 - Cor/raça dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

O índice de respostas para a questão sobre cor/raça foi maior no período do SISU. De 1.074 ingressantes via vestibular, 762 alunos responderam à questão, enquanto, no SISU, de 1.142 alunos, foram 1.080 respostas. Contudo, no ano de 2007, todos os ingressantes pelo vestibular responderam à mencionada questão, e, a níveis percentuais, todos os demais anos do vestibular apresentaram resultados muito semelhantes ao ano de 2007, validando os resultados encontrados. Em 2007, no universo de 160 ingressantes, apenas 5 pessoas eram pretas, 33 eram pardas e 120 eram brancas (tabela 48), expondo a relevância da cor dos estudantes para o ingresso ao curso de Medicina/UFF. Em certa medida, a disparidade do ingresso de pessoas

brancas e negras intensificou-se com o SISU entre 2011 e 2015, começando a se alterar apenas a partir de 2016, quando começou a haver um aumento mais significativo em números absolutos dos ingressantes pardos e pretos, e redução dos ingressantes brancos; em 2018, ingressaram 99 pessoas brancas, 55 pardas e 16 pretas (tabela 48).

Tabela 43 - Cor/raça em números absolutos dos ingressantes ao curso de Medicina da UFF entre 2006 e 2018

	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total geral
Vestibular	537	177	26	17	5	762
2006	93	37	2	2	3	137
2007	120	33	5	2		160
2008	73	33	2	2		110
2009	89	28	5	1	1	124
2010	91	28	8	8	1	136
2011	71	18	4	2		95
SISU	732	262	53	30	3	1080
2011	28	5				33
2012	27	4		2		33
2013	125	34	7	6		172
2014	135	22	5	7	1	170
2015	121	34	4	9		168
2016	97	55	9	3	1	165
2017	100	53	12	2	1	168
2018	99	55	16	1		171
Total geral	1269	439	79	47	8	1842

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

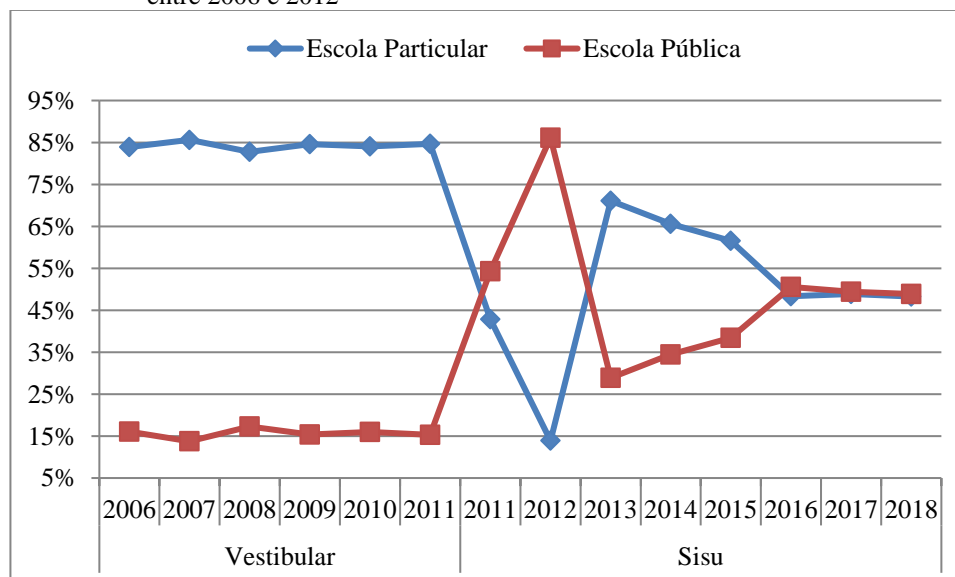
Como pode ser observado no gráfico 39 e na tabela 48, estudantes ingressantes amarelos e indígenas eram sub-representados na população investigada, acompanhando a tendência encontrada para o perfil geral da instituição. As políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior aparentemente não alavancaram o ingresso dos estudantes amarelos e indígenas à UFF e, especificamente, ao curso de Medicina.

Tais políticas também não foram suficientes para alterar o retrato de cor/raça do curso de Medicina da UFF, permanecendo os estudantes brancos sendo a maioria do corpo de calouros. Entre 2013 e 2015, mesmo com ampliação do número de novas vagas ofertadas e da reserva de vagas da Lei de cotas, o número de ingressantes negros não cresceu significativamente. Entretanto, é notório que a partir de 2016, quando 50% das vagas passaram

a ser reservadas, o ingresso de pardos e pretos cresceu, enquanto o percentual de brancos decresceu.

Além de ingressarem mais negros ao curso de Medicina a partir de 2016, pouco a pouco, também ingressaram mais estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Apesar de, inicialmente, haver uma grande disparidade no ingresso de estudantes oriundos de escolas das redes públicas e particulares, nos últimos anos da investigação, estes dois grupos passaram a ter representações mais equilibradas. No período do vestibular, cerca de 85% dos calouros haviam estudado o ensino médio em escolas particulares (gráfico 40). Este índice começou a ser alterado quando o SISU foi adotado como processo seletivo aos cursos de graduação da instituição. Já nos primeiros anos de transição para o SISU, 2011 e 2012, os estudantes oriundos de escolas públicas passaram a representar a maioria dos ingressantes. Entre 2013 e 2015, os estudantes de escolas particulares voltaram a ser a maioria do corpo de calouros, porém o percentual de estudantes oriundos de escolas particulares no período era inferior aos resultados encontrados na época do vestibular. A partir de 2016, o percentual de ingressantes ao curso de Medicina/UFF que estudaram o ensino médio em escolas públicas e privadas tornou-se balanceado, com cerca de 50% de estudantes para cada grupo.

Gráfico 40 - Tipo de escola de Ensino médio dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2012



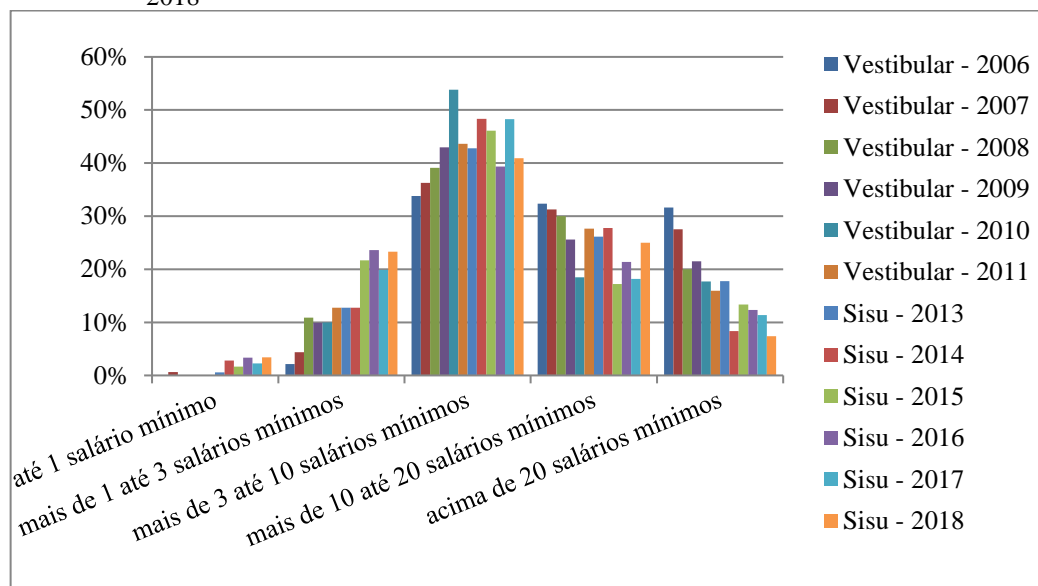
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Diferentemente dos resultados encontrados para a variável de cor/raça, o SISU parece ter contribuído, em certa medida, para diminuir o ingresso de estudantes ingressantes oriundos de instituições privadas de ensino, tornando o perfil do ingressante um pouco mais democrático,

já que a maior parte dos egressos do ensino médio estudou em escolas públicas. Contudo, a seleção via SISU aconteceu paralelamente ao processo de reserva de vagas previsto pela Lei de Cotas, que em 2013 reservou 12,5% das vagas aos estudantes oriundos de escolas públicas. Além disso, a UFF também reservou algumas vagas aos estudantes provenientes de estabelecimentos da rede pública estadual ou municipal de ensino em 2013 e 2014, como política própria de ação afirmativa. Dos 440 estudantes egressos de escola pública que ingressaram ao curso de Medicina entre 2013 e 2018, apenas 19 candidatos entraram nas vagas destinadas a ampla concorrência, ou seja, a reserva de vagas aos estudantes oriundos de escolas públicas foi fundamental para as alterações observadas no gráfico 40.

O perfil dos calouros do curso de Medicina/UFF também sofreu alterações quanto a renda familiar bruta dos estudantes ao longo do recorte temporal da pesquisa, com redução do percentual de ingressantes com rendas familiares superiores a 10 salários mínimos e crescimento daqueles com rendas até 3 salário mínimos. Conforme é possível observar no gráfico 41, a maioria dos ingressantes ao curso possuía entre 3 e 10 salários mínimos como renda familiar bruta, as outras duas faixas mais representadas, no período do vestibular, eram daqueles que ganhavam entre 10 e 20 salários mínimos ou mais de 20 salários mínimos. No período do SISU, o percentual daqueles que declaravam ter renda superior a 20 salários mínimos reduziu significativamente, passando de 17,78% em 2013 para 7,4% em 2018. Em contrapartida, cresceu o percentual dos estudantes que declaravam ter entre 1 e 3 salários mínimos, de 12,8% em 2013 para 23,3% em 2018. De forma geral, os estudantes ingressantes pelo vestibular possuíam renda familiar bruta superior a renda declarada pelos estudantes ingressantes pelo SISU.

Gráfico 41 - Renda familiar dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018



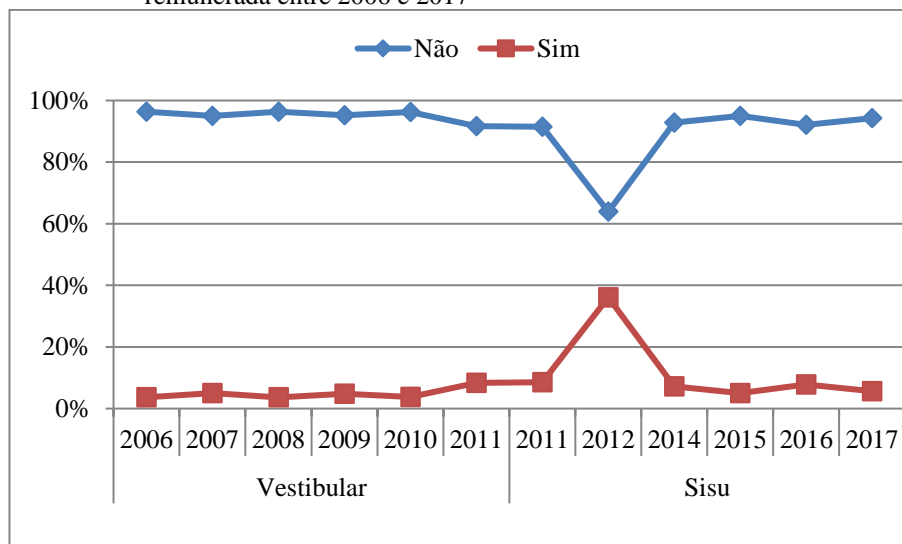
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Os resultados encontrados na variável de renda familiar bruta captaram uma transformação importante no retrato dos calouros do curso de Medicina/UFF: notoriamente, a partir de 2015, houve uma ampliação significativa do ingresso de estudantes economicamente menos favorecidos. Pode-se pensar no efeito da própria Lei de cotas neste novo retrato que, em 2015, já reservava 37,5% das vagas ofertadas aos estudantes oriundos de escolas públicas. Por outro lado, foi em 2015, também, que a crise econômica alcançou o Brasil, empobrecendo a população, o que, talvez, tenha refletido no retrato da amostra da nossa pesquisa. Ainda assim, o perfil econômico dos calouros de Medicina da UFF divergiu do perfil geral da instituição, com uma alta representação de estudantes com renda familiares superiores a 10 salários mínimos.

O corpo discente do curso de Medicina/UFF permaneceu ao longo dos treze anos de investigação não sendo composto por trabalhadores, mais de 90% dos estudantes declaravam não trabalhar a época da inscrição no vestibular ou no ENEM. Como pode ser observado no gráfico 42, o percentual de estudantes que declaravam trabalhar permaneceu muito semelhante entre 2006 e 2017, com exceção do ano de 2012, quando aproximadamente 40% do corpo discente ingressante pelo SISU declarou exercer atividade remunerada, contudo, no referido ano, ingressaram apenas 36 alunos, dos quais 13 trabalhavam. Tanto do ponto de vista percentual quanto quantitativo, no período do SISU houve o ingresso de mais estudantes

trabalhadores do que no vestibular, embora as pequenas variações encontradas para o curso de Medicina não tenham sido tão significativas de modo a transformar o retrato do curso.

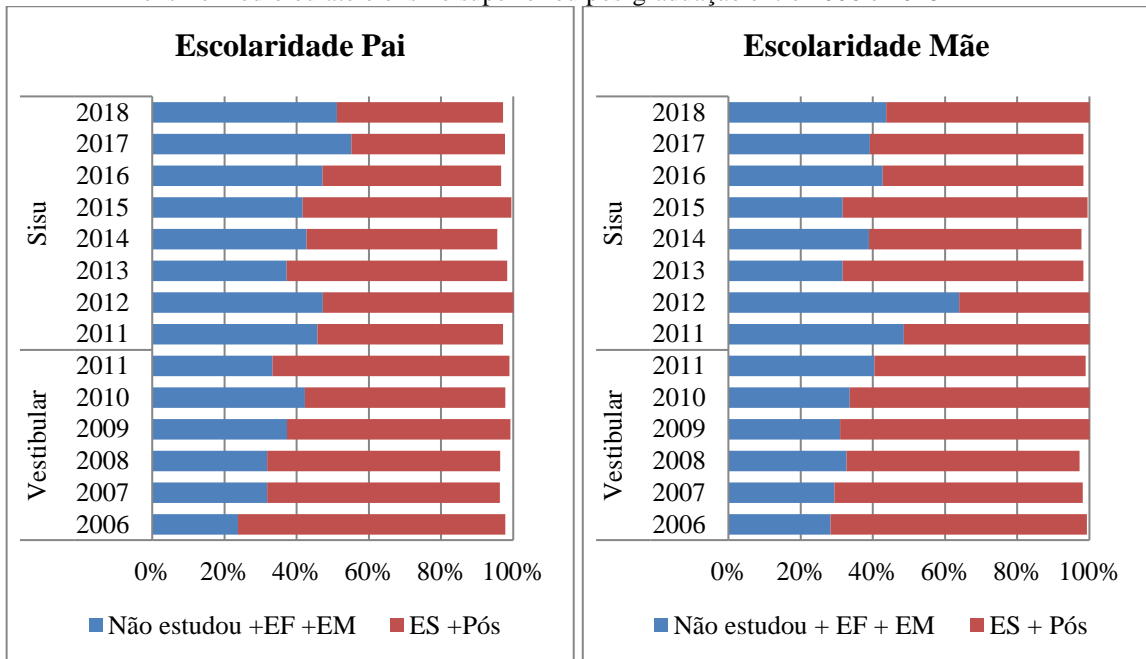
Gráfico 42 - Ingressantes ao curso de Medicina/UFF que exercem ou não atividade remunerada entre 2006 e 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

O gráfico 43 demonstra que a maioria dos pais dos calouros do curso de Medicina da UFF havia cursado o ensino superior ou a pós-graduação ao longo de todo período investigado. Em 2006, por exemplo, 74% dos pais e 71% das mães haviam cursado até o ensino superior ou a pós-graduação. Este percentual permaneceu elevado durante todo o período do vestibular. Entretanto, ao passar dos anos o percentual de pais e mães que estudaram somente até o ensino médio foi crescendo, sobretudo para o grupo de pais que alcançou o percentual de 55% em 2017 e 51% em 2018, no caso das mães, elas apresentaram uma escolaridade ligeiramente mais elevada que os pais, sendo o percentual daquelas que estudaram até o ensino superior ou pós-graduação sempre superior a 50%. Apenas na seleção pelo SISU em 2012, foi possível observar um percentual mais elevado de mães que estudaram somente até o ensino médio. No período do vestibular, a média de escolaridade dos pais e das mães era semelhante, no período do SISU foi possível observar uma diferença entre a escolaridade deles, sendo que os pais que estudaram somente até o ensino médio apresentou um crescimento percentual mais significativo, passou de 24% em 2006 para 51% em 2018; para as mães, este percentual foi de 28% para 44%.

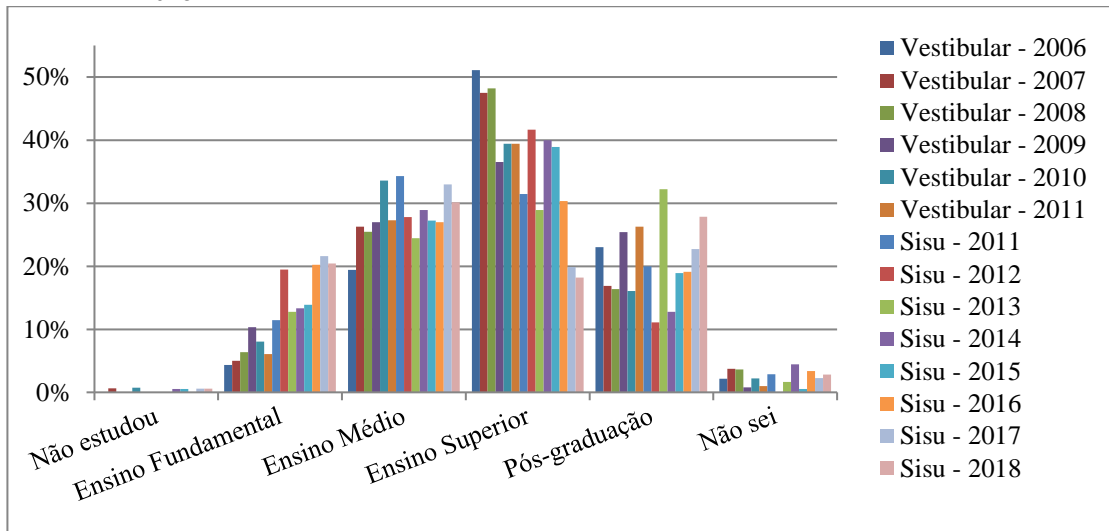
Gráfico 43 - Percentual de pais dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF que estudaram até o ensino médio ou até o ensino superior ou pós-graduação entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

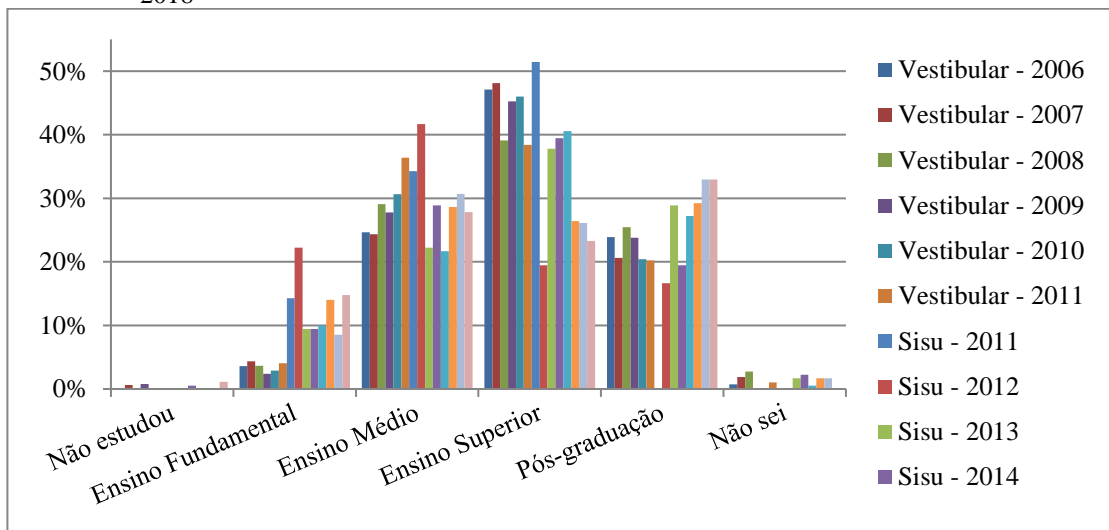
Nos gráficos 44 e 45, é possível observar a evolução da escolaridade dos pais e mães para cada segmento – Ensino Fundamental, Ensino médio, Ensino Superior e Pós-graduação. No grupo de pais, é possível perceber que houve um aumento no percentual de pais que estudaram apenas até o ensino fundamental, de 4,3% em 2006 passou para 20,6% em 2018, com redução significativa daqueles que tinham cursado o ensino superior, de 51% em 2006 para 18,2% em 2018. Para as mães, este crescimento foi ligeiramente menor, em 2006, 4% das mães haviam estudado até o ensino fundamental, em 2018, eram 15% delas. Ao longo do SISU, houve uma redução das mães que estudaram somente até o ensino médio ou até o ensino superior, com um ligeiro crescimento daquelas que fizeram pós-graduação, que passaram de 24% em 2006 para 33% em 2018, ou seja, quase 1/3 do grupo de mães dos ingressantes de Medicina fizeram pós-graduação.

Gráfico 44 - Nível de instrução dos pais dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Gráfico 45 - Nível de instrução das mães dos ingressantes ao curso de Medicina/UFF entre 2006 e 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSC/COSEAC/UFF e do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Em resumo, os resultados demonstraram que a escolaridade dos responsáveis dos alunos ingressantes era mais alta à época do vestibular e à medida que o SISU avançou como único processo seletivo, a escolaridade foi se reduzindo. Contudo, a escolaridade dos pais dos calouros do curso de Medicina da UFF era mais elevada do que a registrada para o grupo geral de ingressantes à instituição. No perfil geral, a maioria dos pais haviam cursado até o ensino médio, o que não é verdade para os calouros do curso de Medicina. No período do vestibular, não foi possível observar alterações significativas na escolaridade dos pais com a implementação da política de ação afirmativa de bônus à nota de seleção para os estudantes de escolas públicas. Quando o SISU se tornou o único processo seletivo às vagas para os cursos

de graduação da UFF, o perfil também não se alterou significativamente, embora, nos anos finais do período investigado seja possível identificar uma redução da escolaridade dos pais dos estudantes.

4.3 Dissonâncias entre os cursos de Pedagogia e Medicina da UFF: elitização versus democratização

O retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes aos cursos de graduação de Pedagogia e Medicina da UFF/Niterói, desenhado na presente pesquisa, apresentou alguns aspectos discrepantes: maior proporção de negros, com menor renda e oriundo de escolas de ensino médio públicas no curso de Pedagogia e maior presença de estudantes brancos, com renda familiar acima de 10 salários mínimos e oriundos de escolas de ensino médio privadas no curso de Medicina, sobretudo no período do vestibular. Este retrato não se mostra como uma novidade, muitas pesquisas sobre perfil socioeconômico de estudantes do ensino superior já destacaram a nítida distinção entre o corpo discente de cursos de graduação de alto e baixo prestígio social. Os cursos de Medicina e Pedagogia encontram-se justamente nos extremos dessa hierarquia. Segundo Nogueira (2018),

Os candidatos e os alunos dos diferentes cursos se distinguem por seu perfil socioeconômico (renda, nível de formação e tipo de ocupação dos pais, necessidade ou não de trabalhar durante o curso), por seu perfil acadêmico (tipo de escola anteriormente frequentada, nível de desempenho escolar) e por variáveis ditas pessoais (sexo, idade, às vezes, etnia). Candidatos mais novos e com perfil social e escolar mais elevado tendem a escolher os cursos com maior retorno econômico e simbólico. O inverso seria feito pelos candidatos com perfil social e escolar mais baixo. (NOGUEIRA, 2108, p. 27 E 28).

No vestibular, as características pessoais, socioeconômicas e acadêmicas dos estudantes ingressantes aos dois cursos analisados de fato expunham diferenças acentuadas e se distanciavam do perfil geral dos ingressantes da UFF. O curso de Pedagogia era constituído majoritariamente pelo público feminino e por pessoas pardas e pretas, com média de idade superior a 24 anos. Enquanto o curso de Medicina tinha o seu corpo discente mais jovem e branco, com média de idade inferior a 21 anos, com um equilíbrio maior no ingresso de homens e mulheres. Quanto ao perfil acadêmico dos estudantes ingressantes, a diferença era ainda mais expressiva, enquanto o curso de Pedagogia chegou a receber mais de 70% de ingressantes que

cursaram o ensino médio em escolas públicas em alguns anos do vestibular, no curso de Medicina aproximadamente 85% dos estudantes eram oriundos de escolas de ensino médio privadas, ou seja, os cursos apresentavam resultados opostos. Quanto às características socioeconômicas dos estudantes, a renda familiar bruta dos estudantes de Medicina era superior ao dos estudantes de Pedagogia. Enquanto a faixa de renda mais recorrente para os estudantes de Pedagogia era daqueles que ganhavam entre 1 e 3 salários mínimos, para os estudantes de Medicina eram aqueles que ganhavam entre 3 e 10 salários mínimos. Se o percentual de estudantes de Pedagogia que declarava ter renda familiar acima de 10 salários mínimos era inexpressivo, o percentual de estudantes de Medicina com renda acima de 10 salários mínimos era relevante. A escolaridade dos pais dos estudantes também se diferenciava para os dois cursos. A maioria dos estudantes do curso de Medicina possuía pais que estudaram o ensino superior ou pós-graduação, enquanto os estudantes de Pedagogia possuíam pais que estudaram, em sua maioria, somente até o ensino médio.

O desenho do perfil dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia e Medicina demonstra, portanto, estarem em extremos opostos de uma hierarquia de prestígio dos cursos da instituição, na qual os indivíduos “mais novos e com perfil social e escolar mais elevado” ocupam os cursos que se encontram no topo da hierarquia, enquanto os indivíduos com “perfil social e escolar mais baixo” ocupam as profissões nas bases inferiores dessa hierarquia. Entretanto, como foi visto no capítulo 1 da presente tese, a agenda pública para a educação superior dos últimos anos tem investido no debate sobre a democratização do acesso a este segmento de ensino, com algumas ações que buscavam favorecer este processo, como a expansão das instituições e, conseqüentemente, ampliação das vagas ofertadas, além das políticas de ações afirmativas que buscam equalizar as oportunidades de ingresso ao ensino superior.

Embora a expansão da oferta de novas vagas da UFF tenha alcançado números surpreendentes entre 2008 e 2013 tanto nas unidades acadêmicas em Niterói quanto nas unidades do interior, este crescimento não foi observado nos dois cursos analisados – o curso de Pedagogia não teve o seu total de vagas ofertadas alterado ao longo do período investigado e o curso de Medicina teve um crescimento de aproximadamente 12,5% somente a partir de 2011. Porém, mesmo que tais cursos não tenham acompanhado na mesma intensidade o processo de expansão da universidade, os efeitos de tal processo de alguma forma impactaram tais cursos, seja pelos deslocamentos dos estudantes entre os cursos, seja pelo aumento dos investimentos em infraestrutura, seja pelas mudanças sociais que possibilitaram os jovens de classes populares almejem o ingresso ao ensino superior.

Além do mais, o processo de expansão também trouxe em seu bojo alterações na seleção dos estudantes ingressantes seja pela mudança em seu formato, com uma seleção nacional unificada, seja pela implementação de políticas afirmativas que promoveram algumas mudanças nos critérios de seleção. Mas de que forma tais políticas contribuíram ou não para o desenho de um perfil de ingressante mais democrático e, portanto, para uma redução da desigualdade entre estes dois cursos?

A partir de 2008, a UFF passou a adotar na seleção do vestibular uma política de ação afirmativa de bônus à nota dos estudantes egressos de escolas públicas. Contudo, os resultados apresentados ao longo do capítulo demonstraram que o perfil dos ingressantes aos dois cursos não se alteraram da mesma forma entre 2008 e 2011. Enquanto no curso de Pedagogia, o percentual dos ingressantes de escolas públicas cresceu entre 2008 e 2011, ano de implementação da política, superando o percentual registrado nos anos anteriores (em 2006 e 2007), cuja política ainda não era implementada; no curso de Medicina, não houve alterações significativas no percentual de ingressantes oriundo de escolas públicas durante este período.

Dos 609 ingressantes no curso de Pedagogia entre 2008 e 2011, 187 estudantes receberam o bônus previsto na política afirmativa, ou seja, 30% dos calouros. No curso de Medicina, dos 611 ingressantes apenas 36 estudantes receberam o bônus na nota, representado cerca de 6% dos calouros. Isto é, mesmo que estudantes oriundos de escolas públicas tivessem direito ao acréscimo de 10% a sua nota final na seleção, isto não era suficiente para favorecer o ingresso destes estudantes ao curso de Medicina. Ao contrário, o curso de Pedagogia, que já apresentava um corpo discente com percentuais mais elevados de estudantes oriundos de escolas públicas, conseguiu impulsionar ainda mais o ingresso destes estudantes.

A política de bônus à nota também influenciou de maneira singular a variável de cor/raça para cada curso analisado. No curso de Pedagogia, foi possível observar um movimento ascendente do ingresso de negros pela seleção do vestibular a partir de 2008, o que leva a crer que a política de bônus à nota favoreceu, em alguma medida, o ingresso deste grupo ao curso. Por outro lado, no curso de Medicina não foi observada alterações significativas nessa variável, permanecendo os estudantes brancos sendo a maioria dos ingressantes ao curso no período.

Quanto às características socioeconômicas dos estudantes, observou-se um crescimento percentual de ingressantes com renda familiar bruta até 3 salários mínimos entre 2008 e 2011 no curso de Pedagogia. No curso de Medicina não foi observado este movimento ascendente nestas faixas de renda, porém o percentual de ingressantes com renda familiar bruta entre 3 e 10 salários mínimos cresceu no período, enquanto o percentual de estudantes que declaravam ganhar mais 10 salários mínimos diminuiu. Como o percentual de ingressantes ao curso de

Medicina que obtiveram bônus à nota da seleção era extremamente baixo – 6%, acredita-se que as alterações na renda familiar tenha sido fruto do próprio processo de expansão ao ensino superior e à UFF, especificamente, muito embora, o número de vagas ofertadas ao referido curso não tenha se alterado no período do vestibular.

Em sua maioria os estudantes do curso de Pedagogia não possuíam pais com ensino superior completo ou pós-graduação, apenas 19% dos pais e 23% das mães haviam alcançado estes níveis de ensino entre 2008 e 2011. Em contrapartida, mais de 50% dos pais dos ingressantes de Medicina haviam cursado o ensino superior ou a pós-graduação durante todo o período do vestibular; em 2006, este índice era superior a 70%. Pelo visto, a escolaridade dos pais exercia forte influência nas aspirações de ingresso ao ensino superior dos estudantes.

Em resumo, a seleção aos cursos de graduação da UFF pelo vestibular contribuiu, em certa medida, para a manutenção de um *status quo* do perfil de calouros da universidade, no qual, dependendo da origem social, econômica e cultural do candidato, ele cursava uma graduação de baixo ou alto prestígio social.

[...] a escolha dos cursos superiores é, em grande medida, condicionada pela pressão social e pelos recursos econômicos e culturais distribuídos de maneira desigual entre os candidatos. Essa escolha socialmente condicionada é um elemento central para a perpetuação de desigualdades e hierarquias entre cursos e áreas do conhecimento no interior do ensino superior. Cada curso tende a atrair candidatos e a selecionar alunos com um perfil social, econômico e escolar muito diferenciado. (NOGUEIRA, 2018, p. 30).

Os cursos de Pedagogia e Medicina da UFF/Niterói exemplificam de maneira emblemática estes pressupostos. O retrato socioeconômico dos seus estudantes ingressantes pelo vestibular encontrava-se em lugares diametralmente opostos. As características apresentadas ao longo do capítulo corroboram com a informação de que os estudantes de Pedagogia são socioeconomicamente mais desfavorecidos que os de Medicina no período do vestibular. Em sua maioria, o corpo de calouros de Pedagogia era composto por mulheres, negras, egressas de escolas públicas de ensino médio, com renda familiar bruta inferior a 3 salários mínimos, aproximadamente 1/3 de estudantes trabalhadores, com pais que cursaram o ensino fundamental ou ensino médio, todas estas características corroboravam para a escolha do curso de graduação viável. O perfil do calouro de Medicina encontrava-se no extremo oposto, estudantes jovens e brancos, egressos de escolas privadas de ensino médio, com renda familiar bruta acima de 3 salários mínimos, com pais que cursaram o ensino superior ou pós-graduação; características que os colocavam em maiores condições de participar de um

processo seletivo mais concorrido, fato que influenciava até mesmo a migração dos estudantes para cursar Medicina na UFF, afinal 41% dos estudantes eram oriundos de outros estados.

Nem mesmo a adoção da política de bônus foi suficiente para minimizar a distância entre os diferentes perfis dos calouros desses cursos. Ao contrário, a política de bônus à nota dos egressos de escolas públicas parece ter contribuído ainda mais para ampliar a desigualdade entre os cursos, à medida que intensificou a democratização do curso de Pedagogia, mas não alterou o quadro geral do curso de Medicina.

Os anos de 2011 e 2012 representaram um período de transição entre dois processos seletivos – o vestibular e o SISU. Nestes dois anos, o SISU recebeu um número reduzido de ingressantes. O que chama atenção no período é o perfil mais democrático apresentado para os dois cursos na seleção pelo SISU. Assim como os dados encontrados para o perfil geral da instituição, ingressaram nestes dois anos mais estudantes de escolas públicas para ambos os cursos, e mais estudantes trabalhadores. Contudo, o quantitativo de ingresso pelo SISU nestes dois anos foi reduzido, o que dificulta generalizar estes resultados para o universo total de ingressantes, afirmando que o SISU seria capaz de beneficiar o processo de democratização ao ensino superior. Lembrando que, como aconteciam dois processos simultâneos, muitos estudantes já haviam ingressado pelo próprio vestibular, não concorrendo às vagas do SISU. Isto é, não é possível dimensionar a concorrência às vagas da instituição nestes dois anos, para avaliar se eram mais ou menos concorridas.

Entre 2013 e 2015, o curso de Pedagogia da FEUF apresentou algumas alterações importantes no seu perfil de ingressantes: ampliou-se o ingresso de estudantes brancos, egressos de escolas particulares, com pais que cursaram o ensino superior, e estudantes que não trabalhavam. Foi neste período que a instituição passou a adotar o SISU como único processo seletivo às novas vagas ofertadas. Conforme visto no capítulo 2, algumas pesquisas demonstraram que a nova dinâmica de seleção implementada pelo SISU teria provocado a possibilidade de uma escolha tardia do curso, orientada pela nota de corte, provocando uma alteração do perfil de aluno ingressante para determinados cursos. Nonato (2018), por exemplo, identificou que os cursos de menor prestígio social da UFMG tenderam a uma maior elitização. Segundo a autora, no curso de Enfermagem houve um ingresso maior de estudantes oriundos de escolas privadas. O mesmo foi constatado por Nakamura (2014): em comparação à seleção pelo vestibular, com o SISU, a UFPB passou a receber uma maior porcentagem de ingressantes proveniente de escolas privadas do ensino fundamental e médio, filhos de pais com maior nível de instrução, além de renda familiar mensal mais elevada.

Realmente, o curso de Pedagogia da FEUFF sofreu um processo de elitização no primeiro momento de adesão ao SISU. O curso que tinha como seu público essencialmente estudantes de escolas públicas e muitos estudantes trabalhadores, teve uma redução expressiva na representatividade destes grupos, principalmente no período inicial de seleção pelo SISU. O curso de Medicina, pelo contrário, viveu um processo progressivo de democratização, com redução do ingresso de estudantes brancos, de egressos de escolas privadas e de filhos de pais com ensino superior ou pós-graduação, mesmo nestes anos iniciais de adesão ao SISU como único processo seletivo.

Nos primeiros anos do SISU, entre 2013 e 2015, estas mudanças no perfil de aluno ingressante ao curso de Medicina da UFF foram percebidas de maneira mais sutil. Em relação à cor/raça, o índice se manteve mais ou menos igual, porém já foi possível perceber uma redução daqueles estudantes provenientes de escolas privadas. A partir de 2013, além da seleção pelo SISU, a UFF começou a implementar a Lei de cotas, com reserva de vagas aos estudantes de escolas públicas, fato que parece ter contribuído para a redução do ingresso de estudantes de escolas privadas, entretanto, foi só em 2016, quando 50% das vagas foram reservadas a estes grupos, que foi possível perceber uma alteração relevante no perfil dos calouros de Medicina. Não apenas a escola de origem se alterou a partir deste, mas a cor/raça dos estudantes, a escolaridade dos pais, com maior ingresso de estudantes pretos e pardos, e a redução do ingresso de estudantes com pais com ensino superior ou pós-graduação.

Isto é, a Lei de cotas foi um importante mecanismo no processo de democratização do curso de Medicina, enquanto o SISU, em certa medida, contribuiu para a elitização do curso de Pedagogia. Verifica-se, portanto, a partir dos resultados coletados e das demais pesquisas sobre perfil de ingressantes às IFES que houve uma redistribuição dos estudantes pelos diferentes cursos. Estudantes que não conseguem ingressar nos cursos mais elitizados tendem a buscar outros cursos menos concorridos de forma a garantir o seu ingresso às instituições públicas de ensino superior. Nonato (2018), a partir de sua pesquisa com os ingressantes da UFMG, afirma que:

Em certa medida, podemos dizer que candidatos com perfil mais elevado, que passaram a ter mais dificuldade para entrar nos cursos mais seletivos e prestigiosos, passaram a disputar as vagas nos cursos menos seletivos e prestigiosos, restringindo a possibilidade de ingresso dos candidatos com perfil social e escolar mais baixo e que, tradicionalmente, frequentavam esses cursos. (NONATO, 2018, p. 273 e 274).

Com os dados coletados na presente pesquisa, não foi possível identificar de que cursos os alunos brancos e oriundos de escolas privadas ingressantes ao curso de Pedagogia migraram. Assim, como não foi possível identificar para quais cursos os estudantes que não conseguiram

ingressar em Medicina migraram. Outro ponto que não foi possível identificar com os dados disponíveis nos questionários utilizados foi se os alunos de escolas públicas ingressantes ao curso de Medicina a partir de 2013 eram oriundos de escolas municipais, estaduais ou federais. Nonato (2018) identificou que muitos alunos ingressantes aos cursos mais seletivos eram oriundos de escolas públicas federais, permanecendo, assim, as desigualdades entre os cursos, mesmo diante das alterações trazidas pela lei de cotas. Segundo Nogueira (2018),

Os alunos que fizeram o ensino médio em instituições federais, que normalmente são mais seletivas e oferecem uma formação escolar mais sólida, ocupam a maior parte das vagas destinadas aos egressos de escolas públicas nos cursos de maior prestígio, enquanto os oriundos de escolas estaduais e municipais concentram-se nos cursos menos seletivos. (NOGUEIRA, 2018, p. 36-37).

Não obstante, ao longo dos treze anos de investigação, pouco a pouco, foi possível observar alterações no perfil de estudantes ingressantes aos dois cursos de graduação analisados, embora as políticas de acesso ao ensino superior tenham afetado de maneira diferenciada ao perfil geral da instituição e dos cursos de Pedagogia e Medicina, especificamente. É curioso observar que o perfil do curso de Pedagogia quanto às variáveis de cor/raça e escola de origem tenham apresentado resultados mais democráticos no período do vestibular do que até mesmo no período de implementação da Lei de cotas. Por outro lado, é inegável o impacto positivo da Lei de cotas para o processo de alteração do perfil de calouros do curso de Medicina.

Ao observar a variável de cor/raça dos ingressantes ao curso de Medicina para aqueles que ingressaram por ampla concorrência e aqueles que ingressaram por cotas, por exemplo, é possível observar o impacto da adoção da reserva de vagas para alteração da cor do curso. No grupo que ingressou por ampla concorrência, entre 2013 e 2018, em média 81% dos ingressantes eram brancos, enquanto pardos e pretos representavam 15% dos ingressantes (tabela 49). Quando a variável é analisada apenas para o grupo de estudantes que ingressaram pela vagas reservadas, é possível constar uma alteração significativa na redução do ingresso de brancos e aumento no ingresso de pardos e pretos (tabela 50), os brancos passam a representar em média 67%, enquanto pardos e pretos passam a representar 30% do total de ingressantes entre 2013 e 2016. Sendo que, a partir de 2016, quando 50% das vagas passaram a ser reservadas pela Lei de cotas, podemos observar um aumento considerável do ingresso de estudantes negros no grupo de ingressantes por cota, chegando a representar 41% dos ingressantes em 2018, ainda que o percentual de brancos permaneça em 59%.

Tabela 442 - Cor/raça dos estudantes do curso de Medicina/UFF que ingressaram por ampla concorrência

	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
2013	76,3%	16,3%	4,4%	3,0%	0,0%
2014	91,2%	2,6%	0,9%	5,3%	0,0%
2015	81,7%	11,5%	1,0%	5,8%	0,0%
2016	76,5%	13,6%	6,2%	3,7%	0,0%
2017	82,4%	11,8%	2,4%	2,4%	1,2%
2018	79,1%	17,4%	3,5%	0,0%	0,0%
Total geral	81%	12%	3%	3%	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Tabela 45 - Cor/raça dos estudantes do curso de Medicina/UFF que ingressaram por cotas

	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
2013	72,7%	19,8%	4,1%	3,5%	0,0%
2014	79,4%	12,9%	2,9%	4,1%	0,6%
2015	72,0%	20,2%	2,4%	5,4%	0,0%
2016	58,8%	33,3%	5,5%	1,8%	0,6%
2017	60,2%	31,3%	6,6%	1,2%	0,6%
2018	58,3%	31,5%	9,5%	0,6%	0,0%
Total geral	67%	25%	5%	3%	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Dos estudantes ingressantes ao curso de medicina da UFF por ampla concorrência, a maioria absoluta era egressa de escolas privadas (tabela 51). Demonstrando que sem a implementação da Lei de cotas era pouco provável que a variável escola de origem dos estudantes ingressantes seria alterada ao longo do tempo.

Tabela 46 - Origem escolar dos estudantes ingressantes ao curso de Medicina/UFF por ampla concorrência

	Escola Particular	Escola Pública	Parte em escola pública/ parte em escola privada
SISU	95,55%	3,53%	0,93%
2013	91,43%	8,57%	0,00%
2014	98,33%	1,67%	0,00%
2015	85,71%	14,29%	0,00%
2016	96,63%	2,25%	1,12%
2017	97,73%	0,00%	2,27%
2018	96,59%	1,14%	2,27%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QSE/ENEM/INEP, 2023.

Na variável de renda familiar bruta e escolaridade dos pais, no perfil geral dos estudantes ingressantes à UFF, vimos que a redução progressiva da renda familiar dos estudantes e escolaridade dos seus pais parecem ter acompanhado o próprio processo de expansão, sem ter sido possível identificar um impacto direto da política de bônus à nota, do SISU ou da Lei de Cotas. Nos cursos analisados no presente capítulo, percebemos que o curso de Medicina parece acompanhar este processo de redução da renda familiar bruta e escolaridade dos pais, porém no curso de Pedagogia, este movimento parece ter sido inverso, com aumento da escolaridade das mães e ampliação do acesso daqueles que possuem renda familiar superior a 3 salários mínimos.

Em suma, mesmo com expansão da UFF e a adesão às políticas de ação afirmativa, as desigualdades do perfil socioeconômico dos cursos de Pedagogia, Medicina e o perfil geral da instituição permaneceram. Acrescenta-se a isto o fato do perfil do ingressante ao curso de Pedagogia ter apresentado um movimento inverso ao identificado para o perfil geral da instituição e para o curso de Medicina: em 2018, ingressava um percentual menor de estudantes egressos de escolas públicas e negros do que em 2008, por exemplo. Observou-se, portanto, na UFF o mesmo movimento apontado por Nogueira (2018):

A lei de reservas de vagas amplia as oportunidades de acesso aos cursos tradicionalmente mais elitizados, mas nem ela é capaz de eliminar o peso dessas desigualdades escolares existentes entre os candidatos. A concorrência e as notas de corte continuam a variar muito entre os cursos mesmo dentro das cotas. Para um aluno que teve uma formação precária na educação básica, o acesso a determinados cursos continua interdito, mesmo quando tem direito às cotas, e o ajustamento de suas preferências às possibilidades reais de aprovação – estimulado pelas simulações do Sisu – acaba sendo o caminho mais viável. (NOGUEIRA, 2018, p. 35-36)

Em resumo, o panorama do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia e Medicina da UFF demonstrou que as políticas de acesso ao ensino superior impactaram de maneira diferente os dois cursos. Enquanto a política de ação afirmativa de bônus à nota de seleção dos estudantes contribuiu para ampliar o acesso de negros e estudantes de escolas públicas ao curso de Pedagogia, não provocou alterações na mesma proporção ao curso de Medicina. Com o aumento da concorrência às vagas ofertadas, estimulado pelo SISU, o perfil dos estudantes de Pedagogia aparentemente sofreu um processo de elitização, com crescimento do ingresso de pessoas brancas e estudantes provenientes de escolas particulares. Por outro lado, a Lei de cotas contribuiu para alterar o perfil dos calouros de Medicina, tornando-o um pouco mais democrático, com a ampliação do acesso de negros e de estudantes de escolas públicas.

CONCLUSÕES

O ponto de partida da presente pesquisa foram as inquietações que emergiram no meu espaço de trabalho a respeito do perfil dos calouros do curso de Pedagogia da UFF. Naquele momento, a adoção do SISU como processo seletivo às novas vagas dos cursos de graduação da instituição parecia provocar alterações importantes no corpo discente do curso. Os dados dos ingressantes ao curso, em 2015, haviam me deixado intrigada. Historicamente, o curso sempre contou com um perfil de estudante mais popular, como, portanto, explicar o relevante número de calouros egressos de escolas particulares?

No início de 2019, ainda no meu primeiro ano do doutorado, a divulgação do relatório da *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018*, divulgado pelo FONOPRACE, me deixou ainda mais curiosa. O relatório indicava um importante processo de democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. A pesquisa do FONAPRACE havia indicado que a maioria do corpo discente das IFES era composta por pessoas autodeclaradas negras, egressas de escolas públicas e com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Então, por que os dados dos ingressantes ao curso de Pedagogia da FEUFF, em 2015, aparentemente divergiam das minhas expectativas iniciais e dos resultados divulgados pelo FONAPRACE em 2019?

Para compreender aquele retrato do perfil socioeconômico dos estudantes de Pedagogia, o primeiro passo foi entender o contexto de expansão do ensino superior brasileiro. Os dados do Censo da Educação Superior demonstraram o crescimento acentuado do setor a partir de 2003. Políticas públicas como o FIES, o PROUNI e o REUNI foram responsáveis pela expansão das redes públicas e privadas de ensino superior. O setor privado cresceu em maior proporção que o setor público, das novas vagas ofertadas em 2018, apenas 13% eram ofertadas pelas instituições públicas. Os aportes financeiros do FIES e PROUNI contribuíram para alavancar o crescimento da rede privada, segundo Sguissardi (2015, p. 880), “em 2013, quase 1/3 (31%) das 5.345 mil matrículas em IES privadas eram beneficiárias do Prouni (9,6%) e do Fies (21,4%).”

Todavia, o setor público de ensino superior também cresceu no período, ainda que em proporção menor, ampliaram-se o número de instituições, matrículas e novas vagas. O REUNI foi a principal política que alavancou o crescimento do setor público federal. Entre 2008 e 2012, as novas vagas às IFES cresceram 67%, enquanto as matrículas cresceram 53% nos cursos de

graduação presenciais. A UFF, também, apresentou um grande crescimento no número de novas vagas, cursos ofertados e matrículas. De 20.237 matrículas em 2000, a instituição passou a ter 46.032 matrículas em cursos de graduação presencial e a distância em 2018, sendo a universidade federal com maior número de matrículas registrados no Censo da Educação Superior de 2018. A UFF, também, multiplicou o número total de ingressantes anuais à instituição, de 4.666, em 2007, passou a 8.733 em 2018.

As unidades acadêmicas da instituição localizadas nas cidades do interior foram as que mais cresceram: em 2007, eram 775 ingressantes; em 2018, foram 3.084. Nas unidades da cidade de Niterói, de 3.891 ingressantes, passaram a ingressar 5.649 estudantes. Entretanto, a acentuada expansão observada na UFF não foi percebida em igual intensidade nos cursos de Medicina e Pedagogia da instituição. O curso de Pedagogia permaneceu ofertando aproximadamente 160 vagas anuais, enquanto o curso de Medicina ampliou o número de vagas apenas a partir de 2011, com o acréscimo de cerca de 20 vagas anuais. O crescimento do número de ingressantes à UFF parece estar muito mais vinculado a criação de novos cursos que passaram a ser ofertados pela instituição, de 45 cursos de graduação oferecidos em 2000, a instituição passou a oferecer 131 cursos em 2018.

Os dados quantitativos da educação superior demonstraram a tendência de vinculação entre o conceito de democratização e a expansão do sistema. A ampliação das instituições, novas vagas ofertadas e matrículas no ensino superior ganharam grande relevância no debate e nas políticas públicas desenvolvidas. De fato, a ampliação do sistema de ensino superior contribuiu para viabilizar o ingresso de grupos antes excluídos do sistema, como trabalhadores, negros, pessoas com deficiência etc., isto é, o processo de massificação exerceu um “[...] papel democrático objetivo ao aumentar mecanicamente as possibilidades de se fazer estudos longos.” (DUBET, 2015, p. 256).

Contudo, o debate sobre a democratização do acesso à educação superior não se encerra na expansão do sistema, já que os estudantes, conforme sua origem social e econômica, possuem oportunidades diferentes de ingresso. Na disputa pelas vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior, tendem a ter mais sucesso os indivíduos com um histórico social e econômico mais favorável. Com isso, a discussão sobre a igualdade de oportunidade de ingresso dos diferentes grupos sociais, também, precisou ser incorporado ao debate sobre a democratização do acesso ao ensino superior.

No âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a Lei de cotas e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) demonstraram ter grande relevância no debate sobre a equidade de acesso. Tanto as pesquisas de RISTOFF (2013, 2016) quanto as do FONAPRACE

(2019), identificaram tais políticas como importantes mecanismos para a alteração do perfil dos estudantes do ensino superior público federal brasileiro. Na UFF/Niterói, objeto de investigação da presente pesquisa, os dados coletados, também, demonstraram uma progressiva transformação do corpo de calouros da instituição entre 2013 e 2018 a partir da implementação de tais políticas.

A partir de 2011, a UFF passou a adotar o SISU para seleção às vagas dos seus cursos de graduação, inicialmente, de maneira concomitante com o vestibular (2011 e 2012), depois exclusivamente por este método de seleção (2013). O perfil dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói via SISU, em linhas gerais, revelou-se mais democrático que o perfil dos ingressantes via vestibular. Entretanto, não foi possível correlacionar essa transformação do perfil de estudante à adoção de um sistema único de seleção nacional. Isto é, ao que tudo indica, o SISU não teve o efeito de impulsionar o processo de democratização das IFES. Embora os resultados a respeito de escola de origem, cor/raça e renda familiar tenham sido promissores para os ingressantes via SISU em 2011 e 2012, estes dados não se confirmaram quando o SISU tornou-se o único processo seletivo aos cursos de graduação da instituição. Cabe destacar que em 2011 e 2012, o percentual de ingressantes via SISU à UFF/Niterói foi pequeno, aproximadamente 25% em 2011, e 29% em 2012, sendo a maioria dos ingressantes selecionada pelo vestibular.

A mobilidade territorial dos estudantes, um dos objetivos para o agrupamento das seleções às IFES, não se efetou na UFF/Niterói, apesar de um exíguo aumento percentual do ingresso de estudantes oriundos de outros estados brasileiros nos três primeiros anos de adesão ao SISU – 2011 a 2013, o percentual de estudantes residentes no estado do Rio de Janeiro voltou a alcançar o mesmo percentual da época do vestibular. Talvez, a promessa de mobilidade territorial do SISU tenha contribuído para incentivar, inicialmente, a migração dos estudantes, porém, ainda assim, o aumento percentual de calouros advindos de outros estados não foi tão extenso no caso da UFF/Niterói. O curso de Medicina apresentou resultados que destoaram do perfil geral da instituição, o percentual de estudantes ingressantes que migraram de outros estados da região sudeste era alto no período do SISU, porém, o curso já apresentava uma alta taxa de estudantes migrantes no período do vestibular. Em contrapartida, os estudantes do curso de Pedagogia quase não se deslocavam para estudar, sendo a maioria residente no próprio estado do Rio de Janeiro.

Em 2014, quando o SISU já havia se consolidado como mecanismo de seleção às IFES, o entusiasmo inicial não se confirmou, já que os percentuais dessa variável voltaram a apresentar resultados muito semelhantes ao período do vestibular tanto para o perfil geral

quanto para o curso de Medicina. Mais do que isso: os percentuais de estudantes oriundos de outros estados na UFF/Niterói passaram a diminuir conforme os anos avançaram. Em 2018, apenas 4,6% dos estudantes ingressantes eram provenientes de fora do estado do Rio de Janeiro. Isto é, uma seleção nacional unificada foi suficiente para equalizar as oportunidades de ingresso às IFES e à UFF/Niterói de candidatos das diferentes regiões brasileiras para os cursos de graduação de alto e baixo prestígio social? Os resultados da presente pesquisa não indicaram alterações relevantes neste sentido.

Por outro lado, a Lei de cotas de 2012, em princípio, promoveu alterações significativas no retrato socioeconômico dos estudantes ingressantes à UFF/Niterói, o que poderia explicar o perfil mais democrático dos estudantes ingressantes a partir de 2013. Progressivamente, a instituição foi recebendo mais jovens egressos de escolas públicas de ensino médio e mais estudantes negros. Em 2006, o percentual de estudantes oriundos de escolas privadas era de 68,8%, em 2018, este percentual era de 44,5%, ou seja, eles deixaram de ser a maioria do corpo discente da instituição. Também, ocorreu um decréscimo percentual dos estudantes que se declaravam brancos: em 2006, representavam 67,3% dos ingressantes; em 2018, foram 54,1%. À medida que a reserva de vagas, prevista na legislação, foi se concretizando na UFF, detectou-se uma alteração do perfil dos calouros, tornando-o paulatinamente mais diverso.

Os dados revelaram uma alteração positiva do perfil dos ingressantes, com o crescente ingresso das camadas mais populares à UFF/Niterói. Desde 2014, por exemplo, a renda familiar bruta da maioria dos calouros da instituição era de até 5 salários mínimos, representando 54% dos ingressantes. Os estudantes com renda familiar bruta acima de 10 salários mínimos nunca representaram a maioria dos calouros da instituição, nem mesmo à época do vestibular. O percentual daqueles calouros com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos foi ascendente, em 2019, representavam 39% do corpo de ingressantes. Igualmente, houve uma redução da escolaridade dos pais ao longo do período investigado: o percentual de pais e mães com ensino superior ou pós-graduação foi sendo reduzido ao longo dos anos.

As variáveis de renda familiar bruta e a escolaridade de mães e pais dos estudantes ingressantes apresentaram tendência de redução ao longo de todo período investigado, ou seja, desde o período do vestibular. Como não houve alterações percentuais discrepantes nestas variáveis nos anos de implementação da Lei de Cotas e de adoção do SISU, por exemplo, pressupõe-se que tais mudanças acompanharam o próprio processo de expansão da instituição. Talvez, o próprio processo de massificação do acesso ao ensino superior em curso desde 2003, articulado ao discurso de democratização, tenha contribuído para ampliação do acesso das camadas populares à UFF/Niterói.

Por último, algumas características arraigadas à educação superior, sobretudo às instituições públicas, consolidaram-se nos treze anos de análise, como a intensificação do ingresso de estudantes jovens (com idade entre 18 e 20 anos), solteiros e que não exerciam atividade remunerada. Embora, sejam de famílias com rendas modestas, estes ingressantes demonstraram que dependem social e economicamente de sua rede familiar. Isto é, as políticas de democratização da educação superior não foram suficientes para alterar radicalmente este quadro.

As políticas de democratização do acesso ao ensino superior, também, não alteraram em igual medida o perfil dos estudantes de todos os cursos de graduação presenciais da UFF/Niterói. Os resultados encontrados na pesquisa apresentaram nuances distintas para os cursos de Pedagogia e Medicina, por exemplo. Ambos os cursos, em certa medida, se distanciavam do perfil geral de ingressantes à instituição: o curso de Pedagogia possuía um perfil mais popular, com maior número de estudantes negros e egressos de escolas públicas; no curso de Medicina, o perfil era oposto, com estudantes de rendas familiares mais altas, brancos e egressos de escolas privadas.

Entre 2008 e 2011, a UFF implementou uma política de ação afirmativa de bônus à nota dos candidatos oriundos de escolas públicas. Aparentemente, esta política contribuiu para intensificar o ingresso de estudantes negros e egressos de escolas públicas de ensino médio no curso de Pedagogia, 30% dos ingressantes no período receberam o bônus previsto na política. Entretanto, essa política não foi eficiente para alterar o perfil dos calouros do curso de Medicina, apenas 6% dos ingressantes foram beneficiados pela ação afirmativa. Isto significa, que durante a seleção pelo vestibular, houve uma manutenção do *status quo* do retrato socioeconômico do corpo discente dos dois cursos. Nem mesmo a adoção da política de bônus foi suficiente para minimizar a distância entre os diferentes perfis dos calouros de Pedagogia e Medicina. Ao contrário, a política de bônus à nota dos egressos de escolas públicas pareceu ter contribuído ainda mais para ampliar a desigualdade entre os cursos, à medida que intensificou a democratização do curso de Pedagogia, mas não alterou o quadro geral do curso de Medicina.

A partir de 2013, o perfil dos estudantes ingressantes aos dois cursos analisados passou por novas alterações: enquanto o curso de Medicina iniciou um processo de democratização, com a gradual ampliação do acesso de candidatos oriundos de escolas públicas e negros, o curso de Pedagogia passou por um episódio de elitização, com ampliação do ingresso de estudantes brancos e que estudaram o ensino médio em escolas particulares. As pesquisas indicaram que a nova dinâmica de seleção implementada pelo SISU teria provocado a possibilidade de uma escolha tardia do curso, orientada pela nota de corte, o que teria provocado o aumento da

concorrência e, conseqüentemente, um processo de elitização de alguns cursos, como o de Pedagogia. Em contrapartida, a Lei de cotas contribuiu com o processo de democratização do retrato socioeconômico da instituição, sobretudo para aqueles cursos mais elitizados à época do vestibular, como o curso de Medicina. Verifica-se, portanto, a partir dos resultados coletados e das demais pesquisas sobre perfil de ingressantes às IFES que houve uma redistribuição dos estudantes pelos diferentes cursos. Estudantes que não conseguiam ingressar nos cursos mais elitizados tenderam a buscar outros cursos menos concorridos de forma a garantir o seu ingresso às instituições públicas de ensino superior.

Em resumo, o panorama do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes ao curso de Pedagogia e Medicina da UFF demonstrou que as políticas de acesso ao ensino superior impactaram de maneira diferente os dois cursos. Enquanto a política de ação afirmativa de bônus à nota de seleção dos estudantes contribuiu para ampliar o acesso de negros e estudantes de escolas públicas ao curso de Pedagogia, não provocou alterações na mesma proporção ao curso de Medicina. Com o aumento da concorrência às vagas ofertadas, estimulado pelo SISU, o perfil dos estudantes de Pedagogia aparentemente sofreu um processo de elitização, com crescimento do ingresso de pessoas brancas e estudantes provenientes de escolas particulares. Por outro lado, a Lei de cotas contribuiu para alterar o perfil dos calouros de Medicina, tornando-o um pouco mais democrático, com a ampliação do acesso de negros e de estudantes de escolas públicas. Contudo, é importante destacar que o curso de Pedagogia permaneceu mais democrático que o curso de Medicina, com estudantes com rendas familiares menores, com menores índices de pais com ensino superior, com maior percentual de negros.

Na presente pesquisa, não foi possível sanar algumas questões que foram surgindo ao longo da análise dos dados coletados. Por exemplo, no curso de Pedagogia, por que passaram a ingressar mais estudantes do sexo masculino? Por que, houve redução na média de idade dos ingressantes? Por que houve redução do ingresso de estudantes com residência na cidade de São Gonçalo? No curso de Medicina, os estudantes egressos de escolas públicas de ensino médio eram oriundos de escolas públicas municipais, estaduais ou federais? Com a redistribuição dos estudantes pelos cursos, para quais cursos, os candidatos que não conseguiram ingressar ao curso de Medicina foram? Qual era a primeira escolha dos ingressantes ao curso de Pedagogia com perfil mais elitizado? Por que, mesmo com a reservar de vagas às pessoas com deficiência, não houve alteração significativa no ingresso deste grupo? Muitas questões ficaram em aberto ao longo da redação final desta tese, em virtude das próprias limitações do desenho da pesquisa, cujos principais instrumentos de coleta de dados foram desenvolvidos e aplicados por instituições alheias a pesquisadora. Para, além disso, as respostas

a tais questões exigiriam um passo posterior na pesquisa: o diálogo com os próprios estudantes ingressantes, por questionários ou entrevistas. Porém, tal caminho metodológico fugiria do escopo inicial da pesquisa que tinha como objetivo analisar o perfil dos estudantes ingressantes aos cursos de graduação presenciais da UFF entre 2006 e 2018. O próprio recorte temporal da presente pesquisa inviabilizaria o diálogo com os estudantes que compunham a população de estudo, já que muitos deles já não se encontravam na universidade.

O retrato socioeconômico dos calouros da UFF/Niterói capturado na presente pesquisa evidenciou a importância de compreensão mais ampla do conceito de democratização do acesso à educação superior que não se reduz a ampliação de vagas ofertadas e matrículas, mas pressupõe também a inclusão das classes sociais populares e usualmente excluídas do ensino superior, a garantia de condições sociais, econômicas, pedagógicas e afetivas para a permanência do estudante, para a sua conclusão e o direito a uma educação de qualidade. Mesmo com a intensa expansão da UFF e com as políticas de ação afirmativa adotadas, as oportunidades de ingresso à instituição não foram equalizadas, afinal o curso de Medicina continuou mais rico do que o restante da universidade, além disso, as ferramentas atuais de seleção mudaram o perfil do curso de Pedagogia, deixando-o menos democrático.

Outra discussão que os resultados suscitaram foi sobre a redução gradual da renda econômica dos estudantes ingressantes, como garantir condições sociais e econômicas para a sua permanência? Dentre os calouros da UFF, nos últimos anos investigados, muitos são filhos de pais com ensino médio/fundamental, demonstrando que, provavelmente, são os primeiros da família a ingressar ao ensino superior, como ajudá-los no processo de familiarização/adaptação com a vida acadêmica? O novo perfil estudantil da UFF/Niterói contribuiu para validar a importância da compreensão da democratização da educação superior para além do movimento de expansão de oferta de vagas.

Os últimos anos ainda trouxeram outros desafios ao debate público sobre a educação: um caótico período político, com redução de investimentos na educação pública, com ataques proferidos às instituições públicas de ensino superior e sua comunidade, com a crise econômica que empobreceu de forma geral a população etc.. Além disso, o mundo também atravessou uma crise sanitária entre 2021 e 2023 – a pandemia do coronavírus, que trouxe momentos de pânico coletivo, de incertezas econômicas, além da necessidade de reorganização das relações interpessoais que, em virtude das medidas de isolamento social, passaram a ocorrer de forma ainda mais intensa pela mediação das tecnologias digitais. Em meio a tantas incertezas do período, vimos, pouco a pouco, uma redução no número de inscritos no SISU e uma grande

dificuldade das IFES para se manterem em funcionamento⁶⁴. Parece que o contexto político somado à crise econômica, social e de saúde trouxeram um clima de desesperança para uma parcela da população quanto ao ensino superior. As alterações nas relações interpessoais e de aprendizado, também, trouxeram novos desafios ao espaço universitário: o perfil do estudante ingressante às IFES continua se transformando em diferentes dimensões, seja da perspectiva socioeconômica, seja pelo ingresso de uma nova juventude que se constitui em um contexto muito diverso do início dos anos 2000. Portanto, os desafios permanecem.

Ademais, em 2023, a Câmara dos deputados aprovou um projeto de revisão da Lei de cotas de 2012. No que compete à graduação, as principais alterações dizem respeito à redução da renda per capita dos estudantes atendidos pela reserva de vagas que passa de 1,5 salário para 1 salário; os estudantes quilombolas passarão a ser contemplados na reserva de vagas; a forma de preenchimento das vagas será alterada, todos os candidatos concorrerão primeiro às vagas de ampla concorrência, e os candidatos cotistas, que não conseguirem ingressar nesta primeira modalidade, concorrerão às vagas reservadas pela Lei; os estudantes cotistas terão, ainda, prioridade para receber as bolsas de permanência e alguns auxílios estudantis⁶⁵. Estas mudanças, se aprovadas em todas as instâncias e implementadas, trarão transformações ainda mais profundas no perfil estudantil das IFES brasileiras, inclusive da UFF.

Posto isso, continuar a delinear o perfil dos estudantes da UFF e das IFES brasileiras mostra-se como um importante mecanismo de compreensão do sistema público de educação superior e da construção de novos parâmetros para a luta a favor da sua democratização. Os dados têm demonstrado que outros temas, também, se acercam destas discussões, como a permanência e a evasão estudantil. Todavia, gostaria de destacar, na finalização deste trabalho, os impactos na dinâmica das instituições de ensino superior públicas da alteração do perfil estudantil somado às alterações do contexto político, econômico e social dos últimos anos. Houve uma ampliação dos conflitos no interior da comunidade acadêmica, da tensão entre as novas formas de aprender dos jovens (mais difusa) e das concepções de aprendizagem já naturalizadas no universo acadêmico, do sofrimento psíquico dos membros da comunidade

⁶⁴ Desde 2019, muitas universidades declaram a dificuldade de manterem as suas atividades e as portas abertas em virtude dos sucessivos cortes orçamentários. No estado do Rio de Janeiro, a UFF e a UFRJ declaram publicamente estas dificuldades. Maiores informações podem ser acessadas nas seguintes reportagens: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-corte-de-30-risco-de-nao-conseguir-manter-universidade-aberta-se-torna-real-afirma-reitor-da-uff-23636707> e <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/reitoria-diz-que-orcamento-da-uff-encolheu-e-deve-fechar-as-portas-ate-novembro/>. Acesso em 08.09.2023.

⁶⁵ Um resumo das informações sobre o projeto de Lei n.º 5384/20 que visa alterar a lei 12.711/12 (Lei de cotas) pode ser encontrado no seguinte site oficial: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-08/lei-de-cotas-entenda-mudancas-aprovadas-na-camara>. Acesso em 08.09.2023.

acadêmica, com aumento dos afastamentos por motivos de saúde mental, por exemplo. Está claro que uma nova realidade gradualmente se interpõe ao ensino superior público, abrindo a necessidade de articular o atual debate sobre democratização do acesso à educação superior às próprias concepções de universidade, de juventude e de ensino-aprendizagem na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Paulo Gomes; PORTILHO, Lucio Antonio; MIRANDA, Gilberto; TAVARES, Jose Marcelo. A Adoção do SISU e a Evasão na Universidade Federal de Uberlândia. *RIAEE– Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. 2, p. 722-738, 2017. E-ISSN: 1982-5587. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaae.v12.n2.8352>. Acesso em 15 ago. 2017.

BORGES, Luiz Francisco. *Perfil dos ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso: implicações do SISU no processo de democratização do acesso*. 2017. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, 2017.

BRASIL. *Portaria Normativa nº 1.117*, de 01 de novembro de 2019. Altera dispositivos das Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012. Brasília: Ministério da Educação e cultura, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/48448738/do1-2018-11-05-portaria-n-1-117-de-1-de-novembro-de-2018-48448535>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. ISBN 978-65-5801-009-8.

_____. *Lei n.º 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação e cultura, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. *Portaria Normativa nº 21*, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Brasília: Ministério da Educação e cultura, 2012. Disponível em: <http://static03.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria_n21.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. *Portaria Normativa nº 02*, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Brasília: Ministério da Educação e cultura, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. *Decreto n.º 7.234*, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes*. Brasília: Ministério da Educação e cultura, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=768-proposta-novovestibular1-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. *Decreto n. 6.096*, de 24, de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. *Decreto n.º 5.800*, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. *Lei n.º 11.096*, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação superior 1995 a 2018*. Brasília, Inep, 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 21 out. 2020.

CABELLO, Andrea Felipe; FERREIRA, Guilherme Viana; IMBROISI, Denise; ARRUDA, June Alves de; FREITAS, Sérgio Antonio Andrade de; ALVAREZ, Guilherme Alexandre. Formas de Ingresso em Perspectiva Comparada: Por que o Sisu aumenta a Evasão? O caso da UNB. In: *XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea. Florianópolis. Santa Catarina. nov. 2019. ISBN: 978-85-68618-07-3. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201885/102_00177.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 jul. 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

_____. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300016>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jul. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jul. 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil - o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 49-72, dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698162030>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jul. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. *Ser social*. Brasília, v. 21, n. 44, p. 134 – 151, 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23485. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23485. Acesso em: 14 jul. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2020.

DUBET, François. *Qual democratização do Ensino Superior?* Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, Maio/Ago. 2015.

DWECK, Esther et al. *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, ago./2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS/ANDIFES. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018*. Relatório Executivo. Uberlândia, MG, maio de 2019.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Um balanço do Fies: desafios, perspectivas e metas do PNE. In: Ana Valeska Amaral Gomes. (Org.). *Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas*. 1ed. Brasília: Edições Câmara (Câmara dos Deputados), 2017, v. -, p. 195-226.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2020.

GOELLNER, Isabella de Araujo. *Política Pública de Acesso ao Ensino Superior: um estudo de caso sobre a utilização do Enem-Sisu na Universidade de Brasília de 2012 a 2016*. 2017,

106f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, mar. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000100011>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 32; 2012b, Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2012. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT11-5848-Int.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GÓMEZ, M. R. F.; TORRES, J. C. Discutindo o Acesso e a Permanência no Ensino Superior no Contexto do SISU (Sistema de Seleção Unificada). *ORG & DEMO*, Marília, v. 16, n. 1, p. 69-88, Jan./Jun., 2015. DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2015.v16n1.5162>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5162>. Acesso em: 05 jun. 2018.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500777>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000200283&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características Gerais dos Moradores – 2012 – 2016*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101377>. Acesso em

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017 [recurso eletrônico]. – Brasília: INEP, 2019. 112 p.: il. ISBN 978-65-81041-02-1.

LI, Denise Leyi; CHAGAS, Andre Luis Squarize. Efeitos do Sisu sobre a migração e a evasão estudantil. *Anais*. São Paulo: ABER, 2017. Disponível em: http://sisconeuv.com.br/Uploads/ENABER17/Trab01570036202017006_000000.pdf. Acesso em 14 jul. 2019.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Expansão e Reestruturação das Universidades Federais e Intensificação do Trabalho Docente: o Programa REUNI. *Revista de Políticas Públicas*, out.

2012, pp. 441-451. São Luís, Maranhão, Brasil. ISSN: 0104-8740. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651048>>. Acesso em 14 jul. 2019.

LIMA, Lucinete Marques; BIANCHINI, Angelo Rodrigo. Seletividade e/ou Democratização da Educação Superior em tempos do SisU. In: *Revista de Políticas Públicas*, Maranhão, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6187/4512>. Acesso em: 28 ago. 2017.

LOURENÇO, Vânia Maria. *Limites e Possibilidades do Enem no Processo de Democratização do Acesso à Educação Superior Brasileira*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Sistema de Seleção Unificada (SiSU): refletindo sobre o processo de seleção. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.4, n.10, p.68-83, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3649>. Acesso em: 28 ago. 2017.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Políticas de Ingresso na Educação Superior Pública no Brasil: contextos, concepções, movimentos e processos seletivos em perspectiva. 2017, 212f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2017.

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574>. Acesso em: 20 maio 2018.

MANCEBO, Deise. Crise Político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017176927>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas, gestão e direito a educação superior: novos modos de regulação e tendências em construção. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 40, n. 1, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37669>> Acesso em: 30 jan. 2018.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, mar. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 maio 2018.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um Perfil sobre a Expansão do Ensino Superior Recente no Brasil: Aspectos Democráticos e Inclusivos. *Perspectivas*, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.

NAKAMURA, Paulo Hideo. 2014. *Processos Seletivos para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba*. Perfil dos ingressantes e democratização do acesso, inclusão e equidade. 2014, 199 p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidad Autónoma de Asunción, Paraguai, 2014.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Qual acesso ao ensino superior. In: CUNHA, Daisy Moreira; CASA, Estevam Barbosa de Las (Orgs.). *Educação Superior* [recurso eletrônico]: desafios em perspectivas transdisciplinares. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 21-40.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NONATO, Bréscia França; RIBEIRO, Gustavo Meirelles; FLONTINO, Sandra Regina Dantas. Promessas e Limites: o Sisu e sua Implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.33:e161036, 2017. ISSN 1982-6621. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161036>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e161036.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

NONATO, Bréscia França. *Lei de cotas e Sisu: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às instituições federais*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2018.

OLIVEIRA, Andrea Barros Carvalho de. O ENEM como processo seletivo para o ensino superior: algumas considerações sobre a democratização do acesso e sobre o construto do exame. *Jornal de Políticas Educacionais*. v.9, n.17 e 18, jan.-jun. e ago.-dez. de 2015. p. 156–167. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/40721>. Acesso em: 23 set. 2020.

OLIVEIRA, Jonas de Paula. *Acesso à Educação Superior pelo Enem/SiSU: uma análise da implementação nas Universidades Sul-Mato-Grossenses*. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados/MS, 2014.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; COLLARES, Ana Cristina Murta. O Ensino Superior no século Xxi: padrões de expansão. In: _____. *Desigualdade expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2014, p.37-56.

RISTOFF, Dilvo. *Democratização do Campus: Impacto dos Programas de Inclusão sobre o Perfil da Graduação*. Cadernos do GEA – n. 9 (jan./jun. 2016). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2012- ISSN 2317-3246.

RISTOFF, Dilvo. *O Novo Perfil do Campus Brasileiro: uma Análise do Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação*. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. ISSN 1414-4077. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2020.

RISTOFF, Dilvo. *Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009)*. Cadernos do GEA – n.4 (jul./dez. 2013). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012- ISSN 2317-3246.

SANTOS, Janete dos. *Acesso à educação superior: a utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2013.

SEGRERA, Francisco López. *Educación Superior Comparada: Tendencias Mundiales y de América Latina y Caribe*. In: *Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 13-32, mar. 2016*. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000100002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jul.2018.

SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400867&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. *Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão*. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v.18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013. ISSN 1414-4077. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v18n3/11.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. *Acesso à educação superior: significados e tendências em curso*. *Série Estudos, Campo Grande*, n. 30, p. 10-25, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/156/197>. Acesso em: 20.02.2020.

SOUSA, Marcio Soares de. *Os efeitos do SiSU no acesso ao ensino superior: os fatores condicionantes da não ocupação das vagas pelos convocados na Universidade Federal do Piauí*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Teresina/PI, 2015.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando?. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-633, set. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000300003>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2020.

VARGAS, Hustana Maria. *Sem perder a majestade*: “profissões imperiais” no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.

APÊNDICE A – Relação de cursos UFF

Em 2006, a Universidade Federal Fluminense (UFF) contava com 51 cursos de graduação presencial no campus de Niterói-RJ, listados abaixo:

1. Administração (Niterói)
2. Arquitetura e Urbanismo
3. Arquivologia
4. Biblioteconomia e Documentação
5. Biomedicina
6. Ciência da Computação (Niterói)
7. Ciências Biológicas
8. Ciências Contábeis (Niterói)
9. Ciências Econômicas
10. Ciências Sociais
11. Comunicação Social – Cinema
12. Comunicação Social – Jornalismo
13. Comunicação Social – Publicidade E Propaganda
14. Direito (Niterói)
15. Enfermagem (Niterói)
16. Engenharia Agrícola
17. Engenharia Civil
18. Engenharia de Petróleo
19. Engenharia de Produção (Niterói)
20. Engenharia de Telecomunicações
21. Engenharia Elétrica
22. Engenharia Mecânica (Niterói)
23. Engenharia Química
24. Estudos De Mídia
25. Farmácia
26. Física
 - a. Física – Licenciatura
 - b. Física – Licenciatura E/Ou Bacharelado

27. Geofísica
28. Geografia
29. História
30. Letras⁶⁶
 - a. Letras – Português/Alemão (Licenciatura e/ou Bacharelado)
 - b. Letras – Português/Espanhol (Licenciatura)
 - c. Letras – Português/Francês (Licenciatura e/ou Bacharelado)
 - d. Letras – Português/Grego (Licenciatura e/ou Bacharelado)
 - e. Letras – Português/Inglês (Licenciatura)
 - f. Letras – Português/Italiano (Licenciatura e/ou Bacharelado)
 - g. Letras – Português/Latim (Licenciatura)
 - h. Letras – Português/Literaturas (Licenciatura)
31. Matemática (Niterói)
32. Medicina
33. Medicina Veterinária
34. Nutrição
35. Odontologia
36. Pedagogia (Niterói)
37. Produção Cultural (Niterói)
38. Psicologia
39. Química
 - a. Química – Licenciatura
 - b. Química – Licenciatura E/Ou Bacharelado
40. Química Industrial
41. Serviço Social (Niterói)
42. Turismo (Niterói)

Ao longo dos anos, outros cursos foram sendo incorporados à UFF. Em 2007, a instituição passou a ofertar três novos cursos:

43. Educação Física
44. Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

⁶⁶ Em 2012, os cursos de letras que incluíam duas modalidades: bacharelado e licenciatura, passaram a ser desmembrados no concurso vestibular, concorrendo o aluno a uma ou outra habilitação, sendo considerados cursos distintos.

45. Estatística

Em 2008, o curso de Comunicação Social-Cinema foi substituído pelo curso de Cinema e Audiovisual, e foram criados mais três cursos na UFF.

46. Filosofia

Matemática - licenciatura Noturna

47. Relações internacionais

Em 2011, a UFF passou a ofertar mais cinco cursos novos:

48. Ciência Atuariais

49. Ciências Ambiental

50. Desenho Industrial

51. Hotelaria (Tecnólogo em Hotelaria)

52. Sistemas de Informação

Em 2012, mais 4 cursos passaram a ser ofertados pela instituição, incluindo uma habilitação em licenciatura para o curso de Cinema e Audiovisual.

53. Antropologia

54. Artes

Cinema e Audiovisual - Licenciatura

55. Sociologia

Em 2013, um novo curso passou a ser ofertado:

56. Segurança Pública

Em 2014, mais um novo curso passou a ser ofertado:

57. Processo gerenciais

Cursos ofertados pelo processo seletivo do SISU (a partir de 2013):

1. Administração (Niterói)
2. Antropologia
3. Arquivologia
4. Artes
5. Arquitetura e Urbanismo (Edital suplementar)

6. Biblioteconomia e Documentação
7. Biomedicina (Niterói)
8. Ciência Ambiental
9. Ciência da Computação (Niterói)
10. Ciências Atuariais
11. Ciências Biológicas
 - a. Ciências Biológicas - Licenciatura
 - b. Ciências Biológicas - Bacharelado
12. Ciências Contábeis (Niterói)
13. Ciências Econômicas (Niterói)
14. Ciências Sociais - Bacharelado (Niterói)
15. Cinema e Audiovisual
 - a. Cinema e Audiovisual - Licenciatura
 - b. Cinema e Audiovisual - Bacharelado
16. Comunicação Social - Jornalismo
17. Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
18. Desenho Industrial
19. Direito (Niterói)
20. Educação Física - Licenciatura
21. Enfermagem (Niterói)
22. Engenharia Agrícola e Ambiental
23. Engenharia Civil
24. Engenharia de Petróleo
25. Engenharia de Produção (Niterói)
26. Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente
27. Engenharia de Telecomunicações
28. Engenharia Elétrica
29. Engenharia Mecânica (Niterói)
30. Engenharia Química
31. Estatística
32. Estudos de Mídia
33. Farmácia
34. Filosofia
 - a. Filosofia - Licenciatura

- b. Filosofia - Bacharelado
35. Física
- a. Física - Licenciatura (Niterói)
 - b. Física - Bacharelado (Niterói)
 - c. Física - Licenciatura Noturna (Niterói)
36. Geofísica
37. Geografia
- a. Geografia - Bacharelado (Niterói)
 - b. Geografia - Licenciatura (Niterói)
38. História
- a. História - Licenciatura (Niterói)
 - b. História - Licenciatura (Niterói)
39. Hotelaria - Tecnólogo em Hotelaria
40. Letras
- a. Letras - Bacharelado em Língua e Lit. Grega
 - b. Letras - Português/Grego - Licenciatura
 - c. Letras - Português/Inglês - Licenciatura
 - d. Letras - Português/Latim - Licenciatura
 - e. Letras - Português/Literaturas - Licenciatura
41. Matemática
- a. Matemática - Bacharelado (Niterói)
 - b. Matemática - Licenciatura Noturna (Niterói)
 - c. Matemática - Licenciatura (Niterói)
42. Medicina
43. Medicina Veterinária
44. Nutrição
45. Odontologia (Niterói)
46. Pedagogia - Licenciatura (Niterói)
47. Produção Cultural (Niterói)
48. Psicologia (Niterói)
49. Química
- a. Química - Bacharelado (Niterói)
 - b. Química - Licenciatura (Niterói)
 - c. Química - Licenciatura Noturna (Niterói)

- 50. Química Industrial
- 51. Relações Internacionais
- 52. Segurança Pública
- 53. Serviço Social
 - a. Serviço Social - Bacharelado (Niterói)
 - b. Serviço Social - Bacharelado (Niterói)
- 54. Sistemas de Informação
- 55. Sociologia
- 56. Turismo (Niterói)